

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Rilton Ferreira Borges

ENTRE A *RÉPUBLIQUE* E O *REICH*:
As múltiplas temporalidades em Ernest Lavis

Doutorado em História

São Paulo

2020

Rilton Ferreira Borges

ENTRE A RÉPUBLIQUE E O REICH:
As múltiplas temporalidades em Ernest Lavisse

Doutorado em História

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Denise Bernuzzi de Sant’Anna.

São Paulo

2020

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Rilton Ferreira Borges

ENTRE A RÉPUBLIQUE E O REICH:

As múltiplas temporalidades em Ernest Lavisse

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Denise Bernuzzi de Sant'Anna.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

A Fernanda, que decidiu ficar e partir comigo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 88887.149819/2017-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Finance Code 88887.149819/2017-00.

Agradecimentos

À professora Denise Sant'Anna por embarcar neste projeto;

Aos professores Mariza Romero e Luís Ferla pelas sugestões preciosas para o texto final;

Aos amigos e familiares pelo apoio emocional.

Resumo

A partir de uma análise dos *Essais sur l'Allemagne Impériale*, propomos que Ernest Lavisse, importante historiador ligado à Escola Metódica e parte do contexto de constituição da história como ciência autônoma, já trazia algumas reflexões consideradas própria da historiografia posterior ao surgimento da *École des Annales*. Mais precisamente, procuramos demonstrar que a noção de múltiplas temporalidades já era considerada no final do século XIX, ainda que não tenha sido sistematizada naquele momento da forma que Fernand Braudel o fez. Os ensaios que compõem a obra que analisamos foram escritos entre 1871 e 1887, tendo como pano de fundo a recente derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana. Ao longo dos ensaios Lavisse descreve e analisa as características alemãs, ao mesmo tempo em que constrói uma identidade e um ideal de nação para a França. Através de suas reflexões, o historiador acaba percebendo na Alemanha um estágio de desenvolvimento político anterior ao vivido pela França, de modo que o *Reich* alemão representa um passado a ser superado, enquanto a *République* francesa representa um futuro a ser atingido.

Palavras-chave: Ernest Lavisse, França, Alemanha, múltiplas temporalidades.

Abstract

From an analysis of the *Essais sur l'Allemagne Impériale*, we propose that Ernest Lavisse, an important historian linked to the Methodical School and part of the context of the constitution of history as an autonomous science, already brought some reflections considered proper to the historiography after the emergence of the *École des Annales*. More accurately, we seek to demonstrate that the notion of multiple temporalities was already considered at the end of the nineteenth century, even though it was not systematized at that time as Fernand Braudel did. The essays on the work we analyzed were written between 1871 and 1887, against the background of the recent French defeat in the Franco-Prussian War. Throughout the essays Lavisse describes and analyzes German characteristics while building a nation identity and ideal for France. Through his reflections, the historian has come to realize in Germany a stage of political development prior to that experienced by France, so that the German *Reich* represents a past to be overcome, while the French *Républic* represents a future to be reached.

Keywords: Ernest Lavisse, France, Germany, multiple temporalities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: LOCALIZAÇÃO	25
1.1. Historiografia	25
1.2. Campo	37
1.3. Projeto	47
CAPÍTULO 2: HERANÇA	57
2.1. Solo	57
2.2. Biologia	67
CAPÍTULO 3: IDENTIDADE	85
3.1. Esquecer	85
3.2. Estereótipo	93
3.3. Alteridade	97
3.4. Comunidade	107
CAPÍTULO 4: ENERGIA	127
4.1. Política	128
4.2. Guerra	173
4.3. Economia	187
CONCLUSÃO	205
BIBLIOGRAFIA	210

INTRODUÇÃO

É inegável que o tempo é um dos componentes fundamentais da ciência histórica. Como definem vários historiadores, a história é a ciência dos homens no tempo. Sendo assim, sem se levar em conta o tempo, não há história, da mesma forma que nenhuma historiografia pode ser feita sem se levar em conta questões temporais. “No caso da História, a perspectiva do tempo é visceral. Sem ela, os historiadores simplesmente não existem” (BARROS, 2013, p. 13).

A constituição da história como ciência autônoma, com campo, objetos e metodologia próprios, se deu na segunda metade do século XIX. Um dos marcos deste movimento foi o surgimento da Escola Metódica, tendo entre seus expoentes Gabriel Monod, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos e Ernest Lavisse, cujas obras de maior destaque foram publicadas entre o final do século XIX e o início do século XX. Este período, de constituição e afirmação de diversos campos de conhecimento, também é o período de consolidação do capitalismo industrial como modelo não apenas para a atividade produtiva, mas também para as atividades cotidianas.

Podemos afirmar que as últimas décadas do século XIX inauguraram um período da história humana em que as transformações passaram a ocorrer em uma velocidade sem precedentes. Novidades surgiram em diferentes áreas de conhecimento em espaços de tempo cada vez mais curtos, e este processo continua atualmente. Com isso, podemos dizer que uma das principais características deste período que começa com a Segunda Revolução Industrial e se estende até nossa época é a aceleração. Aceleração, segundo a física, é a relação entre tempo e velocidade; velocidade, por sua vez, é a relação entre tempo e espaço. Se afirmamos que a história tem no tempo um de seus componentes, a velocidade e a aceleração não podem ser desprezadas pelos historiadores, especialmente quando estão presentes em transformações sociais e culturais. Na segunda metade do século XIX, a aceleração das transformações trouxe muitas discussões em diferentes áreas do conhecimento e causou muitas mudanças na vida cotidiana.

Os debates sobre o tempo, presentes em diferentes áreas de conhecimento da atualidade, também se apresentaram na segunda metade do século XIX em meio às ciências e às artes (KERN, 2003), e não seria absurdo supor que estaria presente, direta ou indiretamente, na produção historiográfica do período e nas discussões a respeito da consolidação da história como ciência autônoma. Por este motivo, propomos uma pesquisa sobre as concepções de tempo presentes na historiografia do final do século XIX, pois o tempo era, então, fator de constituição da disciplina histórica e da nova sociedade industrial. Independente de qual noção

de tempo possamos adotar (ou mesmo adotá-las em conjunto e de forma complementar), é fundamental entender a relação com o tempo como uma construção histórica e sua utilização na historiografia.

Para este exercício escolhemos a obra *Essais sur L'Allemagne Impériale*, de Ernest Lavissee, publicada pela Hachette em 1888. Como um dos representantes da Escola Metódica e com muitas das publicações originais de suas obras disponíveis em bases de dados on-line, Lavissee apareceu como um bom estudo de caso, tanto por questões práticas (fontes disponíveis) quanto por sua importância e reconhecimento entre os historiadores franceses de sua época.

Lavissee ficou muito famoso por seus manuais escolares e sua participação na reforma do ensino superior francês ao longo da Terceira República. Por este motivo, a grande maioria das pesquisas sobre este autor lidam com sua trajetória institucional e com suas ideias sobre o ensino de história. Nosso trabalho, por outro lado, desloca o olhar para um outro Lavissee: ao invés do gestor de políticas educacionais, o historiador ainda buscando consolidar-se academicamente; ao invés do republicano convicto, o ex-monarquista (sim, Lavissee só se tornou republicano quando a Terceira República já estava consolidada); ao invés do autor de manuais didáticos, o historiador especialista em história alemã; e, talvez a principal contribuição deste trabalho, um Lavissee que pensava em temporalidades múltiplas muito antes de Braudel escrever sobre elas.

Neste exercício de deslocamento de olhar, acabamos também nos deslocando para outras fontes: ao invés de trabalhar o tempo em seus manuais escolares, acabamos escolhendo um livro que reúne ensaios publicados sobre a Alemanha entre 1871 e 1888 na *Revue des Deux Mondes*, contexto em que os franceses tentavam entender por que haviam perdido a Guerra Franco-Prussiana. Nestes ensaios, os temas elencados por Lavissee são: a Guerra com a Alemanha, o parlamento alemão, os partidos socialistas, a emigração, uma excursão à Alemanha e um apanhado do estado político do país em 1887 (LAVISSEE, 1888, p. V¹). Ao falar da Alemanha, Lavissee constrói também uma identidade francesa. Esta construção, por sua vez, se dá em uma perspectiva temporal – e aqui chegamos ao nosso objeto que, não custa lembrar, é o tempo, e não Lavissee ou sua obra.

Como deve ter ficado claro até aqui, o objeto de Lavissee não é o tempo, e sim a Alemanha e os alemães ou, melhor dizendo, a descrição de uma identidade alemã em oposição à construção de uma identidade francesa. Entretanto, é possível buscar nas “entrelinhas” do

¹ As páginas do prefácio desta obra são numeradas com algarismos romanos. A partir do primeiro capítulo, a numeração das páginas começa do número 1.

texto a concepção de tempo do autor. Para enfrentarmos esta questão, tomaremos a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores (GINZBURG, 1989). A concepção de tempo de um autor não precisa ser explicitada por este para que possamos inferi-la de seus escritos: sua forma de construir a narrativa, a utilização de certos tempos verbais, o modo como se refere ao passado, ao presente e ao futuro e as relações que estabelece entre diferentes épocas, etc., são apenas algumas das formas de se “ler nas entrelinhas” de um texto a concepção de tempo de um autor.

Em uma pesquisa anterior² percebemos que muitas áreas do conhecimento discutiam abertamente sobre a natureza e as características do tempo no final do século XIX. Toda a bibliografia consultada cita as discussões feitas na filosofia, nas artes plásticas, na geologia, na biologia, na física, na literatura, no cinema, mas curiosamente omitem o que os historiadores escreviam e discutiam sobre o tema. Este vácuo levou a uma pergunta geral: por que a historiografia sobre o tempo³ no século XIX não se debruçou sobre o que os historiadores pensavam a respeito do tema? Esta pergunta nos permite formular pelo menos duas hipóteses: 1) A historiografia do tempo ignorou este tema; 2) Os historiadores não discutiam *diretamente*⁴ sobre o tempo e suas características, e por isso esta questão teria passado despercebida pela historiografia do tempo.

No caso de a primeira hipótese ser verdadeira, esta pesquisa preenche esta lacuna. Se a segunda hipótese for a correta, esta pesquisa tem, em sua metodologia, sua maior contribuição, pois demonstra ser possível compreender como o tempo era compreendido pelos historiadores, ainda que estes não escrevessem diretamente sobre isso.

Lavissee, entre 1879 e 1916, publicou diversos livros sobre a Alemanha, sua história, sua política e modos de guerra, o que em um primeiro momento pode parecer surpreendente, pois trata-se de um autor preocupado com a formação da identidade nacional da França. Mesmo quando se dedicou a escrever uma “História Geral”, usou como marcos temporais eventos e personagens preponderantemente franceses. Além de textos historiográficos, Lavissee também trabalhou em manuais escolares e projetos de educação nacional da França, não apenas do ponto de vista da história, mas também da formação dos cidadãos. Por que, então, parte considerável de sua produção se volta para o grande inimigo?

²BORGES, Rilton Ferreira. Zola e as percepções do tempo: naturalismo e história em *Germinal*. São Paulo: Alameda, 2017.

³Chamamos de “historiografia do tempo” os trabalhos que têm como tempo seu tema principal. A maioria destes trabalhos é proveniente do campo da história da ciência.

⁴Um tema pode estar presente em um texto, ainda que de forma implícita.

As décadas entre a derrota na Guerra Franco-Prussiana e a eclosão da Primeira Guerra Mundial foram marcadas pelo ímpeto francês de não se esquecer da derrota. A perda da Alsácia-Lorena nunca foi aceita, e o sentimento de revanche era grande. Contudo, não foi apenas a construção de uma memória revanchista que motivou Lavissee a escrever sobre a Alemanha: podemos perceber que, ainda que fosse visto com certo desprezo, o novo Estado também despertava curiosidade. Lavissee deixa claro, já na introdução da obra, que vê os alemães como muito diferentes dos franceses, e a construção desta alteridade pode ter ajudado a forjar parte da identidade francesa.

E como a análise da alteridade nos ajuda a compreender as noções de tempo presentes na época? Lavissee se refere à Alemanha como uma nação que se pretendia grande, “mas não completou seu destino”. Esta afirmação nos leva a pensar sobre a atitude que o autor defende frente ao tempo: deve-se construir o próprio futuro. Se compreendemos nesta frase uma crítica à Alemanha, podemos supor que nela está inserida uma proposta à França, pois a grandiosidade da nação depende das ações. A nação, portanto, não deve esperar pelo futuro, e sim ir de encontro a ele. A partir desta constatação, levantaremos as hipóteses de pesquisa, tendo como horizonte o fato de que, ao descrever a Alemanha, Lavissee demonstra uma concepção de tempo que propõe à França.

Ao tratar dessa concepção de tempo é que percebemos, em Lavissee, uma reflexão que em muito se assemelha à noção de múltiplas temporalidades de Fernand Braudel. Essa constatação, por forte e aparentemente estranha, se tornou nossa tese principal. Ao resgatar o passado e projetar o futuro da França, em oposição à vizinha Alemanha, Lavissee identifica elementos históricos que não se superam senão após longos períodos e interação com situações de médio e longo prazo. Sem nomeá-las dessa forma, Lavissee está tratando de eventos de longa duração, média duração e curta duração.

A primeira dificuldade para defender esta tese está nos lugares-comuns usados para definir a Escola Metódica. Ainda é comum se referir aos historiadores da geração de Lavissee como “positivistas”, e este adjetivo carrega consigo uma série de características erroneamente atribuídas aos historiadores “metódicos”. O Positivismo, de Auguste Comte, tinha uma concepção de tempo linear, determinista e teleológica: a humanidade caminharia necessariamente em direção ao progresso guiada pela ciência. Como já foi demonstrado por diversos trabalhos (alguns citados ao longo dos capítulos), uma leitura atenta das obras dos historiadores da Escola Metódica é suficiente para perceber que nada tinham de positivistas.

Esta imagem equivocada que tivemos da geração de Lavissee é decorrente, primeiramente, das críticas oriundas da primeira geração dos *Annales*. Com o objetivo de afirmar sua nova concepção de história, a geração de Bloch e Febvre identificou seus antecessores com tudo o que havia de errado na pesquisa histórica, e muitos historiadores posteriores aceitaram essas críticas como verdades. Se Lavissee, Monod e Seignobos representavam uma história ultrapassada, como é possível que eles fizessem algo parecido com a pesquisa histórica mais recente? Acontece que a grande novidade dos *Annales* se deu nos objetos e nas questões, não na metodologia: o trabalho a partir dos documentos e a citação das fontes, conforme aprenderam com Langlois e Seignobos, foi integralmente respeitado (PROST, 2015, p. 39).

Outra dificuldade que se coloca é que estamos propondo uma abordagem diferente da que se costuma fazer na história da historiografia. As raras pesquisas de história social da história trazem pouco sobre a prática concreta do “ofício” do historiador, preferindo o estudo institucional (criação de postos, revistas, etc.) ou biográfico (origem social, trajetória dos historiadores) e análise das polêmicas entre as diferentes correntes da pesquisa histórica (NOIRIEL, 1990, p. 58). A partir da proposta de Noiriel consideramos Lavissee como um “profissional da história”, um indivíduo para o qual a pesquisa histórica é um ofício, e que por consequência é formado e remunerado como tal.

Antes de seguir para os capítulos, uma breve explicação a respeito de seus títulos. “Localização” faz referência à forma como a linguagem tende a “especializar” o tempo: falamos em “medir” o tempo, “localizar” no tempo, construímos linhas do tempo... e tudo isso só é possível usando metáforas que aludem ao espaço. Além de problema para diversas outras áreas de conhecimento, o tempo é também um problema linguístico. Neste capítulo estamos “localizando” Lavissee em sua época ao traçar a constituição de uma forma de se pesquisar e escrever a história (“historiografia”), reconhecendo os campos nos quais está inserido (“campo”) e analisando como o historiador projeta o futuro de sua nação (“projeto”).

O capítulo “herança” faz referência às experiências de longa duração e ao tempo como “criador” ou “transformador”. É um olhar para o passado que “cresceu” no século XIX com descobertas na área da geologia e a teoria da evolução, que mudaram a escala de tempo da Terra de milhares para milhões ou bilhões de anos.

“Identidade” era, originalmente, um tópico do capítulo “herança”, mas ganhou vida própria e reivindicou para si um espaço maior. O título é autoexplicativo, mas cabe ressaltar que neste capítulo propomos a construção da identidade como uma experiência temporal.

“Energia” faz referência à influência que a termodinâmica teve sobre o pensamento social do século XIX. Procuramos demonstrar como ela permeia o imaginário do período e é usada, mesmo que indiretamente, para descrever fenômenos sociais.

Explicações dadas e advertências feitas, seguem-se os capítulos.

CAPÍTULO 1: LOCALIZAÇÃO

1.1. Historiografia

“Historiografia” é um termo que carrega uma tensão: congrega, ao mesmo tempo, o real e o discurso sobre o real. Segundo Michel de Certeau, a tarefa da historiografia é articular o real e o discurso onde essa articulação é impensável (DE CERTEAU, 1982, p. 11). A tensão entre história (o que se vive) e historiografia (o fruto da reflexão sobre a história), é o ambiente em que habita o historiador.

Além da tensão entre teoria e história (expressão muito usada pela historiadora Márcia D’Alessio), o historiador também habita a tensão entre diferentes temporalidades. O historiador tenta compreender o passado, mas sem se desprender do presente; também tenta compreender o presente olhando para o passado. Em suma, o historiador distingue o passado do presente, mas continuamente busca (re)conciliá-los. Neste tópico, traremos uma breve história da historiografia francesa para demonstrar como estas e outras tensões estavam presentes na constituição da história como ciência autônoma no século XIX.

Para compreender o nascimento da história como ciência na França, é importante compreender o papel que as trocas culturais deste país com a Alemanha desempenharam ao longo do século XIX. A memória cultural alemã, antes de penetrar no discurso ou nas práticas francesas, pode ser encontrada nas cartas, notas, documentos administrativos e manuscritos diversos, em que os arquivos franceses são particularmente ricos (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 969).

Neste contexto de trocas culturais, a filologia representa uma ponte entre a França e a Alemanha no começo do século XIX, mais precisamente uma ponte entre duas instituições universitárias que estreitam seus contatos (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 972). O reconhecimento universal do mesmo objeto e dos autores clássicos, permitiu às duas instituições universitárias que se reunissem e, ao mesmo tempo, evidenciassem suas divergências. Enquanto na França o estudo dos autores era ditado pela preocupação de cultivar uma forma retórica, na Alemanha, ao contrário – onde a filosofia e a filologia gregas não eram diferenciadas no nível das instituições de ensino – a crítica aos textos tentava se unir a um sistema especulativo (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 972).

O paradigma francês favorecia a totalidade, o grupo e, portanto, as formas do pensamento político, que na Alemanha, onde dominava o paradigma da especulação individual, do pensamento teórico, não podia ser implantado (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 974). Não havia nenhuma difusão possível da filosofia alemã na França, nem da política francesa na Alemanha, mas somente uma insistência excessiva, em que cada paradigma recuperava os

elementos do paradigma vizinho e lhes integrava a seu próprio sistema (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 975).

Ao ser introduzida no mercado das ideias francesas, a Alemanha se tornou um desafio ideológico próprio. A referência à Alemanha passou a ser usada para fins de legitimação em dois níveis: por um lado, ela defendia seu prestígio intelectual das correntes ideológicas e dos movimentos de ideias francesas dominantes; por outro lado, os porta-vozes da Alemanha na França entraram em concorrência interna: vários intelectuais disputavam o papel de detentores legítimos da “verdade alemã” (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 979). A referência alemã também funcionava como uma subversão da teoria anterior. Proudhon, por exemplo, usava Hegel para desmascarar seus concorrentes, ainda que jamais o tivesse lido (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 979).

O decreto de 1808 que restabeleceu as faculdades de letras e ciências na França, fez do ensino superior um simples apêndice do ensino secundário e não o motor de uma verdadeira prática científica como na Alemanha no mesmo momento. Sua principal função era fazer passar nos exames e dar cursos gerais para o grande público (NOIRIEL, 1990, p. 59). A criação da *École pratique des hautes études* em 1866 foi ao encontro do objetivo de aclimatar na França uma “pesquisa à alemã”, tida como mais eficiente do que a francesa. Mas isso não é mais do que uma das consequências da imagem da sábia Alemanha que se formou por volta da primeira metade do século XIX (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 982).

Os métodos históricos nascentes foram influenciados pela longa evolução da filologia. A crítica às fontes, ligada ao desenvolvimento simultâneo da historiografia e da filologia alemãs, é também a distinção entre o falso e o verdadeiro que o luteranismo instituiu para a leitura do texto bíblico (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 987). A mesma hermenêutica que favorecia a difusão da filosofia alemã na França assegurava o desenvolvimento dos métodos históricos quando a disciplina histórica começava a ganhar força, daí sua influência sobre as noções de “crítica interna” e “crítica externa” sistematizadas pela Escola Metódica. Logo, o historiador não exigia que as pessoas acreditassem em sua palavra por ser um profissional conhecedor de seu ofício, mas oferecia ao leitor a possibilidade de verificar suas afirmações. Segundo Marc Bloch: “Uma afirmação só tem o direito de existir com a condição de poder ser verificada” (PROST, 2015, p. 55).

Langlois e Seignobos, em seu famoso/famigerado *Introdução aos estudos históricos*, de 1897, buscaram tratar o método crítico da forma mais detalhada possível e defender a identidade da história frente à sociologia (MUCHIELLI, 1995, p. 130). A crítica, segundo esses autores, não é um trabalho de principiante: é necessário já ser historiador para criticar um documento

porque, no essencial, trata-se de confrontá-lo com tudo o que já se sabe a respeito do assunto abordado. Em determinado sentido, a crítica é a própria história e ela se afina à medida que a história se aprofunda e se amplia. Também fazem a distinção entre crítica externa e crítica interna (PROST, 2015, p. 57).

As regras da crítica e da erudição, a obrigação de fornecer suas referências, não são normas arbitrárias; certamente, ela institui a diferença entre o historiador profissional e o amador ou o romancista (PROST, 2015, p. 61).

Segundo Seignobos, a atitude crítica não é natural (PROST, 2015, p. 62). Mas a história é um conhecimento através de vestígios, por isso não pode existir sem crítica: nisso concordavam historiadores do século XIX ao século XX. Não se pode definir a história como conhecimento do passado; todos os fatos do passado já foram presentes, e entre uns e outros, nenhuma diferença de natureza. “Passado” é um adjetivo, não um substantivo, e é abusivamente que se utiliza o termo para designar o conjunto ilimitadamente aberto dos objetos que podem apresentar esse caráter e receber essa determinação (PROST, 2015, p. 64). Para Seignobos, “Os fatos históricos só existem por sua posição relativamente a um observador” (PROST, 2015, p. 65).

A escola metódica que, na França, criou a profissão de historiador, não se contentava com essa análise. no contexto cultural do final do século XIX, dominado pelo método experimental de Claude Bernard, ela decidiu enfrentar o desafio que consistia em transformar a história em uma “ciência” propriamente dita; daí seu combate contra uma concepção “filosófica” ou “literária” da história (PROST, 2015, p. 68).

A modéstia se torna um valor para o historiador. A objetividade seria uma prova de humildade. A exaltação do trabalho histórico como “obra coletiva” é um efeito de outro aspecto essencial da moral profissional do grupo. O empenho da primeira pessoa do plural se impõe como uma regra que poucas teses ousam transgredir. A redefinição do saber histórico no final do século XIX concerne à “epistemologia da história”. O historiador profissional passa a ter que defender sua corporação justificando sua prática em nível epistemológico (NOIRIEL, 1990, pp. 72-73).

Como a história é uma ciência da observação indireta, o método crítico serve de fundamento não só como o conhecimento, mas também como ciência (PROST, 2015, p. 68). A crítica fundamental que se fez à Escola Metódica, sobretudo por parte da primeira geração dos *Annales*, encontra-se em certa ingenuidade que permitia o encadeamento demasiado simples entre documento, crítica e fato (PROST, 2015, p. 70).

Antes de se constituir como uma área de conhecimento autônoma, a história era vista como um gênero literário que registrava o passado. O século XIX, o “Século da História” (KERN, 2003, pp. 60-61), foi aquele que viu a história adquirir a condição de “estudo do

passado” e, a partir daí, reivindicar sua cientificidade (BARROS, 2013, p. 18). Notemos, portanto, que a condição da história muda de “registro” para “estudo” quando uma nova atitude frente ao passado se coloca: de fonte de informações, o passado passa a ser objeto de análise.

Dando um passo adiante, podemos perceber que não é apenas o passado que interessa ao historiador, mas o tempo de um modo geral. Mesmo ao estudar o tempo presente, o historiador está impregnado da perspectiva temporal, o que o diferencia de outros estudiosos, como o sociólogo ou antropólogo (BARROS, 2013, p. 19). O tempo, podemos dizer, é o elemento sem o qual a história não existe. “Os historiadores estão presos ao tempo, literalmente” (BARROS, 2013, p. 17). É visceral em cada historiador a ideia de que tudo se inscreve no tempo, de que tudo se transforma e que devemos refletir de modo problematizado sobre cada transformação. Portanto, não se pode separar a experiência do tempo da experiência da escrita da história.

Retomando a famosa expressão de Marc Bloch, reafirmamos que a história é a ciência dos homens no tempo. Mas o tempo histórico, que é o tempo com o qual os historiadores trabalham, não pode ser confundido com outros tempos ou outras experiências do tempo, ainda que dialogue com eles ou mesmo os incorpore. O tempo do historiador não pode ser confundido com o tempo do relógio ou calendário (tempo cronológico), mas precisa comportar uma medição objetiva (BARROS, 2013, p. 23). O tempo histórico surge da percepção de uma multiplicidade de experiências temporais, individuais e coletivas, o que extrapola a objetividade do relógio e do calendário, mas que, ao mesmo tempo, não pode prescindir de ambos para se tornar portador de significado.

Existe uma imagem equivocada da história entre os leigos que imaginam as datas como a razão da história ser ensinada nas escolas, e que os alunos aprendem na medida em que decoram datas; gostam de testar os historiadores – pesquisadores e, principalmente, professores de história – perguntando sobre datas, como se isso atestasse seu conhecimento historiográfico. “Digamos que as datas desempenham um papel análogo ao que é desempenhado pelos tubos de ensaio (ou pelos aparelhos de medição de temperatura) na atividade dos químicos” (BARROS, 2013, p. 24). Da mesma forma que saber manusear um béquer não atesta o conhecimento de um químico, a memorização de uma série de datas não certifica a competência de um historiador. Entretanto, o uso correto de béqueres e datas é importante, respectivamente, nas pesquisas química e histórica.

Ao olhar para um sintoma o leigo vê apenas sua externalidade, enquanto o médico busca suas causas profundas. O mesmo acontece com a data ao ser observada pelo leigo ou pelo

historiador. A capacidade do historiador de enxergar a data para além da data em si é uma de suas especificidades, buscando contextos e correlações.

Ao olhar para uma data em uma folha de papel, portanto, o historiador enxerga muito mais além dos seus algarismos: ele enxerga uma época, uma sociedade, vidas humanas que foram vividas de uma maneira específica, e não de outra; constrói uma distância em relação a si mesmo, formula determinados problemas (BARROS, 2013, p. 25).

Algo semelhante é percebido por Ginzburg quando este afirma que a história se manteve irremediavelmente ligada ao concreto. O historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o conhecimento médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural (GINZBURG, 1989, pp. 156-157).

Outra característica do tempo dos historiadores é que este ordena (BARROS, 2013, p. 27). É parte do trabalho do historiador organizar os dados de sua pesquisa de modo que façam sentido; caso contrário, a experiência de ler um texto de história equivaleria a observar do alto o trânsito de uma avenida importante no horário de pico: veríamos uma série de movimentos aparentemente desconexos sem poder saber por que e para que ocorrem.

A especificidade do tempo histórico não faz com que o historiador lide com apenas uma temporalidade. Como Braudel demonstrou, a história lida com múltiplas temporalidades. Não há, porém, um modelo único para lidar com as múltiplas temporalidades. Podemos citar, por exemplo, a diferença entre os procedimentos de Marc Bloch e Lucien Febvre: o primeiro partia da estrutura; o segundo, do evento: ambos faziam história com competência.

A longa duração foi o grande conceito introduzido pelos *Annales* no que diz respeito à temporalidade (BARROS, 2013, p. 123). Mas ela levantou uma questão intrigante: existe história imóvel? Le Roy Ladurie sustenta que o historiador pode identificar “longas faixas de imobilidade”, que parecem suspender a história por alguns instantes, até que ela recomeça com novos ritmos (BARROS, 2013, p. 124). Le Goff, por sua vez, rejeita a noção de uma história efetivamente imóvel: ampliando o olhar, o historiador é capaz de perceber que o que parece imobilidade em um determinado recorte é, na verdade, parte de uma transformação extremamente lenta ao longo de um intervalo maior.

Por outro lado, a história tradicional lida mais com o tempo curto. Seu valor reside na crença de que é o mais rico em humanidade, pois é o tempo vivido pelo indivíduo. Contudo, é um tempo perigoso, pois é o tempo da paixão aflorada, o que pode deixar o historiador em risco. Mais tarde o tempo curto foi rebaixado à insignificância, por ser um tempo ilusório, sendo mais próprio do jornalismo ou da crônica, que seriam incapazes de distinguir o evento significativo do fato obscuro (LEDUC, 1999, p. 25).

Outro elemento que deveria garantir a cientificidade do saber histórico era o distanciamento, visto como fator que asseguraria a objetividade do historiador. A história do tempo presente no século XVIII tinha uma primazia indiscutível por motivos políticos e didáticos, mas também por razões metódicas: aparentemente era mais “simples” de se fazer. Já no final deste século ela começou a sofrer questionamentos, em especial pelas limitações políticas impostas aos que se dedicavam a fazer história de sua própria época. Mas as objeções a esse tipo de história procediam cada vez menos da situação política ou da censura, e mais de uma nova experiência transformada da realidade histórica, ou seja, de sua estruturação temporal (KOSELLECK, 1993, p. 318). Ou, usando o belo conceito forjado por Hartog (que devemos tomar o cuidado de não transformar em um lugar-comum), o final do século XVIII vivia uma mudança de regime de historicidade consolidada ao longo do século XIX. O historiador, no sentido moderno, passa a ser, no século XIX, a figura de conhecimento que contrasta com a do século XVIII, de tipo iluminista, na qual a história representava apenas uma de suas facetas (BARROS, 2013, p. 16).

Neste novo contexto, era necessário reduzir a influência do presente sobre o passado, adotando uma certa distância. Esse distanciamento também permitiria distinguir entre fatos e eventos. Isso também explica porque no final do século XIX e começo do século XX tantos historiadores consagraram seus estudos à antiguidade e ao medievo: quanto mais antigo o período, mais profissional precisa ser o historiador, pois uma grande distância temporal exige maior conhecimento técnico; já a história contemporânea foi deixada para os “amadores” (LEDUC, 1999, p. 60), para os jornalistas ou para historiadores e filósofos que uniam esta prática à formulação de prognósticos. Podemos citar, entre eles, Droysen e Marx, que tiravam o impulso para sua história do presente de um futuro no qual tentavam interferir em função de diagnósticos históricos. Mesmo Ranke chegou a fazer algo semelhante (KOSELLECK, 1993, p. 320).

Por outro lado, pensadores como Ranke acreditavam ser necessário esquecer o máximo possível do presente para compreender o passado (LEDUC, 1999, p. 58). Por isso, o grande medo dos historiadores dessa época era o anacronismo: devia-se observar o passado com os olhos dos homens do passado. O distanciamento também permitia o estabelecimento de fatos e sua posterior interpretação. Essa dicotomia foi teorizada no final do século XIX pela Escola Metódica. Para Langlois e Seignobos os fatos não estavam prontos; entretanto, os fatos eram construídos de forma definitiva: uma vez estabelecidos, não poderiam mais ser alterados ou reinterpretados. A importância atribuída ao trabalho de construção dos fatos era explicada pela preocupação em fornecer um *status* de ciência ao texto do historiador (PROST, 2015, p. 54).

Na medida em que se registravam experiências históricas novas, que se presumiam não terem se realizado anteriormente, se pôde compreender o passado como fundamentalmente diferente, o que levou à necessidade de que as épocas fossem expressas como singulares no horizonte do progresso. O diagnóstico do tempo novo e a análise de épocas passadas se correspondiam (KOSELLECK, 1993, p. 313).

Mas esta posição revela um paradoxo: o historiador do presente deve se colocar no lugar de quem viveu uma determinada época para melhor compreendê-lo; contudo, quem realmente viveu aquela época não poderia escrever sua história, pois não teria o distanciamento necessário. De outra forma: a história só poderia ser escrita por aqueles que fingem ser, mas nunca por aqueles que realmente foram. É paradoxal que num momento de transição acelerada a historiografia tradicional do presente encontre cada vez mais dificuldades e chegue a cair em descrédito entre os historiadores profissionais. O “testemunho ocular”, antes valorizado, passa a ser questionado porque a história “real” só pode ser feita depois de certo tempo a partir de uma crítica que se mostra “completamente diferente” do que pareceu às testemunhas (KOSELLECK, 1993, p. 317).

Os universitários republicanos foram bastante condescendentes com estes pretensos historiadores que eram, a seus olhos, não mais do que ideólogos: fazer história do tempo presente seria dar opinião, não fazer ciência. Aos poucos, entretanto, perceberam que não podiam deixar este campo da história livre aos adversários do regime e cadeiras de história contemporânea foram sendo criadas nas universidades. A história contemporânea foi ganhando força e o ensino da história do período posterior à Revolução Francesa foi sendo incrementado ao longo do século XIX. “A constituição pelos republicanos de um verdadeiro ensino superior na área das Letras, nas últimas décadas do Século XIX, serviu de coroamento a essa evolução” (PROST, 2015, p. 21).

A falta de formação para a pesquisa histórica explica a grande heterogeneidade de normas para a prática científica. Nenhum elemento objetivo podia sancionar o valor científico do trabalho (NOIRIEL, 1990, p. 59). Gabriel Monod se refere a seus antecessores como autodidatas. No fim do Segundo Império, a história continuava inteiramente subordinada às disputas políticas do momento. Note-se que ao longo do século XIX a história sempre teve um papel político. Portanto, é compreensível que no momento de sua constituição como ciência autônoma tal papel ainda estivesse presente. Das 150.000 a 200.000 páginas de “história” que surgiam a cada ano no início da Terceira República, a quase totalidade foi publicada por “historiadores amadores” (apenas 2% das obras eram de universitários). Dois tipos de elite reinaram sobre a escrita da história. Nas cidades, mais do que os universitários, os profissionais

liberais (sobretudo advogados) que forneceram as “histórias” mais numerosas. No mundo rural, os quadros da sociedade tradicional dominavam: membros da Igreja e da nobreza (NOIRIEL, 1990, p. 60).

A primeira geração dos *Annales* combateu a história “metódica” como uma espécie de “suma de todos os defeitos” que a historiografia podia ter, e propuseram uma história mais conforme à “realidade profunda”: preferência pelas estruturas duráveis em detrimento aos acidentes da superfície, pelos comportamentos coletivos em detrimento às ações individuais, pela longa duração em detrimento aos movimentos de fraca amplitude, pela produção, trabalho, tecnologia e transformações sociais decorrentes em detrimento dos regimes políticos e identidade dos detentores do poder (RÉMOND, 2003, p. 16).

A história “metódica” seria, então, limitada tanto do ponto de vista espacial quanto temporal, voltada ao particular, sendo incapaz de compreender o geral e fazer comparações, sínteses e generalizações, o que, segundo os “annalistas” daria cientificidade à história. Ao invés de formular hipóteses, a história política metódica permaneceria exclusivamente narrativa. Neste sentido, as biografias também superestimariam os humores dos dirigentes e subestimariam as bases estruturais dos acontecimentos (RÉMOND, 2003, p. 17). Uma história elitista, aristocrática, anedótica, individualista, factual, subjetivista, psicologizante e idealista, o que não mais caberia num mundo tomado pelas massas e cada vez mais democrático. Em suma, a história política era obsoleta (RÉMOND, 2003, p. 18). Essa ruptura se dá por uma nova percepção da realidade: não eram os historiadores que se voltavam ao político que tinham uma visão estreita e incompleta da realidade; o fato era que a política passou a ser vista como uma pequena superfície do real, a realidade não estaria ali (RÉMOND, 2003, p. 19).

Podemos dizer que o historiador vive, em seu ofício, a tensão da dialética das temporalidades. Isso se torna claro quando se tem consciência de que o historiador se refere ao passado, mas o faz no presente. Benedetto Croce, retomado por Lucien Febvre, postula a ideia de que “toda história é contemporânea” (BARROS, 2013, p. 127). A história da historiografia precisa lidar com essa tensão: quando lidamos com os escritos de Lavissee, por exemplo, mesmo quando este se refere ao século XVIII ou períodos ainda mais antigos, não deixa de ser um testemunho do final século XIX.

Neste momento, vamos buscar nos escritos de Lavissee um testemunho a respeito da constituição da história como ciência nas últimas décadas do século XIX. Para isso, vamos adotar uma estratégia que reconhecemos ser bastante heterodoxa: usar textos que, *a priori*, não são classificados como historiográficos e que não tratam diretamente de teoria ou metodologia da história. Usando o que podemos chamar de “deslocamento do olhar”, vamos buscar nos

Ensaio sobre a Alemanha Imperial aquilo que os textos historiográficos de Lavissee não poderiam nos dar; ou, melhor dizendo, não estavam autorizados a nos dar.

Interdição é um termo que pode soar estranho ao vocabulário científico: remete a obscurantismo, trevas, perseguição, falta de liberdade. Mas é justamente a interdição que estabelece o caráter científico e a autonomia das ciências nascentes ao final do século XIX. A interdição é o procedimento de exclusão mais familiar: não se pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar a qualquer momento (FOUCAULT, 2013, p. 9).

No contexto em que a história se constitui como ciência, tal processo é ainda mais relevante: além de determinar o que é ou não história, também se debate o que é ou não ciência e se a história merece tal definição. O nascimento das ciências modernas se dá com o surgimento das instituições de saber, que determinam a linguagem científica e uma “doutrina” (DE CERTEAU, 1982, pp. 69-70).

Talvez mais importante do que definir o que o historiador deveria fazer, era estabelecer o que ele não podia fazer sob pena de não ser considerado um “verdadeiro historiador”. Entre as interdições da história científica estava justamente a determinação de que o historiador não deveria deixar suas impressões pessoais aparecerem em seu texto. O bom historiador mostraria os fatos, revelados após profundo rigor científico; a dúvida, a suposição, a incerteza, as escolhas feitas diante de obstáculos durante a pesquisa, não caberiam no texto de história. Segundo Certeau, o discurso histórico “omite” o percurso que o constrói (DE CERTEAU, 1982, p. 78). O “eu” é proscrito na medida em que a personalidade do historiador é excluída do texto de história (PROST, 2015, p. 238). Ensaio, por outro lado, não estavam submetidos a esta interdição. O “Lavissee ensaísta” podia expor suas opiniões, dúvidas, questionamentos e impressões sem cometer o pecado da falta de objetividade: o ensaio não é um texto científico.

Diversas críticas aos historiadores da Escola Metódica partam de leituras que desconsideram o fato de que seus textos omitissem boa parte do trabalho realizado antes de sua redação. Por isso, acreditamos que buscar estas reflexões (onde elas existem) é um passo importante para se compreender a historiografia do final do século XIX.

Vejamos um exemplo bastante interessante de como esta reflexão aparece na escrita de Lavissee no prefácio de seus *Ensaio*. Ao falar de sua própria época, o historiador afirma que seus colegas de profissão ainda não seriam capazes de compreender a grande política de sua época e suas consequências (LAVISSEE, 1888, p. XXI). Esta afirmação é absolutamente condizente com a ideia de que a história só podia ser estudada a partir de certo distanciamento temporal. Mas Lavissee continua: os historiadores do futuro verão que entre as potências de então havia proporção razoável. Descreverão orçamentos, armamentos e paradas gigantescas.

Recontarão a história do duelo heroico-cômico entre a bala de canhão e a couraça do navio, o obus e a muralha (LAVISSE, 1888, p. XXII).

Recomendamos ao leitor uma pequena pausa para refletir sobre o último parágrafo. Após a pausa, observemos com muita atenção: Lavissee, como historiador, foi capaz de descrever o que os historiadores do futuro descreveriam a respeito de sua época. Como ele não podia fazer uma história do tempo presente (interditada pelo método que estava se consolidando), ele coloca suas palavras na boca de historiadores do futuro. Usando o vocabulário de Koselleck, podemos dizer que esta história “a ser escrita” estava no horizonte de expectativa de Lavissee. Mas, deixemos claro: tal procedimento só era possível em um ensaio; um texto que descreve o presente ou “prevê o futuro” não poderia ser classificado como história, muito menos como científico.

Seguindo com a reflexão a respeito das características da historiografia da época de Lavissee, vejamos como este autor lida com os imperadores alemães em seus ensaios. Em uma excursão à Alemanha, Lavissee visita algumas universidades; no edifício principal de uma delas, encontra uma dedicatória: “Frederico-Guilherme III à universidade das letras”. Todos os edifícios e estátuas ali tinham menções semelhantes. Lavissee observa que era um costume dos soberanos alemães colocar seu nome por toda parte e cita a inscrição que viu na entrada do jardim botânico de Munique: “as flores que Deus disseminou por diversas partes do mundo, Maximiliano as reuniu aqui” (LAVISSE, 1888, p. 266). Para o historiador, os reis da Prússia tinham razão em colocar seus nomes nos frontispícios, pois quase tudo na monarquia procedia deles. Mas eles não teriam feito sozinhos as universidades: Lavissee atribui aos idealistas, homens com fé em seu ideal, o desenvolvimento intelectual, apesar das misérias políticas alemãs (LAVISSE, 1888, p. 266).

Outra pausa para reflexão. Entre as críticas que os “metódicos” receberam de seus sucessores estava o fato de darem demasiada importância aos homens da política, daí a crítica às biografias históricas. Eis que Lavissee, em um de seus ensaios, faz uma ponderação: sim, os reis da Prússia eram figuras centrais em seu contexto, daí a importância de se considerar seus feitos como “históricos”; mas não, eles não fizeram tudo sozinhos. Lavissee, e certamente os demais historiadores de sua época, tinham consciência do papel de outros agentes históricos. Mas por que a ênfase seguia nos “grandes feitos” dos “grandes homens”?

Na mesma excursão, Lavissee vê nos jornais uma foto emblemática: “Quatro imperadores”: o velho imperador com o bisneto no colo, o filho e o neto em pé perto dele. O historiador comenta: “Quatro imperadores, nos tempos que correm, são muitos imperadores!” (LAVISSE, 1888, p. 285). A dinastia não sofria qualquer ameaça, mas no futuro a ausência de

um herdeiro poderia criar incerteza sobre como seria a continuação do império. Na França se falava muito sobre o que seria da Alemanha quando não mais houvesse Bismarck e Moltke, mas se cometia grande injustiça, na visão de Lavissee, em não se considerar o que poderia acontecer com a morte do imperador. Um homem que teve seus primeiros distintivos em 1814 e os últimos em 1871, não era apenas um ornamento de desfile: sua longa vida era o cimento entre o passado, o presente e o futuro. Esta reflexão de Lavissee mostra a importância do personagem histórico e o raciocínio por trás da eleição de um “grande homem” como objeto do historiador.

Lavissee prossegue com sua descrição do velho Imperador. Guilherme I tinha outros méritos além da longa vida: se esforçou em cumprir seu dever militar mesmo em tempos de paz, mantendo o espírito militar da Prússia, além de reorganizar o exército mesmo enfrentando a impopularidade, o ódio e o perigo da revolução. Além disso, acreditava na realeza e tinha fé na missão que estimava ter recebido do próprio Deus: “Reinar pela graça de Deus, que belo sonho do passado!” (LAVISSEE, 1888, p. 286). Contudo, Guilherme I não seria um inimigo do espírito moderno. Tinha delicadeza e prudência. Monarca constitucional de uma espécie particular, soube se colocar no regime parlamentar. Guilherme, para Lavissee, é um *personagem*: é difícil dizer o que ele teria feito sem Bismarck, mas certamente Bismarck não teria feito nada sem ele (LAVISSEE, 1888, p. 286).

Através da análise que Lavissee faz da figura de Guilherme I podemos discutir o papel que uma história pautada em “grandes homens” ainda exercia no final do século XIX. Em última instância, ela ainda era uma história *possível*: “grandes homens”, como Guilherme I, ainda eram protagonistas na história e na política de seus domínios. Ao mesmo tempo, esses “grandes homens” se tornavam obsoletos na medida em que o protagonismo da política foi deslocado aos partidos, parlamentos e massas de eleitores. O avanço da democracia deslocou o olhar dos historiadores: a diferença entre “metódicos” e “annalistas” neste quesito pode ser vista muito mais como uma mudança de contexto histórico do que propriamente uma “correção” na metodologia de trabalho.

Na época do Romantismo a história centralizava-se no povo, como herói coletivo, obcecados pela questão de conhecer as origens da Nação francesa a partir do Povo Franco. Os próprios historiadores da escola metódica, que pretendiam escrever uma história puramente científica, formularam a questão relativa à nação e às instituições, ou seja, as questões políticas mais relevantes da época (PROST, 2015, p. 85). Lavissee é um dos exemplos de como os historiadores se relacionam com as questões do momento histórico em que vivem: o

“celebrante da identidade nacional francesa” se interessou pela história da Prússia no momento em que a unidade alemã ameaçava a França (PROST, 2015, p. 86).

Em sua reflexão sobre a Alemanha, Lavissee usa uma obra chamada “A Alemanha atual”, de um autor anônimo que se identifica como belga. O historiador identifica o tom leve e descontraído de sua escrita, capaz de tratar com humor assuntos muito sérios. Pelas características da escrita, Lavissee tenta descobrir quem seria o autor anônimo, e imagina ser um homem com mais de sessenta anos, que viajou bastante. Talvez um diplomata? Não, pois um diplomata teria o espírito menos livre (LAVISSEE, 1888, p. 289). Lavissee imagina que seja na verdade um francês, muito cultivado, rico, que viajou por curiosidade, bem relacionado, que tratou com pessoas que “tocaram a história com suas próprias mãos” (LAVISSEE, 1888, p. 290). É interessante notar como Lavissee usa a metodologia das críticas interna e externa do texto para formular uma hipótese sobre a autoria do texto, que trata de um certo mal-estar alemão.

Lavissee diz que vai procurar as causas desse mal-estar na política em 1887 com plena liberdade de espírito, usando o “método dos filósofos, que começam pela crítica das ideias recebidas, e que demolem antes de reconstruir” (LAVISSEE, 1888, p. 291). Ora, o “método dos filósofos” não é o método dos historiadores, portanto cabe ao ensaio, não ao texto historiográfico. Segundo Michel Serres, a filosofia pode se colocar como antecipação dos pensamentos e práticas futuras, caso contrário seria apenas uma subseção da história, da linguística ou da lógica. Deve inventar, inclusive o terreno comum das intenções por vir: inventar as condições da invenção (SERRES, 1996, p. 122).

O “método dos filósofos” a que Lavissee se refere, entretanto, parte de um questionamento: seria verdadeiro que a Alemanha sofre com os problemas decorrentes de ter se transformado na maior potência militar do mundo, da raiva que despertou ou, em uma palavra, da brusca transformação que sofreu em 1866? Para responder, o historiador entende que é necessário comparar o estado anterior e atual do país (LAVISSEE, 1888, p. 291). Estamos diante de um método que considera a diacronia, comparando o presente ao passado e buscando as relações entre ambos. Em que isso é diferente do que faz um historiador hoje em dia? Em praticamente nada. Mas em que isso difere do que faria um historiador contemporâneo de Lavissee? Em termos de perspectiva: a história metódica busca compreender o passado a partir dos documentos deixados, e não o presente a partir do passado.

Críticas foram feitas ao pensamento de Seignobos ao considera-lo uma “história de tesoura e cola”. Seignobos não se reconheceria em uma descrição tão simplista, mas a maior parte dos historiadores em seu cotidiano funciona segundo este esquema. “Os livros de uns são, efetivamente, coletâneas de fatos para os outros” (PROST, 2015, p. 69). Mesmo quando os

nega, o historiador não deixa de dialogar com seus antecessores e contemporâneos. E é com esta rede de diálogos que vamos lidar no próximo tópico.

1.2. Campo

Como o título deste tópico indica, estamos dialogando com Bourdieu e sua noção de campo. A partir desta perspectiva, só é possível adotar o ponto de vista do autor se se coloca como condição refazer seu universo de possibilidades, ou seja, reconstituir as escolhas feitas dentro daquilo que era possível em seu contexto (BOURDIEU, 1996, p. 107). Sendo assim, é preciso observar as escolhas e recusas dentro dos espaços dos possíveis que se oferecem a ele (BOURDIEU, 1996, p. 108). Dessa forma, acreditamos que a afirmação que se segue vale para o contexto dos historiadores:

Procurar na lógica do campo literário ou do campo artístico, mundos paradoxais capazes de inspirar ou de impor os “interesses” mais desinteressados, o princípio da existência da obra de arte naquilo que ela tem de histórico, mas também de trans-histórico, é tratar essa obra como um signo intencional habitado e regulado por alguma outra coisa, da qual ela é também sintoma (BOURDIEU, 1996, p. 15).

Representação e sintoma: um texto historiográfico ou um ensaio escrito por um historiador também não poderiam ser classificados dessa forma?

“Não se escreve o que se quer” – afirmava Gustave Flaubert, referindo-se ao mercado editorial francês (BOURDIEU, 1996, p. 17). Quando a literatura se transforma em um produto lucrativo da empresa editorial, o autor muitas vezes se vê condicionado a escrever aquilo que vende. No contexto da produção de historiadores do século XIX é bastante provável que esta “barreira comercial” existisse, mas vamos abordar um outro condicionamento para a obra: o lugar ocupado (ou almejado) por seu autor. O lugar permite um certo tipo de produção e proíbe outros, tornando certas pesquisas possíveis e outras impossíveis, a partir da combinação entre permissão e interdição.

A história, que observa as mudanças na sociedade, também sofre mudanças. Portanto, há uma história da história. O historiador pertence a um tempo e abraça, às vezes mesmo sem saber, as curiosidades, inclinações e pressupostos de seu contexto e, mesmo no caso de se opor a eles, ainda assim os está tomando como referência. Existem, portanto, modas intelectuais ou descobertas que, impulsionadas por uma obra mestra ou uma convergência de fatores, levam uma geração a abrir passagem a novas perspectivas e enriquecer o conhecimento global (RÉMOND, 2003, p. 13).

Entretanto, tomamos como advertência as críticas que Certeau faz aos modelos que tentam conferir uma “unidade de pensamento” a um determinado grupo (DE CERTEAU, 1982,

p. 39). Assim sendo, precisamos ter claro que, mesmo integrante de um determinado campo e escola, Lavissee não é igual a seus colegas de profissão: pode ter formas de pensar a história bastante diferentes. Logo, nem todos os “metódicos” eram “metódicos” da mesma forma...

Para tratarmos das possibilidades decorrentes da relação entre permissão e interdição que compõe o campo, vamos dividi-lo em duas partes: relações científicas e relações políticas. Optamos por esta divisão não por se tratar de campos propriamente distintos (o título deste tópico está propositalmente escrito no singular), mas por uma questão metodológica e, por que não dizer, pedagógica. Metodológica na medida em que ao aproximarmos o olhar percebemos os diferentes tipos de relações que compõem uma mesma interação; pedagógica na medida em que acreditamos que esta separação torna o fenômeno analisado mais inteligível ao leitor. Desta forma, apresentamos as relações científicas e as relações políticas não como objetos distintos, mas como diferentes pontos de vista sobre o mesmo objeto. Também ressaltamos que, como nosso recorte vai até a publicação dos *Essais sur l'Allemagne*, em 1888, nosso foco está em um período um pouco menos conhecido da vida de Lavissee, de modo que não trataremos de sua ação mais próxima com o poder da Terceira República a partir da década de 1890, avançando para este período apenas quando estritamente necessário à compreensão de nosso recorte.

1.2.1. Relações científicas

A trajetória escolar de Ernest Lavissee é um típico exemplo da formação de um intelectual francês de sua geração. Prova disso é que se fizermos uma lista de seus colegas de escola desde os tempos do *Lycée Charlemagne* de Paris, onde ingressou em 1855, aos 13 anos, teremos quase um sumário de dicionário biográfico de intelectuais franceses: Henry Lemonnier (historiador da arte), Albert Dumont (arqueólogo) e Augustin Filon (professor de retórica e escritor) foram seus contemporâneos no Liceu; Albert Duruy (jornalista e escritor, filho do historiador Victor Duruy) e Paul Vidal de la Blache (geógrafo) foram seus “calouros” no Liceu; na *École normale supérieure* (onde ficou de 1862 a 1865) reencontrou Vidal e Dumont e fez novos amigos: Gabriel Monod (historiador), Alfred Rambaud (historiador), Pierre Foncin (historiador e geógrafo) e Alfred Croiset (filólogo) (LEDUC, 2016, pp. 9-10).

Em 1865, aprovado na *Agrégation* de história e geografia, foi nomeado para o liceu da Nancy, no qual lecionou por um ano antes de ser transferido para o liceu de Versailles, em 1866, onde lecionou por menos de um ano. De Versailles seguiu para um cargo na *rue de Grenelle* que acabou o levando, quase que por acaso, ao Palácio das Tulherias, mas estes episódios serão analisados no próximo tópico.

Com o ano de 1870 chegou a Guerra Franco-Prussiana; com o outono, chegou o sítio de Paris, que foi de setembro de 1870 a janeiro de 1871. Como Victor Duruy, já com 59 anos, e dois de seus filhos (entre os quais não estava Albert), Lavissee se alista na Guarda Nacional e serve nas fortificações da Primeira companhia do 252º batalhão (LEDUC, 2016, p. 14). A participação nesta guerra e a derrota marcaram para sempre o historiador que, tendo a Alemanha em seu espaço de experiência, jamais deixou de tê-la também em seu horizonte de expectativa. Em 1º de setembro de 1871, Lavissee publicou um longo artigo na *Revue de Deux Mondes* com o título “*L’invasion dans les départements du Nord*”, que reapareceu em obras posteriores (como os *Essais sur L’Allemagne...*) com o título de “*L’invasion dans le département de L’Aisne*”. L’Aisne é a região onde Lavissee nasceu e fica na fronteira com a Alemanha. No artigo Lavissee escreve quase como uma testemunha ocular, o que sabemos não ser possível porque o autor já não vivia na região havia vários anos.

A partir de então, a Alemanha passou a ser o grande objeto de Lavissee. Em 1872 solicitou uma licença para preparar sua tese na Alemanha e deixou claro em sua solicitação que seu objetivo era conhecer os principais trabalhos de história dos alemães. Com um auxílio de 500 francos por ano, partiu para a Universidade de Göttingen e, em 1873, seguiu para a Universidade de Berlim.

A ida de Lavissee para a Alemanha, porém, não foi um caso isolado. Após 1870 a escola histórica francesa adotou o modelo da erudição alemã (PROST, 2015, p. 25). Na mesma época, o conhecimento histórico havia se desenvolvido em virtude dos incentivos às pesquisas e às publicações revestidas do rigor científico. Além disso, o interesse por outros países crescia e a curiosidade do historiador tornou-se cada vez mais universal. A Alemanha, neste contexto, foi o principal destino de diversos historiadores e estudantes franceses, entre os quais podemos citar, além do próprio Lavissee, Gabriel Monod, Camille Julian e Charles Seignobos (TEIXEIRA, 2018, p. 40).

Ao longo dos três anos que passou do outro lado do Reno, Lavissee retornou diversas vezes à França e fez algumas visitas aos Bonaparte em Arenenberg, na Suíça. Neste período tornou-se um colaborador regular da *Revue des Deux Mondes* com diversos artigos sobre atualidades do novo Império e sobre a história da Prússia. Em 13 de julho de 1875, em Sorbonne, Lavissee defendeu sua tese francesa (*Étude sur l’une des origines de la monarchie prussienne ou la Marche de Brandebourg sous la dynastie ascanienne*) e sua tese latina (*De Hermannno Salzensi, ordinis teutonicis magistro*), diante de uma banca presidida pelo helenista Émile Egger. Suas teses foram editadas pela gigante do mercado editorial Hachette e receberam diversas análises elogiosas. Em 1877 sua tese principal recebeu da Academia francesa um

prêmio Théroutanne (prêmio anual de história) que lhe rendeu 1000 francos. Outro prêmio Théroutanne, então de 2500 francos, lhe seria concedido em 1880 por sua coleção de artigos chamada *Études sur l'histoire de la Prusse*.

Façamos uma pausa na narrativa da trajetória de Lavissee para analisar a repercussão de seu trabalho como historiador a partir de seu período de estudos na Alemanha: a importante *Revue des Deux Mondes* passa a tê-lo como articulista regular, interessada em sua visão sobre a Alemanha; sua tese sobre a Alemanha desperta o interesse de diversos historiadores e são bastante elogiadas, além de lhe inserirem no mercado editorial francês sob um dos mais renomados selos da época; seus trabalhos como historiador da Prússia lhe rendem dois prestigiados prêmios da Academia francesa. Além da inegável competência do historiador, todos estes fatos indicam o quanto os círculos intelectuais franceses estavam interessados em estudos sobre a Alemanha. O talento de Lavissee pode ser prestigiado porque este tratava de um assunto que interessava a um público numeroso.

O interesse histórico não ocorria tão somente em revistas e comissões especializadas. São os casos dos inventários publicados pela comissão dos arquivos diplomáticos, instituído pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (*Instructions aux ambassadeurs et ministres de 1648 a 1789*) e pelo Ministério da Marinha que contava com sua *Revue Maritime et Coloniale*. Ao mesmo tempo, parte importante das produções era impressa na *Revue Deux Mondes* e *Nouvelle Revue*. Soma-se ainda a pluralidade de casas de edição como Hachette, Firmin-Didot, Palmé e outras que desempenharam papel importante nesse sentido (TEIXEIRA, 2018, p. 41).

Neste contexto, Lavissee se afirma como historiador, tendo reconhecimento dos pares e do público. O “nós” do historiador (a primeira pessoa do plural nos textos acadêmicos) se refere a seus pares. É o grupo que determina quem pode enunciar o discurso e se ele é válido como “historiografia” ou “vulgarização”. Logo, a construção de um historiador é coletiva, nunca individual (DE CERTEAU, 1982, p. 72).

Ainda em 1875 Lavissee retomou seu cargo no liceu Henri IV, mas ali ficou apenas um ano. Daí partiu para o ensino superior na *École normale supérieure*, aos 34 anos. Sua carreira universitária não foi significativamente diferente daquela de tantos outros historiadores nascidos entre 1840 e 1869 que passaram por grandes escolas: a média de idade com que se era aprovado na *agrégation* era 23 anos, 30 anos era a média tanto para defender uma tese quanto para entrar no ensino superior; Lavissee passou na *agrégation* exatamente aos 23, defendeu sua tese aos 33 e entrou para o ensino superior aos 34. A entrada de Lavissee no mercado de manuais escolares se deu em 1876, ao escrever manuais de escola primária para o editor Armand Colin, que conheceu em 1870 na Guarda Nacional. No mesmo ano, G. Monod e G. Fagniez criaram a

Revue Historique, publicação tida como um dos marcos fundacionais da Escola Metódica e que tinha o nome de Lavissee entre seus colaboradores.

As revistas científicas exercem papel importante nas relações dentro do campo e de um campo com os demais. No caso da história, isso não seria diferente. A *Revue Historique*, conforme Carbonell (1976, p. 339), possui razões políticas e carrega consigo um caráter pragmático com objetivo patriótico e mesmo nacionalista (TEIXEIRA, 2018, p. 44). Uma revista de história, mas também uma revista que representa uma postura política – como, em geral, toda revista. Neste contexto

Não apenas o historiador fez uso político da história, como soube tirar proveito da relação que se estreitava cada vez mais entre a história e a Terceira República. De tal modo, Gabriel Monod associa o desenvolvimento do conhecimento histórico aos investimentos estatais. Em contrapartida, o Estado anseia vislumbrar o percurso trilhado pela nação ao longo do tempo (TEIXEIRA, 2018, p. 27).

Em 1880 Lavissee se transferiu para a Sorbonne, onde foi nomeado substituto da cadeira de História Medieval, cujo titular, Fustel de Coulanges, havia sido nomeado para a direção da *École normale supérieure*. Em 1881, ao lado de Monod, Lemmonier, Vidal de la Blache e alguns outros historiadores, fundou a *Société historique*, da qual foi vice-presidente e Monod, o presidente. Esta sociedade fazia parte do “Círculo Saint-Simon”, espaço de sociabilidade masculina onde eram organizados encontros culturais e que comportava salas de revistas, esgrima e restaurante. Quando Fustel de Coulanges retornou à Sorbonne, em 1883, Lavissee foi nomeado “Diretor de estudos de história”, fato ao qual Antoine Prost atribui papel semelhante ao desempenhado pela criação da *Revue Historique* no processo de confirmação de uma história “científica” (PROST, 2015, p. 34). Ainda em 1883, Lavissee participou da criação da “Aliança francesa”, destinada à difusão da língua e da cultura francesa pelo mundo, onde encontrou Taine, Renan, Victor Duruy, Pierre Foncin e Armand Colin. Em 1885 atingiu o grau de “Professor Adjunto” e, em 1888, o de “Professor” em uma cadeira de História Moderna.

A esta altura, a carreira universitária francesa já havia se modificado significativamente e a disciplina de história havia atingido um novo patamar. A estrutura universitária mudou: a hierarquia estatutária e geográfica dos postos nas faculdades permitia a organização de carreiras. As tomadas de decisão competiam aos pares. A tese deixou de ser uma dissertação para tornar-se um trabalho de erudição, além de produzir métodos de trabalho, com as fichas substituindo os cadernos para anotações extraídas dos documentos. Além das bibliografias e referências, notas de rodapé se tornaram incontornáveis (PROST, 2015, p. 35). Todos os historiadores fizeram geografia porque esta era uma disciplina obrigatória, e a ensinaram junto com a história aos alunos do ensino médio. A história alcançou preeminência por sua função

social e por constituir um modelo metodológico para outras disciplinas: a crítica literária tornou-se história literária e a filosofia, história da filosofia (PROST, 2015, p. 36).

Apesar do reconhecimento e dos prêmios, Lavissee também foi alvo de críticas como historiador. Seignobos, por exemplo, ao analisar os textos de Lavissee sobre Luís XIV, na *Histoire de France* por ele dirigida, identificou não mais do que um trabalho de erudição. De fato, Lavissee não era um historiador do tipo que “ia às fontes”: mesmo sua tese e artigos sobre a história da Prússia podem ser considerados trabalhos de segunda mão a partir dos historiadores alemães de seu tempo: Waitz (seu professor em Göttingen e Berlim), Ranke, Treitschke, Droysen. Sua “aversão” aos documentos originais pode ser exemplificada por um fato de 1880: após aceitar o convite para participar da Comissão de Arquivos Diplomáticos Franceses, encarregado da parte que tratava da Prússia, não cumpriu o compromisso. Após adiar este trabalho diversas vezes, usando como justificativa suas múltiplas atividades, a tarefa acabou sendo realizada por um de seus antigos alunos, Charles Waddington, cujo volume “Prússia” seria finalizado apenas em 1901.

Outra crítica ao trabalho de Lavissee é que, apesar de escrever muito para periódicos generalistas, muito pouco publicou em revistas universitárias. Mesmo na *Revue Historique*, na qual era listado como um dos colaboradores, não publicou mais do que três artigos. Também não era propriamente um teórico da pesquisa: mesmo nos debates que tentavam estabelecer a autonomia da ciência histórica, Lavissee mantinha-se ausente. Quando o predomínio da história foi ameaçado pela emergência da sociologia com Durkheim e a revista *Anée Sociologique*, no final do século XIX, os historiadores se viram na obrigação de não apenas lidar com os conflitos internos do campo, mas em defender seu campo diante das outras áreas de conhecimento. Mesmo neste contexto, Lavissee não se posicionou.

Ainda assim, a institucionalização da história, a conquista de um objeto e método específicos, e a elaboração de um sistema de valores coletivos contribuíram fortemente para criar pela primeira vez entre os historiadores o sentimento de pertencer a uma mesma “comunidade” profissional (NOIRIEL, 1990, p. 76). O controle exercido pela geração de Lavissee e Seignobos sobre todo o universo escolar, redefinindo os programas desde a escola primária até a *agrégation*, reinando sobre a edição de manuais e grandes coleções de vulgarização, é um outro elemento essencial que contribuiu para a inculcação de “programas de pensamento” desde a mais tenra idade (NOIRIEL, 1990, pp. 78-79). Isso explica a influência de sua geração não apenas no pensamento historiográfico das gerações seguintes, mas também na formação intelectual e política das gerações seguintes.

1.2.2. Relações políticas

Jean-François Sirinelli aponta para duas acepções de intelectual: uma ampla e sociocultural, englobando criadores e “mediadores” culturais, outra mais estreita baseada na noção de engajamento. A primeira inclui o jornalista, o escritor, o professor secundário e o erudito (RÉMOND, 2003, p. 242). O estudo dos intelectuais como atores políticos é complexo porque a categoria “intelectual” tem contornos mutáveis e também porque não existe um partido dos intelectuais (RÉMOND, 2003, p. 244). Neste contexto, a noção de “redes” parece bastante interessante para lidar com os laços que ligam os intelectuais num “pequeno mundo estreito” (RÉMOND, 2003, p. 248). Seja por mediação ou ruptura, os processos de transmissão cultural são essenciais no meio intelectual (RÉMOND, 2003, p. 254). É interessante questionar sobre como a produção intelectual influencia a comunidade nacional e se foram assimiladas ou não pela cultura política da época (RÉMOND, 2003, p. 259).

As relações pessoais de Lavissee que descrevemos no início do tópico anterior também foram importantes para sua inserção nos círculos de poder franceses. Em 1864, quando ainda frequentava a *École normale supérieure*, conheceu Victor Duruy, então ministro da educação e pai de Albert, seu amigo desde os tempos de liceu. Este encontro lhe proporcionou algumas das primeiras oportunidades de carreira: após lecionar nos liceus de Nancy e Versailles, tornou-se secretário particular do ministro, na *rue de Grenelle* (topônimo que se confunde com os ministérios que ali ficavam), cargo em que a função principal era ler e analisar sua correspondência pessoal. Na mesma época, sob recomendação de Duruy, tornou-se preceptor de história do filho de Napoleão III, o “Príncipe Imperial” Eugène-Louis, que seguia o curso do *lycée Napoléon*, mas tinha aulas no Palácio das Tulherias. Mesmo após a saída de Duruy do ministério, Lavissee seguiu dando aulas ao príncipe (LEDUC, 2016, p. 13).

Após a Guerra Franco-Prussiana e a proclamação da Terceira República, Lavissee seguiu se relacionando com os Duruy e os Bonaparte. Em 1873, o viúvo Victor Duruy se casou novamente e teve um último filho, Louis-Victor, do qual Lavissee se tornou padrinho e, em 1893, potencial tutor. Também foi o antigo ministro quem ajudou Lavissee a ter suas teses publicadas pela Hachette. A amizade com Albert, jornalista bonapartista, e George (outro dos filhos de Victor), professor de história, seguiu. Louis-Victor ingressou na *Polytechnique* em 1892 e, como coronel, morreu em combate em 1914. Aos Bonaparte, Lavissee visitou na Inglaterra em março de 1871, compareceu aos funerais do imperador em 1873, e foi recebido ainda três vezes pela Imperatriz e pelo Príncipe Imperial em sua propriedade na Suíça. Lavissee e os Bonaparte seguiram trocando livros e correspondências, nas quais tratavam-se de forma bastante afetuosa (LEDUC, 2016, p. 16).

Em uma dessas correspondências, de 1874, Lavissee revela ao Príncipe Imperial que muitos franceses ainda eram partidários do Império e que, em sua opinião, este seria reconstituído. De fato, nas eleições de 1876 os bonapartistas tiveram bom desempenho, elegendo metade dos deputados não-republicanos. Neste momento Lavissee participou, com seus amigos Albert Duruy e Augustin Filon, do lançamento do jornal bonapartista *La Nation*. Este jornal é, ao mesmo tempo, a prova de que Lavissee era monarquista e o início de seu rompimento com a monarquia.

La Nation era um jornal bonapartista, mas publicava seus artigos sem consultar os Bonaparte. O Príncipe Imperial desaprovou o jornal, o que levou Lavissee a responder com críticas ao antigo aluno. Em 1877, Lavissee chegou a acusar o príncipe de ingratidão, e daí em diante as correspondências se tornaram cada vez mais ásperas entre eles. Em 18 de fevereiro de 1878 um primo de Lavissee, candidato “imperialista”, perdeu uma eleição parcial em Aisne. No dia 30 de abril do mesmo ano, Lavissee escreveu uma última carta ao Príncipe Imperial, na qual dizia que deixara de acreditar que à República se sucederia um Império. Neste ponto concordamos com a tese apresentada por Jean Leduc: monarquista por oito anos após a proclamação da Terceira República, Lavissee se tornou republicano ao perceber que a monarquia já não era possível na França: a adesão ocorreu por falta de opção, não por convicção.

Além de “órfão da monarquia”, Lavissee também era um jovem acadêmico em busca de oportunidades profissionais, como tantos outros de sua geração. Durante o Segundo Império, a defasagem entre oferta e procura de posições dominantes era bastante acentuada (BOURDIEU, 1996, p. 71). Na Terceira República, esta situação se modificou. No caso dos historiadores profissionais, abriram-se novas oportunidades de carreira com a reorganização do ensino: o campo dos historiadores se aproximou muito do poder republicano. Além do ambiente acadêmico e atmosfera de ativismo, a República abriu possibilidades de carreiras e altos postos para muitos desses jovens que viriam deste contexto, e muitos deles mantiveram contato pelos anos seguintes (HEYWOOD, 2016, p. 20). Muitos historiadores ocuparam cargos, ou mesmo seguiram carreira em postos de comando da Terceira República. Ernest Lavissee foi um deles.

Entre os franceses é consenso que sua identidade e praticamente sua existência nacional passam pelo ensino de história (PROST, 2015, p. 16). Tal posição faz com que os historiadores sejam investidos da mais importante e prestigiosa das missões, seja qual for o preço a pagar por esse prestígio redobrado. Na França a função identitária atribuída ao ensino de história acaba por transformá-lo em uma questão importante da política. O ensino de história se torna obrigatório na França em 1818 no ensino médio, mas apenas em 1880 é obrigatório no ensino

fundamental. “Ou seja, no século XIX, a história não diz respeito à escola do povo, mas trata-se de um assunto de notáveis” (PROST, 2015, p. 17).

A evolução direcionada para uma história mais autônoma, contemporânea e sintética foi conflitante, uma sucessão de avanços e recuos associados ao contexto político. Do ponto de vista político esse ensino não foi neutro. Os partidários da história assumiram uma função política. A história no ensino médio tinha função política e social, como propedêutica da sociedade moderna, tal como ela procedia da revolução e do império (PROST, 2015, p. 22).

A legitimidade e a necessidade relativamente ao ensino da história baseavam-se em outros aspectos, explicando-se por razões semelhantes às que justificaram a posição considerável ocupada pelos historiadores no debate público da época (PROST, 2015, p. 23).

Havia um lugar central ocupado por nomes como Guizot, Michelet, Quinet, e mais tarde Renan e Taine, e ainda Augustin Thierry, Thiers e Tocqueville. A história era bastante literária, no estilo propositalmente oratório (PROST, 2015, p. 23).

“A profissão de historiador aparece na transição da década de 1880 quando as faculdades de letras propuseram um verdadeiro ensino da história” (PROST, 2015, p. 33). A respeito deste contexto, dois elementos fundamentais precisam ser sublinhados: por um lado, até os anos 1880, a história era uma disciplina sem real autonomia, dominada pela literatura e pela filosofia, subordinada às disputas da luta política. Por outro lado, a pesquisa histórica “erudita” era monopolizada pelos eruditos tradicionais hostis à República (NOIRIEL, 1990, p. 59). As mudanças trazidas pela Terceira República para as instituições universitárias francesas receberam “o vigoroso apoio de uma geração de jovens historiadores, sensíveis ao prestígio da história alemã e críticos relativamente ao amadorismo ‘literário’ dos historiadores franceses” (PROST, 2015, p. 34). Como podemos perceber, o lugar social dos historiadores na França teve uma transformação considerável com o advento da Terceira República. Não por acaso, foi deste campo que saíram alguns de seus defensores mais entusiasmados.

A história era valorizada por instituições importantes da cultura francesa, através de prêmios para os “melhores” livros de história. Grandes revistas mundanas, entre elas a *Revue des Deux Mondes*, consagravam um quarto, às vezes um terço de suas colunas a estes trabalhos (NOIRIEL, 1990, p. 61). Os católicos legitimistas usaram a história, a partir dos anos 1860, como o *front* principal de suas ofensivas. A *Revue des questions historiques*, fundada em 1866, tinha como objetivo fazer um grande trabalho de revisão histórica. No início da Terceira República, não são os proletários-professores “de esquerda” que desempenham o papel dominante da produção historiográfica francesa, mas os aristocratas-amadores “de direita” (NOIRIEL, 1990, p. 61).

O lugar da história na sociedade e as regras e práticas do ofício são fixados quando o poder republicano emprega um imenso esforço coletivo visando romper com o antigo estado de coisas. Em sua chegada ao poder, os defensores da República se preocuparam em tomar o controle das instâncias de produção da memória coletiva do país. Para alcançar este objetivo, eles precisavam se apoiar nos professores universitários que passaram pela *École normale supérieure*. A República devia aceitar sua aspiração à autonomia profissional, fortemente acentuada sob o Segundo Império (NOIRIEL, 1990, p. 62).

Ainda em 1878, Lavissee entrou para a “Sociedade para o estudo de questões do ensino superior”, da qual viria a se tornar Secretário Geral por indicação de um de seus fundadores, Émile Boutmy, diretor da *École libre des Sciences politiques*. A partir de então, se considerarmos sua atuação como secretário geral, professor universitário e autor de manuais escolares, podemos dizer que Lavissee se dedicou a todos os níveis de ensino na França por mais de dez anos; Jean Leduc afirma que é este período que o fez merecer o título de “educador nacional” (LEDUC, 2016, p. 18). Ainda no início deste período, em 1881, foi nomeado cavaleiro da Legião da Honra por seus “serviços excepcionais” nas instituições por onde passou. Em 1885 se tornou membro de um comitê para o ensino público e a partir de 1886 representou a *Faculté des lettres* no Conselho Geral das Faculdades de Paris, sendo também secretário deste Conselho.

Na mesma época em que Lavissee ascendeu academicamente, também passou a ocupar espaços estratégicos para a educação francesa. Nesta posição, exerceu papel fundamental para a organização das universidades e da vida dos estudantes universitários, sendo o principal apoiador da *Association générale des étudiants de Paris*, criada em 1884. Em 1890, Lavissee redigiu os programas e instruções para o ensino secundário de história. No ensino primário, sua atuação seguiu como autor de manuais escolares. Entre 1882 e 1884 Armand Colin publicou sua coleção completa de manuais de história e, sob o pseudônimo de Pierre Laloi, Lavissee redigiu manuais de instrução cívica e moral: em 1882 para o curso médio; em 1887 para o curso elementar e, em 1888, para os alunos dos liceus. Além das instâncias oficiais em que participava, Lavissee constantemente expunha suas ideias sobre a educação em discursos, jornais e revistas.

O período de ascensão de Lavissee em espaços de poder e decisão do ensino francês é o mesmo da brutal institucionalização da universidade literária e científica, fato que ilustra a vontade dos governos republicanos em controlar o ensino superior num momento em que os projetos de universidades católicas se multiplicavam. A República encorajou a mobilidade

social por um sistema de bolsas que oferecia igualmente a vantagem de transformar profundamente o público das universidades (NOIRIEL, 1990, p. 62).

O papel decisivo desempenhado pela história na nova política universitária posta em prática na Terceira República é ilustrado desde o fim dos anos 1870 pelas posições ocupadas pelos historiadores nas reformas. Ernest Lavissee, diretor de Ensino Superior, é aquele que instiga a reforma da *agrégation*. É em história que são criados os postos universitários mais numerosos. Entre 1870 e 1900, o número de cadeiras de história na Sorbonne dobrou. Entre 1880 e 1899, um terço das teses defendidas na Sorbonne eram de historiadores. A profissionalização e especificidade da formação do historiador se concretizou com a introdução dos princípios da “ciência histórica” nas universidades (NOIRIEL, 1990, pp. 63-64).

Apesar de sua proximidade com o poder, Lavissee nunca assumiu um claro engajamento político publicamente, a não ser por uma passagem pela *Ligue des Patriotes* por volta de sua criação, em 1882. Além disso, sempre rejeitou cargos políticos, assumindo apenas cargos técnicos nos governos em que trabalhou. Mesmo no caso Dreyfus conseguiu manter certa imparcialidade: criticou a divisão que o país estava sofrendo, mas não tomou partido de nenhum dos lados. No campo político, Lavissee sempre foi mais observador, avaliador e conselheiro do que propriamente um militante. Ainda assim, sua influência neste campo foi determinante para a formação, inclusive política, de algumas gerações de estudantes de todos os níveis de ensino na França.

1.3. Projeto

Uma das maiores dificuldades que um professor de história na educação básica tem é demonstrar a seus alunos (e pais, e colegas docentes de outras áreas...) que a história não é uma disciplina preocupada com o passado, mas com os homens no tempo. Demonstrar o papel do presente para a história é o primeiro passo: pode-se dizer que a história é a área de conhecimento que nos ajuda a entender “como chegamos até aqui” e “por que somos assim”. E, se queremos entender a sociedade atual, as perguntas que fazemos ao passado, naturalmente, partem do presente. Pronto: em poucas linhas, temos uma explicação acessível a um aluno da educação básica sobre como o presente e o passado podem se relacionar nas aulas de história. Mas e o futuro, onde entra?

Essa pergunta é mais difícil de responder. Obviamente, os historiadores não são videntes, nem profetas: não nos cabe revelar o futuro! Mas, ao longo da história da historiografia, o ofício de historiador esteve muitas vezes preocupado com o futuro, como ocorreu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX.

Muitos pensadores buscaram para suas análises um modelo de história teleológica. Este se adapta tanto à crença em uma providência divina, como a um plano secreto da natureza ou algum tipo de mecanismo preciso e determinista. Também permite imaginar que o conhecimento da história torna possível prever acontecimentos futuros. Porém, neste modelo, “o que parece não se ajustar é discretamente desprezado ou esquecido” (BARROS, 2013, p. 206).

A visão teleológica está presente, por exemplo, em Marx (marcha necessária e inevitável para a implantação do socialismo), e em Comte (caminhada regida pela ordem e pelo progresso por três estágios até chegar numa fase “positiva” em que os avanços seriam contínuos e irreversíveis). Tanto o marxismo quanto o positivismo são “teorias da história” (ou paradigmas historiográficos), assim como o historicismo; não pressupõem necessariamente uma leitura teleológica do mundo, mas Marx e Comte deixaram-se enredar pela leitura teleológica da história humana (BARROS, 2013, p. 207).

No século XIX poucos intelectuais questionavam a noção de progresso, e pensar que o progresso conduziria a um fim já estabelecido e que quase poderia ser previsto ou intuído não era absurdo (BARROS, 2013, p. 208). Portanto, tentar ler na história sinais que apontavam para o destino da humanidade era um exercício de erudição bastante comum. Além de tentar enxergar na história os sinais do devir, muitos pensadores tentaram estabelecer planos de ação que preparassem o caminho, fosse para garantir, fosse para acelerar, a chegada deste futuro prometido. Aqueles que não tinham uma visão otimista do futuro tentavam se preparar para a catástrofe ou propor ações que corrigissem o rumo que a humanidade estava tomando. Preparar-se para o futuro, fosse ele glorioso ou sombrio, tornou-se um tema recorrente no contexto que ora analisamos: eis o que vamos chamar aqui de projeto.

1.3.1. História “positiva” ou “positivista”?

Nas últimas décadas do século XIX, duas perguntas rondaram as mentes dos intelectuais franceses, especialmente dos historiadores. Eram elas: 1) Por que a Revolução Francesa não se completou (ou se completou só com a Terceira República)? 2) Por que a França foi derrotada pela Alemanha? Essas duas perguntas, cada uma a sua maneira, contribuíam para um debate ainda mais profundo e acalorado: que França deveria existir a partir de então?

Notemos que as duas primeiras perguntas passavam pelos historiadores. A respeito da Revolução, de forma clara e direta, já que tratava do “passado”. A respeito da derrota, de forma indireta: buscar na formação das duas nações suas diferenças era uma alternativa para se

compreender o sucesso de uma e o fracasso de outra naquele momento. Portanto, a resposta para a pergunta sobre o futuro da França tinha participação efetiva dos historiadores.

Em meio à disputa pelo futuro da França surgiu a *Revue Historique*, criada por Gabriel Monod e Gustave Fagniez em 1876. Considerada uma referência do movimento que viria a ser chamado de Escola Metódica, a revista representou não apenas um posicionamento a respeito da forma de se fazer história, mas uma tomada de posição sobre a construção da nação francesa.

Esta tomada de posição foi bastante explícita no primeiro número da revista, no qual Monod explica que a publicação seria uma coleção de textos de “história positiva”, baseada em um espírito “verdadeiramente científico”. “História positiva” e “espírito científico” são expressões que podem levar um leitor apressado a associar a Escola Metódica ao Positivismo de Comte. Contudo, como mostrou Carbonell em artigo de 1978, os historiadores “metódicos” não foram, de fato “positivistas”. A “história positiva” e “científica” a que Monod se refere seria o oposto da história feita pela *Revue de questions historiques*, criada em 1866 por grupos conservadores e católicos: uma história sem método (CARBONELL, 1978, p. 175). Nenhum historiador da Escola Metódica, em nenhum artigo da *Revue Historique*, jamais citou Auguste Comte, discutiu suas ideias, ou se autodenominou “positivista”; igualmente, os pensadores “positivistas” não faziam uma história que podemos identificar com a da Escola Metódica (segundo Carbonell, as poucas tentativas de se estabelecer uma historiografia positivista resultaram em textos anti-metódicos). Portanto, da mesma forma que não se deve considerar o “nacional-socialismo” um movimento de esquerda apenas pela palavra “socialismo” em seu nome, a “história positiva” da Escola Metódica não deve ser confundida com o Positivismo de Comte.

Se não é a mesma coisa que Positivismo, o que é então essa “história positiva”? Segundo Carbonell, é uma história que tira da vista do historiador Deus, os santos, a Providência Divina e seus milagres. Não se trata propriamente de negar a existência do sobrenatural, mas de entendê-lo como algo que não faz parte do objeto de estudo da história (CARBONELL, 1978, p. 177). Monod e seus colegas, de fato, adotam uma postura anticlerical, mas seria exagerado dizer que tenham sido “antirreligiosos” ou pregado algum tipo de ateísmo para os historiadores. Além disso, Monod privilegia, no número de abertura da revista, um olhar moral sobre o trabalho do historiador: no lugar de lições teóricas e metodológicas, exortações éticas e convites para praticar o bem e evitar o mal.

Ainda sobre o discurso de Monod na abertura da *Revue Historique*, outro ponto controverso: com um olhar finalista e otimista, o fundador da revista entende a história como o “desenvolvimento geral da humanidade”. Seria a história determinada? O texto de Monod abre

margem para se pensar que sim. Mas seria ela inteligível? Monod não tem certeza: entende que a ciência histórica ainda não podia dar mais do que explicações parciais, incompletas e descontínuas, o que explica o fato de a palavra “lei” não aparecer nenhuma vez em seu texto.

Apenas duas décadas depois surgiria a *Introdução aos Estudos Históricos* de Langlois e Seignobos. Esta obra, muitas vezes também erroneamente lida como “positivista”, foi a sistematização do trabalho científico do historiador e, ao mesmo tempo, a defesa de um campo ameaçado pela ascensão da sociologia no final do século XIX. Este manual estabelecia quatro passos para a pesquisa do historiador: reunir os documentos; tratar os documentos de forma crítica; estabelecer os fatos a partir dos documentos criticamente tratados; organizar os fatos em um “corpo de ciência” para a “construção histórica”.

Se fizermos justiça aos historiadores “metódicos”, perceberemos que, etapa por etapa, sua forma de fazer ciência não é muito diferente da nossa forma de fazer história: juntar fontes, criticá-las, interroga-las, construir um texto. A grande diferença entre os historiadores do século XXI e os do final do século XIX está na forma como encaramos a subjetividade: a Escola Metódica acreditava ter encontrado um método que, se não a extirpava, a reduzia consideravelmente (teriam eles realmente acreditado que eliminaram a subjetividade de seu trabalho?); os historiadores de hoje (pelo menos os que refletem sobre seu trabalho) entendem que a melhor forma de lidar com a subjetividade é admiti-la, não combater-la⁵.

1.3.2. Para que serve a história?

É quase um lugar comum citar a expressão *historia magistra vitae* ao se debater o papel do conhecimento histórico em cada época. A este respeito, Koselleck sugere que falta uma história da expressão *historia magistra vitae*, sem a qual é difícil conhecer a diferença entre sua utilização como lugar-comum e sua utilidade prática (KOSELLECK, 1993, p. 42). “História” se refere, ao mesmo tempo, ao conjunto de experiências humanas e aos conhecimentos/relatos produzidos sobre essas experiências. Esta multiplicidade de acepções para a palavra *historia* também modifica o sentido de *magistra vitae*: afinal, a vida aprende com as experiências ou com o conhecimento produzido a partir das experiências?

No contexto da *historia magistra* o historiador precisava também dar um parecer e julgar. A história que julgava passou também a executar as sentenças, de modo que o juízo final passou a ser temporalizado. A escrita da história se fez menos falsificável do que manipulável (KOSELLECK, 1993, p. 63). O papel propedêutico da história fica claro nos escritos de

⁵ Mesmo as chamadas “ciências duras” já reconhecem que a mera presença do observador já é suficiente para modificar o resultado do fenômeno observado.

Lavissee, não apenas em seus manuais escolares, mas também em seus ensaios. As experiências humanas passadas eram fonte de ensinamentos para as gerações seguintes, e precisavam ser julgadas para serem tomadas como exemplo a seguir ou a rejeitar. Este ponto traz mais uma das divergências entre os “metódicos” e os “annalistas”: em *Apologia à história*, de Marc Bloch, por exemplo, podemos ler claramente que o papel do historiador é compreender, não julgar (BLOCH, 2001, p. 125).

A partir do Iluminismo, e de modo radical após a Revolução Francesa, caiu por terra a crença de que a história garantia a continuidade moral, jurídica, teológica e política, apesar das transformações técnicas e econômicas. Os anos entre 1789 e 1799 foram experimentados como o surgimento de um futuro que nunca havia existido antes. Aqueles que buscavam compreender a Revolução a partir de seu conhecimento sobre o passado logo perceberam seu caráter incomparável, que não residia tanto nas novas situações, mas na *velocidade* com que se originavam (KOSELLECK, 1993, p. 87). A nova história se converteu em um processo de longo prazo no qual qualquer conclusão do passado para o futuro não apenas era inoportuna, como impossível. A Revolução liberou um novo futuro, seja progressista ou catastrófico, e também um novo passado, que ficava cada vez mais estranho ao presente (KOSELLECK, 1993, p. 88). Este processo nos ajuda a compreender a postura dos historiadores republicanos franceses diante do passado: somente a partir do momento em que o presente se mostrasse como diferente do passado seria possível concretizar o novo futuro.

Como já vimos, Lavissee foi uma das grandes ausências nos debates teóricos da época da afirmação da história como ciência autônoma. Esta ausência, contudo, não significa ausência de reflexão teórica de sua parte. Na análise que faz do prefácio de *Vue générale de l'histoire politique de l'Europe*, de Lavissee, publicada em 1890, Jean Leduc destaca algumas palavras-chave: “natureza”, “destino”, “necessidade”, “fatalidade”, “acaso”, “acidentes”, “possibilidade”, “livre-ação” (LEDUC, 2016, p. 39). Desta lista de palavras, podemos depreender uma interpretação da história entre o necessário e o contingente. As leituras que entendem a Escola Metódica como “positivista” entender o predomínio de palavras ligadas ao necessário uma espécie de determinismo histórico no pensamento de Lavissee. Nós, porém, vamos privilegiar os termos “possibilidade” e “livre-ação”.

A noção de que o homem *faz* a história não é muito mais antiga do que a Revolução Francesa. Durante cerca de dois mil anos era concebível contar, investigar e escrever histórias, mas *fazer história* é uma fórmula que indica uma experiência e uma expectativa modernas: ser capaz de planejar e executar a história (KOSELLECK, 1993, p. 253) ou, em outras palavras, pensar na possibilidade de construir o futuro a partir de ações presentes. Nas últimas décadas

do século XVIII, a história passou de relação e informação sobre acontecimentos passados para um conceito de ação, com horizontes de planificação social e política (KOSELLECK, 1993, p. 256).

No início da Terceira República o *fazer história* era uma urgência. Havia um problema colocado desde a Revolução: como recompor a unidade espiritual da nação já que ela não estava mais reservada à Igreja Católica? Todos os pós-revolucionários concordavam que um regime estável deveria se basear numa visão de mundo comum. Os contrarrevolucionários preconizavam a volta do Estado à religião; os outros buscavam um novo poder espiritual. “Os fundadores da Terceira República, com Jules Ferry à frente, continuaram a projetar a volta à unidade espiritual, pela ciência e a pedagogia” (RÉMOND, 2003, p. 272).

Ao nosso sentir, a política com os metódicos parece associada ao agir consciente e transformador da sociedade. Com isso, a história converte-se em um instrumento político em prol da nação, seja dando conta de seu percurso ao longo dos séculos ou sob outras formas. A nação seria concebida como expressão política, vontade coletiva e não a unificação de vários indivíduos operada pelos laços raciais e linguísticos. Os historiadores participam dessa discussão e não reconhecem, por exemplo, a legitimidade alemã sobre os territórios conquistados com a Guerra Franco-Prussiana, a reivindicação do vencedor não se daria em conformidade com o “preceito da nacionalidade” (TEIXEIRA, 2018, p. 16).

Encontrar a unidade nacional sob a Terceira República era uma necessidade tanto da política interna (oposição política) quanto externa (reconquistar os territórios perdidos). Essa tarefa, porém, se tornou extremamente complexa na medida em que a herança revolucionária instigava o rompimento com o passado, enquanto a maioria das nacionalidades europeias se construíram no mesmo período estabelecendo um mito de origem que se tornava mais legítimo quanto mais antigo fosse.

Entre os historiadores que se dedicaram a esta tarefa, um dos mais bem-sucedidos foi certamente Lavissee.

Talvez dos historiadores metódicos, nenhum tenha se tornado tão popular quanto Ernest Lavissee entre seus contemporâneos. Suas obras didáticas foram amplamente difundidas desde o final do século XIX ao início do XX. As descrições do autor, além de concorrerem para o surgimento da nação – mais precisamente durante a Revolução, quando emerge como expressão política – ajudam a formá-la, difundem ações extraordinárias, exemplares e valores. Sob o olhar de Lavissee, tais valores não deveriam se confinar ao território francês, mas levados a outras partes do mundo por meio da colonização ou servir de modelo aos demais países (TEIXEIRA, 2018, p. 28).

O sucesso de Lavissee como um dos “artífices” da nação francesa se dá pelo fato de ter deslocado a unidade nacional de um suposto passado comum para um futuro a ser alcançado. Esta ideia será retomada e demonstrada nos próximos capítulos, mas ela é importante para

compreender que, é a partir dela, que Lavissee dá sentido à história (e ao ensino de história) da França.

Aqui estamos usando a expressão “dar sentido” mais com o significado de dar utilidade do que de tornar inteligível, ainda que esta última acepção não deva ser desprezada. Lavissee, como outros historiadores de sua geração, viam a história como meio privilegiado de inculcar na população o amor à nação. Com esta finalidade, a história precisava ser “apaziguada”, de modo que os pontos que causavam rivalidades deviam ser “superados”. Assim, a Revolução Francesa acabou sendo escolhida, mesmo com todas as suas contradições, a referência para a unidade dos franceses: teria sido a primeira vez em que o povo se uniu para defender sua terra, sua vida e sua liberdade. Além disso, foi a Revolução que pela primeira vez instaurou a república; e se erros foram cometidos em nome dela, esses não deveriam ser causa de condenação aos revolucionários, afinal, todos os momentos da história tiveram seus erros!

A república e a democracia não deixavam de ser novidades históricas para os franceses, em particular, e para o mundo, em geral. Daí a importância que a educação, em geral, e a história, em particular, assumiram na Terceira República. O ensino de história representava o aprendizado da democracia não apenas em sua aplicação em sala de aula; a própria introdução do ensino de história já era uma conquista democrática.

De acordo com Seignobos, somente com as pressões exercidas pela opinião pública, a disciplina, durante o século XIX, ganhou seu espaço em meio ao ensino secundário. Portanto, a consolidação do ensino de história carrega consigo um alcance político ao manifestar uma vontade popular (TEIXEIRA, 2018, p. 53).

A história tornou-se questão para o ensino fundamental quando a democracia tornou a política um negócio de todos (PROST, 2015, p. 26): ensinava aos alunos que a mudança é normal, por isso não devia causar receios; também tinha a função de desenvolver o patriotismo e a adesão às instituições republicanas, entre elas o exército (que também teve papel pedagógico, como veremos nos próximos capítulos). A história era também partilha de sentimentos. “O amor pela pátria não se aprende de cor, mas nasce do coração”, diz a famosa frase de Lavissee. A construção de uma identidade indissociavelmente patriótica e republicana ficou demonstrada pelo esforço republicano em começar o ensino de história no maternal (PROST, 2015, p. 27). “A figura de Lavissee encarna, por si só, esses ‘professores primários’ da nação” (PROST, 2015, p. 262).

O projeto cívico e republicano da França entendia a história como fator de coesão, mas também com função crítica, fornecendo ao cidadão os meios para que ele próprio formasse sua opinião sobre a evolução política e social no decorrer do tempo. Neste contexto, Seignobos foi aquele que melhor representou esta pretensão: para ele, o aluno deveria ser capaz de tomar parte

na vida social e, para isso, era necessário levá-lo a compreender a sociedade em que teria de viver. Seria esta a função estratégica atribuída à história que outras disciplinas não teriam a mesma capacidade de exercer (PROST, 2015, p. 263).

A reflexão sobre a identidade nacional deveria igualmente se preocupar em compreender que tipo de ligação existe entre a identidade individual e a identidade coletiva, ou melhor, como os indivíduos progressivamente são levados a dizer “nós” para evocar a coletividade nacional (“nossa economia”, “nossa história” etc.) (NOIRIEL, 1991, p. 92). Com o objetivo de preencher as lacunas educacionais e garantir que nenhuma criança do sexo masculino fosse deixada para trás, Lavissee escreveu vários livros didáticos e lições baseado num discurso republicano mergulhado em valores nacionalistas, moralistas e militaristas. O *Petit Lavissee* está repleto de narrativas que glorificam a França e seus “grandes homens”, encorajando os alunos a refletir sobre a nacionalidade. Para Lavissee, os meninos deveriam ser treinados para serem bons cidadãos-soldados, mostrando amor por seus rifles, companheiros e nação (PROVENCHER e ELDERTS, 2007, p. 32).

O sucesso da história na educação básica não deve ser medido pelos conhecimentos adquiridos pelos alunos, mas pelo fato de o ensino de história ter se tornado indispensável (PROST, 2015, p. 28). “Por um paradoxo aparente, a história do século XIX que, supostamente, tinha conseguido livrar-se da moral e da política, desempenhou uma função eminentemente política” (PROST, 2015, p. 262). Isso ocorreu, entre outros lugares, na França e na Alemanha. Atribuía-se importância à construção do Estado tanto para sua autoridade interna quanto para sua independência em relação ao exterior.

1.3.3. A Alemanha e o projeto francês

Quando falamos em projeto, estamos lidando com o futuro. O futuro, por sua vez, aparece na história dentro do horizonte de expectativa (LEDUC, 1999, p. 57). Como vimos anteriormente, a Alemanha fazia parte tanto do espaço de experiência quanto do horizonte de expectativa de Lavissee, e isso aparece de forma muito clara quando lidamos com sua concepção de educação.

Ao analisar a situação das universidades francesas nos primeiros anos da Terceira República, Lavissee fala do trabalho a ser feito, do “amanhecer” das universidades em províncias, da nova Sorbonne, e que Paris será recompensada pela generosidade para com as universidades. Em uma de suas visitas à Alemanha, Lavissee constata: “A educação alemã é nacional: ela quer formar alemães” (LAVISSEE, 1888, p. 277). Logo, a educação francesa deveria seguir seu exemplo.

Aqui encontramos mais um problema a ser superado. Segundo Bauman, para se tornar nacional, a cultura tinha primeiro de negar que fosse um projeto: precisava disfarçar-se de natureza (BAUMAN, 2012, p. 38). Nas escolas alemãs, a história ensinava aos estudantes que a civilização humana tinha três representantes: Grécia, Roma e Germânia. Era um longo panegírico do germanismo, das origens ao presente. Segundo Lavissee, os heróis alemães do passado, como Alarico, Teodorico, Carlos Magno e Barbarossa eram amados com tanto ardor que pareciam estar vivos; por outro lado, os antigos inimigos, romanos, gauleses, eslavos, eram odiados como se estivessem a atacar as fronteiras. Sobre o ensino de história na Alemanha, Lavissee pondera: “às memórias, nenhuma perspectiva; elas se apresentam todas em primeiro plano” (LAVISSEE, 1888, p. 277). “Perspectiva” nos dá a impressão de “profundidade”, “distanciamento”: sob o olhar de Lavissee, os alemães não separavam o presente do passado; portanto, cometiam o pecado capital do anacronismo. Aqui podemos notar a diferença entre a concepção educacional de Lavissee para com a alemã: o historiador francês acreditava que sua função era preparar para o futuro, não atualizar o passado.

Os franceses, entretanto, não estavam imunes às tentações dos demônios da falta de historicidade. Os debates na França também tinham problemas de perspectiva, o que nos leva a questionar mesmo o ideal “metódico” de que é necessário certo distanciamento em relação aos acontecimentos para fazer história: um século após a Revolução Francesa as paixões ainda não haviam esfriado; os debates sobre a resistência de Atenas a Felipe da Macedônia na Terceira República tinham energia proveniente da comparação dessas figuras com Bismarck e a República Francesa (PROST, 2015, p. 89). Contemporâneos de Lavissee ainda buscavam na antiga Gália a origem da França, como os Alemães a encontravam na antiga Germânia. Afinal, estavam discutindo o passado ou o presente travestido de passado?

Para Lavissee, de uma memória sem profundidade decorre o frescor do ódio, o que deveria ser combatido em ambas as margens do Reno. Ainda que os franceses por muito tempo não tivessem dado atenção à educação, também não deveriam imitar a Alemanha no ensino de história: “entre a história deste país e a nossa as diferenças são profundas. Nós não podemos usar o ensino histórico para produzir entre nós este patriotismo arrogante” (LAVISSEE, 1888, p. 278).

Ainda assim, a erudição alemã era vista como modelo para os professores republicanos das universidades nas décadas de 1870 e 1880. Este modelo acabou tendo reflexos também na formação do sistema educacional francês como um todo. No fim do século XIX o patriotismo é considerado uma diretriz e uma aposta importante para a nação. As primeiras décadas após a proclamação da Terceira República na França e da fundação do novo Império Alemão podem

ser vistas como o período em que a escola assume o papel de construir os “dois corpos da nação”: o “corpo físico” e o “corpo místico”. Nos dois países a educação era vista como uma das condições essenciais para criar a unidade nacional (HÉMONT, 2014, p. 94). A *Kulturnation* é fundada a partir do pertencimento étnico-cultural, cuja origem está no romantismo alemão, especialmente em nomes como Herder e Fichte. A escola tinha o papel de construir essa unidade apesar de toda a especificidade regional: era capaz de dar um conceito real à noção abstrata de nação, o que se intensifica ao se pensar, neste período, em uma escolarização em massa (HÉMONT, 2014, p. 102). Enquanto na França a educação primária não era obrigatória, nem gratuita, na Prússia esta obrigação entrou em vigor em 1854. Com a formação do império, a Alemanha passou a impor a educação com bastante rigor, de modo que as famílias poderiam sofrer graves sanções caso não mantivessem seus filhos de 6 a 14 anos na escola (HÉMONT, 2014, p. 105).

O sistema educacional e o serviço militar foram muito importantes para moldar a cidadania na Terceira República e ambos estavam imbricados (PROVENCHER e ELDERTS, 2007, p. 34). Os trabalhos de Lavissee em educação, e talvez ainda mais sobre a história contemporânea da Alemanha, ajudam a compreender a psicologia por trás da reforma educacional da Terceira República. Ele percebeu a diferença entre a psique francesa e aquela “naturalmente conservadora” dos alemães (HEYWOOD, 2016, p. 27). Nos próximos capítulos vamos explorar essas diferenças.

CAPÍTULO 2: HERANÇA

2.1. Solo

Escolhemos chamar este tópico de “solo” por duas razões bastante distintas. A primeira, mais óbvia, é pelo fato de tratarmos de temas que relacionam o contexto histórico e o local onde eles se desenvolvem. Neste sentido, o tópico poderia se chamar, talvez, “paisagem”. A segunda razão, menos óbvia e, para nós, mais forte, é o fato de que vamos trabalhar fortemente com a noção de longa duração. A relação forte que enxergamos entre a “longa duração” e o “solo” está no fato de a geologia servir ao mesmo tempo como metáfora e modelo para se entender a dialética das durações. Foi a geologia do século XIX que fez com que a cronologia do planeta saísse da escala de milhares anos para a de milhões e talvez bilhões de anos, ampliando consideravelmente o tamanho do passado. Além disso, as camadas do solo e seus movimentos funcionam como representação também das camadas e movimentos do tempo histórico.

O tempo geológico ajudou a modificar não apenas a noção quantitativa do tempo, mas também sua noção qualitativa ao fornecer elementos que os predecessores do Iluminismo não podiam imaginar. A cronologia bíblica foi abandonada por não conter o “tipo certo de tempo” (FABIAN, 1983, p. 13), pois se desenvolvia a cada evento acrescentado, o que não condizia com o plano cartesiano do espaço X tempo; o tempo científico precisava ser linear, ou seja, se desenvolver sem depender dos fatos a ele relacionados. Nesse sentido, o tempo foi “naturalizado”.

Braudel já tratava da longa duração em seus primeiros escritos, ainda que este nome não fosse usado. Esta temporalidade seria um tempo quase imóvel, quase fora do tempo; um tempo geográfico (geológico?), da humanidade e não do indivíduo. Para o grupo de historiadores dos *Annales*, a longa duração é a escala de tempo mais pertinente: colocando em evidência as regularidades, é a mais científica (LEDUC, 1999, p. 27).

Jacques le Goff, a partir do raciocínio de Braudel, pensa em ritmos mais ou menos rápidos e não em durações mais ou menos longas (LEDUC, 1999, p. 22). Nesta lógica, quando falamos em “longa duração”, estamos nos referindo não a acontecimentos que duram muito tempo, mas a transformações que levam muito tempo para se completar – assim como as transformações nas camadas mais profundas do solo.

Ainda comparando o movimento do solo ao movimento da história, voltamos a citar Braudel:

Há, se quisermos, mais lenta ainda que a história das civilizações, quase imóvel, uma história dos homens nas suas relações estreitas com a terra que os suporta e os alimenta; é um diálogo que não cessa de se repetir, que se repete para durar, que pode mudar e muda em superfície, mas que prossegue,

tenaz, como se estivesse fora do alcance e da mordedura do tempo (BRAUDEL, 1965, p. 11).

Aqui percebemos que Braudel não vê o solo apenas como metáfora da longa duração, mas como parte de sua constituição, na medida em que a “lenta história das civilizações” é a história da relação dos homens com “a terra que os suporta e alimenta”.

Koselleck, por sua vez, entende que na história sempre acontece mais ou menos do que está contido nos dados prévios. Sobre este mais ou este menos se encontram os homens, queiram ou não. Mas os dados prévios não se modificam por isso ou, quando mudam, o fazem de forma tão lenta e em tão longo prazo, que escapam da disposição direta, da factibilidade (KOSELLECK, 1993, p. 266). Ainda que não de forma explícita, o autor alemão também está dialogando com a noção de longa duração e, assim como le Goff, entende a longa duração como uma lenta transformação.

É com base nessas reflexões que pretendemos desenvolver os itens a seguir.

2.1.1. Revolução

Antes de mais nada, reconhecemos que começar uma reflexão a respeito da “longa duração” falando sobre “revolução” é uma abordagem bastante heterodoxa. Entretanto, nosso objetivo aqui é demonstrar que Ernest Lavisse enxerga na Revolução Francesa o que hoje chamamos de múltiplas temporalidades, incluindo o que convencionamos chamar de “longa duração”.

Michel Serres, seguindo o mesmo raciocínio de Braudel, le Goff e Koselleck, entende que as aventuras em história seriam mantidas subterraneamente por um movimento extraordinariamente lento que nos põe em comunicação com o passado. A superfície dá a impressão de rupturas perfeitamente descontínuas, mas nas profundezas haveria um movimento extraordinariamente regular, difícil de perceber, numa outra escala de tempo (SERRES, 1996, p. 189). A relação entre a superfície descontínua e o subterrâneo lento e com alguma regularidade é a mesma relação que Lavisse observa ao compreender a relação entre a França da Terceira República e a Revolução de 1789.

Ao falar da França em 1888, Lavisse afirma que ela está dividida, e que alguns anunciaram seu fim. Mas estes não sabiam que crises revolucionárias profundas duram por muito tempo, e que um século não é suficiente para que um país, que depois de romper com todos os poderes que regiam sua vida, encontre novas condições de existência (LAVISSE, 1888, p. XII). Em outras palavras, uma revolução seria um evento capaz de causar perturbações nos movimentos do tempo desde a superfície até as camadas mais profundas da longa duração.

Resta saber se uma revolução age como o impacto de um meteoro, que ao atingir violentamente a superfície pode causar rupturas em camadas profundas do solo, ou como um terremoto no fundo do oceano, que ao movimentar de forma atípica as profundezas causa um tsunami na superfície. Seja qual for a resposta a esta questão, temos uma conclusão prévia: existe em Lavissee a noção de que uma revolução interfere em múltiplas temporalidades.

Bruno Latour afirma que “o tempo moderno é uma sucessão de aparições inexplicáveis, elas mesmas devidas à distinção entre a história das ciências e das técnicas e a história pura e simples” (LATOUR, 2013, p. 69). Por este motivo

A ideia de revolução radical é a única solução que os modernos puderam imaginar para explicar a irrupção dos híbridos que é simultaneamente proibida e permitida por sua Constituição, e para evitar este monstro: que as próprias coisas tenham uma história (LATOUR, 2013, p. 69).

Temos, então, um problema. Se, por um lado, a noção moderna de progresso encontra na revolução uma ruptura brutal com o passado, ao mesmo tempo ela é capaz de deixar um legado que permanece por várias gerações. Além disso, como no entendimento de Lavissee, uma revolução pode levar mais de um século para se completar. Afinal, a revolução é uma ruptura ou uma transição?

Koselleck entende que o termo “Revolução” pode se referir tanto a uma mudança de regime ou uma guerra civil, quanto a transformações de longo prazo que se introduzem profundamente na vida cotidiana (KOSELLECK, 1993, p. 67). Lavissee, já em 1888, concordaria com essa afirmação, ratificada pela observação de que todos os políticos franceses desde Napoleão tinham o objetivo de “terminar a revolução” (KOSELLECK, 1993, p. 79), seja lá o que isso pudesse significar para cada corrente política.

Os historiadores dos *Annales* poderiam responder a esta questão a partir da configuração de dois conceitos irmanados: “longa duração” e “multiplicidade de tempos históricos” (durações múltiplas), conciliando a “estrutura que permanece” e o “movimento que transforma”. Daí a necessidade de um procedimento capaz de “estruturar o evento” e “mobilizar a estrutura” (BARROS, 2013, pp. 96-97). Dando um passo além, podemos dizer que a estrutura para ser corretamente observada não pode ser considerada estática, nem o movimento superficial absolutamente desvinculado dos movimentos subterrâneos *aparentemente* imóveis. Tal reflexão trazida à luz por Braudel, seus contemporâneos e sucessores, não era desprezada por Lavissee.

A possibilidade de estabelecer séries massivas de documentos, nas quais cada fonte deixa de ser isolada para ser percebida em um conjunto mais amplo que se estende cronologicamente, foi precisamente o que teria habilitado o historiador a atuar em um registro mais extenso, percebendo permanências e variações graduais (BARROS, 2013, p. 98).

Segundo Foucault, a “longa duração” deriva da “série”; também está envolvida pela noção de que o tempo histórico pode articular diferentes ritmos de passagem do tempo, como mostrou Braudel (BARROS, 2013, p. 98).

A revolução também é uma questão dentro do pensamento marxista. Em 1958 Braudel se referiu a Marx como o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais e a partir da longa duração histórica. Mas é precisamente a longa duração que põe problemas aos marxistas, pois pode colocar em risco a ideia de ruptura. A Revolução Francesa foi analisada dentro deste debate; Albert Soboul, por exemplo, tentou solucionar esta questão afirmando que a Revolução é um longo processo, mas também ruptura em relação a uma estrutura pré-existente, e não apenas uma transição ao longo de mais de um século (LEDUC, 1999, p. 46).

Ainda pensando sobre a noção de ruptura, Braudel menciona tanto a possibilidade de estruturas que apresentam fissuras entre si, como também as estruturas que deslizam lentamente até desaparecer ou se transformar em novas estruturas (BARROS, 2013, p. 102). Neste sentido, acontecimentos políticos de grande porte, como o fim da União Soviética ou a queda do muro de Berlim, podem reger a passagem de uma estrutura para outra, mas é necessário discutir se estes acontecimentos introduziram as fissuras ou foram resultados de longos e imperceptíveis processos. “O desenvolvimento das histórias de longa duração revelaria a possibilidade, inclusive, de encontrar eventos que fundam estruturas” (BARROS, 2013, p. 103). Um evento percebido como soberano pode recuar em importância sob o olhar da longa duração, tornando-se um elo ao invés de um corte (BARROS, 2013, p. 105).

Seguindo este raciocínio, podemos abordar a visão que Lavissee tem a respeito da Revolução Francesa como um conjunto de antíteses: ao mesmo tempo corte e longa transformação, continuação e fundação de uma nova estrutura, enigma a ser entendido e fonte de explicação para os pensadores do século XIX. Ruptura com o passado e, pela inexorável passagem do tempo, um passado que se perpetua quando visto por Lavissee e seus contemporâneos: uma seta para o futuro que só pode ser vista quando se olha para o passado.

Essa visão antitética da história é observada por Bruno Latour ao refletir sobre a modernidade. Em seu entendimento, haveria duas histórias diferentes: uma das revoluções totais ou dos cortes epistemológicos, que trataria das coisas eternas desde sempre presentes, e outra que fala apenas da agitação mais ou menos circunstancial, mais ou menos durável dos pobres humanos separados das coisas. Através desta distinção entre o contingente e o necessário, o histórico e o intemporal, a história dos modernos seria pontuada graças à irrupção dos não-humanos. Logo, o tempo moderno não seria judaico-cristão: o tempo judaico-cristão

se constitui em torno da presença (de Deus), enquanto o tempo moderno se constitui em torno da emergência do vazio, do DNA, dos chips, ou das fábricas automatizadas.

Assimetria entre natureza e cultura torna-se então uma assimetria entre passado e futuro. O passado era a confusão entre as coisas e os homens; o futuro aquilo que não confundia mais. A modernização consiste em sair sempre de uma idade das trevas que misturava as necessidades da sociedade com a verdade científica para entrar em uma nova idade que irá, finalmente, distinguir de forma clara entre aquilo que pertence à natureza intemporal e aquilo que vem dos humanos. O tempo moderno provém de uma superposição da diferença entre o passado e o futuro, com esta outra diferença, mais importante, entre a mediação e a purificação. O presente é tratado por uma série de rupturas radicais, as revoluções, que formam engrenagens irreversíveis para impedir-nos, para sempre, de voltar atrás (LATOUR, 2013, p. 70).

A partir daí que os modernos vão traçar duas séries de progressão: o progresso e a decadência (LATOUR, 2013, p. 70). No caso de Lavissee, se a Revolução Francesa podia ser interpretada segundo a chave do progresso, seu legado não impediria a decadência do modelo de política internacional que se construiu em função dela⁶.

Grandes potências, como no contexto em que Lavissee vivia, não eram conhecidas na Idade Média (LAVISSEE, 1888, p. XVIII). Para o historiador, um dos sinais do fim da Idade Média é a importância que a política passa a dar ao território, que é a base do poder moderno (LAVISSEE, 1888, p. XVIII). Neste contexto, o rei da França compôs seu reino como um agricultor compõe seus domínios, adquirindo, peça por peça, as terras feudais (LAVISSEE, 1888, p. XVIII); e assim como na Espanha, reuniu muito poder com base na conquista territorial (LAVISSEE, 1888, p. XIX). Portanto, ainda que a “data de nascimento” da nação francesa fosse o 14 de julho de 1789, sua gestação começou com a consolidação do Estado Moderno francês. Sendo assim, como demonstra Norbert Elias, a Revolução Francesa é, em alguns aspectos, um elo, e não uma ruptura para com o Antigo Regime:

Por sorte, os reis de Paris e Orléans foram capazes de ampliar gradualmente suas áreas de soberania, graças a vitoriosas operações militares e favoráveis alianças matrimoniais, e através de seus esforços para cercar essas áreas de fronteiras estrategicamente bem escolhidas para assegurar sua defesa. A Revolução Francesa representou, certamente, uma ruptura na continuidade da tradição nacional. Mas, nessa altura, a língua e o *habitus* franceses eram já tão estáveis, em geral, que a continuidade do desenvolvimento manteve-se em muitos campos, apesar da ruptura com o *Ancien Régime*. Isso prevaleceu na forte centralização da máquina estatal, assim como na produção cultural. O caráter cortesão-aristocrático da língua francesa não se perdeu quando a burguesia francesa se tornou o grupo de poder que estabelecia modelos (ELIAS 1997, p. 22).

⁶ As questões políticas e a noção de decadência ou degeneração serão melhor abordadas no capítulo 4.

Lavissee entende que o processo de formação dos Estados continuou nos séculos seguintes e se completou justamente com a formação do Império Alemão e do Reino Italiano, que ao mesmo tempo completaram o sistema das grandes potências, característica da política internacional do século XIX e, em certa medida, resposta à França de Napoleão e resultado da tentativa de se equilibrar as forças no continente europeu após a repercussão da Revolução Francesa. Neste contexto as fronteiras não eram mais vastos territórios vazios ou entremeados por pequenos reinos: a Holanda se sentia ameaçada, a Bélgica se preparava para se defender; França, Itália e Alemanha agora se chocavam, “carne viva contra carne viva” (LAVISSE, 1888, p. XX). Para Lavissee, ainda neste contexto, os antigos poderes e os novos ainda conviviam e estavam em conflito: o passado ainda não havia sido sepultado.

2.1.2. Paisagem

Ernest Lavissee não despreza a paisagem ao descrever a Alemanha e os alemães em seus ensaios. Em consonância com os modelos científicos de seu tempo, o historiador não deixava de encontrar na paisagem algumas explicações para comportamentos; mas também não deixava de encontrar na paisagem vestígios do desenvolvimento histórico das sociedades que descrevia, bem como características de sua cultura e personalidade.

Em 20 de abril de 1886, Lavissee visitou Berlim e descreveu a chegada à cidade como a sensação de se atravessar um país que parece vazio. No caminho não se via cidades ou vilas, não se via homens ou animais, os pequenos caminhos pareciam levar a lugar algum. Repentinamente, chega-se a uma capital. Lavissee, então, inicia sua reflexão sobre Berlim. Muitos autores tentaram demonstrar como Roma não podia se recusar em ser capital do mundo; algo semelhante se dizia de Berlim em relação à Alemanha: a cidade está no centro da Alemanha do Norte, entre dois rios inteiramente alemães, o Elba e o Oder, a igual distância da montanha e do mar, do médio Reno e da média Vístula, de Colônia e de Varsóvia, de Luxemburgo e de Memel, no cruzamento de vinte rotas comerciais. Por ser o ponto mais acessível partindo de qualquer lugar da Alemanha, deveria ser sua capital (LAVISSE, 1888, p. 259). Ela também está protegida por meios naturais (montanhas, mar) daqueles que pretendam atacá-la. Apesar de estar no meio Alemanha do Norte, Berlim era um posto avançado quando os povos eslavos cobriam certa região do leste antes da conquista germânica. “Berlim é um centro, mas de uma circunferência que foi traçada pelas armas e pela política” (LAVISSE, 1888, p. 260).

Ninguém poderia prever no fim do século XVI que Berlim um dia seria a capital de um grande Estado (LAVISSE, 1888, p. 323).

Comparada com Paris e Londres, Berlim é uma cidade jovem. Adquiriu sua importância como capital da área governada pelos Hohenzollern. Suas vitórias internas e externas, combinadas com habilidade diplomática, elevaram a importância da cidade, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, quando finalmente se converteu na capital do *Kaiserreich* — o Segundo Império alemão (ELIAS, 1997, p. 22).

Lavissee também não deixou de destacar a participação francesa na transformação de Berlim em um centro importante:

Depois que nossos compatriotas refugiados protestantes do século XVII deram a este burgo lamacento alguma limpeza, indústria, artes desconhecidas, uma população elegante e valente a todo trabalho, os príncipes mirando seu amor próprio decidiram continuar a obra dos exilados (LAVISSE, 1888, p. 260).

Lavissee ainda afirma que “o viajante que, ao sair de um deserto, chega a Berlim, se depara com um dos mais surpreendentes produtos do Estado prussiano” (LAVISSE, 1888, p. 261). Berlim, portanto, representaria a consolidação do poder prussiano, mas também não deixaria de ser uma herança dos conflitos religiosos franceses. Eis que o centro do Império Alemão estaria ligado à história da França e à ocupação eslava que precedeu o domínio germânico⁷.

Em abril de 1886, Lavissee estava retornando a Berlim após nove anos e percebeu uma mudança considerável: a cidade tinha agora mais de 200 mil habitantes, uma estrada de ferro metropolitana, novos bondes e ônibus. Também tinha novas casas, algumas demolidas e refeitas para ficarem mais belas, córregos cobertos e esgotos construídos. Na periferia surgiram novos bairros com boas habitações. O transporte permitia aos trabalhadores que se instalassem nesses bairros mais baratos, em que os projetos dos arquitetos consideraram a possibilidade de se ter filhos. Entretanto, o aspecto geral da cidade é confuso: Berlim não tem uma “margem direita” e uma “margem esquerda” como Paris. Seu ponto principal é a avenida dos Tilleuls, que leva ao *Thiergarten* e pode ser comparada à Champs-Élysées, mas não sem uma enorme diferença (LAVISSE, 1888, p. 261).

Atentemos para comparação que Lavissee faz entre as avenidas principais das duas capitais. Na Champs-Élysée o observador parte do Arco do Triunfo para um ambiente aberto, em que se pode observar cada detalhe, apreciar a beleza e se ter a impressão de elegância e grandeza. Nos Tilleuls, o arranjo monótono das casas “sequestra o olhar” (LAVISSE, 1888, p. 262). Os detalhes são grandes e grossos. Não há nem perspectiva, nem harmonia.

Lavissee compara também o *Bois de Boulogne* com o *Thiergarten*. O parque francês termina no Sena, e o parisiense que chega à margem do rio pode ver as colinas na outra margem

⁷ O nome “Berlin” provavelmente tem origem eslava e significaria “pântano”.

e o imponente Mont-Valérien. Pode-se respirar a plenos pulmões; pode-se abrir os olhos à vasta claridade; tem-se a sensação de estar fora, quase a ilusão de uma viagem. Já o parque alemão tem o jeito de um parque murado. Não faz mais do que sua função que é ser um lugar de caminhada. Ele termina bruscamente em um deserto. Chegando ao fim, não há nada para fazer além de voltar, sendo enfadonho por não ter mais do que uma coisa para se fazer (LAVISSE, 1888, p. 262).

Note-se que o espírito francês e o estereótipo alemão se traduzem na descrição que Lavissee faz dos pontos de referência de suas capitais. A paisagem parisiense representa o olhar aberto, o convite à reflexão, a inspiração (tanto ao encher os pulmões quanto ao permitir novas ideias). Já a paisagem berlinense é padronizada e meramente prática: não proporciona exercício ao espírito, apenas atividade ao corpo (já que serve apenas para a caminhada).

Mas Lavissee também reconhece as qualidades da capital alemã: “Certamente não mais falarei mal de Berlim” (LAVISSE, 1888, p. 262). O autor afirma que muita loucura e falsidade foi escrita sobre a cidade. O francês que imagina que em Berlim não se sabe viver se engana redondamente: a vida em Berlim é muito elogiada por pessoas sérias, “e mesmo pelas outras” (LAVISSE, 1888, p. 262). É uma cidade muito cômoda, mais organizada que Paris, mas suas vantagens só se percebem com o tempo. Contudo, mesmo depois de descobrir suas belezas, não se pode deixar de notar sua feiura: tudo é retilíneo, convencional. Poucas linhas após dizer que não mais falaria mal de Berlim, o historiador nota que o revestimento universal das casas fatiga e irrita. Lavissee diz que as primeiras impressões que teve de Berlim se renovavam a cada viagem. Mas as ruas movimentadas, as expressões calmas, o olhar pesado, mas sólido, dão a ideia da riqueza, do trabalho, de se ter alcançado o poder (LAVISSE, 1888, p. 262).

Uma discussão um pouco mais profunda sobre o papel do estereótipo na escrita de Lavissee aparecerá em tópicos posteriores, mas não podemos deixar de notar que ao ver suas primeiras impressões renovadas mesmo percebendo tantas mudanças, o autor dá indícios de que as características prévias que considera inerentes à Alemanha, sobretudo à Prússia, e a seus habitantes, contaminam as descrições e análises que faz. Não se trata aqui de uma acusação ou crítica, visto que todo historiador está sujeito a situações semelhantes, mas não podemos deixar de constatar esta informação para melhor compreender nosso objeto de análise.

Lavissee segue descrevendo Berlim e chega à parte dos Tilleuls onde está a Universidade. Este local parece a Lavissee um capítulo de história escrito por meio de monumentos. Um dos professores que ali trabalhava disse ao autor que a Universidade é como uma caserna intelectual, localizada entre o arsenal e a principal guarita. Em frente a seu peristilo, uma estátua

de Humboldt⁸. Diante da guarita, estátuas de Scharnhorst⁹ e Blücher¹⁰. Atrás, um enorme busto de Hegel. Em frente, a casa do rei. Para Lavissee, uma harmonia singular: tudo isso poderia ser representado pela alegoria de uma Minerva vestindo um capacete pontudo, armada com um fuzil e posicionada em um passo de balé (LAVISSE, 1888, p. 266). Como é recorrente em muitos dos ensaios, Lavissee mais uma vez expressa sua perplexidade diante do que enxerga como uma contradição entre o espírito filosófico e científico alemão com o militarismo prussiano.

Seguindo viagem pela Alemanha, Lavissee chega a Dresden em 26 de abril. Se por um lado Berlim convida a sentar-se, Dresden convida a flunar (LAVISSE, 1888, p. 271). Os soldados passam marchando praticamente “como os nossos”, sem a postura rígida dos prussianos: eles não são mecânicos. Lavissee os percebe um pouco “relaxados”, e até nota um soldado na porta do palácio marchando com a mão no bolso.

Seriam os soldados de Dresden, na Saxônia, mais “relaxados” por influência de sua paisagem? Esta cidade está em um belo país rico, cujo lema “Viva primeiro e então deixe viver” estaria bastante de acordo segundo autor: a Saxônia sempre pôde viver e deixar viver. Lavissee descreve seu palácio real como um dos mais interessantes da Europa e considera o museu deste palácio uma das maravilhas do mundo. Tinha na época de Lavissee (e possui ainda hoje) obras importantes como a Madona Sistina, de Rafael, e a Virgem de Holbein. Na arquitetura e na importância atribuída à arte, Lavissee enxerga uma importante diferença entre os “alemães” da Saxônia e os “prussianos”. Neste contexto, a paisagem de Dresden é sinal da diferença entre a Alemanha amante da cultura e a Alemanha amante da guerra.

Colônia, visitada em 1º de maio, também expõe este contraste. Lavissee diz que lá o progresso da riqueza e da população é visível. Usa como exemplo a restauração de igrejas antes deterioradas, nas quais não se economizou ciência nem dinheiro. Houve uma revitalização, com parte das fortificações demolidas dando lugar a um novo *boulevard*; novos hotéis privados foram erguidos com arquitetura holandesa, mas mais pomposos e opulentos do que em seu país de origem. Porém a riqueza também produziu seus “efeitos comuns”: a industrialização levou os camponeses para as cidades e na medida em que a emigração para a América ficava mais difícil, a atração da cidade se tornava mais forte (LAVISSE, 1888, p. 283).

Resta a Lavissee explicar o mal humor irreconciliável entre os alemães do norte (sobretudo prussianos) e do sul (como os bávaros, por exemplo). Na opinião do historiador,

⁸ Geógrafo e naturalista prussiano.

⁹ General prussiano que combateu Napoleão I

¹⁰ Marechal prussiano que lutou contra Napoleão na Batalha das Nações (1813) e Waterloo (1815).

fizeram-se duas Alemanhas inconciliáveis, e toda a história atesta que elas não podem se entender. Os sábios retomam a memória de Arminius, o homem do norte, guerreando contra Marbod, o homem do sul, sob o risco de entregar a Roma sua Germânia dividida. Os alemães do sul são singularmente rudes se comparados aos franceses do sul. A língua alemã cantada na boca de um turíngio ou assobiada entre os lábios de alguém de Bremen, é esmagada por um suábio ou bávaro. Um alemão do norte se diferencia à primeira vista de um alemão do sul tal qual um flamengo ou um picardo se diferencia de um provençal. Apesar de tudo, a vida é mais fácil e risonha ao sul. A política é menos exigente e se pode mais livremente deixar a natureza viver. Ao contrário, no norte se reforça a influência do céu baixo, da grande planície monótona, do clima triste e do solo pobre. Este é o terreno de ação da Prússia (LAVISSE, 1888, p. 301).

O ambiente, segundo Lavissee, fez a Prússia ser dura, e essa dureza ela repassou ao restante dos alemães. Este homem do norte, transformado pela Prússia em prussiano, ofende ao homem do sul por seu modo de ser. Ainda assim, na Prússia há províncias, e o Estado, menos centralizado que o francês, respeita melhor a vida municipal e provincial (LAVISSE, 1888, p. 302). Mais uma vez, notemos a contradição que intriga Lavissee: um Estado autoritário consegue ser menos centralizado do que a França republicana; homens mais duros e ásperos, como seu solo, conseguem respeitar melhor as administrações locais.

A rivalidade entre as diferentes “Alemanhas” notada por Lavissee, é também discutida por Norbert Elias. Para o sociólogo, estas diferenças são causadas por questões que vão além da relação entre paisagem e temperamento, mas este autor não despreza esta relação.

Em virtude de seus próprios sentimentos de pertença, a classe alta alemã tradicional era particularista; sua lealdade era para com a sua terra, em todas as acepções da palavra, não com o império. No começo, até a lealdade de Bismarck era primordialmente ao rei da Prússia (ELIAS, 1997, p. 60).

Lavissee reconhece na Revolução Francesa um movimento de apropriação da terra pelo povo, o que fundaria a nação francesa. Elias, por outro lado, coloca o particularismo alemão na fidelidade que as classes altas (herdeiras da nobreza feudal) tinham à terra. Percebamos que tanto na visão de Lavissee ao final do século XIX, quanto na análise de Elias, publicada um século depois dos ensaios de Lavissee, a relação com o território está presente. Elias acrescenta:

Começemos com algumas das peculiaridades dos territórios povoados pelos alemães. Eles constituíram, sem dúvida, um dos elementos determinantes duradouros do desenvolvimento da Alemanha. A leste e a oeste do Elba, os territórios alemães — como os dos poloneses, mas ao invés dos de outros grupos vizinhos — eram difíceis de defender. Além disso, o ponto de partida do Estado nacional alemão, o primeiro império governado por Kaisers alemães, era muito vasto. A enorme extensão dos territórios, que eram vistos como alemães pelos alemães foi, sem dúvida, uma das razões do desenvolvimento, primeiro, de um Estado dinástico unificado e, depois, de uma nação-Estado unificada se realizar mais lenta e tardiamente na Alemanha,

do que no caso de Estados dinásticos e nações-Estados europeus, cujo ponto de partida foi menor (ELIAS, 1997, p. 283).

Logo, a “dureza” germânica não viria necessariamente do solo prussiano, mas da dificuldade em defendê-lo e reuni-lo sob uma autoridade única. Acrescente-se a isso

O número e a propagação de subdivisões do Primeiro Império alemão e o correspondente vigor de forças centrífugas nele, tiveram como consequência o fato de que, durante séculos, os alemães lutaram uns contra outros [...]. Toda essa constelação de fatos deixou profundas marcas na imagem que os alemães tinham de si mesmos e na que outros povos tinham deles. Aí está a raiz do desejo ardente de unidade, que repetidas vezes se evidenciou na Alemanha em situações de crise, uma vez que o equilíbrio precário entre forças centrífugas e centrípetas aí tendia a favor das primeiras (ELIAS, 1997, p. 283).

Ainda que por razões diferentes das apontadas por Lavissee, Elias também enxerga na relação com o solo um fator que constitui o temperamento da sociedade alemã. Se podemos perceber em Lavissee algo de “determinismo geográfico” na formação do temperamento alemão e criticá-lo por isso, sua hipótese de relacionar certos aspectos da sociedade e política alemã com sua relação com o solo pode ser explorada dentro das perspectivas historiográficas atuais.

2.2. Biologia

2.2.1. Brutalidade

Primeiramente, é importante esclarecer que estamos usando o termo “brutalidade” em sua primeira acepção: característica de algo em estado natural, bruto, como se encontra na natureza. Em outras palavras, o que haveria de “essencial” no ser humano, ou ainda, o que haveria de “animal” nele, se tomarmos a literatura naturalista do século XIX como referência.

Uma das referências mais marcantes que Lavissee tem dos alemães parte dos soldados que invadiram L’Aisne na Guerra Franco-Prussiana. É provavelmente no ensaio que descreve esta invasão que encontraremos com mais clareza o que seria a brutalidade alemã aos olhos de Lavissee.

O primeiro detalhe que chama nossa atenção está na diferenciação que Lavissee faz entre os soldados alemães mais bem instruídos daqueles mais simples: os primeiros falam francês fluente; os demais ignoram a língua (LAVISSEE, 1888, p.73). Certamente um europeu instruído do século XIX conheceria a língua francesa enquanto um operário não francês a ignoraria¹¹. Mas entre tantos possíveis critérios de distinção entre os soldados, Lavissee escolhe exatamente o critério da língua francesa. Não podemos excluir a possibilidade de, no imaginário de um

¹¹ Podemos pensar, por exemplo, na Bélgica, em que o francês era a língua das elites, enquanto os operários se comunicavam em flamenco e geralmente ignoravam o francês.

homem culto europeu, a ideia de “bárbaro” e “incivilizado” ainda remeter aos critérios gregos e romanos de domínio de uma língua considerada culta.

Lavissee também observa o comportamento destes homens. Onde os soldados alemães estão em guarnição, são moderados e regrados. Mas durante as marchas, se comportam como Gargantuas (LAVISSE, 1888, p.73). O comportamento grotesco e animalesco desses soldados é reforçado durante as refeições: Lavissee contrasta o cuidado com a higiene do francês com a imundície do alemão, que tem a camisa suja de suor e poeira e cujo odor permanece depois de sua partida (LAVISSE, 1888, p.74). Podemos iniciar uma crítica à descrição de Lavissee supondo que o comportamento do soldado em marcha não refletiria o comportamento do cidadão em sua casa, ou imaginando que um soldado francês em marcha não seria tão diferente do alemão. A questão aqui, entretanto, é de outra ordem: a incivilidade alemã é usada para marcar o distanciamento do invasor para com o francês. Não caberia neste ponto uma reflexão mais profunda sobre a capacidade que a guerra tem de degenerar o ser humano (como, aliás, veremos no capítulo 4), mas sim demonstrar o quanto os alemães eram diferentes dos franceses aos olhos de Lavissee.

Essa remarcada diferença entre o alemão grotesco e o francês polido também carrega nas entrelinhas um distanciamento temporal: os franceses estariam num ponto evolutivo mais adiantado por serem mais “civilizados”. Em uma perspectiva evolutiva, ser menos civilizado significa estar mais próximo da barbárie, de um estado selvagem, em suma, do estado animal. Nesta perspectiva, o soldado alemão representa o primado dos instintos; o cidadão francês, o costume iluminado pela razão.

Na perspectiva de Lavissee, os oficiais alemães, mais instruídos e falantes do francês, guardavam certa civilidade. Contudo, “toda essa afetação de polidez dissimulava muito mal a dura e seca natureza dos vencedores” (LAVISSE, 1888, p.79). Como vimos no tópico “solo”, as terras duras e secas da Prússia definiriam o prussiano médio, e este levaria ao resto do Império suas características. A dureza, portanto, integraria a natureza alemã, seria um dado inerente à sua população e, ainda que um alemão se revestisse de civilidade (imitando um francês?) não poderia mudar, nem mesmo encobrir perfeitamente sua condição. Não se trata, portanto, de uma característica culturalmente aprendida: para Lavissee, a dureza alemã é biológica.

Esta natureza mais “dura” também encontraria justificativa em algumas teorias científicas da época. Segundo Lavissee o oficial alemão acredita profundamente na ideia de superioridade de sua raça. “Se é crente, se considera instrumento da Providência; se é filósofo, pensa que a história do mundo se reduz ‘ao combate pela existência’, onde o mais forte tem o

direito e mesmo a missão de esmagar o mais fraco” (LAVISSE, 1888, p. 209). Daí viria a severidade com que trataram os franceses durante a ocupação decorrente da Guerra Franco-Pussiana.

O autor, entretanto, ressalta que em meio à brutalidade dos soldados alemães há valores respeitáveis. Por exemplo, veio dos superiores a recomendação de não se tocar nas mulheres francesas, sobretudo para não acirrar a resistência (LAVISSE, 1888, p. 82). Se, por um lado, a ordem tem um caráter mais prático do que moral, por outro, sua estrita observância demonstra que o soldado alemão, mesmo bruto, é capaz de controlar seus instintos por respeito à hierarquia (que abordaremos mais adiante) e em nome de determinados valores. O respeito à hierarquia e a dureza nos comportamentos, inclusive, faziam com que muitos franceses tivessem dos alemães a imagem de pessoas virtuosas, e isso se estendia aos soldados que invadiram a França. Mas Lavissee pondera que, apesar da fama, os alemães não eram tão virtuosos: saíam à noite e retornavam bêbados, praticavam atos impuros às escondidas (LAVISSE, 1888, p. 83).

Em outro ensaio, quando descreve uma de suas visitas a Berlim, Lavissee também contrasta os bons costumes com a imoralidade. Começa afirmando que o policiamento era muito bem feito em Berlim e que apenas uma vez, uma mendicante, uma menina pequena, lhe estendeu a mão. A prostituição não era aparente nem de dia, nem no começo da noite. Apenas mais tarde apareciam algumas pessoas perambulando pelas ruas mais desertas. Mas não era possível dizer que Berlim estava imune à corrupção das grandes cidades: o número de atrações noturnas aparentemente cresceu em relação à sua visita anterior (LAVISSE, 1888, p. 268). Lavissee também descreve o *Concert de la résidence*, estabelecimento cujas artistas eram mulheres de várias nacionalidades. Um cartaz o denomina “capela de damas”. A respeito do lugar, Lavissee faz um comentário finamente sarcástico: “Cada uma [das mulheres] canta em sua língua, e os berlinenses, que são políglotas, vão lá para fazer filologia comparada” (LAVISSE, 1888, p. 269). Em uma frase, Lavissee contrasta a elevada erudição com a baixeza da prostituição. Outra vez, não cabe aqui criticar a afirmação de Lavissee dizendo que os franceses também faziam o mesmo, pois a questão não é essa: esta análise que Lavissee faz tem por objetivo desconstruir a imagem do alemão virtuoso que muitas vezes era usada para criticar o francês. É como se o historiador francês afirmasse: “eles também erram”.

Outro ponto de comparação que Lavissee estabelece entre o francês e o alemão é o trabalhador. Para o autor, o trabalhador alemão não tem a alegria do francês; tem um aspecto triste, a “calma da cólera concentrada”, o “ar áspero de um bárbaro”: notemos, outra vez, a referência ao solo (áspero) e a comparação explícita com o bárbaro. Lavissee conta, também, que viu em uma noite, em Berlim, perto do palácio imperial, um operário subir em um poste,

quebrar o vidro da luminária com o cotovelo, acender seu cachimbo, descer e continuar seu caminho sem mesmo olhar ao redor para ver o estrago causado por sua *brutalidade*.

Eu jamais atravessei os bairros operários da capital prussiana sem pensar que, se alguma vez esse este formigueiro se organizar em tropa de assalto, não será possível pedir-lhe nem graça, nem misericórdia. Ele pilhará, queimará, matará; ele fará tábula rasa (LAVISSE, 1888, p. 309).

O teor do parágrafo acima tem algumas afinidades com trechos de epístolas de São Jerônimo que descrevem as invasões bárbaras, mas queremos dar um passo menos óbvio nesta análise: de formigueiros (estágio animal), os bairros operários tinham potencial para se converter em tropas de assalto, mas ainda com comportamento bárbaro. Haveria perspectiva para que chegassem a um estágio civilizado?

Do comportamento dos soldados e operários partimos para o ambiente político, outro espaço em que Lavissee percebe importantes diferenças entre o francês civilizado e o alemão bruto. Em uma de suas visitas ao *Reichstag*, Lavissee descreve uma discussão a respeito de uma proposta de lei: os oradores em geral falam de seus lugares, só recorrem à tribuna quando se querem fazer entender. Geralmente falam pouco e de forma simples. Poucos discursos chegam a meia-hora, “e a eloquência falha neste ponto”. Aplausos são reservados apenas para grandes circunstâncias e o orador termina seu discurso sem os “*très bien*” comuns na França a quem está falando (LAVISSE, 1888, p. 119). Ainda segundo o autor, os alemães se orgulhavam da simplicidade de seus debates parlamentares, e Lavissee lhes dá razão; mas também entende que eles deveriam se ofender com a falta de cerimônia de seus deputados: eles conversam a meia voz durante os discursos, mas a meia voz, devido à dureza do idioma, é muito barulhenta (LAVISSE, 1888, p. 119). Estas constatações de Lavissee, ainda que não apresentem qualquer referência explícita, têm muito do imaginário que se construiu a respeito da oposição entre Atenas e Esparta.

Primeiramente, notemos a diferença que o autor estabelece entre a “eloquência” francesa e a “eloquência” (ou falta dela) alemã. Os políticos alemães não fazem questão de usar a tribuna; usam frases diretas, não se apegam a recursos retóricos e preferem discursos curtos. Os ouvintes dificilmente intervêm com gritos de apoio e aplausos. Tudo isso torna as discussões mais simples e práticas. Torna as discussões mais espartanas.

Na França há discursos apaixonados, aplausos, gritos: sentimentos. Há discursos longos, por vezes enfadonhos, mas com grande preocupação estética. Não se busca apenas convencer as mentes, mas conquistar os corações. Os discursos são políticos, mas também obras de arte retórica. Uma arte ateniense por excelência.

Em seguida, notemos um outro detalhe: Lavissee não diz que os deputados franceses fazem silêncio durante os discursos em sua assembleia. Mas os deputados alemães, mesmo falando baixo durante os discursos, incomodam mais por sua língua ser mais “barulhenta”. Podemos comparar esta observação com as críticas que espartanos e atenienses trocavam entre si a respeito das diferenças de pronúncia do grego¹², e também à forma onomatopeica como os gregos se referiam às línguas que não compreendiam, que deu origem à palavra “bárbaro”. Outra vez, nos encontramos no limiar entre a barbárie e a civilidade: seriam os alemães mais civilizados se adotassem o francês como língua?

Se dentro do *Reichstag* os debates eram práticos e pouco acalorados, as discussões nas ruas em época de eleição eram muito fortes em todos os pontos. Lavissee afirma que alguém poderia dizer que estas se pareciam muito com as que se viam na França, mas a raiva que animava os partidos uns contra os outros, somada à rudeza do temperamento alemão, resultava em violências de linguagem e ação que não condiziam com o gosto francês (LAVISSEE, 1888, p. 168). Ainda que numa nota de rodapé Lavissee pondere que a legislação francesa não permitisse mais ataques violentos em debates políticos, mais uma vez usa a vida política para mostrar que os franceses estavam mais distantes da selvageria do que os alemães. Certamente havia razões históricas para esta diferença de comportamento, especialmente o fato de que a França estava em sua terceira experiência republicana e sua população havia tomado parte nas discussões políticas desde 1789, enquanto na Alemanha, ainda que com exceções importantes como a Baviera, a representação popular apenas engatinhava. Contudo, Lavissee reforça a diferença de temperamento como fonte da diferença de comportamento político: se os alemães se agredem na política é porque são *naturalmente* rudes.

Outro ponto a ser discutido a respeito da “natureza” alemã diz respeito às migrações. Um dos ensaios de Lavissee trata especificamente deste assunto e tem por objetivo explicar por que a migração era tão forte entre os alemães. Estatísticas publicadas no início de 1873 mostravam que 1872 foi o ano de maior emigração de Alemães. Somando-se as partidas de Bremen e Hamburgo foram 154.824 pessoas, mas estas representavam não mais do que 70% do total (LAVISSEE, 1888, p. 197). Estima-se que 215.000 pessoas foram expatriadas em 1872 e o movimento não pareceu desacelerar no ano seguinte: o chefe do escritório de estatística de Hamburgo disse que nos primeiros seis meses de 1873 a emigração foi maior do que no ano anterior (LAVISSEE, 1888, p. 197).

¹² A pronúncia ateniense do grego tendia a fechar as vogais, enquanto os espartanos abriam as vogais. Os espartanos criticavam a afetação com que os atenienses falavam, enquanto os atenienses se incomodavam com os espartanos falando “de boca aberta”.

Muitos desses migrantes tinham os Estados Unidos como destino. O país da América do Norte, de acordo com Lavissee, preferia e procurava por alemães entre os “fugitivos do mundo antigo”, e parecia que outros países da América imitavam seu exemplo: uma casa da Antuérpia foi tratar com agências alemãs para procurar 40 mil homens para um investimento assegurado no Brasil (LAVISSEE, 1888, p. 201). Lavissee talvez desconheça ou desconsidere as políticas de branqueamento e justificativas darwinistas para a preferência por imigrantes alemães. Mas como ele fala da maior procura por alemães na América imediatamente após falar da superioridade da formação dos trabalhadores alemães, supomos que esteja estabelecendo uma relação de causa e efeito.

A educação, entretanto, não era a única qualidade que agradaria aos empregadores dos alemães em outros países. Ao discutir os efeitos da migração nas tensões sociais da Europa de sua época, Lavissee conclui que não é verdade que a emigração preserva o país dos perigos do socialismo, pois ela removeria mais camponeses do que operários. Os que partem levam consigo todos os seus e provam que o amor da família é o sentimento mais capaz de defender o homem das loucuras revolucionárias (LAVISSEE, 1888, p. 201). Logo, chegavam à América pais de família com suas esposas e filhos, “homens honestos”, comprometidos com o trabalho e que pouca atenção davam aos discursos da esquerda.

Um ponto bastante valorizado por Lavissee é a importância que o alemão tradicional dá à família. No início de 1872, frente à câmara dos deputados da Prússia, o ministro do interior, após falar sobre a emigração, apontou a queda da população rural, atribuindo o fato à guerra, à emigração, mas sobretudo à atração que as cidades exercem sobre o camponês pobre. Na cidade ele encontra a sociedade de seus camaradas e o prazer dos maus lugares: no campo, ele era casado; na cidade, não pretende constituir família (LAVISSEE, 1888, p. 202). Assim ele não se fixa, abandonando o patrão na primeira disputa. São essas pessoas que compõem a enorme população flutuante de Berlim: em 1871 eram contados em 211.452 indivíduos, sendo um terço partindo e dois terços chegando. “Como se afligem nossos vizinhos com tais fatos, eles que colocam o espírito da família na base de todas as suas virtudes?” (LAVISSEE, 1888, p. 202). Os avanços da industrialização e do socialismo vinham colocando em risco a instituição familiar, dado o crescente número de operários celibatários, ao passo que o camponês pai de família via na América uma alternativa melhor do que a cidade.

É neste contexto que em Hamburgo, por exemplo, se podia observar dois espetáculos diferentes: durante o dia, homens com suas esposas e seus filhos se preparavam para abandonar de vez sua pátria. À noite, nos clubes socialistas, os trabalhadores da mina discutiam suas teorias estranhas sobre a família e a pátria. Segundo Lavissee, Marx, “chefe” desses homens, dizia que

a família é um produto histórico e que ela deverá, um dia, ser reconstituída sob os princípios da razão pura (LAVISSE, 1888, p. 203). Em Berlim, numa reunião da Liga Geral dos Trabalhadores, Hasenclever demonstrou um dia que, quando a exploração pelo capital acabar, a prostituição acabará imediatamente: o Estado comunista se encarregará da educação das crianças e o costume de atrelar uma mulher a um homem por uma ligação jurídica não terá razão de ser. Um outro orador diz de forma mais clara: “uma mulher que dispõe livremente de seu amor não é uma prostituída: é a mulher do futuro” (LAVISSE, 1888, p. 203). Lavisse, com uma concepção mais conservadora de família, via no socialismo uma ameaça a um dos valores mais nobres que os alemães preservavam. Por isso afirmava que “a comparação entre os trabalhadores que partem e os que ficam mostra que a emigração alemã, ao invés de atenuar o mal social, o agrava” (LAVISSE, 1888, p. 203).

A emigração poderia vir de alguma característica inata do alemão? Um dos escritos que Lavisse encontra sobre o tema justifica a emigração pela natureza filosófica e cosmopolita do espírito alemão (LAVISSE, 1888, p. 203). Lavisse demonstra que esse cosmopolitismo não estaria presente em todos os alemães, mas especialmente naqueles que buscaram na filosofia e na ciência saídas para a imposição do poder na antiga Alemanha e a miséria política dos pequenos estados (LAVISSE, 1888, p. 204). Portanto, o alemão não migra porque é de sua natureza migrar, mas busca o exílio como forma de se libertar da opressão política. Segundo Elias, “as pessoas só podiam tomar decisões onde o Estado não aparecesse nem exercesse um controle direto, por exemplo, em áreas tais como a filosofia, a literatura e a música” (ELIAS, 1997, p. 301). Mas mesmo entre os membros da “douta Alemanha”, a maior preocupação das massas de homens é satisfazer a “vulgar necessidade de beber e de comer” (LAVISSE, 1888, p. 204).

Outros explicam a emigração como um fato que não é novo, pois os alemães sempre migraram, dos germanos do século IV aos cavaleiros teutônicos do século XIII (LAVISSE, 1888, p. 204). Um autor lido por Lavisse demonstra que as migrações gregas e latinas eram empreendimentos de Estados, enquanto as germânicas eram empreendimentos individuais. Lavisse acredita que o autor faria melhor em demonstrar que não há semelhança entre as migrações antigas e contemporâneas (LAVISSE, 1888, p. 205).

O historiador conclui que a migração alemã é um fenômeno moderno, que começou no século XVIII e apenas nas duas décadas que precederam seu ensaio ganhou grandes proporções. O melhor meio de remediá-la seria encontrar as verdadeiras causas, ao invés de se apegar a essas “tolices que revelam ao mesmo tempo orgulho e pedantismo” (LAVISSE, 1888, p. 205). Aqui Lavisse faz uma crítica a determinadas abordagens históricas e propõe uma forma de

compreender um fenômeno contemporâneo. Ou seja: nem toda explicação está num passado distante.

Uma das passagens mais belas entre os ensaios de Lavissee é o momento em que o autor descreve a religiosidade dos católicos alemães. O autor acha surpreendente que multidões fiquem por horas nas igrejas; mesmo em suas orações silenciosas, raramente um católico alemão fica sozinho. Em uma igreja da Renânia, Lavissee viu mulheres e camponeses ajoelhados com suas cestas ou varas perto de si, com braços estendidos em cruz diante de um crucifixo onde a imagem de Cristo era aquela do mártir e agonizante pela dor, suspenso por suas feridas horríveis, abandonado, lamentável. Eles o observam com uma piedade tocante, se compadecem, parecem fazer confidências dolorosas e pedir misericórdia em troca de sua compaixão. Lavissee considera que a calma habitual da vida, a lentidão dos movimentos, a resignação, são condições favoráveis ao crescimento desse sentimento. Este sentimento predispõe os alemães ao protestantismo, isto é, à intimidade direta com Deus no templo desnudo, ou em casa; aos que permaneceram católicos, deu a seriedade, a dignidade, a profundidade da fé. Lavissee acredita que as lutas que o catolicismo precisou travar na Alemanha tiveram efeitos positivos, da mesma forma que a Revolução Francesa, destruindo os principados eclesiásticos, acabou com os abusos do passado e espiritualizou a Igreja (LAVISSEE, 1888, p. 312).

Para Lavissee, os católicos alemães de seu tempo mostravam com orgulho o partido que tomaram na vida intelectual e moral de sua pátria. Diziam que a fecundidade vinha da colaboração entre os espíritos católico e protestante, que se encontram nas artes, pintura, música, poesia e filosofia. Os católicos alemães souberam se aproveitar da ciência: suas faculdades teológicas nas universidades são laboriosas, defendendo o dogma e a história da Igreja. Na Alemanha o catolicismo era mais do que um partido, era uma maneira de ser do país, construída através da *natureza* e da *história* (LAVISSEE, 1888, p. 313).

2.2.2. Hierarquia

É recorrente nos escritos de Lavissee a distinção entre duas Alemanhas, uma erudita e amante da cultura e outra militarizada, amante da guerra. Essa diferença poderia ser bem expressa através da comparação entre dois de seus reis.

Augusto III, o Saxão, no século XVIII pagou cerca de 17 mil ducados pela Madona Sistina, valor mais alto até então pago por uma obra de arte, entre outros gastos que o rei teve para compor sua galeria no palácio de Dresden. Lavissee o contrapõe a Frederico-Guilherme, da Prússia: para o autor, este rei teria usado as quantias gastas por Augusto III com arte para comprar granadas, construir fortalezas, drenar pântanos, plantar árvores, estabelecer colonos.

Ele não faria uma entrada triunfal para a Madona, como Augusto III. O “rei sargento” não era sensível às emoções da arte: ele não amava mais do que o útil. Tinha algum gosto pela ciência, mas apenas na medida em que fosse produtiva, fornecendo meios para valorizar os domínios da coroa (LAVISSE, 1888, p. 273). Lavisse pondera que o rei sargento seria considerado um bárbaro na saxônia. A saxônia que primeiro apoiou Lutero, voltou ao catolicismo quando seu soberano assumiu o trono da Polônia, pensando que “uma coroa valeria bem uma missa”. Eis que o sucessor do rei sargento é imperador da Alemanha e o sucessor dos brilhantes saxões continua indo à missa, mas não tem mais a Polônia: teria ainda a Saxônia? (LAVISSE, 1888, p. 275)

O desenvolvimento histórico alemão fez com que o militarismo prevalecesse e comandasse a unificação. A prevalência de um modelo social autoritário e eminentemente hierárquico teve implicações culturais e políticas importantes.

Se a burguesia alemã da segunda metade do século XVIII for comparada com a burguesia alemã da segunda metade do século XIX, evidencia-se uma notável mudança. A mudança de posição da cultura [*Kultur*] na escala de valores dos mais prestigiosos círculos burgueses é suficiente para ilustrar isso. Na metade final do século XVIII, as realizações culturais, sobretudo nas áreas de literatura, filosofia e ciência, tinham uma classificação muito alta na escala de valores da alta burguesia alemã. O poder econômico dos círculos da burguesia urbana e sua consciência mundial começaram a crescer, uma vez mais, nesse período. Mas, com raras exceções, dificilmente a burguesia tinha acesso às aquelas posições governamentais onde eram tomadas as decisões a respeito de assuntos políticos, militares, econômicos e muitos outros dos vários estados (ELIAS, 1997, p. 111).

Após 1871,

grandes parcelas da burguesia — aquelas que, de fato, tinham sido integradas na *satisfaktionsfähige Gesellschaft* ou que desejavam ser por ela aceitas — adotaram como próprio o código de honra da classe alta e a hierarquia de valores representada por esse código, especialmente em sua versão prussiana, as realizações culturais e todas as coisas que tinham sido caras à burguesia alemã na segunda metade do século XVIII, incluindo a humanidade e a moralidade generalizada, tinham uma classificação inferior, quando não eram positivamente desprezadas (ELIAS, 1997, p. 112).

A transformação dos valores alemães, passando de um humanismo condizente com o Iluminismo para um modelo social hierárquico e militarizado é uma das maiores fontes de crítica de Lavisse ao Império concluído pela Prússia de Bismarck.

Ainda que a Alemanha se posicionasse como mais um entre outros impérios da segunda metade do século XIX, o significado de seu *Reich* era bastante diverso. Enquanto na França e na Inglaterra o termo *empire* significava o ponto de chegada da evolução dos reinos dinásticos anteriores, na Alemanha o *Reich* representava a retomada de algo perdido (ELIAS, 1997, p. 285).

Enquanto outros impérios apontavam para o futuro como decorrência de seu desenvolvimento, sobretudo econômico, o alemão tentava restaurar a força do Sacro Império, ideia que implicaria, sem dúvida, num conservadorismo bastante forte. No final do século XIX, a Alemanha era, como explicou o filósofo marxista Ernst Bloch, a terra clássica da “não-sincronicidade”, do extraordinário progresso econômico e social e virulenta resistência à modernidade (RABINBACH, 1990, p. 49).

Ao mesmo tempo, o *Reich* é expressão de um destino de grandeza, mas que nunca se completa (ELIAS, 1997, p. 286), ou a pretensão de ser uma grande nação, mas que não completou seu destino (LAVISSE, 1888, p. VI). Com um século de distância, Lavissee e Elias chegaram praticamente à mesma conclusão a respeito das experiências alemãs de formar um *Reich*: um projeto inacabado.

Norbert Elias entende, também, que um dos fatores que dificultou o sucesso do projeto alemão foi sua vulnerabilidade. Se França, Inglaterra ou mesmo Rússia tiveram experiências mais longas de unificação e, cada um a sua maneira, tinha políticas expansionistas, a Alemanha era um Estado fraco, instável e, por longos períodos, retrátil (ELIAS, 1997, p. 286).

A Alemanha, ou os Estados que vieram a formá-la, não constituía uma grande potência, sendo historicamente coadjuvante na política europeia.

Na primeira metade do século XVII, a Alemanha tornou-se o campo de batalha da Europa. Em muitos aspectos, a linha de desenvolvimento alemão foi provavelmente mais perturbada que a de qualquer dos outros grandes países europeus. Mesmo uma visão geral mostra os efeitos desse conturbado desenvolvimento sobre as crenças, tradições comportamentais e auto-imagem dos alemães (ELIAS, 1997, p. 286).

Segundo o raciocínio de Elias, a instabilidade do desenvolvimento histórico alemão criou, nos próprios alemães, a autoimagem de que seriam um povo propenso à desordem e que apenas poderiam ser controlados por governos fortes e que promovessem a hierarquia. Logo, a disciplina não seria uma característica inata dos alemães (como comumente se atribui a seu estereótipo), mas um remédio para sua natureza instável. A “dureza” alemã seria, portanto, uma resposta a sua natureza frágil.

O raciocínio de Norbert Elias não é muito diferente do de Lavissee, que vê nos alemães uma natureza contrária ao espírito militar prussiano. Ainda que tivessem um senso de hierarquia arraigado, este não seria assimilado sem algum incômodo. Para Lavissee, as disposições naturais dos alemães, propensas à liberdade e a viver a vida de forma confortável, cedo ou tarde os levariam a se revoltar contra o regime prussiano. Mas, antes de tudo, estava colocado o hábito do respeito (LAVISSE, 1888, p. VIII).

Natureza, por um lado; *hábito*, por outro. A evolução dos conceitos de natureza e cultura descrita por Bauman pode nos ajudar neste ponto:

Originalmente, na segunda metade do século XVIII, a ideia de cultura foi cunhada para distinguir as realizações humanas dos fatos “duros” da natureza. “Cultura” significava aquilo que os seres humanos podem fazer; “natureza”, aquilo a que devem obedecer. Porém, a tendência geral do pensamento social durante o século XIX, culminando com Émile Durkheim e o conceito de “fatos sociais”, foi “naturalizar” a cultura: os fatos culturais podem ser produtos humanos; contudo, uma vez produzidos, passam a confrontar seus antigos autores com toda a inflexível e indomável obstinação da natureza – e os esforços dos pensadores sociais concentrados na tarefa de mostrar que isso é assim e de explicar como e por que são assim. Só na segunda metade do século XX, de modo gradual, porém contínuo, essa tendência começou a se inverter: havia chegado a era da “culturalização” da natureza (BAUMAN, 2012, p. 6).

Segundo Edgar Morin, a cultura é um circuito metabólico que, juntando a infraestrutura ao superestrutural, assegura as trocas entre indivíduos e faz comunicar as experiências existenciais e os saberes constituídos. Por isso, deve ser entendida como um sistema complexo (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 970).

Para Norbert Elias o *habitus* seria uma “segunda natureza” ou “saber social incorporado”, mais dinâmico que o “caráter social”, noção que implica algo estático. Os destinos de uma nação se sedimentam no *habitus* de seus membros individuais. Como decorrência das experiências contínuas, o *habitus* muda com o tempo, mas se equilibra entre a mudança e a continuidade (ELIAS, 1997, p. 9). Logo, a concepção de *habitus* de Elias pode ser entendida dentro da chave da dialética das durações: é uma relação entre múltiplas temporalidades.

Torna-se tão logo evidente que o *habitus* nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido. À semelhança das tribos e dos Estados, um *habitus* nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo. Também existem, sem dúvida, diferenças biológicas, herdadas, entre os povos da Terra. Mas até mesmo povos de composição racial semelhante ou idêntica podem ser muito diferentes em seus respectivos *habitus* nacionais ou mentalidades — ou seja, no modo como se relacionam mutuamente (ELIAS, 1997, p. 16).

O conservadorismo alemão viria do equilíbrio entre o *habitus* e a natureza. Lavissee acredita que, antes de virem atos corajosos de indisciplina e revolta para aqueles a quem uma nação se constrói por novas formas, colocam-se certos hábitos, virtudes e fraquezas que detém a Alemanha na inércia e conservadorismo (LAVISSE, 1888, p. VII). Supõe-se um povo que manteve de um longo passado o hábito do respeito e que é, por natureza, lento para conservar, mais lento para a ação, aceita sem dificuldade a vida como ela está (LAVISSE, 1888, p. VII). Com isso, o povo alemão fica feliz com muita facilidade, pois sempre está satisfeito com sua

condição (LAVISSE, 1888, p. VIII). Lavisse entende, por exemplo, que os soldados alemães preferiam estar em suas vilas e casas, vivendo suas vidas normalmente, mas acataram as ordens de proceder com a invasão da França; não estariam lutando pela Grande Alemanha, ou pelos destinos da Europa, mas apenas ocupando onde foram ordenados a ocupar, por respeito à hierarquia (LAVISSE, 1888, p.76). Em Lavisse, o comportamento alemão é o resultado da interação entre a *natureza* (características inatas) e o *hábito* (costume socialmente arraigado, estabelecido na longa duração).

Por oposição, podemos perceber que Lavisse entende o francês como um povo amante da mudança e constantemente insatisfeito. Afinal, se os filósofos alemães idealizaram, foram os políticos franceses que realizaram. Quando nos referimos à Revolução, com inicial maiúscula, é quase automático completar com o adjetivo “Francesa”. Seria possível imaginar uma “Revolução Alemã”?

Lavisse se propõe este exercício algumas vezes. Afirma haver uma hierarquia muito grande no pensamento do homem comum alemão, que não enxerga a todos como iguais. Haveria, em seu imaginário, uma escala quase mística (LAVISSE, 1888, p. VIII). Ora, se os franceses fizeram sua revolução declarando que todos os homens são iguais perante a lei, como seria possível aos alemães serem revolucionários se prestam culto à hierarquia? Aqui retornamos à natureza alemã: sua dureza de temperamento faz com que não conheçam inclinação moderada. Sua coluna, segundo Lavisse, parece ter uma única peça, de modo que ao inclinar-se chega a formar um ângulo reto. Por isso o espírito revolucionário, na Alemanha, não seria domado (LAVISSE, 1888, p. IX): uma vez decididos a aderir a uma revolução, esta seria ainda mais drástica do que sua antecessora francesa. Felizmente, para os espíritos moderados e conservadores, e infelizmente, para os espíritos incendiários, esta hipótese nunca foi colocada à prova e não vemos, atualmente, qualquer perspectiva de que venha a ser.

A forma como Lavisse lida com a origem do comportamento alemão nos faz retornar, outra vez, à noção de que a revolução carrega múltiplas temporalidades. Para o autor, uma revolução na Alemanha seria fruto do desconforto causado pela incompatibilidade entre a natureza livre e o hábito de hierarquia de seu povo. Mas para que o desconformo se transforme em revolta é necessária uma longa experiência, que teria a revolução como resultado. Chegado este momento, a falta de moderação dos alemães daria origem a um acontecimento tão explosivo que certamente marcaria sua história. Muitos poderiam observar este fato e imaginar que ele teria causado as transformações observadas quando, na verdade, ele seria a chegada à superfície dos acontecimentos de uma perturbação das profundezas da longa duração.

Ainda sobre este tema, Lavissee entende que os franceses (aos quais se refere na *primeira* pessoa do plural) não conhecem outra autoridade senão aquela consentida por quem se submeterá a ela. O autor afirma que este comportamento causa estranheza ao estrangeiro, que se pergunta se os outros povos se comportarão assim sabiamente “como nós”, quando eles forem atingidos por uma evolução fatal que já começou no ponto “em que nós estamos” (LAVISSE, 1888, p. XII). Em outras palavras, Lavissee entende que o hábito francês é condizente com sua natureza, por isso a França está na vanguarda da democracia no mundo; em outros países, essa convergência pode não existir, por isso precisarão de processos históricos mais longos para atingir o estágio francês de desenvolvimento político.

Este é o caso alemão. Entre o determinismo e o otimismo histórico, Lavissee entende que as demais nações passarão pelo que a França passou e chegarão ao estágio em que a única autoridade reconhecida é aquela que emana do povo, ou seja, a república é o destino da humanidade; mas esta só é possível em um ambiente de igualdade. Na Alemanha, pelo contrário, sua humildade e subserviência causam estranhamento ao estrangeiro (LAVISSE, 1888, p. IX), sendo terreno fértil para o sucesso de um governo autoritário.

O autoritarismo e o senso de hierarquia poderiam, pelo prisma de Lavissee, serem representados na figura de Bismarck. Este, mesmo não sendo um oficial regular, rotineiramente se apresenta em traje militar (LAVISSE, 1888, p. 121). Ao descrevê-lo em uma de suas aparições no *Reichstag*, Lavissee observa que o chanceler não é um orador. Não tem eloquência, nem gesto, nem atitude. Balança de um lado para outro, olha para as unhas ou aperta um lápis quando lhe faltam palavras. Mas o mais estranho é que sua voz é doce (LAVISSE, 1888, p. 126). Lavissee sublinha a forma como Bismarck soa ofensivo aos deputados de oposição e como estes reagem mal a seu discurso (LAVISSE, 1888, p. 126). Contudo, Bismarck representa o sucesso político e militar, primeiro da Prússia, depois do *Reich*. Os deputados, ainda que de oposição, nutrem por ele profundo respeito.

Ao falar da polícia de Berlim, Lavissee também mostra um pouco dessa noção de respeito às hierarquias estabelecidas. À primeira vista, os policiais parecem soldados. São severos, rudes, estritamente disciplinados. Nenhuma infração é tolerada. Por exemplo, todos os cães devem estar com focinheiras. Bismarck, que amava seus cães, tentou uma liberação para seus animais, mas não conseguiu. Lavissee comenta que Bismarck, que teria desobedecido todas as leis de seu país, se submetia às ordens da polícia (LAVISSE, 1888, p. 269). Portanto, o respeito à hierarquia estabelecida era observado mesmo quando uma autoridade se via fora de seu espaço de ação: nas ruas, Bismarck não podia fazer o que bem entendesse, pois ali a autoridade pertence aos policiais, detentores dos espaços de violência.

Os alemães consideram que as focinheiras protegem da hidrofobia. Segundo Lavissee, eles se alegram, com isso, de terem se libertado de pagar qualquer tributo ao *francês* Pasteur. Aliás, qualquer triunfo francês incomodaria aos sábios e aos jornalistas alemães (LAVISSEE, 1888, p. 269). Para Lavissee, o orgulho alemão eleva entre eles e o resto do mundo uma alta barreira (LAVISSEE, 1888, p. 147). A hierarquia, portanto, não estaria presente apenas dentro da sociedade alemã, mas na comparação entre os alemães e o restante do mundo.

Lavissee afirma que, em geral, os alemães são pessoas boas e justas, não sendo verdade que atacariam os franceses sob qualquer pretexto. Mas há entre os alemães um grande partido de “líderes do ódio”, presentes em certos livros e grandemente nos jornais. Lavissee considera a pior dessas publicações a Gazeta de Colônia, cujos correspondentes considera odiosos, fazendo comentários perversos sobre o cotidiano francês (LAVISSEE, 1888, p. 270). A imprensa, aliás, se insere na relação entre uma nova ideia de simultaneidade e a gênese do nacionalismo. Esta nova simultaneidade equivale à coincidência entre marcações de tempo do relógio e do calendário (ANDERSON, 2008, p. 54). O romance e o jornal, a partir do século XVIII, ilustram esse novo simultâneo: proporcionam meios técnicos para “re-presentar” o *tipo* de comunidade imaginada correspondente à nação (ANDERSON, 2008, p. 55). Logo, tanto aquilo que Lavissee chama de “difamação” contra os franceses na imprensa alemã, quanto os próprios ensaios de Lavissee publicados na imprensa francesa a respeito dos alemães, fazem parte deste processo de construção da comunidade imaginada, diferenciando o “outro” do “nacional”.

2.2.3. Juventude

A esta altura o leitor já deve ter se dado conta do quanto enfatizamos as antíteses e paradoxos nas observações que Lavissee faz a respeito da Alemanha e dos alemães. Aqui gostaríamos de analisar mais uma: a observação da juventude alemã mostraria a permanência de costumes antigos que precisavam ser superados.

Durante uma excursão pela Alemanha, Lavissee vê passar um estudante alto e belo, aparentemente um bom rapaz. Sob os olhos doces levava duas cicatrizes, e outra da boca até a orelha. Lavissee, então, observa que o costume dos duelos seria a sobrevivência de instintos primitivos; o rapaz não se tornaria homem se não fosse ferido ou ferisse alguém com a espada. O duelo universitário, em que o florete não pode atingir mais do que o nariz e a bochecha, não impedia que ainda houvesse duelos até a morte (LAVISSEE, 1888, p. 270). A violência ritualizada ainda era vista como necessária para que o jovem ingressasse na vida adulta: não seria tal rito de passagem mais condizente com os povos antigos ou com os povos “selvagens” de outros continentes? Sua presença dentro da Europa traz incômodo a Lavissee.

A questão do duelo aparece em Lavissee como crítica à prática entre os alemães, mas pode-se crer que ela existia também entre os franceses como demonstração social de bravura e coragem. “O bom burguês do sexo masculino incorporava força, virilidade e estabilidade mental; ele se esforça para adquirir e manter essas qualidades tanto em público quanto na vida privada” (PROVENCHER e ELDERTS, 2007, p. 34).

O intelectual (como Lavissee?) fica numa situação delicada, com uma reputação, na melhor das hipóteses, ambígua (PROVENCHER e ELDERTS, 2007, p. 35). A aversão à violência poderia ser vista como contrária à masculinidade em boa parte da sociedade. Portanto, o combate a esta cultura de violência ritualizada não visava apenas uma crítica ao costume alemão, mas a certo padrão de masculinidade presente também na França.

Norbert Elias também se interessou pelos duelos:

No primeiro capítulo deste livro, examino o duelo, que estava desenvolvido de uma forma deveras impressionante na Alemanha, como um excelente exemplo da influência de instituições na formação do *habitus*. O duelo é uma instituição comum na Europa como um todo, tendo sua origem na cultura internacional dos nobres. Em outros países perdeu cada vez mais seu significado com a ascensão da classe média. Mas, na Alemanha, o duelo desenvolveu-se numa direção quase oposta. Com a adoção de modelos aristocráticos em círculos da classe média depois de 1871, e possivelmente já antes disso, o duelo tornou-se uma instituição potente e muito difundida mesmo entre estudantes não-aristocráticos (ELIAS, 1997, p. 30).

Na Alemanha a ascensão das “classes médias” implicou na adoção de valores e costumes aristocráticos, enquanto no restante da Europa estes valores declinaram junto com a importância da antiga nobreza. Aos olhos de Lavissee, tal movimento fazia com que as classes ascendentes da Alemanha carregassem um certo grau de arcaísmo, o que dificultava, também, a noção de igualdade entre os homens. Segundo Elias, “estudantes e oficiais eram os principais expoentes da cultura do duelo. Estavam acostumados a uma ordem estritamente hierárquica e, por conseguinte, a uma ênfase sobre a desigualdade entre pessoas” (ELIAS, 1997, p. 30).

Os duelos exerciam um papel pedagógico entre os jovens estudantes alemães, de tal importância que Norbert Elias os coloca ao lado das confrarias nacionalistas no papel de padronizar o Império. Neste contexto “a agremiação duelista estudantil e as confrarias nacionalistas exerciam uma função fortemente padronizadora no *Kaiserreich*, o qual, depois de 1871, permanecia bastante díspar e escassamente integrado” (ELIAS, 1997, p. 57).

Logo, a juventude alemã exercia um papel importante na reprodução de uma cultura hierárquica e de respeito à ordem estabelecida.

Uma das funções não planejadas das confrarias duelistas estudantis, conforme já foi explicado, era a mais ampla educação dos homens jovens — nessa época, as estudantes constituíam raras exceções — no sentido de inculcar-lhes um código padronizado da classe alta. Em particular, o batismo

pelo sangue através de competições de esgrima contribuiu para colocar os herdeiros de casas respeitáveis, mas não muito ilustres, em maior harmonia, no tocante a comportamento e a atitudes, com os costumes e a mentalidade das “velhas” famílias (ELIAS, 1997, p. 93).

A violência ritualizada, neste contexto, reafirmava a condição superior de uns e subalterna de outros, mantendo clara a correlação de forças da sociedade.

A comparação entre o duelo e a briga é esclarecedora de um e de outro; esclarece também a distribuição de oportunidades de poder nessa sociedade. Duelos e brigas são guerras privadas, desfechos de conflitos. Mas o duelo era um tipo altamente formalizado de violência, infringindo o monopólio estatal de violência, e reservado em primeiro lugar para a nobreza, sobretudo os oficiais, e depois também os civis de classe média e status suficientemente elevado. As pessoas de classes inferiores podem espancar-se sem cerimônia quando entram em conflito mútuo. Desde que não se machuquem seriamente, o Estado nem se dá ao trabalho de averiguar o incidente. Mas se essas mesmas pessoas se atacarem uma à outra com armas, serão trancafiadas, se possível. Se uma delas matar a outra numa briga, ela própria talvez venha a ser executada em nome da lei e do Estado. No caso do duelo, em contrapartida, as autoridades do Estado reconheceram tacitamente que tais delitos são meros pecadilhos que não podem ser punidos da mesma forma que as ações violentas das outras classes sociais. Assim, os duelistas não eram condenados à prisão, mas confinados aos seus quartéis ou colocados numa casa de detenção não desonrosa por um período de tempo que variava de acordo com a seriedade dos danos físicos infligidos. Quando o desfecho era fatal, o sobrevivente sumia frequentemente, indo viver no estrangeiro por uns tempos (ELIAS, 1997, p. 72).

Na Alemanha do século XIX, o Estado ainda não tinha o monopólio da violência: em algumas camadas da sociedade, e em algumas situações, a violência ainda era cabível para a resolução de conflitos particulares.

Lavissee descreve as “muitas manifestações desta juventude alemã”: a simplicidade, a brusquidão, a falta de jeito, a tolice das diversões, a rudez e a incoerência das fisionomias (LAVISSEE, 1888, p. 271). O retrato pintado pelo autor mostra a imagem de jovens tolos e violentos: homens primitivos, em suma.

O pensamento hierárquico, reproduzido nos costumes da própria juventude, também se fazia presente na universidade. A ascensão social era planejada por meio do serviço público, tendo como objetivo ocupar altos cargos na administração. A realização deste objetivo era possível através do diploma universitário. Alternativamente, uma profissão liberal também podia cumprir este papel, mas uma carreira no mundo dos negócios, comércio ou indústria era a pretensão apenas daqueles que herdariam os negócios da família. Estamos falando, portanto, de uma sociedade com visão aristocrática e burocrata – que lembraria a França de Napoleão III, a suma de todos os males do pensamento da Terceira República.

Ainda que os valores burgueses penetrassem na sociedade alemã e fossem em parte incorporados aos códigos aristocráticos, a burguesia ainda era vista como um grupo social de

ordem inferior. Isto porque a origem familiar ainda contava bastante para se acessar determinados lugares da sociedade alemã, e a principal forma de romper com uma ancestralidade inferior era ser iniciado em uma confraria duelística e depois obter um título universitário. Por outro lado, enriquecer pelo comércio ou indústria sem passar por estas etapas fazia do cidadão uma espécie de impostor, um subalterno que circula entre os superiores sem merecer estar ali.

CAPÍTULO 3: IDENTIDADE

3.1. Esquecer

Em uma visita ao *Reichstag*, Lavissee presencia a seguinte cena: um deputado dinamarquês, um entre aqueles que representavam os territórios não-alemães anexados pelo Império, pede a palavra e expressa seu sentimento e de seus compatriotas pela anexação, prestando solidariedade à Alsácia-Lorena. Os deputados alemães protestam, pedindo que se retorne à questão, mas o presidente do parlamento permite que o deputado expresse “o que está em seu coração”. Lavissee constata que a política do Imperador Guilherme aos anexados é essa: os felicita pela fidelidade que guardam às coisas do passado e agradece à fidelidade futura por sua casa real (LAVISSEE, 1888, p. 123).

Podemos dizer que a política de anexação alemã, apesar de fundamentalmente baseada no critério racial, passa pela necessidade de se convencer a população de alguns dos territórios “estrangeiros” anexados a aderir ao Império. Nestes casos, a fidelidade passada precisa ser substituída por uma nova fidelidade que aponta para o futuro. Neste processo de ressignificação do posicionamento político, com o qual contavam os alemães, faz-se necessário construir uma nova memória, o que implica uma série de novos esquecimentos. Por contraditório que possa parecer, o ato de esquecer é essencial para a construção da memória. Certos esquecimentos ajudam a dar sentido a determinadas memórias. Segundo Certeau, alguns silêncios servem como prova destas tomadas de posição, mesmo em trabalhos referenciais, que ignoram certos aspectos importantes em suas análises, como por exemplo o trabalho de Foucault que teria ignorando a literatura religiosa ao interpretar a episteme clássica (DE CERTEAU, 1982, p. 43).

O processo de lembrar/esquecer tem como uma de suas funções a separação entre passado e presente. Por isso, Certeau entende a historiografia como trabalho da morte (manter no passado) e trabalho contra a morte (trazer ao presente). A morte inevitavelmente ceifa, mas a historiografia acredita manter laços com os mortos. Ela é vencida, mas a vitória não é perene. O discurso nega a perda do passado, finge que o pode recapitular, gesto que se efetua no mito/rito da escrita (DE CERTEAU, 1982, p. 17). Se compararmos a compreensão de Certeau com a de Michelet, por exemplo, perceberemos uma atitude bastante diferente no século XIX: Michelet tenta exumar os mortos para mostrar o que eles realmente quiseram dizer e fazer, algo que eles próprios não compreenderam (ANDERSON, 2008, pp. 270-271). Se Certeau entende a historiografia como representação no sentido de “fingir” ou “criar uma imagem”, Michelet entende o representar como “tornar presente outra vez” e, ainda mais forte, dar verdadeiro sentido. O rito da escrita, em Certeau, faz com que o passado, ao ser representado e lembrado,

seja afirmado como passado: se algo é acessível pela memória, só pode pertencer ao passado. Daí sua noção de sepultamento: o túmulo é uma presença, mas não é igual à presença de quem ali foi enterrado, assim como o texto é uma presença, mas não é igual à realidade representada. Ao contrário, Michelet não entende a escrita como sepultamento, e sim como exumação: quer trazer os agentes do passado de volta ao convívio do presente e, ainda mais forte, explicar-lhes o que eles mesmos não foram capazes de entender.

Koselleck, por sua vez, tenta perceber como, em cada presente, as instâncias do passado e do futuro são postas em relação. Para ele, o tempo histórico consiste no processo de distinção entre passado e futuro (BARROS, 2013, p. 138). “Koselleck parte do pressuposto de que a atualização do passado (a experiência) e a atualização do futuro (a expectativa) são presenças sentidas de modo fundamentalmente diferente pelo humano” (BARROS, 2013, p. 139). Experiência e expectativa são categorias interessantes para compreendermos a política que Lavissee atribui ao imperador: o espaço de experiência de fidelidade à pátria de dinamarqueses, poloneses e franceses anexados estaria na base do horizonte de expectativa da construção de sua fidelidade ao *Reich*.

Homi Bhabha, por sua vez, tenta pensar o presente não como ruptura ou articulação com o passado e o futuro, mas como uma “descontinuidade”, opondo-se a uma concepção sequencial. O presente precisa ser “um local expandido e ex-cêntrico de experiência e aquisição de poder” (BHABHA, 1998, p. 23). Podemos entender, nesta concepção, que o presente não deve apenas distender-se, mas dilatar-se: em outras palavras, memória e expectativa não seriam formas de trazer o passado e o futuro para o presente, mas de fazer o presente alcançar o passado e o futuro.

A hipótese de Koselleck é a de que a determinação da diferença entre passado e futuro ou, em termos antropológicos, entre experiência e expectativa, é que permite conceber algo como o tempo histórico (KOSELLECK, 1993, p. 15). A necessidade de estabelecer uma diferença entre experiência e expectativa está na base de uma das críticas que Lavissee faz a respeito do ensino de história na Alemanha: “às memórias, nenhuma perspectiva; elas se apresentam todas em primeiro plano” (LAVISSEE, 1888, p. 277). Lavissee critica a presentificação do passado, como vimos no capítulo 1: as crianças são ensinadas a amar e a odiar personagens do passado remoto como se ainda estivessem presentes. Esta crítica de Lavissee é bastante parecida com a análise que Koselleck faz de uma obra do pintor alemão renascentista Albrecht Altdorfer, em que, ao representar a batalha de Alexandre, O Grande, contra Dario, acaba retratando soldados europeus e turcos de seu tempo: “presente e passado ficaram englobados em um horizonte histórico comum” (KOSELLECK, 1993, p. 22). Em tom

semelhante, Benedict Anderson analisa a “roupagem moderna” dos primeiros relevos e vitrais de igrejas medievais, ou pinturas de mestres italianos e flamengos: os pastores que seguem a estrela que indica o nascimento de Jesus se parecem com camponeses da Burgúndia, a Virgem Maria se parece com a filha de um mercador toscano, o mecenas que patrocina o artista aparece ajoelhado em meio aos pastores com seus trajes de nobre ou burguês (ANDERSON, 2008, p. 52). A crítica de Lavissee nos leva a aproximá-lo de autores como Certeau e Koselleck: ainda que o túmulo seja uma presença, deve-se sepultar o passado; ainda que comparáveis, experiência e expectativa são sentidas de modos diferentes pelos seres humanos. Neste ponto, Lavissee estaria mais próximo de nós do que de Michelet...

Um modelo de história teleológica se adapta tanto à crença em uma providência divina, como a um plano secreto da natureza ou algum tipo de mecanismo preciso e determinista. Também permite imaginar que o conhecimento da História permite prever acontecimentos futuros. “O que parece não se ajustar é discretamente desprezado ou esquecido” (BARROS, 2013, p. 206). Neste sentido, a construção da “biografia da nação” tende a ignorar os acontecimentos que contradizem as explicações que trazem ao presente e as previsões para o futuro: lembrar da Guerra Civil Americana como uma guerra fratricida e esquecer de que foi uma guerra entre dois estados soberanos e de que a narrativa seria diferente caso o Sul tivesse concretizado seus planos; lembrar de Guilherme, o Conquistador, como Pai Fundador da Inglaterra, mas esquecer que ele foi conquistador, de certa forma, dos próprios ingleses, pois tal lembrança o aproximaria de Napoleão e Hitler (ANDERSON, 2008, pp. 274).

Algo semelhante acontece na memória construída por Lavissee. O autor afirma que diante de um império fundado pela força (a Alemanha), a República Francesa representa os direitos violados. “Se algum dia, em um grande combate europeu, ela reivindicar o território arrancado da pátria indivisível, ela o poderia fazer em nome da humanidade” (LAVISSEE, 1888, p. 282). Lavissee não acha que os franceses devem abrir mão de sua individualidade por uma “*humanitairerie*”¹³, mas que a individualidade francesa consiste precisamente em ser uma nação humana. Certamente deve-se ter um culto à pátria francesa: depois de ser feita pelos reis, ela foi apropriada pelos franceses através da Revolução. O solo, amado em si mesmo e declarado indivisível e sagrado, foi defendido contra as monarquias da Europa. Mas ao mesmo tempo os franceses proclamaram os direitos do homem e os direitos dos povos. Estes direitos foram quase completamente ignorados entre os franceses, mas mesmo as violências cometidas

¹³ Essa palavra é um neologismo, portanto é difícil de traduzir. No contexto original ela se refere a uma espécie de humanitarismo vazio, que não compreende a especificidade de cada povo.

por Napoleão tiveram seu efeito benéfico de acelerar em vários séculos a emancipação das nações¹⁴. Depois que a Europa em coalizão fez os franceses retornarem a suas fronteiras, a política francesa jamais foi violenta nem provocadora. “Ela acabou por professar que toda conquista é injusta, se ela pretende dispor de seres humanos contra sua vontade” (LAVISSE, 1888, p. 282). Lavisse entende que a França poderia, em um eventual conflito futuro, tomar de volta a Alsácia-Lorena em nome “da humanidade”, como forma de fazer justiça frente ao Império Alemão que age pensando apenas em si (LAVISSE, 1888, p. 282). Contudo, Lavisse esquece (já que não cita em *nenhum* dos ensaios) que a França conquista territórios e povos em outros continentes: para lembrar da França republicana e defensora dos direitos do homem, é necessário esquecer a França imperialista. Na formulação de Meyer, em que “cada nação tem seu mentiroso e admirável Lavisse” (MEYER, 1995, p. 34), poderíamos substituir o “mentiroso” por “esquecido”: escolher o que lembrar implica escolher o que esquecer.

Aqui nos aproximamos de Homi Bhabha quando este liga o sentimento nacional ao esquecimento. Para ele, a vontade de pertencer à nação implica o ato de esquecer: é no esquecimento que começa a narrativa da nação (BHABHA, 1998, p. 225). Meyer reforça esta noção ao afirmar que “apaziguada e tolerante, a consciência nacional encontra um sutil equilíbrio entre memória e esquecimento, lucidez e amnésia, tradição e imaginação” (MEYER, 1995, p. 36). A vontade nacional só pode ser expressa através do ato de esquecer, daí a “obrigação de esquecer” ou “esquecer para lembrar”. Disto depende a unidade nacional (BHABHA, 1998, p. 226).

Lavisse entende que falta ser explicado às gerações que defenderão a França nos campos de batalha que sua nação luta pela humanidade. Para ele, o indiferente silêncio da escola em matéria de educação nacional é assustador. Há uma propedêutica do dever militar que não deve mais ser negligenciada (LAVISSE, 1888, p. 282). Mas Lavisse esquece que o jovem educado para o serviço militar não lutaria apenas na Europa: enviado para a África, por exemplo, estaria lutando pelos mesmos valores que o motivariam numa hipotética retomada da Alsácia-Lorena? Nos ensaios não encontramos respostas para esse tipo de questão¹⁵. Deve-se ter em conta que a leitura idealizada e nacionalista da história ensinada às crianças, fosse na França ou na Alemanha na época de Lavisse, podia ser contrastada com outras realidades, como a colonial,

¹⁴ A difusão, pela força, do Código Napoleônico está entre as bases das revoltas burguesas do século XIX.

¹⁵ Já no século XX, Lavisse tenta conciliar o nacionalismo republicano francês com o imperialismo ultramarino em alguns textos com a lógica de que os povos submetidos ao império colonial estavam sendo integrados à República.

ou mesmo coexistir com memórias concorrentes ou com outros fins ideológicos (HÉMONT, 2014, p. 28). Esta questão pode ser entendida no interessante caso da Alsácia-Lorena.

O Império Alemão instaurou uma política de germanização dos territórios anexados. Na medida em que o termo “germanização” indica uma política educativa e linguística que busca enfraquecer a identidade cultural e linguística do povo conquistado (HÉMONT, 2014, p. 23), até que ponto os habitantes da Alsácia-Lorena, em grande parte de origem germânica e falantes do alemão, precisavam ser “germanizados”? Em pelo menos um nível: em sua memória. Os habitantes da Alsácia-Lorena, ao serem transportados de *Alsace-Lorraine* para a *Reichsland Elsass-Lothringen*¹⁶, precisariam ter uma nova memória coletiva (tomando emprestado o uso que Isabelle Hémont faz da expressão de Halbwachs): tudo o que haviam esquecido sobre sua origem germânica precisava ser rememorado e tudo o que lembravam sobre sua identidade francesa precisava ser esquecido. Sua origem deveria ser buscada no passado germânico, não na herança da Revolução. Aos “compatriotas exilados”, os republicanos franceses diriam: “você escolheram ser franceses ao participar da Revolução”; aos “irmãos resgatados”, o *Reich* diria: “você sempre foram alemães”. Aqui podemos pensar na ideia de uma “história renascimento”, celebrando um período como fundador (Revolução Francesa) ou regenerador (Unificação da Alemanha). Também podemos pensar na história como ruptura ao falar de um passado irremediavelmente superado ou como uma visão do devir (HAZAREESINGH, 2017, p. 2).

O ausente é também a forma presente da origem. “Existe mito porque, através da história, a linguagem se confrontou com sua origem”. Falar dos mortos é também negar a morte, quase desafiá-la. A história não ressuscita nada, mas trata a morte como saber, dando lugar a uma troca entre vivos. “Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato” (DE CERTEAU, 1982, p. 57). Lavissee, de certa forma, usa este jogo de vida e morte para demonstrar que os alemães o são por *natureza* e os franceses o são por *escolha*. Esta ideia se aproxima da reflexão que Bauman faz a respeito da distinção que Stuart Hall estabelece entre a compreensão “naturalista” e “discursiva” dos processos identitários.

Num ensaio sintomaticamente intitulado “*Who needs identity*”, Stuart Hall propõe a distinção entre as compreensões “naturalista” e “discursiva” dos processos identificatórios. De acordo com a primeira, “a identificação é construída com base no reconhecimento de alguma origem comum ou de características compartilhadas com outra pessoa ou grupo, ou com um ideal, e com o estreitamento natural da solidariedade e da fidelidade estabelecidas sobre esse alicerce”. De acordo com a segunda, “a identificação é uma

¹⁶ Denominação da província dentro do Império Alemão.

construção, um processo sempre inacabado – sempre ‘sendo feito’. Não é determinado no sentido de poder sempre ser ‘ganho’ ou ‘perdido’, sustentado ou abandonado”. A segunda compreensão consegue apreender o verdadeiro caráter dos processos de identidade contemporâneos (BAUMAN, 2012, p. 50).

Assim começa Lavissee sua reflexão: “A nação na Alemanha é uma raça, e o orgulho da raça é uma paixão vigorosa. Seria a França uma raça?” (LAVISSE, 1888, p. 278). Dizer que a nação alemã é uma “raça” confere um caráter natural à sua nacionalidade, e tudo que é natural remete a algo que não foi escolhido (ANDERSON, 2008, p. 200). Ser francês, por outro lado, é uma opção: daí a disputa entre os nacionalistas franceses e alemães a respeito de qual seria a “verdadeira” nacionalidade de alsacianos e lozanos: etnicamente, são alemães; mas, por escolha, são franceses. Ainda assim, alguns grupos na França tentavam encontrar também um antepassado comum, pois ser descendente dos gauleses era uma crença bastante difundida (ABDULLA, 2017, p. 12). Lavissee, porém, discordava desta ideia: “Um certo número de boas pessoas está ocupado hoje em conseguir uma estátua para Vercingétorix, mas há bem menos relação entre o Gaulês Vercingétorix e nós do que entre o Germano Ariovisto e os alemães” (LAVISSE, 1888, p. 278).

Raros movimentos nacionalistas modernos são realmente baseados em consciência étnica, ainda que inventem uma assim que se formem (HOBSBAWM, 2008, p. 80), como era o caso de certos franceses que buscavam uma herança gaulesa. Também não havia necessidade de uma comprovação “genética” para o pertencimento à etnia: a base crucial de um grupo étnico é cultural, e não biológica (HOBSBAWM, 2008, p. 79). O nacionalismo étnico recebeu importantes reforços na segunda metade do século XIX: na prática, pelas crescentes e maciças migrações; na teoria, pela transformação de “raça” em um conceito central das ciências sociais (HOBSBAWM, 2008, p. 131).

Lavissee faz um resumo do que ocorreu com a Gália: após Vercingétorix, a região foi ocupada pelos romanos, adotando sua língua, instituições e costumes. Depois foi invadida por germanos de todas as tribos e escandinavos. No século V não tinha mais nada de céltica: os celtas caçados desde a Grã-Bretanha pelos Anglo-Saxões e refugiados na Armórica aparecem como estrangeiros, conquistadores bárbaros. Ao contrário, a conquista romana não fez mais do que tocar superficialmente a Germânia. Lavissee propõe comparar os dois países no século IX, momento em que “as nações modernas nasceram do desmembramento do Império Carolíngio” [sic] (LAVISSE, 1888, p. 278). A França de Carlos o Calvo era um caos, o rei lutando com bretões, normandos e aquitanos, gentes de raças diferentes que sequer consideravam a possibilidade de formar o mesmo povo (LAVISSE, 1888, p. 278).

Ao contrário, a Alemanha de Luís o Germânico não continha mais do que alemães, e as grandes dietas que reuniam bispos e senhores eram assembleias nacionais. Costuma-se opor a unidade francesa e a anarquia germânica, mas é necessário, segundo Lavissee, fazer uma distinção: “A política fez a unidade na França; na Alemanha, ela reduziu o país à anarquia, mas a *unidade natural* [grifo de Lavissee], aquela da raça, persistiu” (LAVISSEE, 1888, p. 279). Na França, o rei fez a nação na medida em que aumentava seus domínios. A França começou como o “País de obediência ao Rei”. A população não era de franceses, mas de súditos do rei. Na Alemanha, por outro lado, o poder real se enfraqueceu, as instituições gerais desapareceram, as províncias se transformaram em senhorios e em repúblicas; mas a Alemanha manteve o sentimento da comunidade de origem: “nela habita uma nação *natural* [grifo de Lavissee]” (LAVISSEE, 1888, p. 279). No fim do século XIII o rei da França possuía grande parte do território que seria a França da época de Lavissee. “Ele representa a França, ele é a França, pois ele é o proprietário do solo” (LAVISSEE, 1888, p. 279). Rodolfo de Habsburgo, rei alemão, é um pobre príncipe. Não carrega em sua bolsa, como dizia, mais que a graça de Deus. Na França ele seria vassalo do vassalo; na Alemanha ele é rei e toda a Alemanha o reconhece como tal. Isso porque mesmo com a fragmentação das terras e do poder, os alemães se sentem uma nação e reconhecem na realeza o símbolo solene da pátria teutônica (LAVISSEE, 1888, p. 279).

Assim, na França, a realeza criou um Estado sobre a antiga Gália. Na Alemanha, onde todos os laços do Estado foram cortados, a origem e a língua comuns fizeram a nação. “Eis porque os alemães têm entre eles o sentimento da raça, que nossos pais não conheceram” (LAVISSEE, 1888, p. 280). Norbert Elias chega a conclusão semelhante:

Em contraste com a imagem atualmente dominante da Alemanha entre as nações do mundo, como uma potência particularmente forte e potencialmente perigosa, dos séculos XV e XVI até à segunda metade do século XIX, o país era considerado comparativamente fraco. A fraqueza potencial do *Reich* alemão nesse tempo e a força relativa de alguns de seus Estados membros pode dar a impressão de que é quase impossível falar-se de Alemanha antes de 1871. Entretanto, até onde se pode ver, os alemães nunca deixaram de sentir-se alemães e, como tal, eram percebidos pelos membros de outras nações, quer eles viessem da Prússia, de Hannover, da Baviera ou de outras partes do *Reich* (ELIAS, 1997, p. 285).

Na França medieval as fronteiras continentais eram linhas convencionais, sobre as quais as línguas se misturavam e os princípios feudais eram meio franceses e meio alemães, ou meio franceses e meio italianos, ou meio franceses e meio espanhóis (LAVISSEE, 1888, p. 280). A Alemanha entrou em confronto com povos muito diferentes de si, eslavos, lituanos, húngaros, a quem odiavam e por quem eram odiados. Os escritores medievais que narravam o combate perpétuo contra os Orientais experimentavam sentimentos de ódio e orgulho que os antigos cronistas franceses não conheceram. Sem dúvida, a falta de organização lançou a Alemanha

nos acasos da política e da guerra. No século XVII virou um lugar de anarquia, onde cada região era explorada por um príncipe, quase sempre uma figura ridícula. Mas mesmo neste período manteve na consciência e autoestima uma invencível esperança. Infelizmente, no dia em que o país foi unificado, surge uma política bem velha aos olhos de Lavissee, a das reivindicações em nome da raça (LAVISSE, 1888, p. 280).

Já os franceses passaram do “universo” romano para o catolicismo universal. A Gália romana foi a joia do império; a França cristã, o adorno da Igreja. A ciência universal da Idade Média residiu em Paris, que foi a capital intelectual da cristandade. Em tempos difíceis para a Igreja, a França se manteve fiel, não criando uma igreja para si¹⁷. A literatura do século XVII, a filosofia do século XVIII, e a Revolução que pretendia ser feita pelo bem comum da humanidade mostram o espírito universal dos franceses. “Em verdade, nós estamos distantes, muitos distantes de Vercingétorix” (LAVISSE, 1888, p. 281).

Esta última afirmação de Lavissee é um elogio: os franceses estão muito longe dos gauleses por terem avançado muito em filosofia, ciência e política. Portanto, seu “mito fundador” não estaria na antiga Gália, mas em sua posição de vanguarda em relação aos vizinhos: seu mito não está na origem comum, mas no projeto comum; não está num passado idealizado, mas num futuro a alcançar. Enquanto a semelhança com Ariovisto mostra que os alemães estão mais próximos do passado, a diferença para com Vercingétorix atesta que os Franceses caminham para o futuro.

Para Lavissee, cada povo deve ter uma razão de ser e a conhecer.

Roma tinha uma vocação: conquistar o mundo. A Alemanha tem esta vocação: reivindicar para si tudo que é germânico, exaltar o germanismo, desenvolver no universo o poder germânico. Qual é a nossa? Não há dúvida de que temos que representar a causa da humanidade (LAVISSE, 1888, p. 281).

Este olhar para o futuro nos leva à reflexão de Françoise Hartog sobre os regimes de historicidade e a escrita da história. Sendo o regime de historicidade um elo cultural que une uma sociedade a seu passado, Hartog identifica três regimes ao longo da história: um primeiro regime de historicidade passadista, em que o passado é indispensável e esclarece o futuro; esse regime é substituído a partir do fim do século XVIII por um regime futurista, em que o futuro, ou pelo menos a ideia que se faz dele, esclarece o passado; um terceiro regime de historicidade aparece a partir dos anos 1960, o presenteísmo, em que o presente passa a ser seu próprio Horizonte (LEDUC, 1999, p. 72). O destino francês de representar a causa da humanidade, na

¹⁷ Alusão à Reforma Protestante.

concepção de Lavissee, representa o regime de historicidade futurista: a leitura da Revolução Francesa como início de um processo a ser concluído se dá na medida em que se imagina um futuro universalmente republicano, regido pelos valores revolucionários de igualdade, liberdade e fraternidade.

A relação entre as temporalidades a ser enfrentada por historiadores e pessoas comuns se dá em três âmbitos distintos: do presente com o passado (e sua recíproca), do presente com o futuro e do futuro com o passado (BARROS, 2013, p. 152). O enigma das temporalidades revela uma tensão entre este tempo complexo do vivido e uma certa imagem do tempo, presente no pensamento ocidental, que imagina o tempo como um fluxo retilíneo e contínuo (BARROS, 2013, p. 153). Se, como afirma Certeau, a escrita da história funciona como um rito de sepultamento, fica implícito que o passado não simplesmente “passa”: o que define o passado é a elaboração que dele se faz. Além disso, se pensarmos nas múltiplas temporalidades, há permanências que dificultam esta separação entre o passado e o presente.

O passado nunca é simplesmente o passado. Ele age — com maior ou menor força, de acordo com as circunstâncias — como uma influência sobre o presente. Não apenas por causa da inércia das tradições que deslizam cegamente de era em era, mas também porque uma imagem de fases pretéritas da nossa própria sociedade, por distorcida ou deformada que possa ser, continua vivendo na consciência de gerações subsequentes, servindo involuntariamente como um espelho onde cada um pode ver-se a si mesmo (ELIAS, 1997, p. 59).

“Sociedades de preservação, cilindros fotográficos e filmes constituíram argumentos silenciosos para a persistência do passado e seu impacto no presente” (KERN, 2003, p. 40). Esta ideia influenciou pensadores de diversas áreas, aumentando na sociedade do século XIX a noção de que o presente não se separa completamente do passado. Em 1881, psicólogos de diferentes países buscaram na memória a origem e o tratamento de patologias. Estas descobertas a respeito da memória, do esquecimento e do papel da infância foram incorporadas pela psicanálise (KERN, 2003, p. 41).

Assim como no desenvolvimento de uma pessoa individual, as experiências de períodos anteriores de sua vida continuam tendo um efeito no presente, também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação (ELIAS, 1997, p. 8).

3.2. Estereótipo

A imagem que se tem do outro é uma referência importante para a construção da identidade. A construção de um outro como justo oposto de si ajuda a reforçar o que se é o que não se é, e isto vale tanto em nível individual quanto coletivo. Se pensarmos nas nações, por

exemplo, como comunidades imaginadas, o seu outro (ou “não-nós”), na mesma medida, é imaginado. Aqui entra o estereótipo, que Homi Bhabha define da seguinte forma:

O ato de estereotipar não é o estabelecimento de uma falsa imagem que se torna o bode expiatório de práticas discriminatórias. É um texto muito mais ambivalente de projeção e introjeção, estratégias metafóricas e metonímicas, deslocamento, sobredeterminação, culpa, agressividade, o mascaramento e cisão de saberes “oficiais” e fantasmáticos para construir as posicionalidades e oposicionalidades do discurso racista (BHABHA, 1998, p. 125).

A partir desta definição, vamos trabalhar com os estereótipos não como uma imagem distorcida do outro, mas como parte de um oposto idealizado de si. “O outro deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial” (BHABHA, 1998, p. 86), que confere uma medida de objetividade, mas sempre ambivalente, desvelando uma falta.

Primeiramente, vamos analisar a construção que Lavissee faz da figura que representa uma das diferenças centrais entre alemães e franceses: o Imperador. Ao meio dia e meia, como de costume, o velho imperador põe o rosto na janela. O palácio, na descrição de Lavissee, é apenas mais uma casa entre as outras nos Tilleus. Guilherme I a adquiriu quando ainda era príncipe. Ao ser coroado, a transformou em palácio real, depois imperial (LAVISSEE, 1888, p. 263). O Imperador está de pé, em seu uniforme, como sempre. Ele nem olha mais para as cem pessoas que ali estão para vê-lo no horário fixo. Ele lê alguns papéis com atenção. Parece se aproximar da claridade, “como faria qualquer um de nós para enxergar melhor”. A certa distância, parece ser não mais que sexagenário, sendo que nesta ocasião o imperador já estava com 89 anos. É uma tradição de sua casa que o rei se mostre ao povo todos os dias. Depois de ser o homem mais impopular da Alemanha, ele passou a ser amado, admirado, venerado. Mesmo os legalistas dos países anexados em 1866 conciliam a fidelidade que guardam a seus soberanos com o respeito ao imperador (LAVISSEE, 1888, p. 264).

Lavissee presta muita atenção aos símbolos e imagens que o velho imperador tenta mostrar. O horário fixo de sua aparição mostra que esta é uma atitude programada; mas, ao mesmo tempo, o soberano simula uma atitude ocasional: se aproxima da janela como quem busca a claridade para melhor enxergar os papéis que tenta ler. Ao imperador é necessário mostrar-se e o povo espera por isso, dado o numeroso grupo que o espera; mas, ao mesmo tempo, não pode dar a impressão de que esteja apenas se mostrando, precisa parecer sério, compenetrado, examinando com atenção os papéis que carrega. Também precisa mostrar-se forte e saudável: em traje militar, sua postura faz com que de longe aparente ser bem mais jovem do que realmente é. Afinal, um imperador não pode aparentar ser vulnerável.

Ao citar esta aparição como uma tradição de sua casa real, Lavissee relembra que um de seus antecessores, Frederico, O Grande, aparecia em público no momento de fazer a barba, o que seria motivo de riso para um francês. Com isso, Lavissee estabelece uma oposição entre o pensamento francês republicano e o alemão: para os franceses republicanos, tal encenação ou ritual seria absolutamente vazia de sentido: se o poder emana do povo, seu presidente não precisa ser venerado, basta que trabalhe. Ao contrário, na Alemanha Imperial, o soberano precisa dar-se a contemplar, pois seu poder recebido de forma hereditária encontra sustentação na veneração que recebe de seus súditos; e a imagem que constrói de si é responsável por fazer com que mesmo os opositores o respeitem e admirem.

O pensamento alemão também é usado para definir o pensamento francês por oposição. Para Lavissee, os alemães têm sentimentos contraditórios. O historiador conta de um amigo francês que, falando a uma dama alemã, lamentava que Wagner, depois de ser ardentemente republicano, compôs a marcha imperial. A dama respondeu: “Cale-se; ele fez isso ‘de uma maneira ideal’; vocês franceses não podem compreender essas coisas” (LAVISSEE, 1888, p. 265). Com alguma ironia, Lavissee conclui: “Nós realmente compreendemos mal estas complicações, e imediatamente chamamos de hipocrisia” (LAVISSEE, 1888, p. 265). Afinal, o que a dama alemã quis dizer com “maneira ideal”?

Lavissee propõe que estudemos a frase alemã: “a frase alemã é uma modelagem, a nossa é uma escultura” (LAVISSEE, 1888, p. 265). Em outras palavras, Lavissee diz que o que um francês afirma é sólido e constante, ao passo que a afirmação alemã é frágil e inconstante. Somos levados a crer que se Lavissee fosse um jesuíta português do século XVII diria que a palavra francesa é como o mármore e a alemã como a murta. Mas por ser um historiador francês do século XIX, explica que o alemão molda sua fala entre a realidade das coisas e a complexidade das ideias, sem violentar um ou o outro. Este espaço “entre” a ideia e a realidade tomamos a liberdade de chamar de dialética, ainda que Lavissee não mencione esta expressão. Na visão do historiador, a frase alemã é construída a partir da *negociação* entre a ideia e a realidade, ao passo que a frase francesa é construída como *imposição* da realidade sobre a ideia. É neste sentido que a dama alemã fala em “maneira ideal”: Wagner, ainda que republicano, poderia idealizar uma posição imperialista; um francês republicano não poderia compor senão uma Marselhesa, caso contrário seria um hipócrita.

Obviamente, esta oposição entre solidez e maleabilidade não pode ser entendida em termos absolutos, mas compõe um referencial para se pensar o que é próprio do alemão e do francês. Também é curioso pensar na “maleabilidade” do pensamento alemão em oposição à “dureza” de seu ser e “solidez” de convicção que Lavissee descreve em outros momentos.

A “maleabilidade” do pensamento alemão, identificada como hipocrisia pelo francês, é também chave para explicar o resultado do processo de unificação da Alemanha. No ensaio de 1887, Lavissee escreveria o seguinte:

Em pleno alvorecer da civilização moderna, no seio do *Reichstag* sobre o qual são lançados os olhares do mundo todo, eles [territórios anexados] atestam a violência que lhes foi feita e o desprezo pelas consciências nacionais professadas pela Prússia no momento em que constituiu a nação alemã (LAVISSE, 1888, p. 305).

Lavissee vê um alto grau de hipocrisia no nacionalismo alemão, comprovada, por exemplo, por um primeiro defeito em sua constituição: havia alemães fora da Alemanha e estrangeiros dentro dela (LAVISSE, 1888, p. 295). Não faria sentido incluir dinamarqueses, poloneses e franceses ao Império e excluir a Áustria. Lavissee cita um autor, um tanto supersticioso, que acusa Berlim de ignorar que os verdadeiros alemães são aqueles do Tirol. Lavissee também retoma a descrição feita do Reno e do Danúbio como “pai e mãe da Alemanha”, diferentes e complementares, um voltado ao oceano e ao Novo-Mundo, o outro voltado ao Oriente (LAVISSE, 1888, p. 296). A partir desta noção dos limites entre Reno e Danúbio, Lavissee conclui que a Áustria não poderia ser excluída nem da geografia, nem da história da Alemanha. Colocar os estrangeiros no império no mesmo dia em que excluíram os austríacos significa que se praticava abertamente a política das conveniências pessoais, colocando as razões acima dos fatos. Mas estas imperfeições seriam mais bem percebidas pelos observadores de fora do que pelos próprios alemães (LAVISSE, 1888, p. 297). Logo, o *Reich* não teria sido feito como a Marcha Imperial, de “modo ideal”; ele seria, para Lavissee, uma mentira baseada em um discurso identitário que violenta a realidade ao tentar transformar estrangeiros em alemães e alemães em estrangeiros segundo as conveniências de quem está no poder.

É preciso ter claro que o estereótipo tem uma função social. Emocionalmente carregado, resiste à contraexperiência e à argumentação, daí sua força integrativa e sua função de orientação em uma dada sociedade. É também uma negação *assimétrica* do outro. Os estereótipos antialemães, popularizados por Voltaire e largamente conhecidos antes de 1870, encontram raízes na noção de que os bárbaros estão a Leste e carregam categorias que remetem às narrativas de Heródoto. Todas as violências políticas, econômicas e sociais cometidas pelos alemães no século XIX tendiam a ser ancoradas nas representações de seu barbarismo imaginado pela mentalidade coletiva francesa (HÉMONT, 2014, p. 78).

Faz-se necessário, neste momento, esclarecer que o próprio Lavissee reconhece que a imagem do “alemão prussiano”, estereótipo que ele mesmo reproduz, não corresponde a cada indivíduo alemão. Chega mesmo a se questionar se algum dos milhões de homens da Alemanha reuniria todas as qualidades e todos os defeitos do prussiano. Lavissee questiona se não haveria

entre os prussianos um sonhador, um preguiçoso, um cordial, um revoltado... afinal, não foi na Prússia que houve uma revolução em 1848? Será que não haveria diferenças entre católicos, protestantes e livres pensadores? Não conheceriam liberais, democratas ou socialistas? (LAVISSE, 1888, p. 302). Após reproduzir a imagem criticável e criticada do “alemão prussiano”, o oposto idealizado e assimétrico do francês idealizado, Lavissee traz de volta a historicidade – e, por que não, a humanidade – do alemão que circulava pelas ruas de Berlim, Dresden ou Munique. “Nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro” (BHABHA, 1998, p. 65). Mas, mesmo que se tenha consciência de sua idealização, o estereótipo funciona dentro do que Homi Bhabha chama de paradoxo da fixidez da alteridade, conota rigidez e ordem imutável. O estereótipo vacila entre o que está “sempre no lugar”, já é conhecido, e o que precisa ser ansiosamente repetido (BHABHA, 1998, p. 106). Em outras palavras, o estereótipo serve como referência para a análise e compreensão: é fonte de certezas que nem sempre se prestam a ter sua validade testada. É por isso que ao ler o que Lavissee escreve sobre os alemães precisamos nos perguntar sempre até que ponto o que descreve não é a adequação de sua observação ao estereótipo que carrega entre suas convicções.

3.3. Alteridade

É necessário enfatizarmos que, conforme nos atesta Stuart Hall, as identidades não são estáveis, nem imutáveis, mas fragmentadas e multiplamente construídas. Elas são relacionais, ou seja, precisam do outro para serem construídas, e necessitam da diferença para se estabelecerem (HALL, 2000, p. 109 apud SOUSA, 2011, p. 61).

Durante uma excursão que fez à Alemanha, Lavissee encontrou dois jovens franceses que foram seus alunos. Eles estudavam na Alemanha e estudavam a Alemanha. Conversando sobre o país, os estudantes não o denigrem, nem por ele mostram admiração. Ao relatar este encontro, Lavissee sugere que se deve viajar muito, não apenas para aprender a língua, mas para se ampliar o horizonte dos espíritos, para melhor conhecer o “eu” em contato com o “não-eu” e encorajar a iniciativa e a renovação de nós mesmos (LAVISSE, 1888, p. 267). Lavissee fala explicitamente que conhecer o outro ajuda a conhecer a si mesmo: portanto, o olhar que dirige à Alemanha também o ajuda a compreender a França.

No zoológico de Dresden Lavissee vê uma placa: “verdadeiros cães rateiros alemães”. Ele já havia reparado que nas lojas a identificação de produtos como “*Echt deutsch*” (realmente alemão) era o elogio por excelência (LAVISSE, 1888, p. 275). O epíteto *deutsch* (alemão) era usado para atribuir todo tipo de virtude, em particular boa-fé, fidelidade, castidade, modéstia. O mesmo vale para tudo que é bom e vigoroso na natureza. Lavissee lembra de uma jovem

mulher alemã que ficou espantada quando viu, em sua primeira viagem à França, uma espécie de cão que acreditava existir apenas na Alemanha. Esta admiração ingênua de si mesmos, segundo o autor, explica o sentimento dos alemães com relação aos estrangeiros. O ódio ao polonês não se explica apenas pelo remorso com relação aos crimes cometidos contra a Polônia, ou a vontade de fazer “desaparecer o cadáver”, mas no polonês o alemão detesta o eslavo, o estrangeiro (LAVISSE, 1888, p. 275). O antieslavismo ganhou sustentação com o darwinismo social no século XIX, que via na luta entre raças um dado da evolução humana. Neste sentido, o antieslavismo não deixava de ser uma expressão do racismo. A “guerra de raças” estava bastante presente na imprensa e nas obras de ficção (HÉMONT, 2014, p. 83). Fosse na Polônia ou em Camarões, na mesma época, o racismo aparece como essencialmente cultural e a educação o assimila e o relaciona com seus fins. Tal concepção leva a uma violência inaudita e banalizada, que nos conflitos internacionais se expressa na forma de massacres (HÉMONT, 2014, p. 84). A colonização do território polonês significava, ao mesmo tempo, a legitimação de seu poder e superioridade frente aos escravos e o reconhecimento de que os poloneses eram incapazes de administrar a si mesmos (HÉMONT, 2014, p. 44).

Todas as nações modernas enfrentaram o problema das minorias. O Estado-nação uniu dois conceitos diferentes: a *nação*, de ordem identitária, e o *Estado*, de ordem jurídica (HÉMONT, 2014, p. 89). Eis que cinco milhões de pessoas, entre os 42 milhões de habitantes do Império Alemão, não se consideravam alemães, mas dinamarqueses, poloneses, alsacianos e lorenos. Assim, as fronteiras do Império não coincidiam com a *Kulturnation*, nem deixavam de conter particularismos bastante fortes entre os próprios alemães, como as divisões entre Norte e Sul, Leste e Oeste e católicos e protestantes (HÉMONT, 2014, p. 90).

Para sua própria segurança espiritual, as comunidades culturais precisam de muitos inimigos (BAUMAN, 2012, p. 49). Neste contexto, Lavissee se incomoda com a questão dos judeus na Alemanha. Para o historiador, o ódio “bárbaro e estúpido” contra o judeu é um fenômeno da mesma ordem que o ódio ao Polonês. Se às vezes um francês se refere a um sujeito cuja avidez não tem escrúpulos como um “verdadeiro judeu alemão”, na Alemanha, um judeu não pode ser um verdadeiro alemão. Lavissee cita a fala de um deputado do *Reichstag* de origem israelita, de grande distinção e que prestou importantes serviços políticos à Alemanha: “Que coisa amarga se sentir estrangeiro em seu próprio país!” (LAVISSE, 1888, p. 276). “Estrangeiro” é a palavra: os antissemitas agem como se quisessem expulsar um corpo estranho do organismo saudável da Alemanha. “Verdadeiros cães rateiros alemães! Vamos exilar os outros?” (LAVISSE, 1888, p. 276).

Benedict Anderson entende que racismo e antissemitismo se relacionam mais com as ideologias de classe do que com o nacionalismo e, no geral, se expressam dentro das fronteiras nacionais (ANDERSON, 2008, p. 209). Mas na leitura de Lavissee o antissemitismo seria transversal a uma ideologia de classes: o nacionalista, seja de qual classe for, tende a excluir o judeu, seja de qual classe for. A questão em jogo, nesta leitura, não seria a determinação de um lugar a ser ocupado por um determinado grupo dentro da sociedade (como o racismo ao qual nos acostumamos no Brasil), mas o desejo – ou, ao menos, o discurso – de extirpar um corpo estranho, câncer ou parasita do corpo nacional ou, ainda mais intenso, purificar o corpo místico profanado da nação.

O Outro muitas vezes não é apenas aquele que ocupa outro espaço, mas também, simultaneamente, aquele que está em outro tempo. Johannes Fabian percebe uma forte relação com o tempo quando a antropologia olha para o selvagem, o primitivo, o Outro (FABIAN, 1983, p. 1). O tempo evolucionista é o ponto onde desemboca a secularização do tempo. Ele traz dois elementos: 1) o tempo é imanente, portanto coextensivo ao mundo; 2) relações entre partes diferentes do mundo podem ser entendidas como relações temporais (FABIAN, 1983, pp. 10-11). Isso era evidente nas viagens ultramarinas e intercontinentais, mas Lavissee experimenta essa mesma concepção de tempo evolutivo ao chegar à outra margem do Reno.

Civilização, evolução, desenvolvimento, aculturação, modernização (e seus primos industrialização, urbanização) são todos termos cujo conteúdo conceitual deriva, de formas que podem ser especificadas, do tempo evolucionista (FABIAN, 1983, p. 17).

O tempo “naturalizado” de Darwin e da história natural não tinha utilidade prática para os evolucionistas sociais. Spencer, por exemplo, “especializa” o tempo, vendo a evolução não como uma cadeia, mas como uma árvore. A árvore é um esquema que pressupõe subsunção e hierarquia (FABIAN, 1983, p. 15). Daí temos que as sociedades não evoluem todas da mesma forma, assim como os galhos se desenvolvem em trajetos diferentes. Portanto é possível que, se deixadas ao acaso, as sociedades podem ter pontos de chegada diferentes. Na concepção de Lavissee o “desenvolvimento em árvore” das sociedades não faria sentido, pois o que se espera da humanidade é que em algum momento todos os povos sejam republicanos – como os franceses.

“O que faz o selvagem significativo para o tempo evolucionista é que ele vive em outro tempo” (FABIAN, 1983, p. 27). O conhecimento dos antropólogos geralmente se inscreve numa relação de poder entre o lugar de origem do antropólogo e seu objeto, o que faz desse conhecimento político por natureza, mas Fabian sugere que essa relação possa ser colocada em termos temporais (FABIAN, 1983, p. 28). Ao observarmos a relação de Lavissee com a

Alemanha, há menos uma relação hierárquica de poder do que uma relação temporal: eles *são* o que nós *éramos*; nós *somos* o que eles *serão*.

O período entre 1880 e 1914 foi o das maiores migrações dentro dos Estados e entre eles, também do imperialismo e rivalidades internacionais. O movimento de “estrangeiros” pela Europa facilitou o projeto de unir partes díspares da nação contra forasteiros (HOBSBAWM, 2008, p. 112). Por outro lado, tanto a França quanto a Alemanha usaram o imperialismo ultramarino para reforçar o nacionalismo e a integração nacional (HÉMONT, 2014, p. 95). No caso da França, o dispositivo discursivo sobre a nação se reorganizou completamente a partir dos anos 1880, sob o efeito de dois fatores decisivos: o florescimento da democracia e a intensificação da crise econômica. Políticos passaram a defender medidas protecionistas: queriam controlar não apenas a circulação de mercadorias, mas também de indivíduos. A classe dominante descobriu que mais de um milhão de trabalhadores estrangeiros viviam na França. O tema da concorrência dos “imigrantes” no mercado de trabalho, pela primeira vez, se tornou um problema importante na vida política francesa. Essa obsessão pelo protecionismo explica porque a maior parte das leis sociais adotadas pela Terceira República continham disposições discriminatórias aos estrangeiros (NOIRIEL, 1995, p. 21).

O nacionalismo, que tenta unir uma comunidade imaginada e separá-la das demais, busca sua afirmação no Iluminismo; mas, ao mesmo tempo, não pode fazê-lo porque o Iluminismo almeja o universal que, se fosse concretizado, tornaria o nacionalismo inviável (BHABHA, 1998, p. 201). De forma aparentemente contraditória, a mesma época da ascensão do nacionalismo foi também aquela em que se estabeleceram diversos padrões universais: unidades de peso, medida e o próprio tempo. Mas essa “universalidade” não ocorreu de forma neutra: o que se deu foi a imposição – pela força política, econômica ou científica – de um padrão nacional sobre os demais. Por isso a contradição é apenas aparente.

O metro e o quilo foram duas grandes vitórias dos franceses, por exemplo. Suas unidades de pesos e medidas “iluministas”, “revolucionárias” e “republicanas” representavam, pelo menos para os franceses, a superioridade de suas instituições na Terceira República (GALISON, 2005, p. 91). Por outro lado, os franceses se sentiram humilhados por não terem conseguido sincronizar o tempo após unificar os pesos e medidas: desta vez o triunfo foi inglês (GALISON, 2005, p. 99). A vitória do poder econômico e industrial britânico fica mais clara se levarmos em conta o fato de que, na prática, o meridiano inicial, a partir do qual seriam contadas as horas, poderia estar literalmente em qualquer ponto do planeta. Mas a escolha do observatório de Greenwich, nos arredores de Londres, colocava a Inglaterra no centro do mundo e obrigava franceses e alemães a ajustarem seus relógios em função dos ingleses. A proposta

das zonas horárias saiu vitoriosa, mesmo com a oposição, sobretudo de franceses, que não queriam abrir mão de seu meridiano inicial em Paris e argumentavam que teriam que jogar fora todos os seus mapas. Na prática, os franceses teriam apenas que atrasar seus relógios em nove minutos e vinte e um segundos (GALISON, 2005, p. 164-165).

Se para os franceses Greenwich soava como uma ofensa, para os alemães era uma forma de unificar o tempo tendo um referencial externo, de modo a resolver a questão da autonomia entre as regiões que continuavam a usar suas horas locais. A unificação foi defendida com o argumento de que os comboios aumentavam a eficiência militar. Assim, a Alemanha fez sua unificação política junto com a das horas (GALISON, 2005, pp160-. 161). Se pretendessem, como os franceses, propor uma alternativa a Greenwich, primeiro os alemães teriam que definir se o meridiano passaria por Berlim, ou Dresden, ou Frankfurt, ou Munique, ou...

A unificação das horas e definição dos meridianos ajudou no processo de elaboração de mapas, fundamentais para uma era marcada pelo imperialismo. Neste contexto, as regiões de fronteira são excelentes espaços de observação para a compreensão do processo de construção da imagem do outro e de si, pois

A polivocalidade pode provocar tanto ressentimento quanto prazer. A confusão, a ambivalência e a incerteza que podem acompanhá-la mostram que a vida na zona de fronteira não é só cerveja e futebol, podendo inspirar indignação, vergonha e raiva. Essa área é um território de intenso intercâmbio – solo fértil para a tolerância e até para a compreensão mútua, mas também local de brigas e disputas eternas, terreno fecundo também para mágoas e xenofobia tribais. A condição cultural do tipo zona de fronteira é notória por ser fraturada por tendências opostas e hostis, ainda mais difíceis de conciliar pelo fato de surgirem da mesma condição (BAUMAN, 2012, p. 60).

No caso da Alsácia-Lorena, que além de fronteira era espaço de litígio, o processo de diferenciação se intensifica. Estrasburgo, por exemplo, funcionava ao mesmo tempo como um sistema fechado e sistema de troca aberto para o exterior (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 981). Por outro lado, também era duplamente segregada: nem todos os alemães eram favoráveis à “reintegração” da Alsácia-Lorena (HÉMONT, 2014, p. 41). Cedida à França em 1648, a Alsácia gozou de grande autonomia a partir do século XVIII e não era vista como totalmente francesa pelos franceses, como exemplifica o comentário sarcástico de Voltaire que classifica a região como meio francesa, meio alemã, mas inteiramente selvagem¹⁸. Michelet definia a região não como alemã ou francesa, mas metade de cada (HÉMONT, 2014, p. 46). Em 1871 a região se tornou oficialmente alemã, mas Lavisse reclamava sua nacionalidade francesa. Essa situação ajudou a demarcar a diferença entre a concepção francesa e a alemã de nação, na

¹⁸ “... moitié allemande, mais en tout cas entièrement iroquoise”. Lettre de Voltaire à Jean-Baptiste Boyer, 3 Mars 1754.

medida em que funcionando como entre-lugares se tornou um espaço de negociação e produção de culturas nacionais (BHABHA, 1998, p. 20), ao mesmo tempo em que “as fronteiras nacionais representaram no século XIX uma separação cultural mais profunda do que outras divisões, especialmente quando se tratam das formas mais abstratamente intelectuais da cultura” (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 971).

A consciência da burguesia da Alsácia era intelectualmente germânica e politicamente francesa. Apesar do sentimento de diferença para com o país vizinho trazido pela história, sobretudo pela Revolução, o passado germânico e a posição de fronteira encorajavam a consciência de serem uma ponte entre as duas nações, de modo que muitos intelectuais e universitários buscaram ativamente servir como intermediários e propor parcerias (HÉMONT, 2014, p. 51). Este contexto torna ainda mais clara a afirmação de Jörn Rüsen:

Identidade é, por conseguinte, um processo social de interpretação recíproca de sujeitos que interagem entre si. Neste processo, os sujeitos mesmos debatem-se continuamente entre si, à busca de serem aqueles que querem ser e de não serem aqueles que deveriam ter sido. A constituição da identidade efetiva-se, pois, numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver (RÜSEN, 2001, p. 87 apud SOUSA, 2011, p. 62).

Também podemos ver na região de fronteira uma aplicação intensificada da noção de “identidade cultural” apresentada por Bauman:

Sugiro que a imagem mais capaz de apreender a natureza das identidades culturais é a de um redemoinho, e não a de uma ilha. As identidades mantêm sua forma distinta enquanto continuam ingerindo e vomitando material cultural raras vezes produzido por elas mesmas. As identidades não se apoiam na singularidade de suas características, mas consistem cada vez mais em formas distintas de selecionar/reciclar/rearranjar o material cultural comum a todas, ou pelo menos potencialmente disponível para elas. É o movimento e a capacidade de mudança, e não a habilidade de se apegar a formas e conteúdos já estabelecidos, que garante sua continuidade (BAUMAN, 2012, p. 53).

A temporalidade da negociação ou tradução tem duas vantagens: 1) reconhece a ligação histórica entre o sujeito e o objeto da crítica, superando a oposição simplista entre falsa concepção ideológica e verdade revolucionária; 2) chama a atenção para o fato de que referentes e prioridades políticas não existem com um sentido primordial e tampouco refletem um objeto político unitário e homogêneo, fazendo sentido apenas dentro dos discursos (BHABHA, 1998, p. 52).

Fustel de Coulanges desconstruiu a noção dos historiadores alemães de que a nacionalidade era determinada pela raça e pela língua, afirmando que os homens se sentem pertencentes à mesma nação quando “sentem em seus corações” que são de um mesmo povo e têm os mesmos ideais, interesses e esperanças, e é por isso que marcham, trabalham, combatem

e morrem uns pelos outros (HÉMONT, 2014, p. 53). Esta concepção, muito próxima daquela expressa por Lavissee, era usada como argumento contra a anexação da Alsácia-Lorena pelos alemães.

Os prussianos exigiam em nome da paz as regiões da Alsácia e parte da Lorena. À época, entre os anos de 1870 e 1872, Fustel de Coulanges escreveu artigos e cartas a respeito. Entretanto, as explicações para a ruína francesa ante o inimigo foram buscadas muito antes do desencadeamento da guerra e as exigências territoriais dos vencedores consideradas ilegítimas e postas sobre o plano político. A questão nacional se revela decisiva nesse sentido e, de modo geral, os historiadores metódicos rejeitam os aspectos raciais e linguísticos como constitutivos da nacionalidade (TEIXEIRA, 2018, p. 27).

Bismarck, inicialmente reticente em relação à anexação da Alsácia-Lorena, agiu de forma pragmática: manteve ali grande parte da legislação e instituições francesas, de modo a não causar grande impacto na população, mas lentamente “retirar o superficial verniz francês” e revelar a “verdadeira natureza alemã” dos territórios anexados. Para tanto, o poder local foi exercido por uma burocracia formada por altos funcionários alemães nomeados pelo Imperador que funcionavam como “instrumento privilegiado da germanização” (HÉMONT, 2014, p. 55). O território anexado, neste contexto, funcionava ao mesmo tempo como resultado da unificação realizada e um elo que a consolida (HÉMONT, 2014, p. 56).

Sem dúvida, a Prússia poderia se apossar dos territórios reivindicados pelo simples motivo de dispor de forças para tal. Entretanto, isso não bastava. Era preciso legitimar a expansão sem suscitar uma imagem de agressor, invasor. Com o intuito de legitimá-la, elencou-se o “princípio da nacionalidade”. Mas, como definir a nação? Qual critério a compõe? A raça, a língua, o compartilhamento territorial e histórico? Ou uma espécie de “plebiscito cidadão”? Quiçá, a combinação de vários desses elementos? Quanto a isso, a Prússia concebia aspectos raciais e linguísticos como constitutivos da nacionalidade (TEIXEIRA, 2018, p. 29).

Para os alemães, ser alemão era um dado natural, hereditário, inelutável. Por ter maioria alemã, Alsácia e Lorena só poderiam pertencer ao Império Alemão. Por outro lado, a concepção francesa de nação era – e precisava ser – de outra ordem.

Quanto ao motivo etnográfico, este representava para Coulanges (1870, pp. 5-8) uma contradição, uma ameaça a outros países (Holanda, Áustria, Suíça) e regiões que falavam ou eram habitados pela raça alemã, seria um pretexto para ambiciosos ou, se preferirmos, um “novo nome para o velho direito do mais forte” (TEIXEIRA, 2018, p. 30).

Lavissee faria eco ao pensamento de Coulanges e de tantos outros pensadores franceses. Dentro da retórica francesa, o discurso alemão a respeito da nacionalidade seria apenas um pretexto para justificar seu expansionismo dentro da Europa (não esqueçamos que não está em discussão o expansionismo fora da Europa). Mais do que impertinente ou infundada, a concepção alemã de nação seria perigosa.

Mas qual seria a definição alternativa de nação proposta pelos franceses? A nação não seria uma condição, mas um sentimento.

O senhor se vangloria do fato de que falamos alemão em Estrasburgo; não obstante, é menos verdade que foi em Estrasburgo que cantamos brilhantemente pela primeira vez nossa Marselhesa? (Coulanges, 1870, p. 10 apud TEIXEIRA, 2018, p. 31).

Se os habitantes da Alsácia-Lorena são herdeiros da Revolução e *se sentem* franceses, portanto, são franceses. Pouco importa sua origem étnica: se escolherem fazer parte da Terceira República, não podem ser obrigados a integrar o Segundo *Reich*.

No discurso de Coulanges, não seria a “capacidade de conquista” um preceito válido para a composição da nação. A conquista da região em disputa durante o reinado de Luís XIV não a tornou francesa e assim, insinua o historiador, também a Prússia não lograria êxito com relação ao seu propósito. Desde a Revolução de 1789, os alsacianos acompanham os franceses, porque se sentem franceses, ao compartilhar de suas ideias e sentimentos, vitórias e derrotas, alegrias e dores (TEIXEIRA, 2018, pp. 31-32).

A adesão a um sentimento e história comuns é, para Coulanges e Lavissee, o critério definitivo de pertencimento à nação.

Os homens sentem em seu coração que eles são um mesmo povo quando têm uma comunidade de ideias, de interesses, de afeições, de lembranças e esperanças. Eis o que faz a pátria. Eis o porquê os homens querem marchar juntos, juntos trabalhar, juntos combater, viver e morrer uns pelos outros. A pátria é o que amamos (COULANGES, 1870, p. 10 apud TEIXEIRA, 2018, p. 32).

Objetivamente, o passado não poderia ser invocado como justificativa para que um grupo fosse declarado parte de uma nação contra sua vontade.

Quando falamos do presente, não fixamos excessivamente os olhos sobre a história. A raça é da história, é do passado. A língua ainda é da história, é o resíduo e o signo de um passado distante. O que é atual e vivo, são as vontades, as ideias, os interesses, as afeições. Talvez, a história vos diga que a Alsácia é um país alemão, mas o presente vos prova que é um país francês. [...] Nós temos hoje alguma coisa melhor do que a história para nos guiar; nós possuímos no século XIX um princípio de direito público que é infinitamente mais claro e mais indiscutível do que vosso pretensão princípio da nacionalidade (COULANGES, 1870, pp. 14-15 apud TEIXEIRA, 2018, p.32).

Os estudos a respeito da questão nacional publicados depois do século XIX podem ser agrupados em dois polos, em função do grau de interesse que eles suscitaram. O primeiro polo reúne as disciplinas que foram muito preocupadas; disciplinas caracterizadas como “empíricas”: o direito e a história política sobretudo. O segundo polo é ocupado pelas disciplinas mais “teóricas” (sociologia e antropologia) que se ilustram ao contrário por uma indiferença persistente sobre o sujeito (NOIRIEL, 1991, p. 73). Mas não nos esqueçamos de que no século XIX a história luta para se constituir como ciência e, neste contexto, delimitar seu campo de ação implica, necessariamente, definir o que *não é* seu campo de ação. Portanto, a resposta à pergunta “a que nação eles pertencem?” não deve partir dos historiadores, mas do

direito: segundo a história, os povos que habitam a Alsácia e a Lorena *foram* alemães; segundo o direito, *são* franceses.

No caso mencionado acima, a relação passado e futuro já não é mais dominada ou regulada por referência ao passado, este não parece habilitado a instruir os homens. A *magistra vitae* perde espaço para o direito, mais precisamente, o “princípio da autodeterminação dos povos” e o poder decisório do povo sobre seu próprio destino. Essa descontinuidade, que implica a sujeição das instituições em conformidade com a vontade popular e garantias inerentes à liberdade de escolha com fortes conotações democráticas, para Coulanges representa um princípio moderno, um fundamento da ordem e da paz intrinsecamente vinculado ao progresso da humanidade (TEIXEIRA, 2018, p.33).

A tese “organicista” ou “historicista” justifica a anexação da Alsácia-Lorena em nome de critérios “objetivos” (língua, costumes etc.), considerados como mais importantes do que as opiniões conjunturais dos indivíduos. A tese “democrática” – baseada no “sentimento de pertencimento” e no famoso “plebiscito de todos os dias”, popularizado por Renan em uma conferência na Sorbonne, mencionado depois em todos os livros sobre o assunto – fez da vontade popular o critério fundamental de pertencimento nacional (NOIRIEL, 1991, p. 74).

As polêmicas entre historiadores alemães e franceses que vieram depois da anexação da Alsácia-Lorena ilustram a extensão da mudança de perspectiva. Para além de suas divergências, todos aqueles que participaram do debate concordaram em considerar que é no nível do indivíduo em si que se pode descobrir os critérios legítimos que permitem definir a nacionalidade; os alemães privilegiavam as características culturais (como a língua) suscetíveis a serem recenseadas, enquanto os franceses defendiam o “sentimento de pertencimento à nação”, passível de ser “objetivado” por um voto. Por tanto, “ser de” ou “pertencer à” nacionalidade francesa são sinônimos. O critério de homogeneidade nacional ocupa um lugar central nas definições de nacionalidade (NOIRIEL, 1995, p. 19). Mesmo assim, como afirma Hobsbawm, “não há dúvida de que, para a maioria dos jacobinos, um francês que não falasse francês era suspeito e que, na prática, o critério etnolinguístico de nacionalidade era frequentemente aceito” (HOBBSAWM, 2008, p. 33).

Critério bastante contundente e de certa beleza poética este que define a nacionalidade usado por Coulanges e reforçado por Lavissee. Mas não deixa de ser instigante imaginar se seria tão ardentemente defendido caso emergisse no norte da África...

A propósito escreveu Lavissee (1913, p. 168): “A França deseja que os pequenos árabes [argelinos] sejam tão bem instruídos quanto os pequenos franceses. Isso prova que nossa França é boa e generosa com os povos que ela submete”. Trata-se do discurso do “bom colonizador”, que leva melhorias e impulsiona o progresso nos lugares que governa (TEIXEIRA, 2018, p. 49).

Como não desejar pertencer a uma nação que é bondosa para com aqueles que submete?

A querela franco-alemã é de fato uma disputa entre historiadores, na qual o centro é a legítima definição de nação (NOIRIEL, 1991, p. 73). Mas não apenas em conflitos era pautada a relação entre alemães e franceses. A desconfiança mútua caminhava *pari passu* com a admiração mútua. Como vimos no capítulo 1, era parte do itinerário comum dos historiadores franceses terem um período de estudos em alguma universidade alemã, o que levou o próprio Lavissee à Alemanha logo após a Guerra Franco-Prussiana e justifica o fato de ter encontrado dois de seus alunos em uma de suas viagens à outra margem do Reno. Por este motivo, consideramos interessante lidar com a noção de trocas culturais entre França e Alemanha.

O estudo das trocas culturais franco-alemãs é um domínio que, mesmo pontualmente explorado, mostra uma falta de coordenação metodológica das pesquisas. Por isso, tentamos seguir a proposta de Espagne e Werner e considerar os fenômenos de transferência cultural como um objeto histórico, que se concretiza nos textos e documentos e, portanto, em discursos ideológicos coletivos participando daquilo que chamamos de construção de um referencial alemão na França (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 969). Muitas vezes, os problemas de transferência cultural na Europa são estudados a partir da noção de influências: tal cultura é submetida à influência de outra, havendo uma relação de hierarquia (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 970). Aqui vamos tentar trazer uma visão mais “horizontal” nas relações entre franceses e alemães, de modo a não estabelecer uma hierarquia entre ambos.

A cultura francesa dos séculos XVIII e XIX era geralmente pouco aberta ao exterior. Historicamente, este egocentrismo se fundamentou numa posição dominante em relação ao interior da Europa (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 971). A situação teria começado a mudar

(...) com a queda do império em 1815, quando liberais contrários ao regime demonstraram acentuado fascínio pelos inimigos, Inglaterra e Alemanha. A admiração por outros povos (alemães, ingleses, estadunidenses) sobrepôs-se ao espírito crítico. Conforme as palavras de Coulanges, a respeito de seus colegas franceses: “Nossos historiadores não tinham tanto menosprezo pela população gaulesa, quanto simpatia para com os germânicos. A Gália era a corrupção e a covardia; a Germânia era a virtude, a castidade, o desinteresse, a força, a liberdade... Os acontecimentos históricos se desenvolviam, mas sempre se achava um jeito de dar razão à Alemanha em detrimento dos franceses (agressivos e cobertos de defeitos). Além dessa história que podia facilmente ser utilizada pelos próprios inimigos, as dissidências internas fragilizavam drasticamente a França e se refletiam na historiografia, sendo o partido posto a frente dos interesses da Pátria (TEIXEIRA, 2018, p. 38).

Por um período considerável, o alemão serviu de modelo ao francês em diversos âmbitos. Por isso não se deve estranhar que Lavissee tenha adotado o sistema de ensino alemão como exemplo para a reforma do ensino francês.

Enquanto isso, os alemães haviam adotado postura totalmente diferente. Conforme Coulanges, o povo alemão tinha na erudição as mesmas qualidades guerreiras (paciência, solidez, quantitativo, disciplina e

patriotismo). Se para os franceses a ciência não tem pátria, na Alemanha ocorria abertamente o contrário, era patriótica. Se havia ódios contra as instituições do Antigo Regime, estes se dirigiam para o estrangeiro (o feudalismo francês, o absolutismo de Luís XIV) (TEIXEIRA, 2018, p. 38).

A visão que Coulanges, e mesmo Lavissee, tinham da autoimagem alemã devem ser matizadas pois, como já vimos em tópico anterior, Norbert Elias demonstra que o alemão do século XIX tinha muitas inseguranças a respeito de si e também olhava para o exterior em busca de referenciais. No caso dos “verdadeiros cães rateiros alemães”, ou no papel que as universidades exerciam, a ciência alemã estava voltada ao desenvolvimento nacional e à superação da concorrência estrangeira, entretanto, a interação com os conhecimentos do exterior não era desprezada.

A apropriação da cultura estrangeira constitui manifestamente uma aposta não apenas com relação ao exterior, no sentido de constantemente afirmar sua identidade cultural, mas também no interior mesmo da cultura nacional: a posse de elementos da cultura estrangeira pode assegurar um poder (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 976). Na medida em que a cultura se define como um todo estruturado em suas próprias regras, ela não precisa necessariamente de um “outro”; mas ao mesmo tempo, está submetida a uma dinâmica interna e externa. Não somente ela absorve elementos exteriores, como também fixa constantemente suas próprias fronteiras em relação ao diferente (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 971).

Mesmo com a Guerra Franco-Prussiana, a rivalidade entre franceses e alemães no campo científico era reconhecida como incentivo para o desenvolvimento em ambos os lados, como indica Gabriel Monod:

A hostilidade política entre Alemanha e França se transformou sobre o terreno científico em uma salutar emulação. Aprendemos as línguas estrangeiras, fomos estudar nas universidades alemãs, penetramos sobre seu espírito e seus métodos, nos interessamos pela história dos países estrangeiros de uma maneira muito mais séria (MONOD, 1889, p. 598 apud TEIXEIRA, 2018, p. 41).

Neste ponto somos levados a concordar com a crítica que Homi Bhabha faz à noção de que o problema da interação cultural só emerge nas fronteiras significatórias das culturas, onde significados e valores são mal lidos ou signos são apropriados de maneira equivocada. Com isso, outras formas de interação entre culturas acabam sendo ignoradas (BHABHA, 1998, p. 63), de modo que interações como esta entre França e Alemanha ao longo do século XIX sejam reduzidas à rivalidade ou à influência de um sobre o outro, o que pode nos levar a perder a dimensão das trocas entre ambos.

3.4. Comunidade

Quando se empenham em examinar o problema da violência física na vida social de seres humanos, as pessoas fazem frequentemente o tipo de perguntas errado. É costume perguntar-se como é possível que pessoas vivendo numa sociedade podem agredir fisicamente ou matar outras — como podem, por exemplo, tornar-se terroristas? Ajustar-se-ia melhor aos fatos e seria, assim, mais proveitoso, se a pergunta fosse formulada de modo diferente. Deveria, antes, ser redigida em termos como estes: Como é possível que tantas pessoas consigam viver normalmente juntas em paz, sem medo de ser atacadas ou mortas por pessoas mais fortes do que elas, como é hoje em dia o caso, em grande parte, nas grandes sociedades-Estados da Europa, América, China ou Rússia? (ELIAS, 1997, p. 161).

Após refletir sobre os processos que criam a imagem do “outro” e o tornam diferente do “nós”, vamos tratar dos mecanismos que levam o indivíduo a se referir a um determinado grupo na primeira pessoa do plural. Aqui não trataremos apenas da nação, mas também de grupos que reivindicam uma identidade própria dentro da nação.

Primeiramente, façamos algumas considerações a respeito da nação e do nacionalismo. O sentido moderno da palavra “nação” não é mais velho do que o século XVIII (HOBSBAWM, 2008, p. 13). No francês, o termo “*nationalité*” deriva de “*nation*”, mas é muito mais tardio. “*Nation*” data de 1270, mas com significado ainda diverso daquele que tem hoje; já “*nationalité*” aparece em 1807 em um romance de Madame de Staël (NOIRIEL, 1995, p. 7). Nos dicionários, *nationalité* é registrado pela primeira vez em 1823: “caráter nacional. Espírito, amor, união, confraternização nacional, patriotismo comum a todos” (NOIRIEL, 1995, p. 8). Em língua espanhola, o termo *nación*, é inexistente no Dicionário da Real Academia Espanhola em seu sentido moderno até 1884 (HOBSBAWM, 2008, p. 29). No final do século XIX os diferentes sentidos do termo nacionalidade que temos até hoje foram fixados, tendendo a se estruturar numa tensão que opõe uma definição “subjativa” (político-cultural) e uma definição “objetiva” (jurídico-administrativa) (NOIRIEL, 1995, p. 23).

Ainda que a identificação nacional costume ser naturalizada, buscando legitimidade em sua antiguidade, a característica básica da nação moderna é justamente o fato de ser *moderna*: ao longo se século XIX se estabelece uma tensão entre a novidade do conceito e a pretensa antiguidade da realidade que ele representa. Portanto, a nação moderna apresenta uma tensão entre diferentes temporalidades.

Segundo Ernesto Gellner, ao contrário das crenças populares e mesmo acadêmicas, o nacionalismo não tem raízes muito profundas na psicologia humana. Tampouco possui fundamento científico a concepção das nações como belas adormecidas da história que apenas precisam da aparição de um príncipe encantado para transformar-se em estados (MEYER, 1995, p. 33).

Segundo Walter Bagehot, o século XIX é o da “construção de nações” (HOBSBAWM, 2008, p. 11). Benedict Anderson cita Hugh Seton-Watson para (não) esclarecer o que é a nação: “Assim eu sou *levado* a concluir que não é possível elaborar nenhuma ‘definição científica’ de

nação; mas o fenômeno existiu e continua a existir” (ANDERSON, 2008, p. 29). Hobsbawm também oferece uma “definição pouco definidora” para o fenômeno: “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se membros de uma nação” (HOBSBAWM, 2008, p. 18). Em seguida, complementa: “(...) a palavra ‘nação’ é atualmente usada de forma tão ampla e imprecisa que o uso do vocabulário do nacionalismo pode significar, hoje, muito pouco” (HOBSBAWM, 2008, p. 18). A nação, como o tempo, nosso objeto nesta pesquisa, é uma dessas coisas com a qual lidamos, que está aí, existe, que consideramos em nossas reflexões e admitimos que traz implicações em nossas vidas... mas que por preguiça, incapacidade ou impossibilidade não nos damos ao trabalho de explicar.

Benedict Anderson afirma que os teóricos do nacionalismo sentem irritação ou perplexidade com três paradoxos: 1) modernidade objetiva aos olhos do historiador *versus* antiguidade subjetiva aos olhos do nacionalista; 2) universalidade formal da nacionalidade como conceito sociocultural (todos têm uma nacionalidade como têm um sexo) *versus* particularidade irremediável de suas manifestações concretas; 3) poder político do nacionalismo *versus* sua pobreza e incoerência filosófica (ANDERSON, 2008, p. 31).

Transportemos a constatação de Anderson para o nosso recorte. Em primeiro lugar, retomemos a crítica que Lavissee e outros historiadores franceses fazem ao critério étnico alemão para a nacionalidade: se para os alemães o pertencimento se encontra na hereditariedade e, portanto, no passado, para os franceses o pertencimento está no sentimento, portanto, no presente. Entretanto, esta crítica não aproxima necessariamente os historiadores franceses do século XIX do pensamento de Anderson: o próprio Lavissee reconhece, como já vimos, que a nacionalidade alemã (não apenas o *conceito* de nação) é diferente da francesa, pois a nação alemã *é* uma *raça*. Logo, o primeiro paradoxo formulado por Anderson poderia ser observado em cada uma das margens do Reno: a nação alemã seria, aos olhos de Lavissee, antiga; já a nação francesa, moderna. Ao olhar para a Alemanha, Lavissee vê uma nação natural; ao olhar para a França, vê uma nação histórica. Portanto, não existiria um critério único para todas as nacionalidades, o que faria de alsacianos e lorenos a personificação do paradoxo: alemães por herança, franceses por escolha. Logo, como afirma Hobsbawm, não há como informar a um observador um meio de distinguir *a priori* uma nação de outras entidades como há um meio de distinguir diferentes animais (HOBSBAWM, 2008, p. 14).

Em segundo lugar, retomemos a constatação de Homi Bhabha a respeito da contradição entre o universalismo iluminista e o particularismo nacional citada anteriormente. Eis que Anderson a formula como um paradoxo da nação: ela é, de fato, uma experiência que se pretende universal, pois todo ser humano pertenceria a uma nação; contudo, cada nação é única

e exclusiva, portanto só pode ser vivida como experiência particular. Seguindo o mesmo raciocínio, Hobsbawm demonstra que a hipótese de que a experiência nacional é universal não se sustenta historicamente:

Para compreender a “nação” da era liberal clássica é, portanto, essencial ter em mente que a “construção de nações”, por mais que seja central à história do século XIX, aplicava-se somente a algumas nações. E, de fato, a demanda pelo “princípio de nacionalidade” também não era universal (HOBSEBWM, 2008, p. 53).

Em terceiro lugar, percebamos a fragilidade filosófica de um conceito político tão poderoso. Se, como o próprio Lavissee percebeu, critérios diferentes podem ser usados para identificar uma nação, ela é muito mais uma convenção do que um dado. Imaginemos um homem que nasceu em Estrasburgo em 1865 e ali viveu até 1945: ele nasceu francês, foi para a escola e serviu ao exército como alemão, depois exerceu sua cidadania como francês e, ao final da vida, pode ter colaborado com a ocupação nazista ou ter a ela resistido. Este indivíduo, objetivamente, é francês ou alemão? Sua nacionalidade foi determinada, ao longo de sua vida, por guerras e acordos diplomáticos, não por sua etnia, muito menos por seu sentimento: sua nação era aquela que conquistava o território em que morava.

Dá testemunho dessa realidade histórica o Protesto de Bordeaux, em 1871, no qual os deputados eleitos por Alsácia-Lorena redigiram um manifesto, lido em 1º de março na Assembleia em Bordeaux, que aprovara a anexação do território à Alemanha. Reivindicavam o direito de permanecer franceses; se referiam aos franceses como irmãos, lamentavam serem tirados da família comum, mas afirmavam que continuariam tendo pela França um amor filial (HÉMONT, 2014, p. 62).

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram ‘nações’ e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais (...) Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que (...) sempre é possível descobrir exceções (HOBSEBWM, 2008, p. 15).

Daí concluímos que tanto a noção de condição nacional quanto a de tempo são naturalizadas a ponto de serem absolutizadas, mas ambas são desconstruídas ao serem submetidas à observação de seu processo histórico. “A nacionalidade, conforme Ernest Lavissee (1890, p. 204-205), é antes de tudo uma obra histórica consolidada pela vontade dos homens” (TEIXEIRA, 2018, p. 51). Contrariamente ao que Elias identifica como opinião majoritária nas ciências sociais, não se pode conceber a questão nacional apenas em termos de “manipulação pela classe dominante” ou de estratégia de mascaramento de “verdadeiros interesses” (quer dizer, os “interesses de classe”). Reconhecidamente, esta é uma das dimensões do problema;

mas paradoxalmente a negação dos interesses nacionais é uma ilustração da interiorização do ponto de vista nacional para muitos sociólogos (ELIAS, 1991 apud NOIRIEL, 1991, p. 92).

É aqui que mais nos aproximamos de Benedict Anderson, que prefere tratar o “nacionalismo” da mesma forma que se tratam “parentesco” e “religião”, ao invés de conceitos como “fascismo” e “liberalismo”. Como afirma Bauman, o que une certas criaturas humanas (e as distingue das outras) não é a solidariedade – algo que podem forjar ou rejeitar à vontade, negociar, acordar ou renegar –, mas o parentesco: vínculos que não escolheram nem têm a liberdade de negociar (BAUMAN, 2012, p. 39). Por este motivo, entendemos que a nação constitui uma experiência particular e relacional, e não um conceito fechado e universalizante. Uma experiência histórica, em suma; e é em sua historicidade que Anderson elabora uma definição – bastante operacional – para a nação: “*comunidade política imaginada* – e imaginada como intrinsecamente *limitada* e, ao mesmo tempo, *soberana*” (ANDERSON, 2008, p. 32) [grifos nossos].

Imaginada porque mesmo na menor das nações nenhum indivíduo conhece todos os outros, embora todos se considerem em comunhão – aspecto que, de fato, está muito próximo da religião, por exemplo. Anderson mostra essa semelhança ao analisar o “túmulo ao soldado desconhecido”: homenagens ao “liberal” ou “marxista” morto em combate não fariam sentido; homenagens ao “soldado desconhecido” se aproximam da memória dos martírios coletivos (ANDERSON, 2008, p.36). Pensemos, por exemplo, na comemoração do Dia de Todos os Santos: a Igreja Católica celebra explicitamente uma comunhão entre *todos* os santos, *mesmo aqueles que não foram canonizados e que os fiéis não conhecem*, a comunidade católica espalhada pelo mundo e as almas que padecem no purgatório, formando uma comunidade que transcende o tempo, o espaço e a própria história. De forma semelhante, o Estado também expressa um grau de sacralidade em nossas sociedades secularizadas (RÉMOND, 2003, p. 15): o túmulo ao soldado desconhecido, uma estátua de Ariovisto ou o projeto de uma estátua de Vercingétorix também expressam a transcendência da comunidade nacional. O mesmo século XVIII que marca o amanhecer do nacionalismo, também marca o anoitecer do predomínio do pensamento religioso, ocorrendo a transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado (ANDERSON, 2008, p. 38). Sendo assim, a nação é muitas vezes vista como o elemento capaz de substituir a religião como fator de coesão da comunidade: o herói nacional no lugar do santo, a festa cívica no lugar da festa religiosa, ser irmão pela pátria ao invés de irmão pelo batismo, e assim por diante.

A possibilidade de imaginar a nação surgiu quando e onde três concepções culturais perderam o domínio axiomático sobre a mentalidade dos homens: 1) uma determinada língua

escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica; 2) crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno e abaixo de centros elevados (monarcas, por exemplo); 3) concepção da temporalidade em que cosmologia e história se confundem, as origens dos homens e do mundo são as mesmas.

Juntas, essas ideias enraizavam profundamente a vida humana na própria natureza das coisas, conferindo um certo sentido às fatalidades diárias da existência (sobretudo a morte, a perda e a servidão) e oferecendo a redenção de maneiras variadas (ANDERSON, 2008, p. 69).

Pedimos licença ao leitor para inverter a ordem em que Anderson lista as três concepções culturais que perderam força e começar por uma reflexão a respeito da distinção entre cosmologia e história. A “história comparada” levou à concepção inédita de “modernidade” em contraposição à “antiguidade”, não necessariamente em favor da última (ANDERSON, 2008, p. 109), o que podemos observar quando os pensadores franceses negam o critério da antiguidade para definir a que nação pertencia a Alsácia-Lorena. Na medida em que as ciências apontavam na direção de origens diferentes para diferentes povos – e a possibilidade de desenvolvimentos em direções e/ou velocidades diferentes – os nacionalismos podiam se apropriar da “origem” como fator primordial de distinção entre grupos. “Origem” remete ao passado, à memória a respeito desse passado e sua apropriação. Toda nação, de alguma forma, busca uma origem comum. No caso dos alemães, os antigos povos germânicos constituíam seu mito de fundação. Mas, para os franceses, tal questão era complexa: afinal, seriam herdeiros dos gauleses ou dos francos? Dos romanos, dos cristãos ou dos bárbaros? Lavissee resolve este problema deslocando o mito de origem da nação francesa para 1789: quando o povo assume o controle da terra em que habita, torna-se uma nação. E é isso, também, que diferencia os franceses dos povos “súditos”.

A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicava também uma multiplicidade de Estados-nações assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular (HOBBSBAWM, 2008, p. 32).

A narrativa nacional de Lavissee faz uma distinção radical entre cosmologia e história ao trazer o fato primordial da nação francesa para menos de um século antes (não esqueçamos que os *Essais* foram publicados um ano antes do centenário da Revolução Francesa). Lavissee reivindica para a nação francesa uma origem histórica, não mitológica; e nega a teoria de que a nação francesa teria brotado a partir do sangue dos gauleses dominados por Roma.

Esse é um aspecto importante, pois a nação e as nacionalidades também ocupam espaço na história política europeia. Na perspectiva do historiador [Lavissee], a nação definida como uma expressão política, uma pessoa consolidada, consciente e responsável pelas suas próprias decisões e leis não soa muito bem aos ouvidos de grandes impérios que reúnem várias

nacionalidades. De acordo com Lavissee, os preceitos das nacionalidades descritos pela Declaração dos Direitos do Homem seriam orquestrais nessa direção: “Toda soberania reside na nação” e, “a lei é a expressão da vontade geral; todos os cidadãos têm o direito de concorrer pessoalmente ou através dos seus agentes para a sua formação (TEIXEIRA, 2018, pp. 50-51).

Hobsbawm, a este propósito, diferencia o conceito de nação nacionalista do revolucionário-democrático. Para ambos a equação nação = Estado = povo funciona, mas para o primeiro a nação vinha da existência anterior de comunidades distintas, ao passo que para o último o conceito central era o de soberania do povo-cidadão = Estado, a qual constituía uma nação (HOBBSAWM, 2008, p. 35). Se traduzirmos o pensamento de Lavissee para esta chave de interpretação, a nação alemã seria nacionalista e a francesa revolucionário-democrática; contudo, Lavissee considera as duas formas de nação possíveis e legítimas, sendo diferentes pelas circunstâncias históricas, não por um valor intrínseco. Logo, as diferenças entre as nações não estão em sua falsidade ou autenticidade, mas na forma como se imaginam. As nações são *limitadas* porque mesmo a maior delas não se imagina como equivalente à totalidade da humanidade, ainda que suas fronteiras sejam elásticas (ANDERSON, 2008, p.32).

A organização social abaixo de centros elevados é outra concepção que Lavissee exclui dos franceses, mas atribui aos alemães ao reforçar sua noção de hierarquia: foi pela Revolução que os franceses demonstraram que todos são iguais; é pelo Império que os alemães atestam a hierarquia entre os homens e entre os povos. É neste sentido que Anderson atribui à Revolução Francesa (além dos processos de independência americanos) o modelo que inspirou os movimentos nacionalistas europeus a partir de 1820 (ANDERSON, 2008, p. 107), porém, com uma diferença marcante: os primeiros nacionalismos olham para o futuro, para um projeto comum de nação; os novos, para o passado, para o resgate de uma nação primordial (ANDERSON, 2008, p. 266).

Por último, por ter-se revelado um tema mais complexo no contexto desta pesquisa, tratemos da possibilidade de acesso privilegiado à verdade através de uma língua escrita. Para pertencer a um grupo, é imprescindível que o indivíduo seja capaz de se comunicar com os demais membros. Isto não quer dizer, necessariamente, falar a mesma língua; mas implica dominar o mesmo universo de significados: ser capaz de compreender os membros de um grupo e fazer-se compreender por eles habilita o indivíduo a pleitear um lugar entre eles. Neste contexto, o tempo compartilhado também é condição necessária para a comunicação (FABIAN, 1983, p. 42). Portanto, se não for possível compartilhar o mesmo tempo, a comunicação é inviável.

“Todas as grandes comunidades clássicas se consideravam cosmicamente centrais, através de uma língua sagrada ligada a uma ordem supraterrânea de poder” (ANDERSON, 2008,

p. 40). Obviamente, esta afirmação de Anderson não se refere ao contexto do século XIX, mas pode ser usada como metáfora para compreendermos o lugar que a França ocupa no universo de Lavissee. Para o historiador, a Terceira República representa o estágio mais avançado do desenvolvimento político da humanidade. Ainda que não fosse o ponto de chegada deste processo, a França era certamente o que mais se aproximava dele. Como referência para o resto da humanidade, a França equivaleria ao “cosmicamente central” das comunidades clássicas.

Quanto à “língua sagrada”, não estamos falando do idioma francês, ainda que, como vimos anteriormente, falar francês era um dos fatores que distinguia o oficial alemão do soldado comum. Mais propriamente, estamos tratando de um universo de significados que extrapola a língua e inclui códigos de conduta e valores políticos, inclusa naquilo que Norbert Elias chama de “hábito nacional” para superar a dicotomia indivíduo/sociedade (ou cidadão/nação) (ELIAS, 1991 apud NOIRIEL, 1991, p. 81).

Por se tratar de um processo mútuo de interpretação, o processo de reconhecimento das identidades necessita dos elementos discursivos de intersubjetividade presentes no discurso histórico que garantam a unidade e a conciliação das diferenças entre os indivíduos (SOUSA, 2011, p. 62).

Podemos dar como exemplo a distinção que Lavissee estabelece entre o pensamento hierárquico do alemão e a ideia de igualdade do francês: são dois universos de significado completamente diferentes e irreconciliáveis, pois onde um lê “diferença” o outro lê “igualdade”. Sendo assim, certas opiniões de um lado seriam absolutamente incompreensíveis do outro.

Mas a comunicação pode começar a ser estabelecida. “Meio civilizado era muitíssimo melhor do que bárbaro” (ANDERSON, 2008, p. 40). Mandarins chineses viam com bons olhos os bárbaros que aprendiam a pintar os ideogramas: Lavissee via com bons olhos a experiência democrática alemã no *Reichstag* e sua pluralidade de partidos. Para o historiador, ainda que os alemães não dominassem a linguagem da Terceira República, aos poucos buscavam aprendê-la. Como escreve Lavissee, Bismarck, o legitimista intolerante, o “junker” provocador, que escandalizou a Prússia de 1850 pelo furor de suas paixões reacionárias, se encontrou de acordo com as ideias dos revolucionários os mais ardentes (LAVISSEE, 1888, p. 160). Feita pela força e pela trapaça, a unificação causou um corte nas tradições alemãs e permitiu, com as eleições, que pequenos falassem do alto da tribuna para toda a Alemanha (LAVISSEE, 1888, p. 160).

Johann Gottfried von Herder, no século XVIII, afirmava que cada povo tem *sua* formação nacional como a *sua* língua. Essa noção europeizada da condição nacional vinculada à propriedade privada da língua teve enorme influência sobre a Europa oitocentista e, mais estritamente, na teorização posterior da natureza do nacionalismo (ANDERSON, 2008, p. 108). Por isso, “línguas impressas nacionais” foram de fundamental importância ideológica e política

(ANDERSON, 2008, p. 107). Segundo Nairn, “a nova intelectualidade de classe média do nacionalismo tinha de convidar as massas para a história; e o convite devia ser escrito numa língua que elas entendessem” (ANDERSON, 2008, p. 123). No caso de Itália e Alemanha a língua nacional não era meramente conveniente, mas era, de fato, a única coisa que os tornava italianos ou alemães, daí seu peso na identidade nacional. Era um argumento central para a unificação por parte das classes médias liberais italianas e alemãs, algo que não havia ocorrido na primeira metade do século XIX (HOBSBAWM, 2008, p. 127).

A língua pode assumir um caráter primordial, pois dela não é possível definir uma data de nascimento. Pode-se supor, por exemplo, que um determinado povo tenha constituído uma nação ao adotar uma língua comum: tal narrativa soa razoável e prescinde de (ou impossibilita a) comprovação. Além disso, a língua permite a experiência da sincronicidade, como a imagem do uníssono ao se cantar o hino nacional (ANDERSON, 2008, p. 203). A língua, portanto, tem uma dupla dimensão temporal: diacronicamente, estabelece uma conexão entre o povo e seus antepassados; sincronicamente, conecta os falantes dispersos pelo espaço.

A língua, como outros dados culturais, também estabelecia relações espaciais. A *Revue de Deux Mondes*, onde os ensaios de Lavisse foram originalmente publicados, defendia que as fronteiras naturais não eram definidas por montanhas e rios, mas pela língua, costumes, lembranças e tudo mais que diferencia uma nação da outra. A língua se tornou um fator de diplomacia internacional, único aspecto da nacionalidade que podia ser contado e tabulado (HOBSBAWM, 2008, p. 118). Um estatístico alemão divulgou entre 1866 e 1869 uma série de argumentos de que a língua era o único indicador adequado da nacionalidade, visão sustentada por muito tempo entre nacionalistas e intelectuais alemães num contexto em que não havia um Estado-nação alemão único, ao mesmo tempo em que havia diversas comunidades que falavam dialetos alemães espalhadas pela Europa (como na Alsácia-Lorena). Neste contexto, a língua implicava uma escolha política, e a associação entre língua e nacionalidade não agradava a diversos grupos (HOBSBAWM, 2008, p. 119). Perguntar sobre a língua nos censos *forçou* cada um a escolher, pela primeira vez, não apenas uma nacionalidade, mas uma nacionalidade linguística (HOBSBAWM, 2008, p. 120). Na Europa a maioria dos impérios era polivernacular, de modo que o mapa do poder era diferente do mapa da língua impressa. O crescimento da alfabetização, do comércio, da indústria, das comunicações e do aparelho do Estado levou a um vigoroso esforço de unificação linguística vernácula dentro de cada reino dinástico (ANDERSON, 2008, p. 120).

O Estado garante a língua na mesma medida em que forja a nação. No caso dos territórios “estrangeiros” anexados pelo Império Alemão, Isabelle Hémont considera a

possibilidade de que sua política tenha feito parte de uma política colonial (HÉMONT, 2014, p. 16). Esta hipótese contrasta fortemente com a noção de transferências culturais que citamos anteriormente, mas não podemos nos esquecer de que entre o projeto colonial e sua concretização existe um espaço de ação que permite resultados diferentes daqueles esperados.

Os vernáculos oficiais assumiram posição e poder sempre maiores, minando as forças de outras línguas. No caso da Grã-Bretanha e da França havia uma coincidência bastante grande entre a língua oficial e a da população, o que não acarretou grandes efeitos políticos. Em outros casos, como no Império Austro-Húngaro, as consequências foram inevitavelmente explosivas (ANDERSON, 2008, p. 121). Na Alemanha, ainda que em escala menor, também trouxeram problemas. Em geral, a língua oficial é fruto da recombinação das línguas realmente faladas, que são rebaixadas a dialetos. O problema está em escolher o dialeto base para a padronização (HOBSBAWM, 2008, p. 71). Geralmente, mesmo com poucos falantes, uma língua de elite, administrativa ou culta, se torna fator de coesão por três fatores: 1) cria uma comunidade que pode servir como modelo ou projeto piloto para a nação; 2) uma língua comum, por ser construída, adquire maior fixidez e aparência de perenidade; 3) a língua dos dominantes se torna língua nacional pela educação pública e outros mecanismos administrativos (HOBSBAWM, 2008, pp. 76-77).

Os territórios anexados foram objeto de uma política de “regermanização”, mas sem gozar do mesmo estatuto dos outros Estados que faziam parte do *Reich* (HÉMONT, 2014, p. 16): tinham uma administração diretamente ligada ao Imperador, sem autonomia. A escola alemã nestas regiões tinha um duplo objetivo: “regermanizar” os habitantes, no caso da Alsácia-Lorena; no caso do território polonês, impedir a “polonização” dos alemães que para lá foram (HÉMONT, 2014, p. 17). A imposição do alemão como língua de ensino desempenhou um papel importante na apropriação da cultura e identificação com a nação (HÉMONT, 2014, p. 18). Com isso, a educação alemã, tradicionalmente pluralista, tinha o desafio de constituir um Estado-nação (HÉMONT, 2014, p. 38).

Os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo *habitus* nacional. A língua comum é um exemplo imediato. Mas há muitos outros (ELIAS, 1997, p. 29).

O *habitus* nacional citado por Elias se aproxima da noção de tradição. Para Homi Bhabha, a tradição reencena o passado, e este traz outras temporalidades à tradição. Isso faz com que não haja um “acesso imediato” à identidade original, e que a tradição não seja “recebida”; ela seria, portanto, sempre recriada (BHABHA, 1998, p. 21).

No período entre 1840 e 1940 o pertencimento nacional era medido pela proficiência na língua da nação (HÉMONT, 2014, p. 21). A Alsácia-Lorena passou da escola francesa para a alemã (1871) e voltou para a francesa (1918). Contudo, Lavissee identifica nos habitantes da Alsácia-Lorena um sentimento nacional que está além da língua falada.

Mas a França, obviamente, também tinha um histórico de uniformização linguística. “A insistência francesa na uniformidade linguística, desde a Revolução, foi realmente marcante e, para a época, era bastante excepcional” (HOBSBAWM, 2008, p. 34). Fora da França no século XIX, foram raras as tentativas oficiais de repressão a línguas menores dentro da Europa (HOBSBAWM, 2008, p. 48). Segundo Bauman, a comunidade cultural, portanto, deve ser um espaço de coerção cultural. Só pode sobreviver à custa da liberdade de escolha de seus membros. Não pode perpetuar-se sem vigilância estrita, exercícios de disciplina e penalidades severas para qualquer desvio em relação às normas (BAUMAN, 2012, pp. 48-49).

A França conseguiu “afrancesar” suas províncias: em 1869, 95% dos recrutas eram capazes de falar e escrever em francês, e a educação em francês se difundiu especialmente nas cidades e nas camadas mais altas da sociedade. Na Lorena germanófona a maioria das escolas continuava oferecendo o ensino em alemão (HÉMONT, 2014, p. 47). Durante muito tempo a língua na Alsácia foi fator de distinção social: a burguesia falava francês e as classes populares falavam o dialeto germânico (HÉMONT, 2014, p. 50).

Seria impossível haver uma língua nacional oral antes da universalização da educação no século XIX. É difícil conceber uma língua nacional genuinamente falada; em geral decorre de adaptações de uma escrita unificada (HOBSBAWM, 2008, p. 69). A política de germanização incluiu a redação de manuais escolares que incluíam a Alsácia-Lorena no quadro cultural e histórico alemão (HÉMONT, 2014, p. 56). Da mesma forma, a reação dos habitantes da Alsácia-Lorena contra a dominação alemã se deu nas dimensões política e cultural. Do ponto de vista político, começaram a protestar exigindo para sua região o *status* federal como um dos Estados do Império, e não como *Reichsland*, diretamente subordinado ao Imperador. Do ponto de vista cultural, frente à política de germanização, tentavam afirmar sua identidade própria (HÉMONT, 2014, p. 61).

A oposição à tese alemã foi o motor de muitos trabalhos sobre o nascimento da nação francesa; segundo Noiriel (NOIRIEL, 1991, p. 74), tratados, guerras e batalhas eram apresentados como etapas para a unidade nacional, tida como uma realização, tese com a qual Lavissee concordaria. Noiriel também entende que esta concepção provaria, aos historiadores do século XIX, a antiguidade do sentimento nacional, o qual Lavissee matiza: na França, tal sentimento seria, no máximo, secular; na Alemanha, milenar.

Houve três mudanças no nacionalismo a partir de 1880: 1) abandonaria o “ponto crítico”, no qual qualquer grupo de pessoas que se considerasse uma “nação” demandaria o direito à autodeterminação; 2) a etnicidade e a língua tornaram-se critérios centrais; 3) mudança aguda no direito político a nação e bandeira, para a qual o termo “nacionalismo” foi realmente inventado nas últimas décadas do século XIX (HOBSBAWM, 2008, p. 126).

Um historiador se sente autorizado a dizer que a França assumiu determinada atitude para com Alemanha em decorrência de que os mobilizados usavam expressões como “nós estamos em guerra”; da mesma forma um historiador se refere aos operários porque, em greve, eles dizem “nós reivindicamos...”. Esta é a noção de pertencimento participativo proposta por Ricoeur, na qual os grupos em questão são constituídos por indivíduos que os integram e que tem uma consciência mais ou menos confusa de pertencimento (PROST, 2015, p. 128). “Além disso, a imagem desse ‘nós’ forma parte integrante da organização da personalidade do indivíduo que, nesses casos, usa os pronomes ‘eu’ e ‘nós’ com referência a si mesmo” (ELIAS, 1997, p. 144).

Uma unidade social ou política de ação se constitui apenas mediante conceitos em virtude dos quais se delimita e exclui a outras, isto é, em virtude dos quais determina a si mesma. Empiricamente, um grupo poderia surgir por uma ordem ou por consenso, por contrato ou por propaganda, pela necessidade ou pelo parentesco, por tudo isso de uma vez ou de qualquer outro modo: sempre se exigem conceitos nos quais um grupo se deve reconhecer e determinar a si mesmo, se é que quer poder aparecer como uma unidade de ação (KOSELLECK, 1993, p. 206).

As unidades históricas de ação costumam adaptar os possíveis conceitos gerais à singularidade para conceber a si mesmos. Assim, para o católico “a Igreja” é a sua, para o comunista “o Partido” é o seu e para os revolucionários franceses “a Nação” é apenas a sua (KOSELLECK, 1993, p. 206). Da mesma forma, para os alemães da época de Bismarck, o *Reich* era o seu.

Mesmo que se compreenda a cultura como a possibilidade de construção de si, a cultura não deixa de ter o papel de manter a noção de pertencimento. Neste sentido, Bauman afirma que

A cultura é o posto de abastecimento do sistema social; ao penetrar nos “sistemas de personalidade”, no curso dos esforços de manutenção de padrões (ou seja, sendo “internalizada” no processo de “socialização”), ela garante a “identidade consigo mesmo” do sistema ao longo do tempo – “mantém a sociedade funcionando” em sua forma distintamente reconhecível (BAUMAN, 2012, p. 17).

Antes do Congresso de Viena a Alemanha era um mosaico de Estados muito diferentes e heterogêneos do ponto de vista cultural e religioso. A economia se desenvolveu com a *Zollverein* (união aduaneira), em 1833. As reformas de Frederico Guilherme III (1797-1840)

tornaram a administração mais eficiente, e as de Frederico Guilherme IV (1840-1861) facilitaram a emancipação dos católicos (HÉMONT, 2014, p. 39). É neste contexto que se intensifica a reflexão sobre o nacional na Alemanha.

Pedimos permissão ao leitor para fazer uma citação longa, porém bastante pertinente a respeito da auto-imagem alemã:

Foi decisivo para a posição e auto-imagem das elites da classe média alemã que a tradição da história escrita mais claramente oposta à “história política” ficasse conhecida como “história cultural” (*Kulturgeschichte*). Focalizou aquelas áreas da vida social dos seres humanos que dotaram as classes médias alemãs politicamente excluídas com a principal base para a sua autolegitimação e para a justificação de seu orgulho — áreas tais como religião, ciência, arquitetura, filosofia e poesia, assim como o progresso da moralidade humana, tal como pode ser observado nos costumes e na conduta das pessoas comuns. De acordo com a situação especial das classes médias alemãs, a linha divisória entre “cultura” e “política” [...] eram particularmente pronunciadas; talvez mais pronunciadas do que entre “civilização” e “política” na Grã-Bretanha e na França. Pode-se dizer que no significado do termo alemão “*Kultur*” estava embutida uma predisposição não-política, e talvez mesmo antipolítica, sintomática do frequente sentimento entre as elites da classe média alemã de que a política e os assuntos do Estado representavam a área de sua humilhação e da falta de liberdade, ao passo que a cultura representava a esfera de sua liberdade e de seu orgulho (ELIAS, 1997, pp. 121-122).

Este trecho de Norbert Elias é bastante instigante para pensarmos a relação conflituosa entre os homens de cultura e os homens de política na Alemanha: não havia apenas uma rejeição dos políticos para com os “pensadores”; a rejeição era recíproca e tinha raízes na percepção de que a história alemã colecionava fracassos políticos.

Segundo Elias, além dessa cisão entre política e cultura, a identidade alemã carecia de uma definição mais rigorosa.

O que era e não era ser alemão, o que significava ser alemão e, sendo um alemão, como alguém devia comportar-se, era muito menos claro. Em comparação com a auto-imagem dos britânicos, os alemães possuíam apenas uma imagem imprecisa de seu país e de suas características nacionais. Não havia um “*way of life*” que valesse, no pensamento e no discurso, como especificamente alemão. O máximo que se podia considerar especificamente alemão era uma *Weltanschauung*, uma visão total do mundo. Sabe-se, sente-se, que era de grande valor ser alemão; mas no que consistia esse valor permanecia algo vago. As opiniões a esse respeito diferiam muito. No passado, enquanto a Alemanha foi fraca, o orgulho nacional da ascendente classe média alemã baseara-se em realizações comuns na ciência, literatura, filosofia e música — em suma, na *Kultur* alemã. Mais tarde, quando falavam sobre os valores de ser alemão, as pessoas referiam-se mais a sentimentos comuns e não tanto a realizações comuns, para não falar daquelas realizações cujo significado ia além das fronteiras da Alemanha — significativas para a humanidade como um todo (ELIAS, 1997, p. 288).

Elias destaca que quatro “peculiaridades do processo de formação do Estado alemão me parecem ser de particular significação para entender o *habitus* alemão” (ELIAS, 1997, p. 16):

“O primeiro diz respeito à localização e às mudanças estruturais no povo que falou línguas germânicas e mais tarde alemão, em relação às sociedades vizinhas que falam outras línguas” (ELIAS, 1997, p. 16).

O segundo aspecto do processo de formação do Estado alemão que deixou sua marca peculiar no *habitus* alemão está intimamente relacionado com o primeiro. Até hoje, no desenvolvimento da Europa e, a bem dizer, da humanidade, um papel central tem sido desempenhado pelas lutas de eliminação entre grupos, estejam eles integrados ao nível de tribos ou ao de Estados (ELIAS, 1997, p. 17).

Os alemães, nesta visão, estariam habituados a lutas constantes dentro e fora de suas fronteiras, como veremos com mais atenção no próximo capítulo. Esta disposição permanente para o embate, descrita por Lavissee ao retratar a história alemã, teria sido incorporada ao *habitus* alemão. Além disso,

A fragilidade estrutural do Estado alemão, a qual tentava constantemente as tropas estrangeiras de países vizinhos a invadir seu território, produziu uma reação entre os alemães que levou a conduta militar e as ações bélicas a serem altamente respeitadas e, com frequência, idealizadas (ELIAS, 1997, p. 20).

A “terceira peculiaridade”, segundo Elias, é a de que “comparado com outras sociedades européias, por exemplo, a francesa, britânica ou holandesa, o desenvolvimento do Estado na Alemanha mostra um número muito maior de rupturas e correspondentes descontinuidades” (ELIAS, 1997, p. 21). É o que Lavissee identifica como “anarquia” do território alemão: uma constante disputa interna impossibilitou que a “raça” alemã construísse um Estado unificado antes de 1871. E, crença comum entre os alemães, só realizaram este feito a deixar-se comandar por um governo forte e centralizado capaz de subjugar o espírito inconstante alemão. O militarismo e a hierarquia, portanto, seriam condições para o sucesso da Alemanha como unidade política, e isso se refletia nos hábitos individuais.

Repete-se aqui, numa versão algo diferente, a imagem da espécie de pessoa que já vimos ser aprovada por Zobeltitz: uma pessoa *dura e polida* [grifo nosso]. Essa imagem de pessoas está intimamente ligada a uma imagem específica da sociedade. A vida adulta é uma guerra constante de todos contra todos. Tem de ser um sujeito durão para levar a melhor nessa luta. O *ethos* do guerreiro indômito renasce aqui uma vez mais numa versão aburguesada. E, com efeito, numa sociedade onde ganhou preponderância uma tradição de conduta em que a vida é vista como uma luta de todos contra todos, e onde existem instituições orientadas para formar pessoas com uma apropriada estrutura de personalidade, esse tipo de vida social pode ter raízes tão profundas que, sem extensas e importantes irrupções em toda a estrutura social, continuará a reproduzir-se (ELIAS, 1997, p. 107).

É assim que Lavissee vê o alemão: “duro” e “polido”, conciliação entre sua natureza, dura e seca como o solo da Prússia, e sua cultura, exuberante como o palácio de Dresden. O alemão gosta da vida bela, de aproveitar. Gosta de uma boa ceia e de uma boa casa. Se tem uma

cabeça idealista, tem um ventre exigente, e a cabeça vem ajudar ao ventre. “Ele fez a filosofia do apetite” (LAVISSE, 1888, p. 308).

Do outro lado do Reno, temos a construção de uma outra identidade que se pretende muito diferente, quase oposta, da Alemã. O termo “exceção francesa” é proveniente da ideia de que a França é um prenúncio da luta pelos direitos do homem desde a Revolução Francesa de 1789. Deste ponto de vista, a França seria uma referência para outros países. A ideia de que a França tem um compromisso com os valores da Revolução e constitui uma espécie de vanguarda da humanidade, presente em Lavissee, sobrevive na França atual (ABDULLA, 2017, p. 15)¹⁹.

Lavissee integra o que podemos chamar de “tradição republicana” da França, ainda que não tenha sido sempre republicano (NORA, 1962, p. 78). Como vimos no primeiro capítulo, o historiador não demonstrou entusiasmo com a proclamação da Terceira República e por algum momento guardou esperanças de que a Restauração imperial pudesse ocorrer. O historiador somente aderiu ao regime em 1878, pois

parecia-lhe, então, que ele [regime] poderia evitar revoltas como a Comuna de Paris ocorrida em 1870. Lavissee decidiu-se pela República quando ela já estava consolidada; quando a República e a defesa da nação faziam parte de um mesmo ideal (KIRSCHNER, 2010, p. 354 apud TEIXEIRA, 2018, p. 49).

Lavissee era um nacionalista antes de ser um republicano. Converteu-se quando a República se identificou com a nação, enraizando seu poder sobre a sociedade francesa ao inventar todo um simbolismo que ao mesmo tempo concretizasse a ideia abstrata de “nação” e fornecesse pouco a pouco um elemento central de identidade local (NOIRIEL, 1991, p. 75).

A França teve duas correntes nacionalistas: um nacionalismo jacobino e um nacionalismo de direita, conservador e antissemita, que se desenvolveu a partir dos anos 1880 (NOIRIEL, 1991, p. 75). É difícil encaixar Lavissee em uma destas correntes: o autor demonstra aversão a extremismos revolucionários, apesar de louvar a Revolução, na mesma medida em que, como já vimos, se incomoda com o antissemitismo e o conservadorismo extremo.

A reflexão histórica sobre a questão nacional é desenvolvida igualmente em uma terceira direção que, por muito tempo, tem guardado poucas ligações com as correntes mencionadas acima: a histórica diplomática. Este campo de pesquisa obedece aos mesmos princípios da historiografia da nação-França. A “perfeição francesa” é o critério a partir do qual se mede a evolução do mundo (NOIRIEL, 1991, p. 75). Por aproximação, poderíamos identificar Lavissee com esta corrente.

¹⁹ « Dernière allocution du président Jacques Chirac » [15.05.2007] Lemonde.fr – 19.06.2011
http://www.lemonde.fr/politique/video/2007/05/15/derniere-allocution-du-president-jacques-chirac_910559_823448.html

Muitos liberais não aceitavam a interpretação de que o termo “nação” se aplicasse a toda a população francesa. Isso porque entendiam a “nação” como referente a uma “personalidade”, mais ligada ao que hoje denominamos “grupo étnico” (NOIRIEL, 1995, p. 11): provavelmente, eram estes os que reivindicavam a construção de uma estátua de Vercingétorix. Portanto, estavam entre aqueles cujo nacionalismo era criticado por Lavissee.

Michelet entendia que a luta contra a Inglaterra ajudou a confirmar a nacionalidade. Também, tal qual se fazia com a classificação dos animais, do menos desenvolvido ao mais complexo, considerava a França um “organismo evoluído”, sendo a Revolução Francesa o resultado de um longo processo de sacrifício das nacionalidades interiores diante da grande nação que as contém (NOIRIEL, 1995, p. 12). A Monarquia de Julho pensava a nacionalidade francesa como uma fusão de “raças” e “nacionalidades primitivas”. O vocabulário “social” (proletariado, povo) aos poucos colocou a nacionalidade em segundo plano. Michelet entende que a nacionalidade é como a geologia: “o calor está em baixo” (NOIRIEL, 1995, p. 13). Ao compreender a Revolução Francesa como origem da nação francesa, Lavissee se aproxima desta linha de raciocínio: ao tomar a terra para si, diferentes povos se converteram em franceses.

Antes de 1870, a questão da nacionalidade era sobretudo um problema de política interna. A penetração do marxismo coloca o problema da superação da ideia de nacionalidade. A direita conservadora, antes refratária a um conceito de nação que englobasse a totalidade dos franceses, passa a usar o “princípio das nacionalidades”, em nome de um particularismo nacional, para acusar o Imperador de negligência com os interesses franceses frente ao ímpeto expansionista da Prússia (NOIRIEL, 1995, p. 18).

Hobsbawm enumera três pontos que considera claros ao analisarmos os nacionalismos: 1) as ideologias oficiais dos Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos; 2) Não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional exclui ou é superior ao restante do conjunto de identificações. 3) a identificação nacional pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos (HOBSBAWM, 2008, p. 20). Dentro da Alemanha, por exemplo, socialistas e católicos guardavam certo particularismo em relação à concepção oficial de nação, integrando comunidades cujos limites eram muito diferentes daqueles da nação.

Anderson cita Tom Nairn para afirmar que “a teoria do nacionalismo representa a grande falha histórica do marxismo” (ANDERSON, 2008, p. 29). Pode-se entender que o nacionalismo era uma anomalia incômoda ao marxismo, que preferiu evitá-lo a enfrentá-lo. Marx não explica o que quer dizer quando usa a expressão “sua própria burguesia”; o marxismo também não

explica a expressão “burguesia nacional”. Anderson se pergunta por que essa segmentação “nacional” da burguesia tem importância teórica (ANDERSON, 2008, p. 29).

Numa leitura socialista, a Revolução Francesa foi completamente estranha ao princípio e ao sentimento de nacionalidade; era inclusive hostil a ele. Em princípio, a língua falada não tem nada a ver com ser inglês ou francês, e alguns especialistas lutaram contra a língua como critério de nacionalidade. Segundo Pierre Vilar, o que caracterizava o povo-nação era o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra os privilégios. Do ponto de vista revolucionário, as diferenças étnicas grupais eram tão secundárias quanto iriam ser mais tarde para os socialistas (HOBSBAWM, 2008, p. 32)²⁰.

A partir de 1880 o debate sobre a “questão nacional” tornou-se sério e intensivo, especialmente entre os socialistas, pelo apelo político dos slogans nacionais para as massas de votantes potenciais e reais. O assunto era problemático não apenas para os governos confrontados por agitações e reivindicações nacionais, mas também para os partidos que buscavam seu eleitorado em discursos de base nacional, não-nacional ou alternativo à nação. Para os socialistas da Europa central e oriental, fazia uma grande diferença qual a base teórica sobre a qual a nação seria definida. Marx e Engels, como Mill e Renan, consideraram essas questões marginais, mas a Segunda Internacional colocou essas questões no centro dos debates (HOBSBAWM, 2008, p. 55). Daí a contradição teórica, mas não prática, entre partidos socialistas que se posicionaram de forma nacionalista, ou mesmo foram o principal veículo do movimento nacional de seus povos (HOBSBAWM, 2008, p. 147).

Se, por um lado, os socialistas desconfiavam da ideia de nação, por outro buscavam reforçar sua ideia de comunidade, que em certo sentido também não deixava de ser *imaginada*. Em meio aos relatos de Lavissee, vemos que os socialistas na Alemanha gostam de se reunir para se ver, dançar juntos, aplaudir uma comédia ou qualquer peça de poesia revolucionária declamada por um trabalhador. Lavissee afirma que as reuniões são um costume entre pessoas de mesma condição, e entre os trabalhadores ajudam a ter consciência de si mesmos. Este sentimento se dá de várias formas nos jornais socialistas, com alguns anúncios curiosos. O trabalhador insere todas as novidades que podem interessar a seus camaradas: acontecimentos de uma greve, fundação de uma sociedade cooperativa etc. Emigrantes anunciam sua partida à América para os amigos e familiares, ou qualquer tipo de aviso, como este: “Senhor e senhora...

²⁰ As diferenças étnicas deixaram de ser secundárias em algumas ações de governos comunistas do século XX, notadamente na União Soviética de Stalin.

informam seus irmãos e amigos que lhes nasceu uma pequena social-democrata” (LAVISSE, 1888, p. 158).

Ao observar os socialistas alemães, Lavissee identifica alguns pontos bastante importantes para compreendermos o sentimento de comunidade. Primeiramente, o valor da reunião: entre os trabalhadores socialistas o ato de compartilhar uma atividade comum é fundamental para o sentimento de unidade. Não apenas o trabalho ou ideias revolucionárias, mas também o divertimento. Ainda segundo Lavissee, estas reuniões ajudam na formação de uma consciência de “si mesmos”, o que fortalece o sentimento de comunidade.

A necessidade de compartilhar, atrelada ao sentimento de comunidade, faz com que as reuniões sejam importantes, mas não a única forma de sentimento de pertencimento. A imprensa operária, através de seus artigos e anúncios, é capaz de reunir uma comunidade que não se limita ao espaço físico e, ainda que seja limitada pelo número de cópias que seja capaz de produzir, tem alcance virtualmente ilimitado através dos empréstimos e leituras compartilhadas. O trabalhador que lê sobre o nascimento de uma “pequena social-democrata” sente-se parte da alegria dos pais, ainda que nunca os tenha visto pessoalmente. Da outra parte, os pais anunciam sua alegria para um grupo de pessoas que não conhece, mas que trata como “irmãos e amigos” porque partem do pressuposto de que fazem parte de uma mesma comunidade. Neste exemplo podemos notar que a imprensa e os meios de comunicação surgidos ao longo do século XIX são capazes de trazer uma dimensão concreta para as comunidades imaginadas. A sincronicidade, aliás, é um fator de extrema importância para a sensação de homogeneidade do grupo: o impulso na produção de relógios, jornais e romances no século XIX reforçou as representações de ações simultâneas dentro do tempo vazio e homogêneo (ANDERSON, 2008, p. 264).

Certeau descreve o modelo sociológico a partir de um passado que frequenta este presente. Em sociedades que deixam de ser religiosamente homogêneas, as diferenças entre crentes e não crentes, ou entre os que professam diferentes credos se dão pelas práticas, que ganham nova pertinência religiosa. Quando a sociologia usa a prática como critério de mensuração, faz ressurgir na ciência uma organização histórica da consciência cristã (DE CERTEAU, 1982, p. 36).

Lavissee cita um texto publicado em um jornal de Augsburg prevendo o fim do serviço religioso pela queda da procura e de candidatos ao sacerdócio, além do fechamento de paróquias. Mas o historiador discorda: “Nenhum poder humano pode interferir nesta luta”. Os católicos, como os socialistas, formam no império uma nação à parte (LAVISSE, 1888, p. 188), o que causou alguns problemas na consolidação do Império.

Tomemos como exemplo a Alsácia-Lorena, majoritariamente germânica e católica. A germanização em um território exíguo e de fala alemã não traria grandes problemas ao Império. Contudo, o catolicismo predominante na Alsácia-Lorena, ainda que representado por um clero de fala alemã, era refratário ao protestantismo prussiano (HÉMONT, 2014, p. 48).

Havia muitos indícios de que haveria congruência entre os interesses do clero católico e da administração prussiana na Alsácia-Lorena. Estudos mostram que a Prússia usava a escola, sobretudo o ensino confessional, como arma na luta contra a socialdemocracia. A obediência e a lealdade, obtidas nas instituições confessionais eram usadas pela Prússia para “imunizar” a juventude contra o socialismo (HÉMONT, 2014, p. 96). A Igreja e o Império poderiam ser, portanto, aliados. Além disso, a Igreja Católica na Alsácia sempre preferiu a língua alemã para a pregação e o catecismo. O francês de Voltaire era visto com suspeição. Também por estar mais próximo do mundo rural e do homem mais simples, o alemão era associado a certos valores, contrastando com o francês, língua dos perigos da urbanização (HÉMONT, 2014, p. 132).

Mas a questão da língua e da religião se cruzaram em alguns momentos. Embora na Alsácia-Lorena o alemão fosse usado nos ofícios religiosos, muitos seminaristas usavam livros em francês. Quando o Império tentou impedir a utilização de livros em língua “estrangeira”, a Igreja entendeu esta atitude como interferência estatal e se opôs (HÉMONT, 2014, p. 140).

O tema da liberdade religiosa não foi exclusivo dos territórios católicos anexados, como a Alsácia-Lorena e as terras polonesas²¹. Estava no cerne das reivindicações do Zentrum (Centro), o partido político que representava os católicos no Reichstag, que ganhará maior atenção no próximo capítulo.

²¹ Isabelle Hémont mostra que a reivindicação de se usar livros de catequese em polonês nas escolas confessionais dos territórios anexados pela Alemanha se transformou praticamente em uma luta de autodeterminação nacional.

CAPÍTULO 4: ENERGIA

A termodinâmica concebeu a natureza como uma vasta máquina capaz de produzir trabalho mecânico ou, como von Helmholtz chamou, “força de trabalho”. Inicialmente uma medida de força das máquinas, a “força de trabalho” se tornou, após a descoberta da conservação da energia, a base para todo o tipo de movimento no mundo físico. Tanto magnitude quanto medida, o trabalho se tornou o fato universal da natureza assimilada e exemplificada pelo corpo laborioso no mundo social. Para os fisiologistas armados com os princípios da termodinâmica, a energia do corpo não era apenas análoga a outras forças físicas naturais, ela se transformou em uma delas (RABINBACH, 1990 p. 46).

Uma grande mudança ocorreu na segunda metade do século XIX quando a antiga visão do trabalho foi suplantada pelo modelo energético do trabalho mecânico. O trabalho realizado por qualquer mecanismo, dos dedos da mão às engrenagens da máquina, ou o movimento dos planetas, era essencialmente o mesmo. Com essa mudança semântica do significado de “trabalho”, toda atividade foi reduzida a suas propriedades físicas, desprovida de contexto e propósito inerente. O trabalho foi universalizado (RABINBACH, 1990 p. 47).

A física do século XIX descobriu a energia como força universal presente em toda matéria, capaz de transformá-la de diversas formas, ainda que inalterável e constante. A descoberta conjunta de que a energia ou calor é a fonte de todo trabalho mecânico, levou à mudança mais profunda que a física experimentou desde Newton. A lei da conservação da energia concedeu ao conceito de energia primazia na explicação do mundo natural. A física se tornou o modelo para as ciências: a base físico-química da natureza e o fundamento da fé materialista (RABINBACH, 1990 p. 45). Por este motivo, após 1840, um dos conceitos mais importantes do materialismo científico, que acabou se estendendo para as mais variadas áreas de conhecimento, era o de energia. O conceito de exaustão (ou fadiga), oposto de energia, acabou também desempenhando um papel importante nas tentativas de explicação de fenômenos físicos, mas também políticos, econômicos e sociais. É relacionado a este contexto que escolhemos o título deste capítulo e, ao longo de cada tópico, tentaremos demonstrar como esta forma de pensar o mundo estava presente nas reflexões de Ernest Lavissee, ainda que este não se referisse diretamente às novas noções introduzidas pela física.

Uma das propostas da chamada “nova história política” é pensar as relações entre econômico, social, político e cultural, ainda que tenham dinamismos próprios e desenvolvimento autônomo e, também, a política como gestão do social e do econômico (RÉMOND, 2003, p. 10). Neste capítulo vamos mostrar como esta reflexão já estava presente

nos ensaios de Ernest Lavisse. Portanto, defendemos aqui que os historiadores do final do século XIX não estavam alheios a estes temas.

Uma outra dimensão que queremos demonstrar neste capítulo diz respeito às múltiplas temporalidades que compõem os processos políticos, sociais e econômicos. Se, por um lado, ao tratar da política interna, da política externa e da economia estamos nos aproximando do tempo intermediário de Braudel, a nova história política nos abre a possibilidade de pensar em tempos múltiplos compondo a dimensão do político (LEDUC, 1999, p. 29). Portanto, há acontecimentos políticos que se inscrevem na curta, na média ou na longa duração.

O tempo intermediário, o que mais demorou a aparecer nos escritos de Braudel, seria o tempo social, entre o dos indivíduos e do homem em geral, tempo próprio dos grupos, incluindo a economia, o estado e a guerra (LEDUC, 1999, p. 29). Por isso, ao invés de “energia”, este capítulo poderia se chamar “tempo intermediário” ou, para se referir ainda mais aos conceitos usados por Braudel, “ciclo” ou “conjuntura”. Porém, dessa forma estaríamos usando como “tema” as reflexões do século XX. Ao falarmos em “energia” estamos retomando o imaginário científico do século XIX e nos aproximando do que pensavam os agentes de contexto que agora analisamos.

4.1. Política

Segundo Ernest Lavisse, a Alemanha pretendeu ser uma grande nação, mas não completou seu destino (LAVISSE, 1888, p. VI). Este tipo de afirmação, ao ser lida por um historiador, costuma gerar muitas perguntas. Quando proferida por um historiador, geralmente precede algumas explicações. Da relação entre nossas perguntas e as explicações de Lavisse, surgiu o tópico que chamamos de “Política”.

O discurso político francês ficou impregnado de história a partir do século XIX, a tal ponto que as diversas tradições políticas colocaram representações do passado no centro de sua retórica (HAZAREESINGH, 2017, p. 2). A história política, por sua vez, é um desses casos da história da historiografia que renasce sem que de fato tenha morrido, ou que retorna sem que de fato tenha partido. Após ter seu apogeu no século XIX, passou por desprestígio com a afirmação da *École des Annales* e começou a se recuperar a partir dos anos 1980, unindo a isso a inserção de novos objetos ao lado daqueles que já figuravam neste campo desde seus tempos “metódicos”. O contato com outras áreas de conhecimento, como ciência política, linguística, sociologia e antropologia, também ajudou neste “retorno” (RÉMOND, 2003, p. 6). Após esta “redenção” da história política, seus novos adeptos passaram a combater acusações como a de que a história política apenas se refere a movimentos superficiais de curta duração e minorias

privilegiadas, ou que não conta com massas documentais passíveis de tratamento estatístico (RÉMOND, 2003, p. 7).

Aqui sugerimos que esta reflexão trazida à tona pelos historiadores a partir dos anos 1980 já era feita, ainda que não registrada de forma explícita em sua historiografia, pelos historiadores conhecidos como “metódicos”. A pluralidade de ritmos e de atores da história política não foi “descoberta” por René Rémond e seus colegas, mas como queremos demonstrar aqui, já estava presente no pensamento dos historiadores do século XIX, ainda que não contasse com as formulações teóricas que conhecemos hoje. Lavissee já refletia sobre o papel dos partidos, do eleitorado, e do que hoje chamamos de “cultura política”, apenas não classificava essa reflexão como própria de sua área de conhecimento. A partir de agora, discutiremos como as noções de tempo presentes no final do século XIX permeiam a reflexão política de Lavissee e, por consequência, como esta reflexão já apontava para uma história política que nos é bastante familiar.

René Rémond fala nas transformações pelas quais a história passa segundo o contexto econômico e social em que se insere (RÉMOND, 2003, p. 14). Nesta perspectiva podemos compreender por que os historiadores contemporâneos de Lavissee, além dele próprio, se interessavam tanto pela política, o que explica, também, o fato de a maior parte dos *Essais sur l'Allemagne Impériale* ter a política como assunto dominante. Se no Antigo Regime a história visava a glória do soberano e a exaltação da monarquia, as revoluções mudaram os objetos, mas não tiraram sua dimensão política: a história passou a se preocupar com Estados e nações. Seguindo este caminho, podemos observar que há uma transição – dos “grandes homens” da história, como o Imperador e Bismarck, para as “massas”, partidos e eleitores – visível nos ensaios de Ernest Lavissee e que representaria, nos ensaios e na historiografia, uma transformação política e social em curso na Europa do final do século XIX. Em outras palavras, o deslocamento de interesse de “agentes individuais” para “agentes coletivos” se dá onde e na medida em que a democracia ganha força.

Ainda dentro de uma leitura pertinente à noção de “cultura política”, propomos aqui uma análise das *temporalidades políticas* que aparecem em Lavissee. Não é nossa pretensão cunhar um conceito de “temporalidades políticas”, de modo que vamos usar esta expressão simplesmente como uma forma de nomear as temporalidades presentes em fatos e ações políticas.

Jacques Attali afirma que todo ser vivo se inscreve duplamente na duração, ao mesmo tempo repetição e degradação, recomeço e fluir (ATTALI, 1983, p. 15). Portanto, a sociedade não é mais do que uma percepção comum dessas duas formas de tempo. Toda a vida social

exige um mínimo de sincronia, e a primeira função de um poder é dar sentido aos múltiplos tempos do mundo, nomeando-os e organizando a vida coletiva em função de seu fluir e de seu retorno. Sem conhecimento de sua sucessão e de seu retorno, nenhum trabalho, nenhuma vida social é possível. Daí que nomear o tempo e dar sentido às suas diversas datas constitui uma exigência absoluta da sobrevivência de todo grupo social. Controlar o tempo também é limitar a violência mantendo a ordem social (ATTALI, 1983, p. 16). A partir da reflexão de Attali, entendemos que a política é, em certo sentido, gestão do tempo. Sendo assim, ela está inserida na temporalidade e, ao mesmo tempo, tenta controlar e dar sentido à temporalidade.

Na medida em que a política se relaciona duplamente com o tempo, ao mesmo tempo inserida nele e tentando controlá-lo, não nos resta dúvida de que ela carrega uma historicidade. E tudo aquilo que é histórico não é universal, na medida em que passa por transformações ao longo do tempo e de uma sociedade para outra.

Essa noção de “historicidade”, contudo, também tem sua história. Portanto, a percepção que hoje temos da historicidade de um objeto pode não ser a mesma daquela que historiadores de outras épocas tinham. Presos à concepção universalista da História, que impedia a compreensão de que sociedades diversas têm desenvolvimentos próprios e específicos, alguns historiadores iluministas, por exemplo, conceberam o tempo histórico como dotado de tempos múltiplos, mas todos seguindo o mesmo padrão de desenvolvimento, sendo possível posicionar cada sociedade numa escala entre a selvageria e a civilização (BARROS, 2013, p. 73). Uma concepção evolucionista da história, nascida após a difusão do darwinismo, não deixa de guardar certa afinidade com este raciocínio. Por outro lado, o Historicismo abriu mão de uma concepção universalista, deixando de se preocupar com um futuro teleológico e buscando a elaboração de histórias nacionais, colocando como protagonista o “Espírito dos Povos”, e não a providência divina (cristã) ou o Espírito da Razão (iluminista) (BARROS, 2013, p. 79). Com o paradigma da consideração e respeito pelas diferenças nacionais no século XIX, a história “historicista” é construída como um feixe de várias histórias que caminham juntas, mas em paralelo (BARROS, 2013, p. 80).

Historicistas contrapõem ao tempo da revolução o tempo da reação. A solidariedade iluminista do presente para com o futuro sofre oposição da solidariedade historicista do presente para com o passado. Por outro lado, a incômoda sensação da aceleração do tempo e de sua fluidez não podia mais ser negada nem mesmo pelos historicistas comprometidos com a manutenção da estabilidade, já que o impacto dos avanços tecnológicos era cada vez mais presente no cotidiano.

“A nação-estado que acolhia o historiador devia ser vista como uma espécie de ‘melhor dos mundos possíveis’” (BARROS, 2013, p. 83), o que tornava desnecessário especular sobre um futuro a ser alcançado. Na temporalidade historicista o presente tendia a incorporar o passado, embora fosse dele distinto, formando um contínuo que constituía a contemporaneidade, de modo que o passado legitimava o presente. Quanto ao tempo historiográfico, o historicista costuma pensa-lo como a reconstituição da história efetiva a partir do ponto de vista do historiador (BARROS, 2013, p. 83).

“Sendo assim, a quem importa estabelecer uma lei da história, a não ser àquele que deseja surpreender o tempo? Mas quem busca o poder, em economia, política ou filosofia, tem sempre interesse em encerrar a gênese, a gênese que vem em sua direção. Pelo menos para não ser coagido a pagar indefinidamente aquilo de que se assenhora, se apodera. A lei é o roubo” (SERRES, 1990, p. 121).

Ernest Lavisse, como homem de seu tempo, não estava alheio, muito menos imune, às concepções de política, tempo e história que predominavam em sua época. Mas ao invés de classifica-lo dentro deste ou daquele modelo, queremos observar a complexidade de seu pensamento. Podemos encontrar em seus escritos aproximações com o historicismo, com o Iluminismo, com o evolucionismo, mas também oposições a estas formas de se pensar o tempo e a história.

Se por um lado o século XIX olha para os particularismos, como ao lidar com o advento da nação, por outro lado busca novos universais. Se a Igreja Católica já não era universal desde a Reforma, a lei da gravitação o era desde Newton. Mas o século XIX descobre um novo universal: o calor. Há vida porque há calor; há matéria porque há calor; há História porque há calor. A cosmogonia vem do calor e o resfriamento faz a conta dos tempos (SERRES, 1990, p. 113). Comte e Marx, cada um a seu modo, pensaram a história dentro de chaves termodinâmicas. E, de um modo geral, os historiadores formados na segunda metade do século XIX não deixaram de incluir em alguma medida as trocas de energia ao pensar sobre seus objetos.

Michel Serres afirma que do Império do Fogo nasceu o irreversível (SERRES, 1990, p. 116). Seja o progresso, seja o socialismo, seja a degeneração, tal qual o processo de troca de calor regido pela segunda lei da termodinâmica, o processo histórico não retrocede. Mas, se a termodinâmica ensina que os processos não podem ser desfeitos, também ensina que eles podem ter sua velocidade alterada através de catalisadores: catalisadores positivos (para acelerar o processo) e catalisadores negativos (inibidores ou estabilizadores, para retardar o processo). É nesta chave de leitura que identificamos na leitura de Ernest Lavisse quatro

importantes catalisadores (positivos ou negativos) do processo histórico alemão em direção a se tornar uma grande nação: o Império, Bismarck, o Socialismo e o Catolicismo.

4.1.1. Império

O Império é um dos elementos que Lavissee considera responsáveis pelo fato de a Alemanha não alcançar seu destino de se tornar uma grande nação. Não é um elemento que impede a Alemanha de progredir, mas que retarda seu progresso. É o que aqui estamos chamando de “inibidor” ou “catalisador negativo”, tomando emprestado o vocabulário da química.

Em um ensaio escrito dezessete anos após a fundação do *Reich*, Lavissee afirma que muitas vezes os poderes do Império Alemão se lançaram em conflitos (LAVISSEE, 1888, p. 291). As últimas eleições realizadas antes deste ensaio perturbaram toda a Alemanha e toda a Europa, sendo os eleitores advertidos de que uma revolução ou guerra poderia sair das urnas. “Há entre nossos vizinhos um mal-estar político profundo” (LAVISSEE, 1888, p. 291). A Alemanha filosófica e rica intelectual e moralmente, se fez representar por políticos de todos os matizes. Lavissee observa que todos os governos pela Europa encontraram formas de sobreviver com estes partidos; sendo assim, por que a vida parlamentar alemã é tão difícil? (LAVISSEE, 1888, p. 304) Parte da resposta se encontra na conformação política da Alemanha: o Império.

“Assim é a organização do império: ela é toda econômica e militar; ela é prussiana” (LAVISSEE, 1888, p. 319). O militarismo e o predomínio do pensamento econômico sobre a cultura são os pilares do governo que foi capaz de realizar a unificação. E a unificação, feita pela Prússia, não ocorreria se não se organizasse em torno de um Imperador. Segundo Lavissee, muitos alemães acreditavam que a independência formal e a distinção entre Rei da Prússia e Imperador da Alemanha eram garantia suficiente de independência dos pequenos Estados: “é um protetorado que a Prússia tem sobre eles, é o que acreditam” (LAVISSEE, 1888, p. 86). Para Lavissee a Prússia é claramente imperialista e oprime os estados menores; mas para os alemães, o Rei da Prússia e Imperador da Alemanha era uma figura necessária. Norbert Elias afirma que

As experiências cumulativas de fragmentação e a correspondente auto-imagem dos alemães como pessoas incapazes de conviver sem discórdia e conflitos também encontram expressão no anseio nostálgico de um soberano, de um monarca, de um líder forte que fosse capaz de as levar à unidade e ao consenso (ELIAS, 1997, p. 283).

Lavissee tinha dificuldades em compreender esse “medo de si mesmos” que Elias descreve. Por isso, Lavissee insiste na incompatibilidade entre a “alma alemã” e o “espírito

militar prussiano” e, ao mesmo tempo, identifica na personalidade do povo alemão uma tendência ao conservadorismo. Desta aparente contradição, teria surgido a Constituição do Império Alemão.

Lavissee afirma que a Constituição permitiu à Alemanha revelar seus sentimentos através destes dois artigos, “solenes por sua simplicidade”:

O *Reichstag* é eleito por sufrágio universal direto e em escrutínio secreto;
Os membros do *Reichstag* representam a nação inteira, e não são ligados a nenhuma instrução ou mandato (LAVISSEE, 1888, p. 304).

Com alguma acidez, Lavissee descreve o que teria feito com que alguns alemães concordassem com a Constituição do Império:

Alguns teóricos atrasados, admiradores respectivos do Sacro Império, discípulos de Leibniz e de Pufendorf, a acharam bem moderna, bem prática e prosaica. Ela não fala, diriam eles, senão de matéria e interesses materiais. A grande pátria dos filósofos, dos pensadores e dos poetas se tornou uma casa de negócios e caserna (LAVISSEE, 1888, p. 319).

Um artigo da Constituição impõe aos administradores de ferrovias, em determinadas circunstâncias, um abatimento das tarifas “para o transporte de farinhas, farináceos, frutos da terra” (LAVISSEE, 1888, p. 319), o que causa revolta em Lavissee: “E o legislador, que desce a detalhes como esses, não pode dar uma palavra, uma só palavra, para o espírito e para a alma da idealista Alemanha!” (LAVISSEE, 1888, p. 319).

Norbert Elias observa que a unificação política dos Estados alemães, a elevação do rei da Prússia a imperador (*Kaiser*) da Alemanha, e a promoção de Berlim, a capital da Prússia, a capital do *Kaiserreich*, certamente não realizaram de uma só vez a integração de muitas “boas sociedades” locais e regionais e a padronização de seu código de comportamento e sentimento. Na prática, segundo Lavissee, os príncipes não tinham utilidade nem na paz, nem na guerra. Moltke atribuía aos exércitos dos reis e duques o papel de “*flâneurs* das batalhas”. Lavissee pondera que os hábitos referentes à realeza nos países alemães não se perderiam da noite para o dia, de modo que os príncipes ainda eram respeitados localmente. Cada um tem seu pequeno parlamento, no qual os oradores não perdem a oportunidade de “dar patadas” na Prússia. Mas essa oposição tinha ainda menos poder do que a dos soberanos, pois não chegava a formar um partido contra o império: “Ninguém teve a ideia de concorrer a um mandato no *Reichstag* para exigir a supressão do *Reichstag*” (LAVISSEE, 1888, p. 300).

Apesar de sua autoridade formal e aparente, poucas pessoas na Europa sabiam os nomes dos então confederados ao rei da Prússia. Os príncipes alemães de então nem mesmo representavam as velhas regiões. O reino da Saxônia não tinha mais nada a ver com a antiga

Saxônia. Outros reinos desapareceram ou eram apenas fragmentos de antigos reinos. Apenas a Baviera representava exatamente um dos territórios etnográficos de outrora, sendo o mais particularista dos países alemães, e por isso conseguiu muitos direitos especiais (LAVISSE, 1888, p. 299). De resto, os príncipes poderiam manter alguma aparência de autoridade, passando em revista quando quisessem. Suas tropas usariam uniformes da Prússia, mas poderiam usar sinais exteriores particulares, como insígnias.

A Alemanha reunia condições sociais e culturais para desenvolver outra forma de política, mas as estruturas de governo vigentes levavam o país em outra direção. “O temperamento germânico resistirá *sempre* a uma ação forte de um poder central, mas não há mais lugar na Alemanha para verdadeiros Estados alemães” [grifo de Lavissee] (LAVISSE, 1888, p. 300). Lavissee enxerga uma total contradição entre a “alma idealista” alemã e o espírito econômico-militar prussiano. Por que, então, a Alemanha teria se unificado sob esta Constituição?

Em primeiro lugar, o próprio Lavissee reconhece que todos os partidos e as variedades de cada partido que formaram o *Reichstag* já estavam representadas no parlamento da Prússia, portanto não seria legítimo opor o prussiano ao alemão e procurar nesse antagonismo a razão de uma ruína mais ou menos próxima do império, ou a fonte das crises parlamentares. Se no direito romano o Estado era o árbitro soberano acima dos interesses particulares e na teologia era o defensor imparcial do bem comum, os críticos modernos proclamaram que ele não era nem imparcial, nem soberano, apenas instrumento das classes dominantes e suas decisões eram apenas expressão das relações de força (RÉMOND, 2003, p. 20). Desde os anos 1860, por exemplo, os socialdemocratas viam os parlamentos como elementos vitais para sua eficácia, porém, para alguns críticos o Estado não era neutro, e outros o viam como um embuste (ELEY, 2005, p. 118). Eis que Lavissee incorpora estas concepções de Estado ao observar seus vizinhos: na Alemanha, o Estado representava os interesses da monarquia prussiana na pessoa do Rei-Imperador; na França, o Estado representaria a vontade geral através da democracia. A este respeito, concordamos com René Rémond ao considerar que a multiplicidade de forças atuando de forma heterogênea confere ao aparelho administrativo uma margem de independência, um espaço de liberdade e uma capacidade de arbitragem usados conforme a ideia que tem do interesse superior da coletividade nacional (RÉMOND, 2003, p. 24). Ao menos teoricamente, não se imagina que o aparelho administrativo se pautasse *exclusivamente* pelos interesses de um único grupo, ainda que a retórica de seus opositores dê a entender que isso ocorra.

Na hora do voto, Lavissee reconhece que nem todos os prussianos votariam “sim”, e nem todos os demais votariam “não”. Não havia uma Prússia de um lado e uma Alemanha do outro.

Na verdade, o que se chama de “espírito prussiano” é o espírito de um governo, uma corte, um exército, uma administração (LAVISSE, 1888, p. 303). Por este motivo, não cabe falar em uma franca oposição entre a “história” alemã e a “política” prussiana; o modelo prussiano de administração podia ser visto pelos observadores externos como incompatível com a “alma alemã” e, ao mesmo tempo, ter apoio na política interna do Império.

Em segundo lugar, a ideia de democracia deixava os soldados alemães atônitos. Lavissee acreditava que eles não compreendiam a ideia de todos serem iguais (LAVISSE, 1888, p. 85), o que decorria de sua visão de mundo fundamentalmente hierárquica. A maioria dos soldados era devotada de corpo e alma à política prussiana. Raros eram os que lamentavam a antiga Alemanha. Mas os que sonhavam com uma Alemanha liberal e republicana eram ainda mais raros (LAVISSE, 1888, p. 86). Sob a hegemonia prussiana eles se sentiam grandes, e o orgulho, segundo Lavissee, fala mais alto do que outros sentimentos (LAVISSE, 1888, p. 86). Além disso, “a pacificação do Estado, a coação imposta por outros, foi transformada em autocoação” (ELIAS, 1997, p. 163). Em outras palavras, um Estado profundamente hierárquico teria ido de encontro a uma concepção de sociedade predominantemente hierárquica. Ao analisar a sociedade alemã após a experiência do Terceiro *Reich*, Norbert Elias observa o seguinte:

Membros de uma sociedade-Estado que foi absolutista por largo tempo — governada de cima para baixo na forma do que chamaríamos um Estado policial — desenvolvem estruturas de personalidade muito análogas, em que sua capacidade para exercer a autocoação permanece na dependência de uma coação externa, de uma força que os ameaça desde fora com severas punições (ELIAS, 1997, p. 44).

Podemos dizer que a situação da Alemanha recém unificada era o exato oposto do que Elias descreve acima. Muito alemães viam no império forte e centralizado a solução para a falta de unidade que teria atrapalhado a Alemanha por séculos. Neste caso, não foi um longo período de coerção externa que levou aos mecanismos de autocoerção, mas a crença na necessidade de uma coerção externa que facilitou a adesão a um Estado com tendências autoritárias. Além disso, o Segundo *Reich* era visto, em certo sentido, como uma refundação imperial e imperialista. Com isso, o Estado imperial seria também uma ligação da Alemanha de então com o passado germânico (HÉMONT, 2014, p. 20).

Além disso, a unificação criou para a Alemanha uma estrutura institucional para a sua integração, o que deu forte impulso à formação de uma classe alta alemã mais uniforme (ELIAS, 1997, p. 60).

Aos olhos dos líderes da burguesia, a unificação da Alemanha era um passo para o fim do domínio da aristocracia—no caminho da democratização — mas os estratos burgueses alemães não tinham os necessários recursos de poder para isso, em parte devido ao fato de estarem divididos entre os muitos Estados alemães soberanos (ELIAS, 1997, p. 60).

Mesmo para grupos com pensamento democrático, o Império tal qual se realizou poderia ser o primeiro passo em direção a um futuro promissor. Lavissee identificou a existência de alemães que pensavam que seu país seria republicano em breve; outros pensavam que isso estaria longe de ocorrer. Outros, ainda, comparavam a França do Antigo Regime à Alemanha de sua época e percebiam diferenças importantes que não levariam a mudanças políticas nesta última (LAVISSE, 1888, p. 85). A este último grupo, podemos atribuir uma percepção do contexto alemão semelhante à de Norbert Elias no seguinte trecho:

Assim, a classe dominante tradicional da Alemanha, os príncipes e a aristocracia, retiveram a supremacia dentro do recém-unificado *Kaiserreich*. E a unificação foi entregue aos pioneiros da classe média numa bandeja, sem que eles fossem capazes, a esse respeito, de atingir o objetivo de sua luta social, o seu objetivo como classe, que era o de privar a aristocracia de poder e democratizar a sociedade alemã (ELIAS, 1997, p. 60).

Em que medida o Império funcionava como um inibidor para o desenvolvimento político alemão segundo Lavissee? Para responder a essa questão, podemos fazer a comparação que o próprio autor recomenda para que se compreenda a situação... da França.

Lavissee afirma que a França em 1888 estava mais forte do que parecia e do que se acreditava então (LAVISSE, 1888, p. XII). O autor sugere que para se julgar a França com rigor, era necessário saber como se comportaria a Prússia sem rei, a Alemanha sem imperador e a Inglaterra republicana (LAVISSE, 1888, p. XII). Note-se: Lavissee usa a imaginação como recurso para propor uma análise política. Tal procedimento não tinha nada de científico para os padrões de sua época, mas era o recurso possível para se fazer um julgamento político de sua nação. E por que Lavissee acredita que a “régua” com a qual se poderia medir o sucesso francês eram uma Prússia, uma Alemanha e uma Inglaterra hipotéticas e não as nações históricas? Pelo fato de que, na verdade, era a França a medida para as demais nações. A França republicana atingira um estágio de desenvolvimento político superior ao de suas vizinhas e rivais, de modo que só faria sentido dizer que a situação francesa estaria pior que a de Inglaterra e Alemanha se ambas já tivessem passado pelo processo histórico que levou a França ao que se considerava então a consolidação da República. A Terceira República, portanto, seria o ponto culminante de um processo que Inglaterra e Alemanha ainda não haviam sequer iniciado.

Saindo do campo da imaginação histórica para o terreno dos prognósticos, Lavissee se permite vaticinar que um dia virá em que todas as formas de autoridade tradicional desaparecerão em todos os países; “no nosso, elas já não são mais visíveis” (LAVISSE, 1888, p. XII). Em outras palavras, um dia os demais países serão como a França: não mais terão reis ou imperadores.

O processo que levou a França à Terceira República começou, na visão de Lavissee e da maioria dos historiadores (republicanos ou não), com a Revolução Francesa. Entre os dois episódios, era possível encontrar, em algum momento da história da França, o ponto em que se encontravam as demais nações europeias: monarquia absolutista, monarquia constitucional, império, e suas respectivas variações. Ernest Renan, por exemplo, elogiava a Prússia por ter as virtudes que faltavam à França: a Prússia ainda era do Antigo Regime. Por isso defendia uma neomonarquia, de inspiração germânica e sem ligação com o clericalismo de direita. Um regime aristocrático (WINOCK, 2006, p. 677). Portanto, um “retorno ao passado”, também na visão de Renan, poderia ser feito atravessando o Reno.

Usando a terminologia de Koselleck, podemos dizer que Lavissee transporta a República do espaço de experiência da França para o horizonte de expectativa da Europa, ao passo que Renan traz a monarquia prussiana do espaço de experiência alemão para o horizonte de expectativa francês. Mesmo que coloquemos Lavissee à esquerda dos conservadores alemães por propor uma república democrática para substituir um império com tendências autocráticas, ele não está sugerindo para a Europa uma experiência completamente nova, como sugeriam os socialistas, e sim a conformação a uma experiência já conhecida. De certa forma, Lavissee previa um futuro já realizado.

Outro problema causado pelo Império na Alemanha diz respeito à sua centralização. Ao contrário de uma “cabeça pesada sobre os ombros”, como seria o Império Alemão, na perspectiva de Lavissee a França teria seguido uma sorte distinta que a fez fortificar os membros sem que a cabeça pesasse: “Pelo exército chegamos ao recrutamento regional; pelo ensino, às universidades regionais; pela administração, às grandes prefeituras, que serão como metrópoles para as menores prefeituras” (LAVISSEE, 1888, p. XXIV).

A centralização leva à lentidão, enquanto uma administração regionalizada leva à eficiência. Como os príncipes, na prática, não tinham poder algum, suas administrações locais apenas aumentariam de forma desnecessária a burocracia. O Império, também neste sentido, gerava lentidão à Alemanha. Como lembra Norbert Elias, o tempo tornou-se a representação simbólica de uma vasta rede de relações (ELIAS, 1998, p. 17) e símbolo de uma coerção universal e inelutável (ELIAS, 1998, p. 21). Neste sentido, a “lentidão” da administração centralizada representaria, na visão de Lavissee, uma lentidão para o desenvolvimento histórico e político alemão. Em suma, uma administração lenta diminui a velocidade do processo histórico. Logo, a noção de “economia do tempo” que surge com o capitalismo industrial, pode ser interpretada também no sentido de que desperdiçar o tempo significa atrasar o progresso político, econômico e social. Sendo assim, a “máquina do Estado” (outra expressão que a

política toma emprestada da termodinâmica) precisa ser “eficiente”. Na física, a “eficiência” é medida pela quantidade de trabalho gerado com a energia disponível; transportando esta noção para a política do século XIX, o governo eficiente é aquele que consegue mais “avanços” dentro das condições disponíveis. Portanto, podemos dizer que, na visão de Lavissee, por ser mais “eficiente”, a França avançou mais rapidamente. Por outro lado, ao desperdiçar energia, o Império Alemão avançava lentamente.

O governo do *Reich* estava apoiado em dois grandes partidos: conservadores e nacional-liberais. Os primeiros eram devotados sem condição: sua política era o legalismo e a obediência; os últimos se vangloriavam por terem feito a unidade; se consideravam guardiães e defensores do Império. Os nacional-liberais afirmavam não ter teoria, ser homens práticos e levar em conta os tempos e circunstâncias: eram os oportunistas da Alemanha. Nacional-liberais e conservadores tinham em geral metade dos votos nas eleições. As relações entre os dois partidos não eram muito cordiais, pois os conservadores sentiam certa repulsa às reformas introduzidas na vida civil e religiosa pelos nacional-liberais, mas juntos faziam volume contra a oposição (LAVISSE, 1888, p. 315).

Lavissee aponta que a situação parlamentar seria bem mais clara se os progressistas, outro partido a compor o *Reichstag*, não se colocassem entre os partidos hostis e fiéis. Os progressistas não separavam liberdade de unidade; pretendiam alcançar a unidade pela liberdade. A soberania nacional, a predominância do poder legislativo sobre o executivo e a responsabilidade ministerial eram alguns dos artigos principais de seu programa (LAVISSE, 1888, p. 315).

Os progressistas não tinham grande importância ou poder, mas eram por excelência o partido parlamentar, adversários do poder pessoal, defensores do *Reichstag*. Para Lavissee, católicos e socialistas não consideravam a liberdade como arma de combate. A democracia social, por exemplo, exigia a defesa de que os preceitos democráticos se estendessem à economia, o que levantava o problema de como instaurar a democracia social sem limitar liberdades (ELEY, 2005, p. 46). Entretanto, eram católicos e socialistas os que tinham as mais graves razões para desafiar o poder pessoal do Imperador, por isso procuravam colocar suas diferenças em acordo com os progressistas para fazer falhar o sistema e o espírito geral da constituição alemã (LAVISSE, 1888, p. 316).

Este jovem império tinha tantos partidos quanto os velhos Estados europeus, alguns com uma intensidade que não se via em outros países. Nenhum era forte o suficiente para pretender formar uma maioria. Eram opostos uns aos outros e não podiam se entender a não ser em um ponto, os direitos da nação e do parlamento que a representa (LAVISSE, 1888, p. 316).

Neste ponto, Lavissee afirma que toda transação é impossível entre o parlamento da Alemanha e o espírito do governo prussiano, que inspirou as Constituições de 1866 e de 1871. O governo que depois de três séculos desejou viver de produzir a força em fluxo contínuo e captá-la por uma rara inteligência de todas as fontes de onde pudesse jorrar, deveria impor à Alemanha um regime que produzisse força (LAVISSE, 1888, p. 317). Note-se que a descrição que Lavissee faz do governo instaurado pela Prússia é bastante similar à descrição de uma máquina termodinâmica: captação de energia e produção de força. Assegurar a livre circulação de pessoas e mercadorias, o transporte por vias terrestres, férreas e aquáticas e para uma boa organização dos correios e do telégrafo, colocar a marinha e o exército nas mãos do imperador, tais eram os principais objetivos da Constituição escrita por Bismarck (LAVISSE, 1888, p. 317). Captação de energia e produção de força para gerar o movimento da nação: eis o Estado prussiano como motor da nação.

Para Lavissee, era natural que o espírito do governo prussiano se encontrasse nos quatro títulos propriamente ditos da Constituição: “território do Império”, “conselho federal” (*Bundesrath*), “presidência” e “parlamento do império” (*Reichstag*). O território é definido no documento pela enumeração dos Estados que o compõem. Os outros três títulos tratam das atribuições do imperador, do conselho federal e do parlamento. O imperador procede diretamente das vitórias da Prússia sobre o restante da Alemanha em 1866 e sobre a França em 1871. O conselho federal (*Bundesrath*) conta com 58 vozes, repartidas proporcionalmente entre os diversos Estados: é como um congresso permanente de delegados dos príncipes. O parlamento (*Reichstag*) representa a nação inteira (LAVISSE, 1888, p. 320).

O texto da constituição é claro ao afirmar que o poder é eminentemente parlamentar, dado que a maioria dos votos do conselho federal e do parlamento são suficientes para determinar uma lei. Porém, um terço do conselho federal é nomeado pelo rei da Prússia, o que faz com que o imperador não tenha dificuldade em conseguir maioria. Mas o *Reichstag* pode fazer oposição ao *Bundesrath* porque o primeiro tem o direito de consentir a lei. Contudo, as questões relativas às forças armadas e impostos não podem ser tocadas sem a permissão da Prússia, pois a constituição estabelece que em caso de divergências no conselho federal nestas matérias, a voz do imperador é preponderante caso se pronuncie pela manutenção das instituições em vigor. Note-se que não se fala em maioria e minoria, apenas em dissidência. Mesmo que a maioria queira mudar as instituições, o presidente do conselho, que é o rei da Prússia e Imperador da Alemanha, pode barrar (LAVISSE, 1888, p. 321).

Para mudar essa situação, seria necessário mudar a constituição. Mas para impedir mudanças na constituição, basta que apenas 14 representantes do conselho sejam contrários.

Com apenas 14 vozes o rei da Prússia tinha vantagem sobre o conselho. “Assim todas as precauções foram tomadas a fim de assegurar a liberdade do imperador” (LAVISSE, 1888, p. 322).

Na leitura feita por Lavissee, a constituição não permite que a liberdade do rei da Prússia se subordine à liberdade do povo.

Essas duas pessoas, o rei e o povo, cujas relações são numerosas e complicadas, não podem ser livres um e outro sem entrar por alguns momentos em conflito; mas a liberdade do rei consiste precisamente em que somente ele pode resolver o conflito (LAVISSE, 1888, p. 327).

Para ajudar em sua reflexão sobre a situação política da Alemanha, Lavissee cita a obra *l'Allemagne actuelle*, cujo autor anônimo, em sua opinião, teve grande mérito em dar ao leitor uma impressão justa sobre o país vizinho. Mostrou um dos grandes defeitos da constituição do império: ele teria começado por ostentar a força presente. O autor citado por Lavissee termina aconselhando a prudência e pregando a paz aos franceses. A força alemã continuava intacta. O país estava politicamente dividido, mas não o exército. A propaganda socialista penetrava nas casernas, mas ainda não havia levado nenhum recruta à desobediência. Os partidos parlamentares disputavam com o chanceler, mas o soldado era submisso ao imperador. O exército era ao mesmo tempo de um povo e de um homem: era recrutado em todo o país, mas era como uma propriedade do imperador. O exército era o símbolo mais claro da unidade (LAVISSE, 1888, p. 339).

Mesmo com toda a centralização, militarismo e autoritarismo, a Alemanha tinha uma oposição ativa contra o Império. Lavissee, então, tenta identificar de onde viria essa oposição, visto que o “sentimento alemão” era mais propenso à manutenção da ordem vigente. Na França se acreditava que toda a oposição ao Império vinha dos pequenos Estados em nome do particularismo, o que não é completamente falso, mas precisa ser entendido com precauções. Lavissee pondera que na Alemanha havia regiões distintas pela geografia e história, mas em outros países ocorreria o mesmo, inclusive na França, onde as dinastias locais foram expropriadas e a vida comum levou depois de muito tempo à unidade nacional. A Alemanha, ao contrário, manteve as famílias reinantes, daí a perpetuação do particularismo. Mas entre essas sobrevivências, há poucas com raízes profundas. Em 1789 os príncipes germânicos eram centenas. Os “terremotos” que sacudiram a Alemanha “engoliram” a maior parte deles, e os que restaram não eram sólidos (LAVISSE, 1888, p. 298).

Lavissee enxerga este “particularismo”, predominantemente, partindo dos “não alemães” que passaram a integrar o Império: poloneses, dinamarqueses, alsacianos e lorenos. A Polônia fora dominada por prussianos e austríacos no século anterior, e cada uma ficou com seu quinhão

de poloneses. Em 1867, a Prússia incluiu sua colônia de vencidos na Confederação da Alemanha do Norte, bem como os dinamarqueses de Schleswig anexados anteriormente. Depois de 1870, “nossos compatriotas [da Alsácia-Lorena] se juntaram às vítimas da política da guerra” (LAVISSE, 1888, p. 305).

Os sentimentos destes conquistados não eram completamente similares: poloneses, dinamarqueses e lorenos franceses sequer falavam a língua da Alemanha. Já lorenos alemães e alsacianos falam a língua dos vencedores.

“O patriotismo de poloneses, dinamarqueses e franceses de Metz é ao mesmo tempo histórico e etnográfico; o patriotismo francês dos lorenos de língua alemã e dos alsacianos é um ato de opção, um consentimento do espírito, um partido tomado do coração” (LAVISSE, 1888, p. 305).

Estes estrangeiros forçados a integrar o império representam os dois modelos de nação em discussão na Europa do século XIX. Poloneses, dinamarqueses e franceses de Metz representam a pátria de outrora, que era um ser natural, como a família; lorenos e alsacianos de língua alemã, a pátria “que nós temos, nós franceses, a honra e glória do projeto, isto é, de um ser moral e livre” (LAVISSE, 1888, p. 305). Mas, mesmo com as diferenças, ambos estavam unidos pela similitude da condição: sentiam falta da pátria. Se o sentimento nacional figurava como uma das importantes novidades do século XIX, um modelo de império que ignora este sentimento poderia ser entendido como arcaico. Impérios multinacionais estavam em franca decadência no final do século XIX; a Alemanha, unificada sob a lógica da formação de um Estado-nação, ao mesmo tempo integrou “estrangeiros” a seu território e excluiu a Áustria. Lavissee vê nesta situação uma contradição: um discurso alinhado ao nacionalismo de sua época, mas práticas políticas que remetiam aos impérios de outrora. Segundo Eric Hobsbawm, isso acontecia, entre outros motivos, porque os governos ainda não podiam controlar o nacionalismo e os nacionalismos ainda não podiam controlar os governos (HOBSBAWM, 2008, p. 145). Podemos entender que Lavissee enxerga, neste contexto, um corte temporal: a França *já* estava constituída segundo o sentimento nacional, enquanto a Alemanha *ainda não* era capaz de ter uma configuração “verdadeiramente” nacional. É por isso que Lavissee afirma que o deputado dinamarquês, os 12 poloneses, e os 15 de Alsácia-Lorena representavam um particularismo, mas diferente daquele representado pelos Estados alemães de dentro do Império (LAVISSE, 1888, p. 193).

Para Lavissee, portanto, a presença dos deputados não-alemães torna mentirosa a constituição alemã nos artigos que citamos acima: estes deputados não representavam “a nação inteira”; estes deputados “dos vencidos” se colocariam em qualidade de embaixadores delegados por fragmentos de povos estrangeiros. Também não é verdade que não levavam

nenhuma instrução ou mandato: “Poloneses, dinamarqueses, lorenos e alsacianos trazem um mandato comum, o protesto” (LAVISSE, 1888, p. 306).

Ao lado dos estrangeiros, tomaram assento no *Reichstag* dois partidos muito consideráveis nascidos junto com o império: o partido socialista e o partido católico. O socialismo não foi representado nas câmaras da Prússia, e nem poderia ser. O sufrágio universal lhe abriu o caminho e produziu a oportunidade de produzir seu programa e seus chefes e contar seus soldados. O escritor Henri Heine, segundo Lavissee, sabia que a natureza germânica era particularmente propensa a compreender as doutrinas da revolução social, estando latente por muito tempo antes de explodir em um grande barulho de trovão e luzes de relâmpagos apocalípticos. “Heine recebeu o dom da adivinhação que a antiguidade emprestou aos poetas” (LAVISSE, 1888, p. 306).

Irritados com o progresso de católicos e socialistas, os nacional-liberais, que formavam uma das bases de apoio ao Império, se consolavam em dizer que seu velho inimigo, o particularismo, havia desaparecido na luta. De fato, o particularismo desempenhou um papel secundário mesmo nas eleições bávaras. Dos 48 deputados da Baviera, 32 eram católicos. A Baviera condenou a política religiosa do chanceler, mas não demandou a independência de sua coroa. O mesmo se repetiu na maioria dos Estados alemães (LAVISSE, 1888, p. 191). Contudo, se por um lado católicos e socialistas não representavam o particularismo dentro da Alemanha, por outro representavam um universalismo que transcendia as fronteiras do Império. Assim, segundo Lavissee, a oposição ao Império contém dois grupos irreconciliáveis: um, submetido a dois tipos de leis, distingue entre o espiritual e o temporal, entre Estado e Igreja, entre Terra e Céu, entre homens e Deus; o outro não conhece senão o temporal, rejeita a Igreja e o Estado, confunde Céu e Terra e absorve Deus na humanidade. Nenhum dos dois pode ser contido nas fronteiras da Alemanha, um por ser membro da Igreja universal, o outro por ser um batalhão da universal democracia.

Católicos, socialistas e estrangeiros, três grupos capazes de causar problemas por muito tempo à vida institucional alemã. Irredutíveis e fortemente estabelecidos, não são a maioria, mas ocupam um terço da assembleia. Para enfrentar a oposição o Império precisa de uma maioria compacta e fiel; mas como em todo lugar, os partidos militantes eram os que usavam com mais fervor o direito ao sufrágio; talvez mais do que em outros lugares, a grande massa é indiferente. Lavissee acredita que a Alemanha teria uma espécie de indolência e lentidão, seus cidadãos não discutiriam política com o mesmo interesse e paixão que os franceses (LAVISSE, 1888, p. 314). A este respeito, podemos acrescentar uma forte desconfiança que os alemães sentiam com relação à vida parlamentar.

Ao descrever o comportamento político dos alemães, Lavissee acaba se aproximando daquilo que hoje chamamos de “cultura política”. Ao atribuir certa “lentidão” aos alemães, relaciona este comportamento político à sua tendência à conservação das instituições, característica que já discutimos em outro capítulo. Por outro lado, católicos, socialistas e “estrangeiros” eram motivados, por suas crenças e convicções, a recorrer ao sufrágio e à ação política, sendo estes também os que costumavam debater de forma mais acalorada. Quando tratarmos especificamente dos socialistas, veremos que Lavissee enxerga em suas reuniões um comportamento mais parecido com o dos políticos franceses. Logo, podemos observar que Lavissee acredita que a participação política é influenciada por condições sociais e culturais mais profundas ou, em outras palavras, enraizadas na longa duração.

“Uma maioria de circunstância, uma minoria intratável, eis o parlamento da Alemanha!” (LAVISSEE, 1888, p. 194). Para Lavissee, a vida política era impossível no novo império, ou melhor, o império ainda não estava consolidado. Lorenz von Stein já havia feito leitura semelhante da Prússia: a ela faltavam um pressuposto histórico, outro de economia política e outro social para que ela tivesse uma instituição parlamentar forte e sustentada pela sociedade. Do ponto de vista histórico, faltava-lhe a tradição de ser Estado, devendo sua constituição territorial ao exército do rei e à administração do Estado (KOSELLECK, 1993, p. 97).

Stein via uma grande fragilidade na sociedade prussiana, sem unidade territorial, confessional, jurídica ou linguística. Via na Prússia uma sociedade econômica, mas não uma sociedade civil (KOSELLECK, 1993, p. 100). Uma sociedade heterogênea que ainda não estava capacitada para ter a própria constituição (KOSELLECK, 1993, p. 101).

Stein foi o primeiro a estudar teoricamente o conflito constitucional prussiano e sua solução em um *Reich* alemão, mas não como um projeto nacional alemão, e sim como possibilidade política condicionada social e economicamente. Ainda que Koselleck alerte que não se deve analisar o acerto dos prognósticos de Stein por eles terem se concretizado, e sim por sua clareza histórica e capacidade de delimitar o possível ao excluir o impossível, o prognóstico de Stein reforça a percepção de que a Alemanha descrita por Lavissee não existia apenas em suas formulações.

A base política eminentemente conservadora do Império alemão e sua oposição composta por socialistas, católicos e grupos com tendências liberais tornavam a disputa política alemã também uma disputa entre temporalidades. Para demonstrar este ponto, citamos Koselleck:

O “liberalismo” logo entrou no espectro das alternativas temporais, que dividiram a vida política e social segundo sua coordenação com o passado

e com o futuro. “O partido liberal é aquele que determina o caráter político do tempo moderno, enquanto o chamado partido servil atua ainda essencialmente com o caráter da Idade Média. O liberalismo progride na mesma medida em que o tempo é obstaculizado, na mesma medida em que o passado perdura ainda no presente” (Heine). Seguiram o “socialismo” e o “comunismo” para apontar-se geneticamente o futuro em seu haver. “Para nós, o comunismo não é uma situação que deva ser elaborada, um ideal ao que se tenha que ajustar a realidade. Chamamos comunismo ao movimento real que supera a situação atual. As condições deste movimento se derivam do pressuposto que existe agora” (Marx) (KOSELLECK, 1993, p. 325).

Não se trata apenas de uma luta entre um modelo antigo e um modelo novo para a política. A disputa política na Alemanha, e provavelmente em outros países, representa uma luta entre atitudes diante do passado, do presente e do futuro. Reproduzir ou fazer permanecer o passado no presente e perpetuá-lo em direção ao futuro ou romper com o passado e ordenar o presente em nome de um futuro totalmente novo: são estas as principais alternativas em jogo no *Reichstag* visitado por Lavissee.

Segundo Lavissee, atacar resolutamente o principal grupo inimigo, o dos católicos, e destruí-lo, era a necessidade que se impunha ao governo alemão, e uma guerra impiedosa entre Estado e Igreja parecia ser o próximo passo da política alemã (LAVISSEE, 1888, p. 194). Entretanto, os católicos tinham pretensões políticas complexas a ponto de fazê-los aliarem-se à esquerda e, ao mesmo tempo, lutar por pautas conservadoras; talvez daí venho o nome de seu partido: *Zentrum* (Centro). Além disso, a figura do Chanceler Otto von Bismarck, usando técnicas de diplomacia voltadas para a política interna, conseguiu dar certa estabilidade a um império aparentemente caótico, inclusive negociando acordos que se não acabaram com a oposição católica, ao menos diminuíram seu ímpeto. E a esta figura, que tanto interessou Lavissee, dedicaremos o próximo tópico.

4.1.2. Bismarck

Lavissee observa que nenhuma assembleia no mundo trabalha tanto quanto a alemã. É composta por homens laboriosos, de grandes qualidades, cujas obras em matéria de Estado poderiam compor uma rica biblioteca. São estimulados pelo patriotismo e pelo desejo de não se equivocar na tentativa de formar o primeiro *Reichstag*. Apesar de todas as qualidades e boas intenções, o trabalho produziu pouco. Por quê? Segundo Lavissee, um dos problemas da Alemanha estaria no fato de que o império se resume ao Conselho de Estado, não havendo propriamente um ministério, o que o tornava uma grande máquina cujo mecânico a fez incapaz de um movimento regular (LAVISSEE, 1888, p. 125).

Nesse caso, o líder [ou “mecânico”] tinha nome e sobrenome: Otto Eduard Leopold von Bismarck. Assim como as ações passadas permanecem

vivas na memória dos homens por meio da história, as escolhas dos homens presentes também deixarão suas marcas (TEIXEIRA, 2018, p. 37).

Notemos, como no tópico anterior, que Lavissee compara o funcionamento do Estado a uma máquina. Sendo assim, os políticos seriam como operários; Bismarck, o chanceler, seria uma espécie de capataz, responsável por coordenar os trabalhos que adequariam o funcionamento da máquina estatal segundo os interesses do Império.

Antes de tratarmos especificamente da visão que Lavissee tinha a respeito de Bismarck, vejamos como o historiador descreve seu principal campo de ação: o *Reichstag*. No ensaio publicado em 1877, o autor descreve uma visita que fez ao parlamento alemão ainda durante a vigência dos mandatos dos eleitos para o primeiro *Reichstag* (LAVISSEE, 1888, p. 100). Lavissee começa por descrever o lugar onde o parlamento se reúne: “Um arquiteto que constrói a sala de reunião de um parlamento faz política” (LAVISSEE, 1888, p. 101). A arquitetura do parlamento francês sugere, diferentemente do alemão, uma determinada organização: no Segundo Império, os representantes do executivo ocupavam um lugar de destaque; sob a República, o destaque passou a ser dado ao poder legislativo, pois quem subia à tribuna ficava acima dos ministros (LAVISSEE, 1888, p. 101). Assim, o poder legislativo podia se dirigir ao ministério com autoridade. No *Reichstag*, por outro lado, o lugar a ser ocupado pelo Imperador o coloca acima dos representantes do poder legislativo. Lavissee entende que o arquiteto que transformou a antiga manufatura de porcelana em parlamento compreendeu bem os dados fornecidos pela política alemã construindo, no nível da cadeira presidencial, para abrigar os delegados do *Bundesrath*, um balcão que domina a sala. Desta forma, “a arquitetura da sala do *Reichstag* é uma primeira lição de direito constitucional” (LAVISSEE, 1888, p. 103).

Em seguida, Lavissee descreve a composição do poder legislativo alemão. Primeiramente diferencia o *Bundesrath* (Conselho Federal), composto por hereditariedade e que representa os príncipes dos estados alemães, do *Reichstag* (parlamento) propriamente dito, eleito por sufrágio universal. Cada um ocupa uma sala no prédio do parlamento. Na descrição de Lavissee podemos perceber que o historiador entende o legislativo alemão como um misto de passado (*Bundesrath* como espécie de câmara de *lords* inglesa e herança da Alemanha de outrora) e nação moderna (*Reichstag* formado por deputados eleitos em sufrágio universal). Estas duas câmaras representavam dois grupos de origens diferentes e interesses muito diversos, tendo relações muito difíceis (LAVISSEE, 1888, p. 102).

Na Inglaterra, *lords* e comuns, na França, Senadores e deputados, dividiam o governo e se encontravam com o ministério. No Império Alemão, por outro lado, não haveria ministros, ou melhor, o chanceler seria sozinho todo o ministério (LAVISSEE, 1888, p. 102). Sendo assim,

o poder legislativo não negociaria com um corpo ministerial, e sim com a pessoa de Bismarck. Desta forma, *Bundesrath* e *Reichstag* disputavam entre si o parco domínio legislativo que a constituição lhes reservava. Segundo Lavissee, seu principal poder era incomodar e frustrar um ao outro (LAVISSE, 1888, p. 102). O conflito permanente no legislativo alemão determinava o espaço de ação de Bismarck. Ao descrever uma sessão do *Reichstag*, Lavissee identifica algumas características da política alemã. O historiador se entusiasma com o fato de haver oito partidos diferentes no primeiro *Reichstag*²² (LAVISSE, 1888, p. 103) e passa a descrevê-los.

A história que se fazia dos partidos políticos durante muito tempo recebeu críticas, por um lado, por serem monografias nacionais ou locais que faziam uma espécie de “história-crônica” preponderantemente factual; por outro lado, estudos que privilegiavam a dimensão ideológica, entendendo que o partido se define pelos seus fins últimos, ou seja, seu projeto de sociedade, modelo que só pode ser aplicado quase que exclusivamente ao partido marxista (RÉMOND, 2003, p. 57). Sendo uma coleção de trabalhos de história factual e de história “ideológico-simplista-maniqueísta-apologética”, a história dos partidos tinha razões para ser criticada. Em um novo momento, a história dos partidos passou a buscar a combinação de dados múltiplos e complexos que desemboca na ação dos partidos: culturas, mentalidades, tradições, discursos, grupos sociais, ideologia, psicologia social, mecanismos organizacionais e representações coletivas (RÉMOND, 2003, p. 58). Ainda que Lavissee não tivesse a clareza teórico-metodológica que alguns historiadores possuem hoje sobre essa questão, podemos ver em seus ensaios uma tentativa de entrelaçar diferentes níveis de interações dentro do jogo político, e é isto que podemos observar nas descrições que trazemos a seguir.

Os “jovens índios” ou “selvagens” eram os parlamentares sem partidos, ocupavam cerca de vinte cadeiras. Para Lavissee, exercer um mandato legislativo sem a necessidade de um aparato partidário era um “sonho generoso”, mas testemunhava a juventude da vida parlamentar alemã, pois acreditava que tal situação era inviável a longo prazo (LAVISSE, 1888, p. 103). De fato, nos ensaios escritos posteriormente, Lavissee não mais identifica a existência de “selvagens” entre os parlamentares.

Lavissee identifica os progressistas como “os mais vermelhos”. Ocupavam a primeira e parte da segunda trave à esquerda. Eram cerca de 40; tinham profissões diversas, mas contavam com muitos professores e juristas, muitos deles veteranos da política alemã que participaram

²² Cabe deixar claro que aqui estamos nos referindo ao ensaio publicado em 1877, mas referente a uma visita ocorrida em seu período de estudos na Alemanha entre 1870 e 1873, cuja data exata não encontramos registro. Neste contexto ainda estava em atividade o primeiro *Reichstag* eleito após a unificação. No tópico 4.1.1 usamos como referência principalmente o ensaio escrito em 1887, momento em que algumas transformações já haviam ocorrido no parlamento alemão através das eleições realizadas no período.

das insurreições de 1848 e 1849, sendo por isso presos ou exilados. A idade e os acontecimentos acalmaram seu radicalismo e a unificação afagou seus instintos patrióticos (LAVISSE, 1888, p. 104), por isso tiveram que fazer concessões a Bismarck e aceitar o império e a dinastia. Apenas um deputado entre os progressistas era republicano, o que fez com que Lavissee acreditasse que este poderia ser melhor classificado como “selvagem”. Os progressistas se viam como os que na Inglaterra faziam oposição à Rainha sem defender o fim da monarquia. Defendiam as liberdades parlamentares, aceitavam o militarismo, mas tentavam impor limites a ele (LAVISSE, 1888, p. 105).

O partido nacional-liberal tinha cerca de 120 membros e era o mais considerável no parlamento. Ocupava a segunda trave da esquerda e o centro do parlamento. Tinha membros de todas as profissões. Um de seus líderes era chamado de israelita apesar de ser de uma família tradicional alemã (LAVISSE, 1888, p. 106). A este respeito, Lavissee observa a forte presença do antissemitismo em diversos matizes da política alemã. Para exemplificar esta questão, o autor destaca a fala de um conservador alemão, que via em Lassalle, tido como judeu, aquele que destruiria a nação tradicional alemã, por não compreender sua tradição, seu significado, por ser estrangeiro e republicano (LAVISSE, 1888, p. 107). Logo, o termo “judeu” poderia se referir a qualquer agente que não se adequasse ao pensamento político tradicional alemão. Neste momento, Lavissee enquadrava os nacional-liberais como parte da esquerda alemã, mas como vimos no tópico anterior, este partido passou a integrar a base de sustentação do Império e adotou uma postura mais à direita e conservadora nos anos seguintes.

Lavissee entendia que os partidos da direita eram difíceis de distinguir: o Partido Liberal do Império, composto por trinta membros, e o Partido do Império, composto por número um pouco maior, igualmente aceitavam a unidade sob o formato de então, mas com sentimentos um pouco diferentes. O Partido Liberal do Império era majoritariamente composto por Bávaros, entre os quais havia políticos proeminentes. Já acostumados com a vida parlamentar nos Estados do Sul, foram capazes de conseguir votações expressivas (LAVISSE, 1888, p. 112).

O Partido do Império era mais rejeitado. Dos 37 membros presentes no *Reichstag*, 7 tinham título de príncipe, 11 de conde, 4 de barão, 8 eram nobres; apenas 7 eram plebeus. É natural que se defendessem do liberalismo moderno. Por serem todos prussianos, estavam ligados ao Império fundado pelos Hohenzollern, mas tinham um olhar inquieto sobre o chanceler aventureiro que se comprometia com os “revolucionários” progressistas e nacional-liberais (LAVISSE, 1888, p. 112). Bismarck, chanceler muito pragmático, não dava muita atenção às visões ultranacionalistas. Grande diplomata, obteve vitórias importantes que consolidaram seu poder na política interna, o que lhe trouxe muitos aliados para derrotar a

Áustria, rival da Prússia, em 1866 (HÉMONT, 2014, p. 40). Notemos que o “chanceler aventureiro”, na verdade era bastante pragmático, por isso se fez prevalecer contra as desconfianças, conseguindo costurar uma base heterogênea, porém forte, para a sustentação do Império.

Essa inquietude diante das alianças de Bismarck era ainda maior no Partido Conservador, que contava com pouco mais de 50 membros, sendo apenas quatro deles plebeus. O mais notável é que 49 deles eram prussianos e deputados das províncias mais antigas da monarquia. Um partido feudal, que defendia as velhas corporações contra a liberdade industrial, privilégios contra a igualdade, o rei contra “esta folha de papel” (como chamavam a Constituição). Respeitavam e aceitavam como legítima a autoridade da Áustria na Confederação. Ao longo dos anos seguintes, tornou-se a principal força de sustentação do Império e Moltke, herói militar da Guerra Franco-Prussiana e da Unificação, era seu presidente de. Eles se submetiam à vontade do rei, mas pregavam a manutenção dos costumes prussianos (LAVISSE, 1888, p. 113).

Serge Bernstein sugere a existência de dois tipos de partidos: de um lado os de criação eleitoral e parlamentar, nascidos com o objetivo de assegurar a reeleição dos parlamentares e pouco interessados em recrutar os eleitores fora do período eleitoral; de outro lado, os partidos de “origem externa”, com ligação maior com suas bases. O poder dos parlamentares eleitos pelos partidos de “origem externa” decorre de sua base militante, que tenta, inclusive, limitar as ações dos eleitos. Cabe perguntar se este tipo de partido já não seria uma “segunda geração”, decorrência da importância que as massas passaram a ter na vida política (RÉMOND, 2003, p. 65). A descrição dos partidos que Lavissee faz pode sugerir essa diferença: os partidos mais conservadores estariam ligados aos interesses do Império e de grupos específicos, buscando o apoio da população para se perpetuar no poder, ao passo que os partidos de oposição, de um modo geral, estariam mais atrelados às suas bases. Talvez neste ponto, mais interessante do que um corte entre “direita” e “esquerda”, seja pensar em um corte entre partidos “de primeira geração” e partidos “de segunda geração” para classificar os partidos alemães. Mais uma vez, temos aqui uma oposição entre uma “velha política” que apoiava Bismarck, e uma “nova política”, que a ele fazia oposição. Naturalmente, Lavissee demonstra maior simpatia pelos partidos de segunda geração.

Na oposição do primeiro *Reichstag*, além de católicos e socialistas (sobre os quais falaremos em tópicos específicos), Lavissee observava a presença dos poloneses: eram 13, em guerra com o Império e não pediam a palavra senão para protestar. Se tornaram alemães por conta das anexações e chegaram a representar 10% da população do Império, sendo a minoria

mais importante e o nacionalismo que mais incomodava o governo de Bismarck (HÉMONT, 2014, p. 73). “Efeito bizarro da vitória do partido nacional!”: Austríacos foram excluídos da pátria, mas poloneses e dinamarqueses foram introduzidos (LAVISSE, 1888, p. 114). Com esta constatação, Lavissee demonstra estranheza para com os limites do nacionalismo alemão.

Nesta sessão que Lavissee visitou durante a vigência do primeiro *Reichstag* havia ainda alguns lugares vazios, provavelmente reservados aos deputados da Alsácia-Lorena. Quando estivessem lá, imagina o autor, seria possível ver que à custa de “mentiras, pranto e sangue se fundou o novo império” (LAVISSE, 1888, p. 114). Lavissee transmite uma visão muito negativa do Império Alemão: o sangue e o pranto vinham das anexações; as mentiras, da construção de uma nacionalidade que agrega povos que não se reconhecem como alemães e exclui povos que poderiam ser alemães.

Lavissee constata que as sessões do *Reichstag* começam muitas vezes por analisar pedidos de licença, o que o faz concluir que a deserção é um dos problemas do parlamento alemão. Na sessão que visitou, não havia o número mínimo de deputados para validar a votação, o equivalente a metade do total, mais um (LAVISSE, 1888, p. 115).

Porque o *Reichstag* tem uma participação tão baixa? Segundo Lavissee, a Alemanha não tinha homens políticos suficientes para garantir bons 382 deputados; além disso, era permitido acumular cargos como deputado no *Reichstag* e nas câmaras da Prússia ou dos pequenos Estados, impossibilitando que comparecessem a ambas. Havia o desejo de se organizar as assembleias para que não coincidissem, mas havia muitas dificuldades para se chegar a um acordo. Por exemplo: em que época Berlim é mais acessível a todos? Prevaleceu o mês de outubro para a convocação do *Reichstag*, mas nem todos concordavam (LAVISSE, 1888, p. 116). Outro problema, na opinião de Lavissee, era o fato de que os deputados do *Reichstag* não eram remunerados, o que poderia explicar o número alto de faltas. O historiador também afirma que esta resolução veio de Bismarck, que acha que os deputados não pagos trabalham mais rápido. Lavissee discorda, pois a experiência mostraria que as sessões eram bastante longas mesmo sem a remuneração (LAVISSE, 1888, p. 117). Além disso, a vida em Berlim era cara e os que não tinham posses precisavam encontrar meios para sobreviver. O socialista Bebel, por exemplo, trabalhava na oficina de um confrade em Berlim para se sustentar durante as reuniões do *Reichstag*; mas nem todos podiam fazer como ele, de modo que 18 deputados nunca haviam comparecido desde a eleição do parlamento até então (LAVISSE, 1888, p. 118).

Este é um dos primeiros pontos em que Lavissee vê uma intromissão bastante negativa de Bismarck no parlamento. Ao organizar o calendário parlamentar segundo suas convicções, o chanceler estaria diminuindo a eficiência do trabalho. Se observarmos com atenção,

notaremos que o motivo alegado por Bismarck para o não pagamento aos deputados é da mesma natureza que aquele usado por patrões para não se pagar altos salários aos operários: evitar a indolência. Eis que, na visão de Lavissee, esta resolução aplicada aos políticos não funcionava, pois ao tentar fazer com que trabalhassem mais rápido, tal medida acabou fazendo com que houvesse poucos políticos dispostos a trabalhar. Retomando o que dissemos no tópico anterior sobre “eficiência”, o que Lavissee está denunciando aqui é que uma resolução de Bismarck tornou o parlamento menos produtivo, portanto, menos eficiente. Com menos eficiência, menos trabalho é realizado e menos progresso político é alcançado. Eis um dos motivos pelos quais Bismarck é um inibidor no processo histórico e político alemão.

A sessão do *Reichstag* prossegue mesmo sem o número mínimo de votantes para não ter o dia perdido (LAVISSE, 1888, p. 119). Nela, Lavissee se surpreende com a relação entre Bismarck e Simson, presidente do *Reichstag*. Há um profundo respeito entre eles, mesmo já tendo sido adversários políticos (LAVISSE, 1888, p. 121). De modo geral, a figura de Bismarck dentro do *Reichstag* é bastante cordial.

O debate sobre a imposição da lei alemã sobre Alsácia-Lorena chama a atenção de Lavissee e ele não esconde sua inquietação ao presenciá-lo. O historiador observa o sentimento alemão frente a todas as anexações e se surpreende com sua frieza. Um dos deputados resume a questão: os alemães sabem que resolveram anexar territórios cujos habitantes, em maioria, não aceitam o domínio alemão; mas esperam que, com o tempo, mudem de ideia. Lavissee confessa: “Sua calma me exaspera” (LAVISSE, 1888, p. 122). O pragmatismo com que as questões são tratadas incomoda Lavissee, que têm nas discussões apaixonadas dos políticos franceses sua referência. É como se, para Lavissee, houvesse excesso de racionalidade e falta de sentimento na política alemã.

O historiador então questiona: o *Reichstag* é uma máquina para votar impostos, leis militares, construções e destruir a soberania dos Estados ou um verdadeiro parlamento, contendo, controlando, dirigindo e partilhando o poder? (LAVISSE, 1888, p. 128) Aqui percebemos um detalhe bastante significativo na reflexão que Lavissee faz: ou o *Reichstag* era “uma máquina”, ou era um “verdadeiro parlamento”. Uma concepção maquinica de Estado não condiz com uma concepção democrática de Estado. Sendo máquina, o parlamento seria apenas um instrumento a agir segundo as determinações de quem a controla. Sendo “verdadeiro parlamento”, poderia participar ativamente do poder em nome daqueles que o elegeram. Pela descrição que faz das ações de Bismarck, podemos afirmar que Lavissee vê o *Reichstag* como uma máquina.

Para Lavissee, Bismarck atua para fazer do *Reichstag* um instrumento de sua política, tirando dele o papel de representante do povo e apenas o usando como instrumento para submeter os pequenos Estados (LAVISSE, 1888, p. 129). Neste sentido, Bismarck seria uma força que frearia o desenvolvimento da democracia na Alemanha. Citando aliados e opositores, Lavissee busca mostrar que Bismarck é autoritário, não ouve ninguém, e concentra um poder exagerado. Cita um de seus opositores que o acusa de querer fazer um *Kanzlerreich* (império do chanceler) (LAVISSE, 1888, p. 130). Mais do que o próprio Imperador, seria Bismarck a figura central do Império, fazendo com que girassem em torno de si as esferas de poder da Alemanha. Tal posição fazia com que todos no *Reich* se perguntassem o que seria do império quando o chanceler desaparecesse. Conforme Lavissee, para os otimistas, a liberdade! Para os pessimistas: “*Après lui le déluge!*”²³ (LAVISSE, 1888, p. 130). Cabe lembrar que nesta época a ficção científica tornava o futuro tão real quanto o passado. A ciência conseguia prever o futuro (movimentos de astros, diagnósticos médicos, meteorologia, etc). Wells via o futuro com catástrofes e degeneração; em seguida passou a vislumbrar o progresso; acabou combinando ambos. No fim, o pensamento mais perturbador era o de que o homem não é o fim de todas as coisas, e a pergunta mais fascinante seria: o quem vem depois? (KERN, 2003, pp. 94-95). “O que vem depois de Bismarck?” era uma questão que causava, ao mesmo tempo, medo e esperança.

É nesta chave que podemos pensar no quanto a figura de Bismarck era inibidora do processo de desenvolvimento político alemão e, ao mesmo tempo, o quanto sua presença tornava, aos olhos de muitos, inviável sua ausência. É como se, em certa medida, as realizações de Bismarck só pudessem ser continuadas na presença de Bismarck e, caso se retirasse do governo, a máquina do Estado alemão deixaria de funcionar. Talvez mais do que capataz, engenheiro ou operário, Bismarck poderia ser a própria fonte de energia que mantinha em movimento as engrenagens do Império. Em sua ausência, a máquina deixaria de funcionar não por falta de controle, mas por ausência de força.

No ensaio de 1874, Lavissee analisa a segunda eleição para o *Reichstag* desde a fundação do império (LAVISSE, 1888, p. 167). Nela, todos os partidos reconheciam o avanço no julgamento que o povo fez após três anos de experiência. Questões políticas, sociais e religiosas estavam postas e o sufrágio universal aparecia como ferramenta de um Estado que lutava para se manter centralizado (LAVISSE, 1888, p. 167).

²³ “Depois dele, o dilúvio”; parafraseando o dito popular francês frequentemente usado por Luís XV.

É natural que os historiadores se interessem pelas eleições, inclusive no contexto de Lavissee, no qual elas tiveram papel decisivo para os regimes que reconheciam a primazia da opinião pública. Também ofereciam uma organização e periodização confortável para sua análise. Hoje, sua antiguidade e continuidade atrai a atenção dos historiadores; na França, por exemplo, tem uma tradição de mais de dois séculos (RÉMOND, 2003, p. 39). Estas características, notadas pela nova história política, também despertavam o interesse de pensadores como Lavissee mas, por constituir um objeto que extrapolava os limites de sua disciplina impostos naquele momento, as eleições não figuravam entre os assuntos tratados pelos historiadores de ofício. É por isso que temos em um ensaio, e não num texto de história, a análise que Lavissee faz deste evento.

O resultado das eleições surpreendeu a todos e ninguém se sentiu satisfeito. Por um mês a imprensa esteve repleta de artigos sobre eleições, chamamento a reuniões eleitorais, manifestações de partidos e profissões de fé dos candidatos. Os jornais não oficiais se distinguiam pelo entusiasmo, sendo este tipo de publicação numerosa na Alemanha. Richter, um progressista, descreveu os muito complexos meios pelos quais o governo corrompeu o espírito público, como uma centena de jornais que se inspiraram nas diversas oficinas fundadas por Bismarck (LAVISSEE, 1888, p. 168). Mais uma vez, a ação de Bismarck teria retardado o desenvolvimento de uma imprensa política na medida em que o chanceler tentava interferir neste setor ao criar instrumentos próprios.

As campanhas eleitorais, numa perspectiva recente, ganham importância para os historiadores na medida em que constituem o primeiro ato da eleição, sendo a entrada em ação de estratégias, interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião (RÉMOND, 2003, p. 49). Lavissee, em seu ensaio, também se preocupou com essa questão, buscando na campanha eleitoral o sentimento político alemão.

Os jornais não oficiais maltratavam os conservadores, assustados com a política revolucionária do chanceler, e os progressistas, que queriam discutir as leis militares e eram contra os impostos, “o dinheiro do povo”. O principal inimigo era o partido católico, contra o qual se travava uma “luta pela civilização”. Os católicos eram representados como homens degenerados: ignorantes da dignidade de seu sexo, recebiam de suas mulheres um boletim de voto como Adão recebeu o fruto das mãos de Eva inspirada pelo demônio. Os jornais não oficiais excitam os veteranos de guerras passadas a falar contra os clérigos. A expressão “inimigos do Império” era largamente utilizada para falar dos opositores internos e externos. Lavissee questiona estes termos usados pelos jornais, pois em sua posição republicana, a oposição faria parte do processo democrático (LAVISSEE, 1888, p. 169). Lavissee entende que o

discurso que constrói um inimigo, seja ele medroso, progressista ou degenerado, é absolutamente prejudicial ao processo eleitoral alemão, mas beneficia a perpetuação do poder nas mãos de Bismarck²⁴.

A oposição, nos debates eleitorais, repete sempre a mesma questão: “o que fizeram com os cinco bilhões?”, referência à indenização paga pela França após a Guerra Franco-Prussiana. Em um cartaz que circulou por Frankfurt (LAVISSE, 1888, p. 171), um democrata respondeu à questão com uma crítica severa ao governo: os “cinco bilhões” se transformaram em altos impostos e esforços de guerra que beneficiavam aos oficiais e não ao povo. Lavissee também cita os cartazes que faziam desaparecer os muros e eram espalhados por toda a parte. Neles, o belo humor alemão se manifestava de forma confusa. Todos os cartazes eram elaborados e impressos pelos comitês eleitorais. Fazendo uso exemplar dessas ferramentas, católicos e socialistas mostraram ter entendido como trabalhar com o sufrágio universal (LAVISSE, 1888, p. 172).

Determinados grupos políticos demonstraram aumento expressivo de sua penetração entre as massas de eleitores, como os socialistas e os católicos. Mas a máquina estatal tinha seus recursos para frear este crescimento. Lavissee conta que havia reuniões eleitorais privadas e públicas, nas quais interpelações eram possíveis aos primeiros que chegassem. Os socialistas não se contentavam em observar as reuniões públicas, mas também infiltravam operários em reuniões privadas para que estes tomassem de assalto a tribuna e recitassem suas profissões de fé. Com o discurso de que estaria assegurando a ordem pública, a justiça tomou uma série de medidas que coibiram as estratégias dos socialistas. Entre elas, a prisão de todos os malfeitores que maltratassem as pessoas tranquilas. Os socialistas seriam incluídos entre os malfeitores toda vez que causassem problemas, pois seu “terrorismo” tornaria inviável a realização das assembleias (LAVISSE, 1888, p. 173). Eis que em nome da manutenção da “ordem”, um grupo político teve parte importante de suas ações coibida.

A intervenção da justiça não amedrontou aqueles que ela ameaçou com prisão e as ações continuaram. O governo parecia desinteressado da luta, mas na verdade agia com prudência para não se comprometer. Entretanto, alguns funcionários da burocracia imperial eram mais explícitos, como um chefe de departamento que enviou aos prefeitos sob sua jurisdição uma circular em que defendia a necessidade de sua circunscrição eleger um deputado fiel a Sua Majestade, indicando inclusive o nome do candidato. Um inspetor de escolas escreveu aos

²⁴ A construção da imagem dos “inimigos da nação” é assustadoramente atual e, talvez ainda mais assustador, seja o fato de que continua tendo bastante penetração em diversos países, inclusive no Brasil.

professores católicos que não queria influenciar seus votos, mas que eles lembrassem de que Sua Majestade o Imperador tomou partido contra Sua Santidade o Papa. Um chefe de departamento recebeu pedidos de prefeitos de cidades afetadas por invasões de ratos para que não precisassem pagar os impostos ou pelo menos um adiamento do pagamento; o chefe de departamento lhes assegurou que teriam seu pedido atendido, mas que se lembrassem da proximidade das eleições e que uma comuna que votasse em um inimigo do Imperador não podia esperar que seus pedidos fossem levados em conta (LAVISSE, 1888, p. 174). Ainda que não fosse uma ação explicitamente coordenada por Bismarck, tal ação de funcionários fiéis ao Império demonstra o quanto a noção de “oposição” não era diferenciada da noção de “inimigo”, o que sem dúvida beneficiaria a Bismarck, pois seus opositores seriam combatidos como inimigos do Império.

Os deputados católicos denunciaram estas intervenções sobre os votos na tribuna, mas os liberais também denunciaram interferências do clero em questões eleitorais. À medida que as eleições chegavam, os combates ficavam mais vivos e manobras e contra-manobras de última hora aconteciam: “a perfídia não faltou nem a uns, nem a outros” (LAVISSE, 1888, p. 175). Onde o resultado estava assegurado a um partido, a abstenção foi grande. Berlim, por exemplo, subserviente ao partido progressista, teve dois terços de eleitores que não votaram (LAVISSE, 1888, p. 175).

Lavissee critica a apatia dos eleitores de Berlim, que não se dedicavam a seu dever de cidadão, preferindo o cabaré com jarras cheias de cerveja que passam de mão em mão e de lábios em lábios. Nem Moltke era capaz de tirar os berlinenses de sua apatia. Um estrangeiro em Berlim em 10 de janeiro de 1874 chegaria a duvidar que era um dia de eleição: não havia sequer cartazes indicando os locais de votação. Era difícil também formar os escritórios das seções por falta de voluntários. Lavissee acha singular a indiferença da capital do Império, “cidade da inteligência” no dia em que as antigas vilas da Baviera levaram em massa às urnas inimigos do império (LAVISSE, 1888, p. 176). A moderna Berlim, portanto, não fazia uso da moderna democracia; a antiga Baviera, por sua vez, usava a moderna política para se posicionar.

O resultado das eleições de 1874 foi o seguinte: 20 deputados conservadores, 30 do partido do Império, 14 do partido liberal do Império, 148 liberal-nacionais, 47 progressistas, 93 católicos, 4 particularistas de Hannover, 2 democratas, 9 socialistas, 1 dinamarquês, 12 poloneses, 15 da Alsácia-Lorena, e 2 não classificados. Socialistas e católicos cresceram: os socialistas ganharam 7 acentos e os católicos, 40. O resultado gerou reclamações tanto na imprensa “oficiosa” quanto na liberal: uns declararam que o resultado era falso pelo alto número de abstenções, propondo o voto obrigatório para a próxima legislatura. Outros achavam o

sufrágio universal perigoso, sendo necessário retornar ao sistema eleitoral de classes (LAVISSE, 1888, p. 177). Note-se que o sucesso da oposição fez com que a situação questionasse não suas ações, mas o sistema eleitoral. Por outro lado, se considerarmos que “uma eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e seus movimentos” (RÉMOND, 2003, p. 40), percebemos que neste momento a combinação de reivindicações sociais e nacionais pareceram ser mais efetivas como mobilizadoras do que o discurso meramente nacionalista (HOBSBAWM, 2008, p. 148)

A democracia, contudo, não conseguiu impedir a consolidação de um governo que, para Lavissee, era autoritário. Somando-se os partidos que poderiam votar pelo governo, chegava-se ao total de 259 votos, 60 a mais do que a maioria absoluta. Ainda que alguns conservadores fizessem oposição em alguns pontos a Bismarck, de um modo geral eles votariam a favor do Império. Nacional-liberais e progressistas, ainda que não fossem aliados declarados, demonstraram um sentimento de camaradagem que professam uns pelos outros aqueles que combatem o mesmo inimigo (LAVISSE, 1888, p. 178). Ao fim do processo eleitoral, o maior vitorioso foi Bismarck.

O governo assegurou a maioria a favor da manutenção Império, mas essa não era a única questão que se colocava ao parlamento alemão e da qual dependia a realização das pretensões de Bismarck. Discussões sobre a lei militar, por exemplo, também causavam acalorados debates. Moltke era um daqueles que argumentava sobre a importância dessa lei, afirmando que a Alemanha conseguira a estima, mas não a simpatia da Europa após derrotar a França e, em um dos discursos sobre o tema, o *Reichstag* o aplaudiu (LAVISSE, 1888, p. 179). Os progressistas discordavam que a França era tão temível quanto Moltke pintou, e discordavam principalmente do artigo da lei militar que tirava do parlamento o direito de fixar os contingentes militares a cada ano. Os nacional-liberais também fizeram ressalvas à lei militar (LAVISSE, 1888, p. 180).

Lavissee analisa mudanças de posição de alguns partidos frente a alianças, como os nacional-liberais, que defendiam a liberdade de imprensa mas se viram obrigados a apoiar a lei da imprensa por suas alianças na base do governo; por outro lado, os católicos que tendiam a ser conservadores estavam entre os mais beneficiados pelas medidas liberais, como sufrágio universal e liberdade de imprensa. Lavissee pondera que estas mudanças podem fazer com que os partidos percam a estima de seus eleitores e adversários. Independente disso, as eleições foram um triste prognóstico para o Império. O grande fato de 10 de janeiro de 1874 foi, na visão do historiador, o sucesso de socialistas e católicos (LAVISSE, 1888, p. 181). Lavissee não era

partidário do socialismo ou da visão política dos católicos, mas acreditava que, na Alemanha, estes dois grupos eram importantes para a conquista de uma democracia nos moldes franceses.

Lavissee afirma que se diz na Alemanha que os olhos de Bismarck “absorvem” as coisas. Seu olhar seria capaz de superar os fantasmas e entrar na realidade dos objetos: o fantasma de 1848, da república alemã; o fantasma do poder austríaco; o fantasma do equilíbrio europeu; o fantasma da força militar da França. Seu olhar percebeu o sentimentalismo germânico, a desconexão da Áustria, a instabilidade do equilíbrio entre os poderes em que cada um tinha visões particulares e a fraqueza do regime pseudomilitar francês (LAVISSE, 1888, p. 329). Eram estas qualidades, principalmente a capacidade de “desvendar o real”, que faziam de Bismarck um político de extremo sucesso. “A posteridade admirará sua ousadia, que procede ao mesmo tempo da força de sua natureza e da capacidade de ver as coisas tais como são” (LAVISSE, 1888, p. 328).

Diante de Bismarck, a liberdade, ou mesmo a existência do parlamento só poderia se expressar através do conflito. Para evita-lo, Bismarck aplicaria na política interna o método da diplomacia. Para diminuir a oposição ensaiava se reconciliar com os católicos. Com este objetivo, impressionou o mundo com a reconciliação entre o Papa e o Imperador, cena que remetia a uma das mais célebres passagens da Idade Média. A Igreja Católica e o Império, mesmo protestante, tinham em comum o fato de representarem a persistência e a resistência do passado (LAVISSE, 1888, p. 333). Apelando à memória dos católicos alemães, Bismarck tentou, para manter a força de um governo inspirado no passado, o apoio de uma instituição cuja força reside na tradição. Para dar estabilidade ao presente, Bismarck tentou se apropriar do passado.

Bismarck tinha diante de si na política interna forças muito mais difíceis de lidar do que os poderes do exterior. Por volta de 1887, o chanceler já havia conseguido uma espécie de vitória: não diminuía ainda a oposição de católicos e deputados “estrangeiros”, mas o número de deputados socialistas diminuía nas últimas eleições, sendo substituídos no parlamento por Conservadores e nacional-liberais (LAVISSE, 1888, p. 335).

Por outro lado, Lavissee diz ter visto Bismarck fazer “a mais perfeita expressão de desprezo que um ser humano pode dar” à fala de um cientista, como se um homem que conheceu na prática a anatomia dos povos não tivesse o que aprender com um professor progressista que acabara de sair do laboratório onde desseca sapos. Lavissee diz que Bismarck é um político do século XVI ou XVII, perdido neste tempo de discussões e polêmicas. “A incapacidade de se acomodar nesta vida política é uma fraqueza deste homem forte” (LAVISSE, 1888, p. 331). Ainda assim, Lavissee faz uma importante ressalva:

Certamente só por razões muito sérias alguém está autorizado a dizer que o poderoso edifício do império alemão não está sólido; mas, ainda que fortes sejam os homens que o construíram, eles não o sustentarão por muito tempo contra a força das coisas. A unidade da Alemanha foi por muito tempo desejada; ela foi prevista e predita, mas ela foi feita bruscamente. Os espíritos foram preparados pela história e pelas letras, pela política e pela poesia, pelas razões e pelas canções, mas ela foi improvisada. Ela é obra de séculos e obra de um dia, uma consequência e um acidente. Ela não podia ser realizada pela Prússia, e a Prússia, que teve seu desenvolvimento próprio e sua história muito particular, não podia constituir a Alemanha senão da forma prussiana; mas a Alemanha não pode se acomodar para sempre no regime prussiano (LAVISSE, 1888, p. 336).

O Império está consolidado enquanto Bismarck estiver em sua composição. Mas o processo histórico fará com que a obra de Bismarck seja superada. Na visão de Lavissee a unidade alemã era resultado de um processo histórico e haveria de ocorrer, mas ao ser feita pela Prússia e comandada por Bismarck, se fez de uma maneira que necessariamente ruiria. E quanto mais tempo durasse este modelo bismarckiano, mais a Alemanha demoraria para atingir sua forma ideal. Ao mesmo tempo em que é parte do processo de desenvolvimento alemão, Bismarck também é seu entrave: torna o processo possível, mas só pode realizar um processo lento. O chanceler fez a unificação, mas precisa sair de cena para que a unificação seja plena.

Outra vez, Lavissee questiona: o que acontecerá com a obra quando seus obreiros não existirem mais? Quando o parlamento não puder ser mais contido pela autoridade do chanceler? (LAVISSE, 1888, p. 337). Mas agora, ao invés de estabelecer um prognóstico entre a liberdade e o caos, Lavissee confere à contingência o futuro alemão: “Ele depende de acidentes, de uma morte, de um crime, de uma guerra” (LAVISSE, 1888, p. 338). Teria o autor de *l’Allemagne actuelle* corretamente anunciado que

um dia o socialismo, como antes a Reforma, colocará suas armas em campanha e, pela guerra civil e social, que destruirão todas as formas de passado, edificará no meio da Europa a Alemanha do futuro? Uma coisa é certa, que a constituição presente da Alemanha é acidental e passageira (LAVISSE, 1888, p. 338).

“Acidental e passageira”, portanto, necessariamente acabaria. Contudo, Lavissee não acreditava que essa transformação ocorreria de forma gradual. “Certamente, se há uma coisa certa no mundo, é que a forma rígida onde estão hoje detidos como em uma prisão militar os sentimentos e paixões que animam e dividem as almas alemãs será rasgada em uma tempestade” (LAVISSE, 1888, p. VII).

Eis que os promotores desta “tempestade” já estavam representados no *Reichstag* e combatiam Bismarck e o Império: estamos falando dos socialistas.

4.1.3. Socialismo

No século XIX “as novas tecnologias, a ficção científica, Arte Futurista, e políticas revolucionárias olhavam para o futuro como um predador olhando para a presa” (KERN, 2003, p. 104). Para Marx, por exemplo, os trabalhadores incorporam o futuro: a ação deles constrói o futuro a partir das lutas do presente (KERN, 2003, p. 103). Por outro lado, havia muitos que olhavam para o futuro com pessimismo e fatalismo, do ponto de vista da degeneração. Desde meados do século XIX havia previsões de um possível fim das fontes de energia e morte da terra por perda de calor a partir da segunda lei da termodinâmica. Essa ideia influenciou outros campos, inclusive nas ciências sociais, que criticavam o fim de sociedades tradicionais e a formação da sociedade urbana-industrial (KERN, 2003, p. 104).

Após 1850, o “social” contrastava com o modo de vida capitalista. Surgem ideias relativas à cooperação mútua e contrárias à competição. Progressivamente, estas ideias se difundiram e passaram a ser viáveis, e a noção de igualdades formais contrastavam com as desigualdades materiais (ELEY, 2005, p. 45). É neste contexto que Lavissee propõe a seus leitores que, antes de menosprezar as esperanças socialistas e as ameaças anarquistas, era necessário buscar sua razão de ser, pois ela seria brilhante. Os socialistas declaram guerra à guerra, reclamam o direito de viver pela paz e pelo trabalho, se colocam contra os Estados de sua época e a política homicida feita ou aceita pelas classes dirigentes (LAVISSE, 1888, p. XXIII).

Ernest Lavissee demonstra muito interesse pelo socialismo alemão. Além do ensaio de 1873 sobre os partidos socialistas alemães, citações sobre o socialismo são frequentes quando o historiador trata da política no *Reich*. Para Lavissee, os socialistas seriam os agentes mais ativos para a destruição final do império (LAVISSE, 1888, p. IX).

Como recurso para compreender o socialismo alemão no ensaio de 1873, Lavissee parte para a análise de seus instrumentos de propaganda, recurso bastante usado pela nova história política. O partido socialista alemão dispunha de uma propaganda poderosa: tinha 16 jornais, que somavam 30 mil assinantes, o que gerava um alcance enorme, pois um único exemplar geralmente era lido por toda uma oficina. Seus oradores faziam reuniões públicas com grande audiência. O socialismo “fala alto” na Alemanha e é objeto de inquietudes, ouvido e comentado. (LAVISSE, 1888, p. 131).

Nesta análise, divide os jornais em dois grupos: um composto por aqueles feitos pelas associações operárias, que defendiam demandas específicas de certos grupos de trabalhadores; outro composto por jornais destinados a todos os proletários e que combatem sem misericórdia as instituições do Estado Moderno: esses seriam os revolucionários (LAVISSE, 1888, p. 132). As classes trabalhadoras participaram do processo de construção do Estado, o que fortaleceu

sua experiência política. “Numa era industrial, um processo como esse não podia deixar de compreender também uma política social” (POLANYI, 2012, p. 196). A burguesia alemã, por sua vez, tentava se reconciliar com os trabalhadores, mas estes respondiam com desconfiança ou mesmo ódio (LAVISSE, 1888, p. 132).

O primeiro jornal operário apresentado por Lavissee é o *Parloir*²⁵ (“salão”), visto como uma exceção entre os jornais socialistas. Jornal dos trabalhadores em porcelana, não tratava de questões sociais, mas defendia que a educação e o conhecimento eram os meios pelos quais os trabalhadores podiam melhorar de vida. Defendia a fundação de uma escola para os trabalhadores melhorarem seus produtos e lutarem contra a concorrência estrangeira. Invocava o apoio dos patrões e recomendava aos trabalhadores moderação em seus desejos e em sua arte. O *Parloir* narrava cenas escritas por operários que mostravam o cotidiano das manufaturas de porcelana com uma harmonia resultante da manutenção de velhas tradições e boa vontade mútua. Greves não afetavam esta indústria. Esta era uma situação excepcional e Lavissee afirma não ter encontrado na Alemanha outro jornal como esse (LAVISSE, 1888, pp. 133-135). Podemos identificar este periódico com uma perspectiva que tendia ao conservadorismo.

O *Correspondant* (“correspondente”) era o jornal dos operários chapeleiros, em luta perpétua contra o *Journal des Chapeliers* (“jornal dos chapeleiros”), periódico dos patrões. Defendia a coalizão e a greve. Bastante combativo, o *Correspondant* afirmava (com razão, segundo Lavissee) que nada tinha em comum com os socialdemocratas, nem com a Internacional, que apenas lutava contra o capital. Contudo não tinha um programa definido, apenas algumas aspirações vagas (LAVISSE, 1888, p. 135). Este jornal, apesar de apontar para a mudança, talvez estivesse mais preocupado com o presente do que com o futuro, na medida em que se concentrava em fazer oposição à ordem vigente, mas não apresentava um plano concreto para o devir.

Le Correspondant pour les imprimeurs et les fondeurs en caractères (“Correspondente para impressores e fundadores em caracteres”) era escrito, na opinião de Lavissee, com talento. Assim como na França, o tipógrafo alemão se considerava um operário de elite, uma espécie de “pioneiro da classe trabalhadora”, o que faz sentido se pensarmos na tipografia como um dos primeiros empreendimentos industriais em sentido moderno. Seu redator chefe era bastante reconhecido, e escrevia para o jornal longas lições de economia política. Combatia a doutrina que admite a lei do salário e defendia a criação universal de sociedades cooperativas que

²⁵ Optamos aqui por trazer os nomes escritos por Lavissee em francês e, na medida do possível, a tradução do significado para o português. Devido a limitações de diversas ordens, não tivemos acesso aos nomes originais, em alemão, dos periódicos.

garantiriam renda aos trabalhadores e mudariam, para o lucro do trabalhador, a lei da oferta e da procura, mas não explicava como isso se daria. Se dizia partidário do progresso lento, desiludido com as quimeras de Lassalle e do comunismo francês. Mas também não concordava com as disposições conciliadoras (LAVISSE, 1888, p. 136). Em termos temporais, podemos identificar este jornal com uma expectativa de transformação gradual e refratário a discursos de rompimento radical com a ordem vigente.

O *Compagnon* (“companheiro”) era o jornal dos operários de bijuterias. Nascido de uma associação com apenas quatro anos de existência, defendia abertamente a intervenção imediata dos trabalhadores na sociedade. Aceitavam as melhorias parciais apenas enquanto aproximação da ruptura definitiva (LAVISSE, 1888, p. 136). Em outras palavras, era um periódico claramente revolucionário, ainda que não recusasse conquistas no presente em nome da preparação para o futuro.

Le Messenger (“O mensageiro”) era influenciado por Lassalle. Jornal dos fabricantes de cigarro, representava um grupo bastante peculiar entre os operários alemães. Lavissee o classifica como um periódico de combate que amava a guerra e todos os seus truques, mas que tinha pouco poder contra seus patrões, que com grandes estoques conseguiam atender ao mercado mesmo em períodos de greve, sendo por isso mais duros nas negociações e mais resistentes à contratação de trabalhadores com histórico de greves. *Le Messenger* reconhecia que não tinha força para lutar contra os patrões fazendo greve, por isso usava como estratégia a deserção: com ajuda da “caixa de seguros para as viagens”, primeiro os operários solteiros, em seguida os casados, abandonavam as fábricas, esvaziando-as. Segundo Lavissee, como os operários alemães eram mais “nômades” do que em qualquer outro lugar, esta estratégia costumava funcionar (LAVISSE, 1888, p. 137). *Le Messenger* também defendia que as associações de trabalhadores não eram um meio de reformar, mas de destruir a sociedade atual (LAVISSE, 1888, p. 138). A sabotagem e a adoção da palavra “destruição” em seu vocabulário remetem ao pensamento mais radical, flertando com o anarquismo. Aqui nos deparamos com um periódico que entende que o futuro é alcançado através da ruptura radical com o presente e o passado. Tal concepção o aproxima do projeto iluminista, que facilmente sacrificaria o passado-presente em nome da realização do futuro pleno. A revolução, como violência contra o presente, é justificada nesse sentido (BARROS, 2013, p. 72).

L'Association (“A Associação”) era o periódico da Liga de Associações Operárias, dos senhores Hirsch e Dunker. Socialistas “de púlpito” (falaremos sobre essa expressão mais adiante) fundaram associações (*Gewerkvereine*) análogas às *trade-unions* da Inglaterra. Treze foram fundadas entre 1868 e 1869, e unidas formam a Liga das Associações Alemãs. O poder

legislativo desta Associação está na assembleia geral, e o poder executivo no conselho central. Para dar ao conselho a força que vem da unidade, criaram o cargo de advogado da liga (*Verbands-Anwalt*), que acumulava a função de redator chefe do jornal, que não era escrito por operários; Hirsch, então advogado da liga, era médico e legista. *L'Association* era uma espécie de monitor da reforma social, que se apresentava junto às classes elevadas como intérprete das vozes das classes trabalhadoras (LAVISSE, 1888, p. 138).

Lavissee afirma que o trabalho da associação era belo, mas nem todos a apoiavam. Os patrões a acusavam de incentivar greves, como uma que ocorreu logo após a fundação de uma associação em Waldenburg. O lado ruim de *l'Association*, para Lavissee, é o de misturar questões políticas e econômicas e de ser o jornal de um partido, os Progressistas (LAVISSE, 1888, p. 139). Em suma, é um jornal de convencimento e conciliação, não de ruptura. Daí podemos inferir que fosse um jornal ligado a uma perspectiva temporal de processo, não de fragmentação.

Bem mais forte do que todas as associações, afirma Lavissee, era o partido socialista francamente revolucionário. Dominados por um nome e uma ideia: Lassalle é o nome e a ideia é que a sociedade de então era absolutamente incapaz de melhorar a sorte daqueles que sofrem. A socialdemocracia era a principal força de esquerda entre 1870 e 1914 na Europa (ELEY, 2005, p. 115), mas não necessariamente representavam uma força coesa. Os seguidores de Lassalle na Alemanha, por exemplo, se dividiram em dois grupos: a “Liga Geral dos Trabalhadores alemães” (que chamaremos doravante de “Liga”), fundada em 1863 pelo próprio Lassalle, e o “Partido Democrático Socialista dos trabalhadores alemães” (que chamaremos a seguir de “Partido”), originado de uma espécie de cisma do primeiro. A “Liga” conservava as tradições do mestre e o culto a sua pessoa, já o “Partido” repudiava tal idolatria como sendo contrária ao espírito democrático. A “Liga” e o “Partido” trocavam insultos e acusações, mas tinham em comum a luta implacável contra a sociedade criticada por Lassalle (LAVISSE, 1888, p. 141).

Cabe ressaltar que Lavissee identifica os socialistas alemães com Lassalle, não com Marx. Gradativamente, Lassalle e seus seguidores reconheceram que não era possível criar a nova sociedade de um só golpe, sendo necessário transições (LAVISSE, 1888, p. 143). Seus sucessores, na opinião de Lavissee, pareciam mais sábios do que o mestre, pois agiam sem sacrificar conquistas imediatas em nome de um tempo futuro (LAVISSE, 1888, p. 144). É como se o historiador identificasse na experiência política dos lassallistas um amadurecimento que levou à moderação e, portanto, à viabilidade de suas propostas. Aqui conseguimos identificar a propensão de Lavissee aos projetos moderados de transformações graduais: em mais de um sentido, um reformador, não um revolucionário.

Os jornais lassallistas eram numerosos, mas Lavissee não trata os trata individualmente por acreditar que estavam todos de acordo em todos os pontos essenciais. Destaca apenas que a “Liga” tinha por publicação *O Novo Social-Democrata* e que a outras folhas se agrupavam em torno do *Estado Popular* (*Volksstaat*), publicação do “Partido”. As teorias de economia política aí presentes tinham pouca importância para Lavissee; também debatiam por todos os lados a organização do trabalho pelo Estado (LAVISSEE, 1888, p. 144).

Cabe aqui retomar a diferença que Lavissee estabelece entre os “verdadeiros socialistas” e os “socialistas de púlpito”. Na verdade, o historiador não explica o que cada uma das expressões significa, mas ao emprega-las notamos que o autor identifica os operários socialistas como “verdadeiros” e os membros de outras classes preocupados com questões sociais como “de púlpito”. Os “verdadeiros” e mais radicais socialistas combatiam aos “socialistas patenteados por Sua Majestade Rei da Prússia”, políticos eleitos com discurso socialista, mas sem histórico de vida operária. August Bebel, seguidor de Lassalle, eleito para o primeiro *Reichstag* e um dos fundadores do “Partido” declarou: “O socialismo não é uma questão de teoria, é uma questão de força” (LAVISSEE, 1888, p. 145). Nesta concepção, não se poderia ser socialista apenas teoricamente, ou apenas no discurso: a transformação social só seria possível com a ação. Muitos jornais acusavam os “socialistas de púlpito” de serem charlatões (LAVISSEE, 1888, p. 184). Mais uma vez, podemos observar o papel da ação no pensamento socialista, mesmo naquele em que o marxismo não era dominante: deve-se ir em direção ao futuro, e não esperar que ele chegue.

Os socialistas criticavam o Imperador e Bismarck. As leis que favoreciam os trabalhadores seriam “hipocrisia bismarckiana”. Criticavam também um “culto a Bismarck” estabelecido em alguns meios políticos. Os socialistas não combatiam apenas a hegemonia prussiana, mas a ideia de pátria em si. Se esforçavam em menosprezar as vitórias alemãs recentes. O *Estado Popular* chegou a publicar uma tiragem especial com uma série de artigos sobre a história da Prússia com esse objetivo. Notemos que, com o objetivo de estabelecer um projeto de futuro, tal estratégia tentava desconstruir o passado no qual se fundamentava o presente do Império. O chauvinismo também era impiedosamente perseguido por toda a imprensa socialista (LAVISSEE, 1888, p. 146). Os socialistas assinalavam o perigo de o alemão admirar a si mesmo e menosprezar seus inimigos.

Lavissee acrescenta que a razão de ser do partido socialista na Alemanha é o modo como a Prússia a fez. Sua doutrina seria a antítese da doutrina prussiana do Estado. Ao Estado que explora ao máximo o indivíduo, prendendo-o ao serviço militar e aos campos de batalha, os socialistas opunham uma sociedade que trabalha para viver e vive de seu trabalho. No lugar das

ideias de nação, glória e guerra, o socialismo oferecia o ideal de humanidade e paz universal. Ao invés de fronteiras armadas, o socialismo imaginava o proletariado alemão estendendo a mão ao proletariado de todos os povos (LAVISSE, 1888, p. 309).

Lavissee afirma que Lassalle não conheceu a Internacional, mas Marx a difundiu por toda a Alemanha. Na década de 1860, a influência do modelo da Internacional era muito maior do que seu número de filiados (ELEY, 2005, p. 89). Neste contexto, o “Partido” se declarou como um ramo da Internacional por reconhecer que os problemas do trabalho não eram nacionais, mas sociais. A “Liga” também se colocou como aliada do movimento socialista internacional. A “Liga” e o “Partido”, assim, abjuraram qualquer patriotismo. Para o proletário alemão, a pátria não era mais que um campo de batalha. Lavissee diz que não é necessário reproduzir as ideias da Internacional presentes nos jornais alemães por ser um movimento verdadeiramente internacional e muito conhecido na França, o que para nós causou o infortúnio de não saber como ele definiria este movimento em seus ensaios. Com isso, o historiador apenas constatou que as profissões barulhentas de ateísmo, materialismo e as profecias sobre a idade de ouro que inauguraria a morte do último padre e do último rei, que se ouvia nos clubes vermelhos franceses, se lia na imprensa vermelha alemã. Lavissee também identifica um pouco de pedantismo entre os membros da Internacional, enfileirando citações dos mais diversos autores das mais diversas áreas de conhecimento. Não escondiam os ataques que faziam às crenças da humanidade, nem separavam o ódio contra a burguesia do ódio contra Deus, pois o último seria invenção da primeira. Destruir a esperança numa vida futura faria com que desejassem mais os gozos na vida presente e tornaria mais odiosos os privilegiados que tiravam dos pobres sua parte de felicidade (LAVISSE, 1888, p. 148). Com isso, propunham um futuro material no lugar de um futuro espiritual, mas, de certa forma, não deixavam de conceber uma teleologia. Na medida em que o projeto iluminista via a História como uma marcha do Espírito Universal em direção à liberdade (BARROS, 2013, p. 67), podemos dizer que este projeto ainda era identificável na retórica dos socialistas alemães.

Segundo Lavissee, era possível encontrar na Alemanha opiniões de que a questão social lá era mais temível do que na França, mas as associações operárias não conheceram grande prosperidade. A de Hirsch e Dunker, por exemplo, chegou a 30 mil membros em 1863, mas não passava de 20 mil em 1873. A mais poderosa era a dos trabalhadores do metal, que não contava com mais do que 4 ou 5 mil membros, ou seja, uma “pequena minoria” dos trabalhadores desta profissão (LAVISSE, 1888, p. 152).

A questão financeira era uma das principais dificuldades entre as associações alemãs, ao contrário das *trades-unions* da Inglaterra, cuja força estava justamente na solidariedade

financeira. A divisão entre os socialistas era outra dificuldade para o desenvolvimento das associações. A não ser pela guerra comum contra o Estado, se acusavam mutuamente de traição. Os membros do “Partido” eram os mais desconfiados, chamando a si mesmos de “as pessoas honestas”. Após a morte de Lassalle, a “Liga” foi dirigida por Jean von Schweitzer, que segundo Lavissee fora seduzido, como patriota e como revolucionário, pela política de Bismarck. Em 1865 escreveu uma série de artigos pedindo que Bismarck repreendesse “pelo ferro e pelo sangue” a política de Frederico da Áustria (LAVISSEE, 1888, p. 153). Certamente, tal atitude depôs contra os membros da “Liga”, mas ela também levantava suspeitas a respeito de membros do “Partido” serem cúmplices de Bismarck (LAVISSEE, 1888, p. 154). O chanceler, por sua vez, dispunha de apoio dos trabalhadores contra a burguesia liberal e usava sua habilidade retórica em discursos a favor dos pobres.

Seria interessante, mas não fácil de determinar, as cifras exatas da força de cada uma das duas frações socialistas. A guerra e a direção de Schweitzer foram golpes mortais à “Liga” e levaram seus jornais à morte por inanição em 1871, mas eles se reergueram após a assembleia geral de 1872 em Berlim. Neste ano havia 21.154 membros pagando a taxa de adesão, mas calculava-se que o número de operários que os seguiam de corpo e alma era vinte vezes maior. Já o número de assinantes de suas publicações crescia regularmente (LAVISSEE, 1888, p. 155).

O “Partido” passou por problemas semelhantes. O número de participantes variava, mas nunca era muito alto. No congresso de Dresden, em agosto de 1871, havia 6.252 membros, mas houve um rápido progresso em seguida, com 4 mil novos membros no ano seguinte. Em dois anos dobraram o número integrantes. Suas ideias eram publicadas em outros jornais, atingindo ao menos 10 mil assinantes, tendo alcance muito maior do que as publicações da “Liga”, não sendo exagerado estimar que dispunham de cerca de 150 mil eleitores. Ainda que se acredite nas avaliações feitas pelos próprios revolucionários, sua força não chegava a ser temível: 400 mil eleitores formavam uma modesta minoria no corpo eleitoral do império. Entre eles, um número muito pequeno responderia sem dúvida a um apelo insurrecional, devido ao respeito à força e temor à polícia (LAVISSEE, 1888, p. 156).

O progresso socialista se explica pela atividade da propaganda. Os muros das fábricas eram frequentemente cobertos por cartazes vermelhos convocando para reuniões. A maior que Lavissee presenciou foi uma da “Liga”, em Frankfurt, com mais de mil pessoas em uma sala imensa. O historiador descreve a decoração, com símbolos socialistas, tecidos vermelhos, retrato de Lassalle e a inscrição “liberdade, igualdade, fraternidade” (não fica claro, no ensaio, se escrito em alemão ou francês). O auditório era mais calmo do que nos clubes franceses, e os

trabalhadores bebiam cerveja calmamente em torno de mesas gigantescas (LAVISSE, 1888, p. 157).

Lavissee considera que os oradores alemães eram da mesma escola dos franceses, usavam as mesmas metáforas: citavam muito o suor e o sangue do povo e o tempo todo falavam do “ideal”. O autor descreve também o tipo físico dos oradores, recrutados entre os desertores das fábricas: cabelos longos, partidos sobre a fronte, que caem sobre os ombros, sorriso sem alegria, não mais do que uma contração, figuras magras, ossudas. Quando desciam da tribuna, eram cercados pelos “verdadeiros trabalhadores”, que não falavam nada, mas demonstravam seu apoio pondo as mãos calejadas sobre os ombros “de seus Demóstenes” (LAVISSE, 1888, p. 158). Durante os discursos, seus homens circulavam para receber doações e inscrições: a “Liga” buscava recrutar novos membros nos momentos em que as paixões se exaltavam (LAVISSE, 1888, p. 158). A emoção, que vimos no tópico anterior faltar aos políticos do *Reichstag*, era um dos principais recursos à disposição dos socialistas na busca por adesão. Este relato de Lavissee também demonstra a forte relação entre o socialismo e a formação de partidos de massa (ELEY, 2005, p. 49), além de reforçar que o modelo socialista de organização se mostrou mais conveniente ao recrutamento (RÉMOND, 2003, p. 81).

Não há dúvidas de que a unificação deu mais força ao partido revolucionário. A supressão de fronteiras internas aproximou os interesses comuns. Para Lavissee, quem desejava a unificação tão ardentemente quanto Bismarck era Lassalle (LAVISSE, 1888, p. 159), mas podemos acrescentar outros grandes interessados:

Em 20 de julho de 1870, Marx escrevia a Engels: “Os franceses precisam ser surrados; se os prussianos vencerem, a concentração do poder do Estado será útil para a concentração da classe operária alemã”; Engels respondia-lhe em 15 de agosto: “Bismarck neste momento, como em 1866, trabalha para nós à sua maneira” (RÉMOND, 2003, p. 417).

Na visão socialista, Bismarck poderia ter dado início a um processo revolucionário: esta é a chave para compreendermos a ação parlamentar dos socialistas alemães. A presença de dez socialistas no *Reichstag* como resultado das eleições de 1874, para Lavissee, tinha um significado bastante profundo: os deputados teriam de ouvi-los sempre que surgissem questões sociais, trabalho feminino e infantil, jornada de trabalho e arbitragem entre patrões e operários. Estes dez deputados representavam um exército de 400.000 eleitores. Através de uma espécie de “geografia eleitoral”, Lavissee demonstra o crescimento do socialismo na maioria das províncias (LAVISSE, 1888, p. 182). Ainda que não formassem a maioria necessária para aprovar leis, os socialistas podiam colocar seus argumentos a cada discussão e fazer suas ideias presentes em cada polêmica. “Assim, através da sua influência na legislação, os partidos socialistas e os sindicatos profissionais encontraram muitas aberturas para atender aos

interesses do trabalhador industrial também nessa esfera mais ampla” (POLANYI, 2012, p. 196).

Recuando algumas décadas, Lavissee encontra na poesia de Heinrich Heine uma “profecia” em termos “muito claros” de que a Alemanha faria uma revolução perto da qual o que ocorreu na França em 1793 “não seria mais do que um idílio” (LAVISSE, 1888, p. 307). Em um de seus poemas, Heine chega a descrever a marcha do imperador alemão rumo à guilhotina, o que nos leva a refletir a respeito de como a memória da Revolução Francesa permeava o imaginário alemão. Podemos nos questionar até que ponto “profecias” com as de Heine eram prognósticos, expressão de desejos ou denúncia de perigos: é provável que o medo fosse muito maior do que a possibilidade de reprodução do fato. O autor de *L’Allemagne actuelle*, citado anteriormente, repete os mesmos prognósticos de Heine. Discordando de Lavissee, acreditamos que mais do que “profetizando”, Heine e o autor de *L’Allemagne actuelle* estavam transportando a experiência francesa para o horizonte de expectativa da Alemanha. A diferença desta operação para o da profecia é pequena, porém importante: ao invés de buscar os vaticínios na leitura do presente (profecia), tenta-se ler o futuro de uma nação no passado de outra. Mais uma vez, encontramos uma permanência da concepção de tempo iluminista, que enxerga o desenvolvimento de todas as nações em ritmos diferentes, mas com as mesmas etapas de evolução.

No capítulo sobre o socialismo, o autor de *L’Allemagne actuelle* conta o episódio da inauguração da estátua da Germânia, em Niederawald, em setembro de 1883. Em meio a uma tempestade com ventos fortes e ondas altas no Reno, toda a realeza alemã estava em torno da estátua. As salvas da artilharia respondiam ao discurso de Imperador e à imensa aclamação que dominava a tempestade. Se tivessem elevado as pedras que sustentam a estátua, teriam descoberto um barril de dinamite com uma mecha que não cumpriu seu papel. Um dos “assassinos”, que confessou, disse que, por remorso, cortou a mecha a tempo de evitar a explosão. Se o plano tivesse sido levado até o fim, toda a realeza alemã teria morrido em torno da estátua que representava sua glória. Esta era, para o autor anônimo, a imagem do poder da Alemanha (LAVISSE, 1888, p. 307).

Ao trazer este relato para seu ensaio, Lavissee demonstra a vulnerabilidade do *Reich*. Se a Alemanha Imperial acabará inevitavelmente, é no socialismo que Lavissee vê a consumação deste destino. Contudo, também demonstra que o historiador não separa completamente o socialismo democrático daquele que deu origem ao anarquismo com tendências terroristas. Ainda que não afirme isso em seus ensaios, podemos supor que Lavissee identifica os socialistas aos jacobinos. Esta associação era possível porque a Revolução Francesa entrou na memória

cumulativa dos autores europeus, de modo que os fatos vividos e as experiências foram sendo modeladas por milhões de palavras até se tornar um “conceito” e converter-se em modelo. (ANDERSON, 2008, p. 124). É por isso que Lavissee, ao associar “socialismo” e “revolução”, adota como modelo de revolução a de 1789, na qual “insurreição” e “violência” estavam combinadas.

Mas estejamos atentos: os socialistas certamente não são, aos olhos de Lavissee, os mensageiros do fim da história, mas os precursores da democracia. Esta perspectiva é simetricamente oposta à de autores como Eley, que atribui ao crescimento da democracia o desenvolvimento do socialismo (ELEY, 2005, p. 25). Em todo o caso, o socialismo e a democracia se retroalimentariam no contexto do final do século XIX.

Lavissee diz não saber se essas profecias se cumpririam e acredita que a “inundação socialista” cessaria algum dia. Porém, esta “inundação” crescia constantemente e nenhuma violência a faria voltar para o “subterrâneo de onde jorra” (LAVISSEE, 1888, p. 308). Neste ponto, as figuras de linguagem usadas pelo autor revelam algumas características de sua leitura sobre o socialismo. Tal qual a “tempestade” que citamos anteriormente, a “inundação” é uma força avassaladora que não pode ser contida por qualquer força humana. Além disso, “jorra” de um “subterrâneo”. Em outras palavras, parte das profundezas: a inundação acontece ao se fazer chegar à superfície uma substância encoberta. Em primeiro lugar, podemos traçar um paralelo com a geologia, em que movimentos subterrâneos influenciam a (in)estabilidade da superfície. Em segundo lugar, podemos comparar com a noção braudeliana de múltiplas temporalidades, de modo que a “inundação” representaria a dimensão superficial de curta duração de um movimento gerado na média ou na longa duração. Finalmente, podemos comparar com a leitura que Le Goff faz da temporalidade braudeliana: o socialismo seria a aceleração do movimento histórico ao emergir do movimento subterrâneo lento e quase imperceptível para a superfície avassaladora e inescapável. Em suma, o socialismo seria um catalisador do processo histórico alemão. Nas palavras de Polanyi

O socialismo é, na sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado autorregulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática. Ele é a solução natural para os trabalhadores industriais que não veem qualquer motivo para que a produção não seja diretamente regulada e que os mercados sejam mais do que uma característica útil, mas subordinada, numa sociedade livre. Do ponto de vista da comunidade como um todo, o socialismo é apenas a continuidade do esforço de fazer da sociedade uma relação de pessoas nitidamente humana e que, na Europa Ocidental, sempre esteve associada às tradições cristãs. Do ponto de vista do sistema econômico, ele é, ao contrário, uma ruptura radical com o passado imediato, na medida em que ele rompe com a tentativa de fazer dos ganhos monetários privados o incentivo geral para as atividades

produtivas, e não reconhece aos indivíduos particulares direito de dispor dos principais instrumentos de produção. Em última instância, é isto que torna difícil a reforma da economia capitalista pelos partidos socialistas, mesmo quando estes estão dispostos de forma a não interferir com o sistema de propriedade. A mera possibilidade de que eles decidam fazê-lo corrói aquele tipo de confiança que é vital na economia liberal, i.e., a confiança absoluta na continuidade dos títulos de propriedade. Embora o teor real dos direitos de propriedade possa sofrer uma redefinição por parte da legislação, a segurança da continuidade formal é essencial para o funcionamento do sistema de mercado (POLANYI, 2012, p. 256).

A geração do final do século XIX se voltou para o futuro, havendo nesta época muitas ideias científicas, sociais, políticas, literárias e históricas que apontavam para essa direção. O socialismo pode ser enquadrado entre elas: numa mesma filosofia estavam o projeto de transformar o mundo e explicar o desenvolvimento da história pela classe dos trabalhadores (SERRES, 1990, p. 89). O futuro esperado ou previsto não anulava a ação coletiva, pelo contrário, indicava a trajetória de um movimento histórico progressista, mas também se transformava em mandato da ação política. Isso quer dizer que não se esperava de forma passiva a ação do progresso, mas se exigia uma ação prática para acelerar o futuro, controla-lo ou obter dele a segurança necessária para se enfrentar os riscos e sacrifícios do presente (ROBOTNIKOF, 2017, p. 34). É essa capacidade de agir no tempo e sobre o tempo que faz Lavissee ver no socialismo uma força extremamente importante para o desenvolvimento da história alemã.

4.1.4. Catolicismo

Ao lado do socialismo, Lavissee coloca o catolicismo como uma das principais forças políticas de oposição ao Império e a Bismarck. Mas por não ser propriamente uma doutrina política, mas um sistema religioso, a relação entre o catolicismo e a política é bastante complexa. Contrariando a tese marxista, partimos do pressuposto que religião e política têm naturezas diferentes, e por serem distintas é que podemos observar suas relações.

As religiões não se atêm apenas ao sagrado e à escatologia, mas difundem valores e comportamentos sociais (RÉMOND, 2003, p. 334). Além disso, como sugere Homi Bhabha, as posições políticas não são simplesmente classificáveis em progressistas ou reacionárias, burguesas ou radicais; deve-se levar em conta os contextos de produção e o momento histórico da ação política (BHABHA, 1998, p. 48). Por isso, demos ao catolicismo um espaço próprio em nossa análise.

No primeiro *Reichstag*, os católicos eram representados pelo partido que Lavissee chama de “Fração do Centro”, ou *Zentrum*, em alemão. Ocupando a trave central, este grupo tinha no primeiro parlamento cerca de 70 membros, com aspecto muito diferente daquele dos membros

da esquerda, sendo homens bem vestidos, com títulos e posses. Para suplantar a inferioridade numérica, usavam seus talentosos oradores. Dr. Reichensperger, uma de suas figuras, representava perfeitamente o católico liberal (LAVISSE, 1888, p. 109). A descrição que Lavissee faz dos políticos do *Zentrum* remete à importância da composição social que devemos observar nos partidos políticos: a imagem sociológica que pretende passar de si revela a clientela de onde pretende recrutar seus membros e eleitores, e a filosofia social que subteende sua ação. Mas esta observação deve ser completada pela análise de como o eleitorado percebe o partido político (RÉMOND, 2003, p. 75). Podemos perceber que os políticos católicos não tinham a pretensão de ter um partido de massas, mas de conquistar legitimidade junto às elites políticas alemãs. Além disso, uma imagem centrada e polida entre os políticos católicos poderia ter motivos mais profundos:

Não é por acaso, por exemplo, que o engajamento político repugna a tantos católicos: sob a luz do ensinamento sobre a unidade em Cristo, eles adquiriram a certeza de que a paz entre os homens, a reconciliação e a união eram valores supremos, diante dos quais o combate político, que implica confrontos e lutas, aparece como um mal, um lugar onde se “sujam as mãos” (RÉMOND, 2003, p. 336).

A imagem de um político “tradicional” poderia afastar os eleitores católicos; portanto, uma boa oratória e uma boa imagem eram fundamentais aos deputados do *Zentrum*. Além disso, se a importância política de líderes religiosos é bastante clara, a influência específica dos crentes não é evidente, pois formam um conjunto bastante heterogêneo (RÉMOND, 2003, p. 335). Logo, o fato de serem católicos não garantiria a estes políticos que recebessem todos os votos católicos: era necessário conquistar uma parcela do eleitorado e, para tanto, assumir uma posição de tradutor do catolicismo para a política e da política para os católicos.

O *Zentrum* recebia a ira de Bismarck, dos nacional-liberais e dos progressistas. Por serem católicos, eram acusados de traição por quererem submeter a Alemanha ao Papa, acabando com sua soberania nacional, limitando progressos científicos e a liberdade religiosa. Para Lavissee eles não eram traidores, apenas se colocavam contra o império com a forma que Bismarck montara (LAVISSE, 1888, p. 110). Entre outros pontos, o fato de não serem hostis à França ajudava a terem a estima de Lavissee. Antes mesmo da questão religiosa, da qual trataremos adiante, o incômodo causado pelos católicos no Império remetia à questão nacional. Sendo o Imperador a figura central da nação, qualquer atitude que questionasse sua autoridade era vista como perigosa. Ao declarar obediência ao Papa antes de obedecer ao Imperador, os católicos colocavam sua condição religiosa acima da condição nacional.

As questões religiosas na Alemanha, segundo Lavissee, eram mais graves do que em outros lugares devido à rivalidade entre as confissões, pois a política e a religião estavam

envolvidas. Os príncipes conquistaram sua independência nos séculos XVI e XVII lutando pela Reforma. No Segundo *Reich*, o catolicismo, deixado em minoria desde 1866, confundia sua causa com a dos príncipes despojados ou ameaçados. Defendia que o poder do imperador fosse reduzido ao estritamente necessário. Apesar de o protestantismo ter sido vencido com a ajuda da França no século XVII, esta não mais seria uma aliada no século XIX, pois o patriotismo alemão não admitiria compromissos com o estrangeiro (LAVISSE, 1888, p. 111).

O *Zentrum*, segundo Lavissee, era o único a fazer uma oposição séria no primeiro *Reichstag*, pois todos os outros estariam acomodados, dos progressistas da esquerda às diferentes frações da direita (LAVISSE, 1888, p. 111). Já os socialistas só teriam representação nas eleições seguintes. Os católicos reivindicavam o direito de administrar sua riqueza, regular seus cultos e ordenar seus padres sem a intervenção do Estado. Na política, pediam que seus deputados combatessem a ideia de que “todo direito vem do Estado”, reprovando o abuso pelo “liberalismo” do princípio das nacionalidades e dos direitos históricos, e que o Império Alemão recebesse uma forma federativa séria. Colocando estes princípios frente aos dos nacional-liberais, que eram contra todo particularismo, partidários da Alemanha una e indivisível e que defendiam os benefícios da centralização, o contraste era completo. Apesar dos esforços do governo, o partido católico crescia a cada eleição (LAVISSE, 1888, p. 188). Neste contexto de oposição, uma aliança se formou na Alemanha recém unificada: católicos e socialistas passaram a ocupar o mesmo lado no *Reichstag*²⁶.

Nas eleições de 1874, os socialistas apoiaram os católicos onde ficaram de fora das disputas, por considerarem que os católicos eram, de fato, oposição. “Votem no ultramontano [católico], não por simpatia a eles, mas por ódio a seu adversário” (LAVISSE, 1888, p. 186). Em contrapartida, onde os católicos não tinham força para concorrer ao *Reichstag*, a opção de voto geralmente se voltava aos socialistas. É notório que esta situação beneficiou a ambos: os socialistas elegeram seus dez primeiros deputados e o número de integrantes do *Zentrum* saltou para 93 no *Reichstag*.

²⁶ Em outro contexto histórico esta nota de rodapé seria completamente desnecessária, mas em meio à radicalização ideológica que vivemos enquanto este texto é escrito, parece-nos importante ponderar: uma aliança entre católicos e socialistas nunca foi absurda. No contexto específico que estamos analisando, a Igreja Católica ainda não havia se posicionado oficialmente contra o socialismo; além disso, as mesmas encíclicas que condenaram o socialismo (*Rerum Novarum*, *Quadragesimo anno*, *Centesimus Annus* etc.) criticam o liberalismo econômico, abrindo margem para um pensamento católico mais à esquerda. Também não se pode esquecer que muitos movimentos políticos de esquerda surgiram de dentro da Igreja Católica, interpretando a seu modo o marxismo e o cristianismo: daí surgiram a Teologia da Libertação e o Partido dos Trabalhadores, por exemplo. Por mais que haja entre os próprios católicos um debate a respeito de quais pensamentos políticos são adequados ou não ao pensamento do catolicismo oficial, a rigor, o catolicismo não é nem de direita, nem de esquerda.

Para além da aliança quase involuntária decorrente de ocuparem o lugar de oposição no parlamento, havia semelhanças entre os políticos católicos e os socialistas, sobretudo no que diz respeito à condição nacional, ainda que por motivos distintos. Católicos não aceitavam ser comparados às “gentes sem pátria” da Internacional, mas se alguém os lembrava de serem alemães, não esqueciam que sua Igreja é universal. Rejeitavam a soberania do Estado como quem rejeita o paganismo: entendiam a nacionalidade como um ídolo moderno e se recusavam a se sacrificar e a adorar a “*Germania*”, como faziam os nacional-liberais. Também eram contra a filosofia hegeliana que deifica o Estado (LAVISSE, 1888, p. 187).

A história deu ao catolicismo na Alemanha uma condição particular. Foi este país que sofreu o mais violento assalto da Reforma, mas nele ela não venceu completamente, como na Inglaterra e nos países escandinavos, nem foi completamente vencida, como na Espanha, na Itália e na Polônia. Quando as lutas religiosas e políticas terminaram, os dois lados continuaram presentes sobre o terreno e o partiram. Após a sonolência que se seguiu à batalha, católicos e protestantes se acostumaram a viver lado a lado: nenhum conflito tirou da letargia o antigo império. Alguns príncipes impuseram uma das religiões e expulsaram os dissidentes em alguns Estados; em outros, elas coabitavam. Para Lavissee, a Igreja Católica não viveu em outro lugar tanta tranquilidade, liberdade e honra quanto no reino da Prússia. Mas as vitórias da Prússia em 1866 e a constituição do Império em 1870 revelaram na Alemanha as paixões religiosas. Lavissee diz que é difícil determinar em que momento o conflito começou e quem atirou primeiro. Um lado acusava o outro e Bismarck dizia que não foi ele. Na opinião do historiador, o conflito veio de algo mais forte do que o chanceler, veio “da força das coisas” (LAVISSE, 1888, p. 310).

Lavissee entende que a Igreja Católica, sabendo dispor de uma defesa considerável, entrava na luta com a cabeça erguida. Apesar de antiga, sabia participar da vida política moderna, lidando com o sufrágio popular, organizando um grupo parlamentar, manobrando entre os partidos, fazendo alianças com opositores diversos. Mesmo deixando de ser inimiga do *Reich*, com o acordo entre Bismarck e Leão XIII em 1878 que visava o apoio do *Zentrum* e acalmou um pouco a oposição dos católicos (HÉMONT, 2014, p. 111), a Igreja sabia defender não apenas sua vida, mas todas as instituições que julgasse necessárias à sua vida. Em meio à mobilidade das coisas e inconstância de opiniões, se apresentava como uma fortaleza (LAVISSE, 1888, p. 313).

O tempo todo Lavissee posiciona o catolicismo com os pés plantados no presente. Por mais que a religião católica extraia sua força da tradição, os católicos, ao agirem na política alemã, não reivindicavam um passado a ser recuperado, mas um presente a ser conquistado.

Não estaria errado considerar os católicos como conservadores, de modo que a imagem de “fortaleza” usada por Lavissee nos parece bastante adequada, mas não se trata de um conservadorismo que remete a uma espécie de “mito fundador”, tal qual o conservadorismo nacionalista: trata-se de um conservadorismo que podemos chamar de pragmático, na medida em que os católicos querem a manutenção do direito às suas crenças e práticas. Neste sentido, a democracia não seria um valor em si, mas um instrumento de defesa de seus valores ou, nas palavras de Lavissee, uma instituição necessária à sua vida. Como sua teleologia é direcionada para a Eternidade, e não para um tempo futuro, os católicos alemães viam na política uma forma de gestão do presente, e não necessariamente a construção de um futuro que rompesse definitivamente com o presente e o passado.

Todavia, Lavissee coloca na longa duração (obviamente, não com estes termos) a posição de católicos e protestantes na política alemã. O historiador afirma que foi um duplo golpe aos católicos a entrada de Victor Emmanuel em Roma e a proclamação do novo império em Versalhes. O Papa ficou confinado no Vaticano e o Imperador era um protestante. Ao mesmo tempo, a Áustria foi posta fora da Alemanha e o catolicismo se tornou minoritário. Instintivamente, se colocou na defensiva. Do outro lado, protestantes zelosos saudavam o triunfo da Reforma e a grande revanche contra os jesuítas e os Habsburgo, ou mesmo contra a humilhação em Canossa²⁷. Ao buscar em acontecimentos de séculos anteriores a significação dos eventos presentes, Lavissee está atribuindo uma dimensão mais profunda à temporalidade do evento.

A este respeito, o historiador considera que a memória dos alemães é feita de modo que as lembranças se acumulam desordenadamente no mesmo lugar, todas à entrada, fazendo com que tenham a surpreendente capacidade de evocar instantaneamente os ódios e as paixões de uma longa história. Além de identificar um apego ao passado no pensamento alemão, Lavissee denuncia uma espécie de falta de profundidade temporal, que tentaremos explicar comparando com o sentido da visão.

Ao olhar para uma paisagem, uma pessoa com a visão saudável consegue identificar quais elementos estão mais próximos e quais estão mais distantes pela noção de profundidade. Num desenho que usa a técnica de perspectiva, a sensação causada é a mesma. Um problema de visão que tira a percepção de profundidade, ou um desenho que não usa técnicas de perspectiva, faria o observador ter a impressão de que todos os objetos estão no mesmo plano.

²⁷ Penitência que Henrique IV do Sacro Império Romano Germânico teve que cumprir antes de conseguir o perdão papal e a revogação de sua excomunhão, em 1077. Este episódio marcou a legitimação do poder papal sobre o do imperador.

Para Lavissee, a memória alemã carece de profundidade na medida em que coloca todos os objetos no mesmo plano: por mais antigas que sejam, as memórias afloram sentimentos como se estivessem a acontecer naquele instante.

Os católicos viram o partido nacional-liberal se unir a Bismarck e se tornar o principal instrumento da unificação. “Este partido detestava a Igreja, e a emancipação da sociedade laica era um dos artigos de seu programa. Ele que foi a alma da *Kulturkampf*²⁸” (LAVISSE, 1888, p. 311). Formou-se então o grande partido de centro, que os liberais apelidaram de “centro negro”. A Igreja antes disseminada pelos diferentes Estados da Confederação, se concentrou em um batalhão muito forte presente no *Reichstag* (LAVISSE, 1888, p. 311).

A *Kulturkampf* ajuda a mostrar a visão que Bismarck tinha do catolicismo. Se, por um lado, pretendia completar a separação entre Igreja e Estado, por outro não deixava de reconhecer o papel do clero na educação e dos católicos na política (HÉMONT, 2014, p. 161). Como oposição a ser combatida e aliado a ser conquistado, o *Zentrum* poderia ser, segundo a posição que tomasse, um catalisador ou um inibidor do processo histórico alemão. Na visão de Lavissee, os católicos alemães desempenhavam, ao defender a democracia, o papel de catalisador.

4.2. Guerra

Semelhante confusão entre a ética e a política iria fazer do simples relato da guerra um empreendimento incômodo se o cronista pretendesse não ceder à verdade oficial, à razão de Estado. E como as guerras se tornaram uma disputa cada vez mais ideológica, o historiador do contemporâneo viu-se particularmente confrontado com um certo número de problemas metodológicos específicos (RÉMOND, 2003, p. 407).

Nascido em uma das regiões ocupadas pela Alemanha na Guerra Franco-Prussiana, Lavissee dedica o ensaio de 1871 justamente a essa invasão. Ele e os demais historiadores franceses de sua época estavam atônitos com a derrota e passaram a ter como grande preocupação – depois de compreender a Revolução Francesa – entender por que a França perdeu. Por este motivo, a guerra, nos ensaios, não aparece como um “motor da história”, mas como sintoma de algo que não era imediatamente aparente. Muito mais do que descrever a guerra, Lavissee tenta enxergar *através* da guerra. Porém, o ainda jovem e promissor historiador enfrentaria alguns problemas que sua ciência imporia: não contava com o distanciamento necessário dos fatos e não tinha à disposição os documentos dos quais podia extrair “a verdade”.

À dificuldade de estudar serenamente a guerra desprezando as pressões das opiniões preconcebidas acrescenta-se uma desvantagem

²⁸ *Kulturkampf*: o termo surgiu em 1858; a partir do Segundo *Reich* designou a luta entre o Estado bismarckiano e a Igreja Católica (representada politicamente na Alemanha pelo *Zentrum*) pela descristianização do Estado e da sociedade civil (HÉMONT, 2014, p. 110).

suplementar: em tempo de guerra, diluem-se os pontos de referência que habitualmente permitem balizar a vida política (RÉMOND, 2003, p. 407).

A guerra, nos ensaios de Lavissee, extrapola a condição de “fato” e assume a condição de “fenômeno”. Em outras palavras, o autor não se preocupa em narrar uma determinada guerra, mas discute o que está envolvido nas guerras em geral. Também permite pensar sobre os sentimentos envolvidos na guerra e sua relação com a política, a economia, a sociedade e a cultura. Portanto, nas páginas a seguir, não vamos tratar de uma história das guerras em sentido positivista, mas da historicidade e da temporalidade do fenômeno histórico denominado guerra.

4.2.1. Unificação

A pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à ideia de que o político tinha consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação a outros componentes da realidade social (RÉMOND, 2003, p. 23).

Lavissee afirmava que o Estado Prussiano ainda era muito pequeno como território, mal povoado, mal feito. Tudo em seu estado era mesquinho, a não ser seu exército (LAVISSEE, 1888, p. X). Com percepção semelhante, Elias escreve:

No começo do século XIX, os Estados alemães eram fracos; até mesmo a belicosa Prússia foi invadida e devastada pelos exércitos revolucionários de Napoleão sem muita dificuldade. Isso contribuiu direta ou indiretamente para relaxar o opressivo domínio das formas absolutistas e obscurantistas de governo nessas áreas, e estimulou alguns jovens a iniciarem um movimento de resistência não muito eficiente e, com frequência, bastante deplorável; mas os Estados alemães estavam longe de ser suficientemente fortes para vencer guerras de libertação por conta própria, somente como aliados das grandes potências da época. Nos círculos de burguesia, a lembrança de humilhação e o sentimento de fraqueza atual não esmoreceram após a vitória sobre os franceses. Entretanto, na segunda metade do século, a Alemanha ergueu-se com relativa rapidez para tornar-se ela própria uma grande potência: com efeito, a Alemanha, que era ainda considerada um gigante fraco no equilíbrio de forças da Europa em meados do século, tornou-se, em poucas décadas, a principal potência da Europa continental (ELIAS, 1997, p. 114).

Para entrar no grupo das grandes potências a Prússia precisou impor derrotas a seus vizinhos (LAVISSEE, 1888, p. X). Assim o imperialismo tirava a Alemanha da posição de expectativa e a colocava na posição de atividade (KERN, 2003, p. 92). O exército era o meio pelo qual se levantava de suas derrotas, e seu rei fazia questão de manter o espírito militar mesmo em tempos de paz, sendo o monarca seu “melhor soldado” (LAVISSEE, 1888, p. X). Portanto, a guerra era um importante mecanismo de afirmação para a Prússia e, em consequência, a paz nunca seria assegurada porque a Prússia não admitiria a ideia de um

desarmamento (LAVISSE, 1888, p. XI). Ademais, segundo Norbert Elias, as vitórias militares asseguraram a manutenção do poder nas mãos de uma nobreza que, por definição, é militar:

A ascensão da Alemanha, depois de 1871, à categoria de grande potência europeia — ao perigoso círculo mágico dos Estados lutando pela hegemonia — teve grande significação para a política interna. A unificação da Alemanha tinha sido obtida através de vitórias militares sobre Estados rivais. A liderança nessas lutas estava nas mãos da nobreza. Em comparação com esta, a burguesia alemã desempenhava um papel político secundário (ELIAS, 1997, p. 166).

Não por acaso, o homem-forte do Império, Otto von Bismarck, era de uma família nobre e fazia questão de manter uma imagem militar, mesmo não sendo um oficial regular. Na opinião de Lavissee, o Chanceler era muito corajoso, muito prudente e não teria cometido nenhum erro que pudesse ter evitado. Sua política era conservadora, mas o tratado de Frankfurt deixara exposto o coração francês e estabeleceu de forma permanente sobre os franceses o período do *tumultus germanicus*. Segundo o historiador, Bismarck criou o Estado que fez com que cada dia vivido pela Europa fosse uma vigília de armas (LAVISSE, 1888, p. X). Tal situação causava um terrível círculo vicioso: os Estados se armavam para se defender da guerra e depois iriam à guerra porque estavam armados (LAVISSE, 1888, p. XI).

Neste contexto de afirmação interna através do exército, a construção de um inimigo comum era fundamental. A França acabou exercendo essa função tanto no processo de unificação quanto no processo de consolidação do Império. Em visita à Alemanha, Lavissee observou que a imprensa pintava uma França “de fantasia”, cristalizada em religião, devota do Sagrado Coração, prestes a partir em campanha contra Berlim e contra a Itália após receber a bênção pontifícia. Católicos e democratas alemães eram acusados de preparar o caminho para as tropas francesas (LAVISSE, 1888, p. 195). Como vimos anteriormente, qualquer questionamento ao Imperador e ao Império era visto com desconfiança, o que explicava as acusações aos católicos; nada mais natural do que retratar a França como absolutamente católica e “protetora” dos interesses pontifícios em oposição ao Império protestante. “Avisos à França” era a expressão da moda na imprensa alemã (LAVISSE, 1888, p. 195), expressando o tom de enfrentamento adotado pelos jornais. Lavissee afirma que embora creia-se na Alemanha que os franceses teriam a intensão de interferir em sua política, seu papel continuaria sendo de observadores muito atentos e silenciosos (LAVISSE, 1888, p. 196).

Durante uma excursão que fez pela Alemanha no final da década de 1880, Lavissee repara que todas as livrarias expunham com destaque *L'Oeuvre*, de Zola, e *Avant la bataille*, com prefácio do político nacionalista francês Paul Déroulède. Sobre este último livro havia uma etiqueta com a palavra “sensacional”, seguida de três pontos de exclamação (LAVISSE, 1888,

p. 267). O livro era usado para fazer crer que os franceses podiam, repentinamente, entrar em guerra contra os alemães sem motivo aparente. O historiador afirma ter precisado explicar em algumas ocasiões a interlocutores alemães que não podia imaginar o presidente da França encaminhando às duas câmaras uma declaração de guerra e conseguindo aprovação (LAVISSE, 1888, p. 268). A França não se precipitaria em declarar uma guerra devido à sua prática parlamentar: como muitos dos deputados eram jovens em 1870 e tinham más recordações da guerra, não tomariam a iniciativa do ataque. Contudo, Lavissee acredita que uma reconciliação sincera entre os dois países é impossível (LAVISSE, 1888, p. 342).

Refletindo sobre a propaganda anti-francesa, o autor acredita que os franceses teriam se desabituaado ao som do “trompete de guerra”, mas o trompete de Déroulède, que pretendia despertar os ímpetos nacionalistas franceses, teria feito mais barulho na Alemanha do que na França. Lavissee pondera que, ainda assim, havia ódio entre os próprios franceses, o que podia ser visto nos jornais. Portanto, antes de qualquer batalha, era necessário construir a paz entre os próprios franceses (LAVISSE, 1888, p. 268).

Todavia, a conclusão do historiador é de que quando dois países vizinhos se encontram sem divisões internas e unidos um contra o outro, o mundo inteiro se inquieta porque uma guerra parece fatal e próxima. Se por um lado o autor anônimo de *L'Allemagne actuelle* afirma que a Alemanha não ameaçava a ninguém e era pacífica porque depois de quinze anos da fundação do Império manteve a paz e evitou mais de um conflito, Lavissee enxerga, por outro lado, uma natureza belicosa na Prússia e entende que a Alemanha não hesitaria em lutar contra toda a Europa caso suas fronteiras fossem ameaçadas (LAVISSE, 1888, p. 340). Mesmo Bismarck não sendo um homem que ama a guerra pela guerra, e sim um Estadista que não aceitaria uma guerra contra a França apenas pelo extermínio, o historiador acredita que o chanceler tinha consciência de que não era capaz de determinar tudo sozinho (LAVISSE, 1888, p. 341).

Se para Lavissee a França vinha mostrando por sinais evidentes sua vontade de retardar uma guerra que a opinião europeia considerava inevitável (LAVISSE, 1888, p. 341), na Alemanha a guerra era o cerne de sua política. As contingências propiciariam o início de um conflito armado, mas não seriam sua causa. Por causa da constituição prussiana do Império, a guerra estaria sempre latente, esperando por condições propícias para aflorar. A constatação de Lavissee provou-se acertada quando, após a queda de Bismarck, a Alemanha adotou a *Weltpolitik*, um dos fatores que tornaram as tensões imperialistas insustentáveis e deram origem à Primeira Guerra Mundial.

Descendo da alta política para o homem comum, Lavissee também identificou o papel da guerra entre os trabalhadores e soldados. Tendo participado da guerra na defesa de Paris, o historiador provavelmente teve contato direto com alguns soldados alemães, mas por se referir à ocupação de L'Aisne, departamento onde nasceu, acreditamos que as citações que faz de suas falas tenham chegado até ele por relatos de terceiros. O historiador reconhece que o soldado comum não era insensível à glória de fazer parte de uma grande nação, mas ao mesmo tempo sabia o custo dessa glória e por isso o nome de Bismarck pronunciado em sua frente era amaldiçoado (LAVISSE, 1888, p. 75).

Eric Hobsbawm afirma que a consciência política e de classes dos trabalhadores os levou a reivindicar direitos, mas também a participar da Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWM, 2008, p. 110). Da maneira semelhante, a mesma consciência política que fazia o soldado amaldiçoar Bismarck o levava a lutar pelo Império. Segundo Hobsbawm, todos os países apresentaram a guerra como uma ameaça do estrangeiro, e seus objetivos eram postos em termos de eliminar as ameaças e transformar socialmente o país segundo os interesses dos cidadãos mais pobres (HOBSBAWM, 2008, p. 110) e, como vimos, a suposta ameaça francesa exerceu este papel por longos anos após a unificação. Em suma, a atualização do inimigo externo era usada com o objetivo de atualizar a unidade interna.

4.2.2. Eficiência

Na física, entende-se por “eficiência” a relação entre a energia fornecida a um sistema e a energia por ele produzida. Logo, é mais eficiente quem produz mais energia com menor consumo. Como optamos neste capítulo por relacionar a termodinâmica com a concepção de tempo de Lavissee, a eficiência alemã torna-se um tópico importante.

Lavissee fez parte da Primeira Companhia do 252º batalhão, e presenciou a capitulação de Paris em 1871 (LEDUC, 2016, p. 14). Em grande parte, Lavissee e outros pensadores franceses atribuíram a vitória alemã na Guerra Franco-Prussiana à superioridade de suas instituições. Usando uma metáfora termodinâmica, foram capazes de produzir mais com os recursos disponíveis, ou seja, foram mais eficientes. No ensaio de 1871, o autor compara a formação intelectual dos alemães à dos franceses, mas afirma que entre os primeiros nem todos são mais cultos do que os últimos, apesar de os alemães acreditarem que têm uma educação superior (LAVISSE, 1888, p. 84). Por outro lado, ao visitar dois institutos da Universidade de Leipzig em 28 de abril de 1886, e já tendo passado por uma experiência acadêmica na Alemanha, o historiador transmite a impressão de que seus vizinhos, de fato, estão

academicamente mais bem municiados. Lavissee descreve os institutos de história natural e química como muito belos e bem-dispostos ao trabalho.

“É natural que na presença de universidades estrangeiras eu pense sobretudo em nossas universidades nascentes” (LAVISSE, 1888, p. 276). O historiador afirma que os franceses ainda estão no início de uma obra sujeita a muitos perigos. Precisam vencer o hábito da ignorância adquirido por uns, a maldade voluntária de outros, o pré-julgamento democrático contra o ensino superior, e o pré-julgamento utilitário, que não admitindo mais do que a utilidade imediata, acabariam destruindo a fonte mesma da utilidade, ou seja, a cultura do espírito (LAVISSE, 1888, p. 276). É muito interessante notar que a eficiência da educação alemã, aos olhos de Lavissee, não decorre de um utilitarismo técnico, mas da liberdade especulativa. A universidade, sob este olhar, é produtiva na medida em que gera novos conhecimentos, não importando que estes conhecimentos não tenham aplicação imediata. Seria mais eficiente ter um novo conhecimento antes do aparecimento do problema para o qual será a solução do que buscar um novo conhecimento apenas quando surge um novo problema.

A importância do conhecimento também apareceria na formação dos soldados alemães. Lavissee, ao descrever a ocupação alemã a l’Aisne, afirma que os soldados parecem conhecer as terras tão bem quanto os habitantes locais (LAVISSE, 1888, p. 4), pois não perguntavam “de onde vem essa estrada”, mas “essa é a estrada de...” (LAVISSE, 1888, p. 5). O conhecimento, como Lavissee tenta demonstrar, é fundamental para a vitória, daí a importância na formação dos futuros soldados.

A eficiência administrativa é outro ponto que opõe alemães e franceses. Na invasão do departamento de l’Aisne, os primeiros a chegar foram as tropas do General Faily, cuja capacidade os oficiais foram unânimes em deplorar (LAVISSE, 1888, p. 3). As autoridades francesas tiveram dificuldade em lidar com a escassez de recursos para os soldados e para a população (LAVISSE, 1888, p. 4). Além disso, o chefe do departamento de l’Aisne pode ter superestimado a capacidade de oferecer resistência à invasão com a utilização de cidadãos comuns pegando em armas após a retirada das tropas. “A maior parte do povo nunca pegou em armas. O que farão?” (LAVISSE, 1888, p. 7). O que Lavissee chama de *Guerre à outrance*, uma espécie de prenúncio do que conhecemos hoje por “guerra total”, seria uma forma de reviver a epopeia de 1792 (LAVISSE, 1888, p. 7). Em outras palavras, seria deixar a cargo da população mobilizada a defesa do departamento de l’Aisne. Mas para Lavissee a *guerre à outrance* é impossível e o heroísmo inútil (LAVISSE, 1888, p. 8). A este respeito, Jean-Pierre Azéma lembra que a Revolução Francesa trouxe duas mudanças decisivas para a guerra: a democratização da guerra, simbolizada pelo recrutamento maciço do Ano II, e a invenção

daquilo que o século XX chamaria de guerra ideológica, simbolizada pela aposta dos jacobinos – posteriormente vista como acertada – de que as massas recrutadas fariam frente aos exércitos de profissionais (RÉMOND, 2003, p. 412). Portanto, a memória da Revolução Francesa também influenciava uma nova atitude diante da guerra.

Frente a um inimigo bem preparado, a resistência de soldados que não conheciam a guerra era absolutamente ineficiente. Por outro lado, ao falar do General Faidherbe, que liderou tropas no Norte e, a despeito de ter tropas com menos recursos conseguiu importantes vitórias contra os alemães, Lavissee tenta provar que os franceses poderiam ter outra sorte numa outra guerra caso tivessem uma liderança melhor (LAVISSE, 1888, p. XVII).

O autor considera também a possibilidade de má fé dos inimigos do chefe do departamento de l'Aisne ou de conselheiros, mas trabalha com a hipótese deste ter acreditado, de boa-fé, que camponeses mal armados e mal treinados poderiam lutar (LAVISSE, 1888, p. 12). Também critica a ambição dos políticos e todas as perdas materiais e humanas causadas pelas guerras (LAVISSE, 1888, p. XXI).

Para superar estas dificuldades, a França tinha que aperfeiçoar a relação entre sua democracia e seu exército. “Nós fizemos uma conciliação entre o militarismo e a democracia, que não é sem perigos políticos, mas que é uma das garantias da segurança nacional” (LAVISSE, 1888, p. XVI). Além disso, Lavissee acredita que os Estados europeus precisam se reorganizar, tirando pouco a pouco o “Estado onipotente, onisciente, coletor, consumidor de todas as forças vivas, que se coloca hoje a serviço da guerra” (LAVISSE, 1888, p. XXIII). Ao fim e ao cabo, se a Alemanha demonstra a eficiência de seu Estado na guerra, Lavissee acredita que a guerra é aquilo que torna o Estado ineficiente. A Alemanha, portanto, seria capaz de produzir muita energia, mas ao utilizar esta energia para a guerra acabava deixando de avançar em sua história política. É como se a Alemanha tivesse um motor extremamente potente e eficiente aplicado a uma tarefa pouco produtiva.

4.2.3. Entropia

O otimismo na imagem de um universo composto de energia infinita anunciado pela lei da conservação foi rapidamente diminuído pela doutrina pessimista da irreversibilidade do fluxo de calor, ou a “perda” de energia em conversão expressa pela segunda lei da termodinâmica. Em 1865, Rudolf Clausius adotou o termo “entropia” para descrever o declínio irreversível ou difusão de energia que ocorreu em conjunto com a conservação (RABINBACH, 1990, p. 47). Entropia, portanto, é a quantidade de energia dissipada por um sistema termodinâmico. Em outras palavras, é a energia perdida, que não pode ser usada para gerar

trabalho. Pela segunda lei da termodinâmica, todo sistema tem a entropia aumentada até atingir um valor máximo; quando isso acontece, o sistema se torna estável e o movimento cessa. Michel Serres questiona se uma visão termodinâmica da história comportaria esta constatação que se observa no funcionamento de um motor (SERRES, 1990, p. 137). Se pensarmos nas teorias a respeito do declínio das civilizações surgidas no século XIX, a resposta é sim.

Tal qual um sistema termodinâmico, um sistema político alcançaria o valor máximo de entropia em algum momento. Para Lavissee, o sistema europeu de Grandes Potências estava próximo deste ponto. O historiador não usa o vocabulário da termodinâmica, mas afirma que o sistema de grandes potências estava perto do fim porque já dera tudo que tinha para dar e já tomara tudo que podia tomar. Nada de novo se podia esperar dele (LAVISSE, 1888, p. XXIV). Como um motor termodinâmico, o sistema de grandes potências havia exaurido suas energias. Se a civilização do século XIX se firmava no sistema de equilíbrio de poder, no padrão internacional do ouro, no mercado autorregulável e no estado liberal (POLANYI, 2012, p. 3), é na instabilidade do equilíbrio de poder que Lavissee percebe o principal sintoma da “entropia política” da Europa.

A fisiologia também foi influenciada pela segunda lei da termodinâmica ao descrever a fadiga. Do ponto de vista fisiológico, a fadiga se tornou a *nêmesis* do progresso. Nietzsche e outros pensadores do século XIX identificaram a fadiga com a própria modernidade (RABINBACH, 1990, p. 19). O século do progresso, portanto, também era o século da exaustão. Desta constatação incômoda não poderia surgir senão um crescente pessimismo, e a condenação do universo a um estado de “descanso eterno” se popularizou com sua adoção na filosofia. Herbert Spencer, por exemplo, entendia que a evolução foi facilitada pela propensão de toda civilização à queda (RABINBACH, 1990, p. 62). Contrariando a energia ilimitada da teoria da conservação, a segunda lei da termodinâmica previa a morte do universo por falta de calor (RABINBACH, 1990, p. 47). Paralelamente a isso, Lavissee acredita que o historiador do século XIX que colocava sua época ao longo da história não conseguiria se defender de uma grande melancolia (LAVISSE, 1888, p. XVII). Diante de um presente melancólico, o futuro parecia pouco animador. Mas para enfrenta-lo, era necessário antecipá-lo: eis o ponto em que o historiador se permite realizar alguns prognósticos. Antes de chegar aos prognósticos de Lavissee sobre o fim do sistema de grandes potências, precisamos fazer algumas ponderações a respeito da memória e da história.

Tomando como ponto de partida a reflexão de Antoine Prost, precisamos compreender que a história não é uma memória, por isso seu tempo constrói-se de outra forma. Memória é reviver, história é compreender. Tal noção não exclui a memória da história, mas torna

imperativo levar em conta que esses dois aspectos dependem de registros diferentes. Tendo isto em mente, propomos que o prognóstico realizado por Lavissee é uma operação que leva em conta a memória e a história para formular um diagnóstico. Na medida em que a memória é lembrar e a história é compreender, o prognóstico é projetar.

Primeiro, vamos localizar a memória na formulação do prognóstico. Ao relatar a invasão do departamento de l'Aisne, Lavissee começa a discutir a memória das vitórias e derrotas militares francesas no Império e na República e o sentimento de vingança que elas causaram nos vizinhos (LAVISSEE, 1888, p. 8). A derrota para a Alemanha em 1871, ao mesmo tempo, reviveu e ressignificou estas memórias: reviveu porque trouxe à tona o passado bélico da França, e ressignificou porque fez com que o historiador refletisse sobre o fato de a França ser responsável por tal sorte na medida em que atacou outras nações. “Nos culpamos por nossos abusos nas vitórias e consideramos legítima a expiação de nossas faltas” (LAVISSEE, 1888, p. 9). Sentimento semelhante foi expresso por Fustel de Coulanges:

Vós [Prússia] nos ensinastes hoje o que custa ser os mais fracos, e nossa história já nos ensinou o quanto custa ser os mais fortes. [...] Muitas das falhas com as quais somos acusados vêm de nossas guerras, sobretudo de nossas guerras felizes. [...] Toda nação que buscará como nós, a glória militar; e que contará tantas vitórias quanto nós, também terá os mesmos defeitos (COULANGES, 1893, pp. 496-502 apud TEIXEIRA, 2018, p. 36).

Um dos efeitos desse sentimento de culpa foi a constatação de que o abuso da guerra é prejudicial à nação. A emergência de um forte interesse pela paz era novidade no século XIX, decorrente da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, que juntas ajudaram a estabelecer os negócios pacíficos como um interesse universal (POLANYI, 2012, p. 7). Lavissee acredita que alguns caprichos e incoerências da política externa francesa desde o início do século XIX trouxeram à tona uma repugnância às conquistas violentas, e finalmente professaram que toda invasão não consentida é injusta, pois o homem não pertence à terra que habita, mas a terra ao ser humano (LAVISSEE, 1888, p. 9). Como discutimos em outro capítulo, ao falar da invasão não consentida Lavissee não toca no assunto das conquistas imperialistas francesas do século XIX, pois tal esquecimento era fundamental para a construção de uma memória que fizesse oposição ao imperialismo alemão. É justamente esse esquecimento que permite a Lavissee afirmar que o espírito de guerra não cessa de enfraquecer entre os franceses (LAVISSEE, 1888, p. 9). Por outro lado, o historiador afirma que a Alemanha vem da guerra, porque a Prússia, que é produto da guerra, a fez. Seu ser histórico nasceu em um campo de batalha, às margens do Elba, que é há mil anos a fronteira ensanguentada a cada dia por Eslavos e Germanos (LAVISSEE, 1888, p. IX).

Partindo da memória para a história²⁹, Lavissee tenta compreender o papel francês na ascensão alemã. Na visão do historiador, o projeto alemão tendia ao fracasso por pretender fazer da Alemanha participante de um sistema de grandes potências em declínio. O sistema de equilíbrio funcionava isolando uma potência beligerante, ou removendo as causas de conflito no caso de potências pequenas (POLANYI, 2012, pp. 8-9), e a Alemanha, com seu crescimento assustador, parecia disposta a mudar a correlação de forças da Europa. Como vimos, Lavissee via o fim desse sistema se aproximando no horizonte. Mas a França, ao declarar guerra ao rei da Prússia e se deixar derrotar por ele, ajudou a salvar um projeto imperfeito de país, mas apenas provisoriamente (LAVISSE, 1888, p. VI).

Os Estados europeus estariam empregando o que Norbert Elias definiria como “um mecanismo de ameaça e medo recíprocos — chamo a isso um processo de dupla ligação — [que] impele os Estados a tornarem-se mais fortes e mais poderosos do que outros, a fim de não serem por eles suplantados” (ELIAS, 1997, p. 164). O aumento dos gastos públicos e da burocracia estatal (civil e militar) na Europa da metade do século XIX mesmo sem nenhuma grande guerra local (ANDERSON, 2008, p. 118) também trazia indícios desanimadores: seria absurdo empregar as novas armas apenas em paradas: a razão para o orçamento de guerra, segundo Lavissee, é a guerra (LAVISSE, 1888, p. XI).

A guerra é certa, porque a Alemanha Imperial veio da guerra e vai em direção à guerra. “*A bello ad bellum* será sua epígrafe” (LAVISSE, 1888, p. IX). A guerra, portanto, era iminente, pois segundo Norbert Elias “a situação é ainda mais complicada pelo fato de não existir monopólio da força no nível internacional [...] cada Estado representa um perigo constante para os outros Estados” (ELIAS, 1997, p. 164).

Chegamos ao prognóstico: a Europa, assim, terá guerra, porque ela se prepara para a guerra. Este prognóstico impressiona pela proximidade com o que viria a acontecer em 1914: Lavissee vaticina que uma faísca nos Vosges, Bálcãs ou na costa do norte da África detonaria um foguete gigantesco (LAVISSE, 1888, p. XI). Neste dia França e Alemanha seriam os chefes de campanha e essas duas potências seriam o centro da batalha (LAVISSE, 1888, p. XII). De fato, a Primeira Guerra Mundial começou com uma “faísca” nos Bálcãs (“o barril de pólvora da Europa”) e teve como cenário emblemático as trincheiras no norte da França.

Como dissemos, o prognóstico parte de um diagnóstico; entretanto, Lavissee ultrapassa este ponto e propõe ações. Em primeiro lugar, era importante para os franceses conhecer os

²⁹ Nós estamos chamando esta operação de “história” porque poderia ser classificada como uma “história do tempo presente”, mas temos consciência de que o próprio Lavissee não classificaria esta análise como histórica por lhe faltar distanciamento temporal.

defeitos dos alemães (LAVISSE, 1888, p. VII). Em segundo lugar, era necessário que a França fosse uma espécie de vanguarda da paz. Em 1871, Lavissee entendia que frente à Europa raivosa e invejosa, a França estava se desarmando (LAVISSE, 1888, p. 9), mas no prefácio aos Ensaio Lavissee reconhece que, naquele momento, a França precisava da paz mais do que qualquer outro país, e nenhum outro país precisava se armar para a guerra mais do que a França. Esta contradição seria a causa de um grande mal-estar e de graves inquietudes (LAVISSE, 1888, p. XIII). Lavissee lamenta, também, o fato de a França estar no centro do continente europeu: “Se ainda pudéssemos nos afastar do resto do mundo como a Inglaterra no século XVII e os EUA nos dias de hoje!” (LAVISSE, 1888, p. XIII). Assim, a França poderia desenvolver sua república sem se sentir ameaçada pelas monarquias ao redor. Mas o contato com a Europa se mantinha, e nesta relação cada movimento produzia um contragolpe (LAVISSE, 1888, p. XIII). Mesmo assim, em oposição à belicosa Alemanha, a França, organizada com diferentes partidos e que trabalhava para a paz, serviria de exemplo à Europa (LAVISSE, 1888, p. XXV).

Segundo a física, a entropia leva à exaustão da energia e, por conseguinte, ao fim de um processo. A guerra entre França e Alemanha prevista por Lavissee seria o marco final do processo de exaustão do agonizante sistema de grandes potências. Mas o que viria depois? Se a guerra na Revolução Francesa seria ao mesmo tempo defesa da nação e cruzada universal (RÉMOND, 2003, p. 413), para Lavissee, a difusão dos valores republicanos seria a nova defesa da nação e cruzada universal a ser realizada pela França. Restava saber se ela sobreviveria ao conflito iminente.

4.2.4. Degeneração

O mesmo século da fé no progresso foi o século do pessimismo. Na mesma medida, o século que desenvolveu o evolucionismo passou a observar a possibilidade da degeneração. O declínio do ser humano poderia vir da hereditariedade ou do ambiente, de escolhas individuais ou de decisões políticas. Assim sendo, o declínio humano também poderia vir da guerra: “Na França, a derrota militar de 1870 exacerbou esse senso de declínio cultural, refletido em ‘uma profunda ansiedade, uma consciência da fraqueza, uma preocupação com a decadência, uma obsessão pela diminuição’” (RABINBACH, 1990, p. 22). Ao falar da invasão de l’Aisne, Lavissee descreve os alemães como impiedosos, implacáveis, sem respeito às leis da guerra (LAVISSE, 1888, p. 20) e ressalta o “mal hábito” de atacar inocentes (LAVISSE, 1888, p. 27). Já no momento da ocupação, o historiador representa os soldados alemães vencedores com certa animalidade ao descrever seus modos ao comer. É então que Lavissee pondera que talvez a

guerra tenha mexido em sua vontade, como acontece em todas as guerras, ainda que parecessem insaciáveis (LAVISSE, 1888, p. 51).

Como todos os soldados do mundo, o soldado alemão, operário ou camponês, faria melhor em ficar em casa do que perder seu tempo e arriscar sua vida pela maior glória de qualquer Alteza (LAVISSE, 1888, p. 75). “Grande aflição, a guerra!”: para Lavisse, essa é a frase que resume o sentimento do simples soldado. Ele sabe que os impostos serão altos mesmo depois da guerra, e que sua luta seguirá para conseguir alimento para si e sua família. Ao retornar de uma campanha percebe que a interrupção do trabalho consumiu suas economias e o futuro parece mais sombrio. O instinto popular sabe que a guerra gera a guerra, e o povo não acredita no imperador que, quando coroado em Versalhes, disse que o império seria a paz. Por isso, em 1871, um terço dos emigrantes era composto por desertores do exército (LAVISSE, 1888, p. 209). Notemos que, pela descrição de Lavisse, ao assumir a condição de soldado o alemão comum se torna uma versão piorada de si, não tanto pelo que vivencia no *front*, mas pelo que lhe resta após a guerra: um homem empobrecido, sem resolução para os problemas do presente e sem esperança para o futuro. Um homem fatigado e, lembremos, a fadiga é inimiga do desenvolvimento no pensamento do século XIX.

A preocupação com a fadiga na ciência do século XIX e a obsessão médica e literária pela “degeneração”, declínio, e decadência cultural na Europa do *fin-de-siècle*, era consequência, ao mesmo tempo, de novos desenvolvimentos científicos e o que Eugen Weber chamou de “justa preocupação com a regeneração moral, preocupação social pela igualdade e bem-estar, o interesse ‘científico’ pelo físico e pelo bem-estar (ou declínio) físico” (RABINBACH, 1990, p. 21). Fatigado e depauperado, o soldado alemão se torna vulnerável ao se despir da farda. Suas convicções e valores estão fragilizados, mas o ódio à guerra está firme. O socialista alemão, por sua vez, detesta o exército como instrumento da tirania e de opressão social (LAVISSE, 1888, p. XV). É nesta convergência de valores que Lavisse vê um terreno fértil para o crescimento do socialismo.

Citemos mais uma vez Norbert Elias para refletir sobre a disputa entre o socialismo e o militarismo no mundo do trabalho:

Palavras-chaves, como “disciplina” e “honra”, que tinham um papel de relevo no código militar, também são encontradas no código que governa as relações entre patrões e trabalhadores. Mas no decorrer de sua transformação em classe e função, tais símbolos de uma tradição aceite converteram-se em símbolos de princípios refletidos, meios de explícita argumentação ideológica (ELIAS, 1997, p. 188).

A “guerra à guerra”, como Lavissee identifica um dos ideais socialistas, precisava se dar também no campo do discurso, tentando manter o vocabulário do trabalho mais próximo dos conceitos socialistas do que dos militares.

Por que estamos falando de socialismo num tópico sobre degeneração? Como veremos melhor no tópico que trata de economia, Lavissee entendia que o socialismo era mais facilmente aceito entre os trabalhadores que não tinham os valores tradicionais, como por exemplo os valores familiares. Portanto, a degeneração moral causada pela guerra abriria espaço para o socialismo nas mentes dos trabalhadores.

Segundo Lavissee, o povo alemão não é belicoso. Onde estaria, então, a paixão alemã pela guerra? No oficial que, elevado pela guerra, ama a guerra. Ele a considera como uma função nacional (LAVISSEE, 1888, p. 208), despreza o economista e o liberal que qualificam as despesas militares como improdutivas. Em 1866, um coronel usou dados sobre indenizações, contribuições e requisições percebidos pelo exército prussiano para concluir que, ao contrário do que pretendem teóricos políticos, boas tropas não são improdutivas, argumento que ficou ainda mais forte após a guerra com a França (LAVISSEE, 1888, p. 209). Frente a tal pensamento, Lavissee conclui que é doloroso retirar do trabalho, da inteligência, do coração, das virtudes (etc.) o imposto que será gasto com muralhas, artilharia, munição, planos de campanha, heroísmo e assassinatos (LAVISSEE, 1888, p. XI). Como Norbert Elias demonstra, o funcionamento da administração alemã tinha forte relação com a elite bélica:

A vitória nacional sob a liderança de uma aristocracia de corte e militar significou, ao mesmo tempo, uma derrota social da burguesia alemã na luta interna contra a supremacia da nobreza e teve consequências da maior importância para as atitudes políticas e sociais da classe média alemã. Muitos, embora certamente não todos os membros da burguesia urbana alemã, renunciaram agora à luta interna contra a hegemonia da nobreza. Aceitaram sua posição como estrato social de segunda ordem. O aumento de auto-estima que experimentavam como alemães, como membros de um novo *Kaiserreich*, compensava a relativa degradação que sentiam por ter que aceitar essa posição secundária, abaixo da aristocracia em poder e status (ELIAS, 1997, p. 166).

O amor do oficial pela guerra, decorrente de sua elevação social através dela, ajudou a consolidar um *ethos* guerreiro que buscava sua afirmação na tradição germânica.

O componente idealista da tradição cultural burguesa alemã, que ainda era dominante no final do século XVIII, e que frequentemente andou de mãos dadas com uma atitude anticortesã e antiaristocrática, começou declinando. Pelo menos, só continuou predominando em círculos limitados. Em seu lugar, ocorreu em outros segmentos da burguesia, sobretudo no alto funcionalismo civil e em todo o mundo acadêmico, a adoção de valores aristocráticos, a saber, os valores de uma classe com uma forte tradição guerreira e que estava orientada para a política das relações internacionais. Por outras palavras, setores da classe média alemã foram absorvidos pelos estratos

superiores da sociedade e adotaram destes o *ethos* guerreiro (ELIAS, 1997, p. 167).

A França, por outro lado, teve através da Revolução e da Terceira República a consolidação dos valores burgueses acima dos militares e aristocráticos, ao passo que a militarização do Segundo Império foi vista como um fracasso. Eis outro sentido para a degeneração que a guerra causa: eleva valores guerreiros (arcaicos) em detrimento do idealismo (moderno). O alemão das letras e das ciências era, para Lavissee, um modelo a ser alcançado. O alemão guerreiro, um arcaísmo a ser superado.

Não era apenas Lavissee que enxergava nos valores alemães uma inadequação com o período histórico que viviam. Fustel de Coulanges, classificava a política da Prússia como “anacrônica”, um comportamento que se afigurava relegado às coisas ruins do passado (COULANGES, 1893, p. 486 apud TEIXEIRA, 2018, p. 35). Por outro lado, a grandeza de uma nação estaria associada a uma questão moral e não belicosa (COULANGES, 1893, p. 501 apud TEIXEIRA, 2018, p. 35).

O resgate de um *ethos* bélico poderia causar degeneração moral não apenas nos indivíduos, mas em nível nacional. Segundo Teixeira, citando Coulanges,

Ambição e usurpação não se reduzem mais a um exército, serviam-se de populações inteiras, ignoravam-se os progressos morais ainda que nas classes mais instruídas. As antigas ideias emanavam dos salões berlineses, das cátedras, de historiadores; lançava mão da religião, deturpavam a Revolução Francesa, inventavam querelas raciais, reivindicavam territórios franceses sob alegações etnográficas e filológicas entre outros (COULANGES, 1893, p. 494 apud TEIXEIRA, 2018, p. 36).

O legado do Império moldado pelos valores bélicos da Prússia seria o declínio moral. Para Lavissee, este declínio se fazia sentir já na invasão à França: o historiador descreve a retirada dos franceses como uma triste fuga, que levou três dias inteiros. (LAVISSEE, 1888, p. 2), de modo a lembrar das fugas de cristãos durante as invasões bárbaras; fala da aplicação de multas às cidades francesas conquistadas em casos de resistência (LAVISSEE, 1888, p. 21); denuncia o extremo rigor da ocupação alemã, com multas a ofensas proferidas contra oficiais e fuzilamentos em caso de atentados (LAVISSEE, 1888, p. 31); expõe a ameaça de represálias em caso de tentativas de resistência por parte dos franceses em terras ocupadas (LAVISSEE, 1888, p. 55). Lavissee atribui cobiça aos alemães, além da vontade de humilhar e empobrecer os franceses (LAVISSEE, 1888, p. 55). Mesmo os impostos eram excessivos, como o exemplo da cobrança de 3780 francos ao conselho municipal de Saint-Quentin (LAVISSEE, 1888, p. 56). Para Lavissee, o sonho dos alemães era arruinar a França (LAVISSEE, 1888, p. 70). A guerra havia se tornado excessiva: não contra Paris, mas contra a França toda (LAVISSEE, 1888, p. 6), extrapolando qualquer limite razoável. A esta constatação de Lavissee, faz eco a reflexão de

Coulanges: “A verdadeira questão está aqui: a Prússia e a Alemanha sairão dessa guerra mais ricas, mais prósperas, mais inteligentes e moralmente melhores? Porque é a tudo isso, e nada mais, que julgamos a grandeza de um povo” (Coulanges, 1893, p. 501 apud TEIXEIRA, 2018, p. 37).

Entre todas as perdas que a guerra poderia causar, as mais difíceis de recuperar seriam as morais (TEIXEIRA, 2018, p. 37).

Se ela [a nação] perceber mais tarde que essa guerra a lançou fora de seu caminho, interrompeu seu progresso, fez com que voltasse atrás, irá detestar o autor dessa guerra e sua política retrógrada. Então ela amaldiçoará o Senhor Bismarck tal qual nós amaldiçoamos Louvois, e o ódio que pesará mais sobre a memória do ministro prussiano não será o ódio da França e sim o ódio da Alemanha (COULANGES, 1893, p. 504 apud TEXEIRA, 2018, p. 37).

Em oposição aos valores bélicos alemães, Lavissee procurava descrever, ao falar da ocupação, os valores morais dos franceses. Segundo o historiador, os próprios soldados alemães demonstravam admiração pelos franceses derrotados (LAVISSEE, 1888, p. 51). Nos momentos de abuso cometidos pela Prússia “era necessário portanto encontrar em seu coração os tesouros da paciência ou a convicção profunda da inutilidade de toda resistência para suportar a administração financeira dos prussianos” (LAVISSEE, 1888, p. 55). Quando aprisionados, os franceses demonstravam coragem (LAVISSEE, 1888, p. 61). Por isso, a derrota não era motivo para decretar a covardia ou declínio dos franceses, pois a situação moral na guerra de 1870 era muito complexa (LAVISSEE, 1888, p. 8).

Como fonte de energia para a unificação da Alemanha e sinal de sua eficiência, a guerra era também o sinal da entropia do sistema político econômico vigente na Europa e perigo de degeneração moral o social. Qual o resultado de todo este processo? Na opinião de Ernest Lavissee: “A política internacional levou à barbárie” (LAVISSEE, 1888, p. XXII).

4.3. Economia

As crises que perturbaram o funcionamento das trocas e desajustaram os mecanismos da economia liberal, obrigando o Estado a intervir, também deram à política a oportunidade de penetrar num setor diferente. O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior (RÉMOND, 2003, p. 23).

Após tratarmos da política interna e da guerra, que faz parte da política externa, vamos lidar com a economia, que não deixa de se relacionar com as políticas interna e externa. Contudo, propomos aqui não uma análise de história econômica, mas uma leitura dos ensaios

de Lavissee que tratam deste assunto numa perspectiva que podemos chamar de história cultural da economia. Além dos fatores políticos e sociais que se relacionam com esta área, Lavissee trata com bastante atenção os aspectos morais e visões de mundo que interferem nas relações econômicas alemãs

Como exemplo, podemos citar o relato de Lavissee a respeito de dois comerciantes que ouviu conversando enquanto jantavam atrás dele. Seu tom audacioso fazia lembrar dos marinheiros da Hansa, que faziam comércio como quem fazia guerra. Lavissee identifica um poder de outros tempos neste diálogo. Aqui notamos a aproximação entre os valores bélicos que citamos anteriormente e a atividade econômica. O historiador acrescenta que os franceses precisam se cuidar, pois o comércio alemão não era um perigo efêmero. Prova da importância que os alemães davam para essa questão era o fato de que o ministro do comércio era o próprio Bismarck, ou seja, o comércio era conduzido com o mesmo espírito que conduzia a guerra e a política internacional. Comerciantes trabalhavam como espões, usavam estratégias como fazer produtos alemães se passarem por franceses, conheciam todos os pontos fracos e sabiam onde atacar. “Realmente, temos coisas melhores a fazer do que organizar uma exposição universal” (LAVISSEE, 1888, p. 284).

Quando falamos do capitalismo mundial dos séculos XIX e XX, falamos de suas unidades nacionais: economia britânica, indústria americana, capitalismo alemão diferente do francês etc. (HOBSBAWM, 2008, p. 37). Do ponto de vista liberal, a nação teria que ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Abaixo desse patamar, não teria justificativa histórica. Tal visão era considerada óbvia demais para requerer argumentação, portanto era raramente discutida (HOBSBAWM, 2008, p. 42). A autodeterminação das nações só se ajustava para aquelas que fossem viáveis cultural e economicamente, ainda que não se tenha claro o que se entendia como “viável”. Era aceito na teoria a evolução das unidades sociais humanas, da família para o local, o regional, o nacional e eventualmente o global (HOBSBAWM, 2008, p. 44). “Na prática, isso significava que se esperava que os movimentos nacionais fossem movimentos pela expansão ou unificação nacional” (HOBSBAWM, 2008, p. 45). Dentro da perspectiva liberal da formação das nações, os critérios econômicos se sobrepõem aos critérios étnicos, históricos e culturais. Como exemplos, podemos citar a união de sérvios e croatas numa Iugoslávia sem precedentes históricos, ou a união de tchecos e eslovacos (HOBSBAWM, 2008, p. 45).

Por outro lado, a questão da viabilidade econômica podia incentivar uma nação “economicamente viável” e buscar a anexação de territórios apenas parcialmente adequados aos critérios nacionais, o que foi o caso do Império Alemão. “A crença no progresso espontâneo

pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica” (POLANYI, 2012, p. 39). Por este motivo, não se pode isolar completamente a economia dos outros setores que compõem a sociedade, mas observá-la em sua complexidade e como parte da complexidade histórica de um determinado objeto.

4.3.1. Liberalismo

Ernest Lavisse acredita que França e Alemanha deram ao mundo, nos anos que se seguiram à Guerra Franco-Prussiana, um espetáculo inesperado: um país esmagado pela derrota e condenado a pagar uma indenização de guerra colossal se voltou ao trabalho com ardor e inspirou confiança do mundo inteiro; o outro país, lançado repentinamente à condição de primeira potência do mundo, perdeu o sentimento do possível e do real, crendo-se tão rico quanto vitorioso, e entre as celebrações dos triunfos não percebeu que sua indústria e comércio estavam comprometidos e abusavam da improbidade financeira (LAVISSE, 1888, p. 217). Em suma, a França se recuperava da derrota enquanto a Alemanha mergulhava numa crise por não saber lidar com a vitória. O historiador pondera que é natural que os alemães tenham refletido sobre os desastres que vieram após suas vitórias e que os franceses recebam uma espécie de compensação de suas derrotas através do sucesso de seu trabalho nacional. Pouco se perguntava, na França ou na Alemanha, sobre as verdadeiras causas da crise alemã. Os 5 bilhões recebidos de indenização da França, nos quais os alemães viram uma fonte inesgotável de riquezas, foram acusados de todo o mal, e a explicação, segundo Lavisse, foi aceita pelos franceses (LAVISSE, 1888, p. 218).

Um dos ensaios de Lavisse tem como tema a crise na Alemanha. Nele, o autor tenta compreender como este país, recém lançado à condição de potência, pôde sucumbir a uma forte crise econômica. Mais do que conjunturas financeiras, Lavisse acaba encontrando na economia sintomas de uma crise moral decorrente da forma de pensar o lucro e o capital que estava se tornando hegemônica entre os capitalistas europeus. Ainda que Lavisse não o tenha nomeado, podemos perceber que ele está descrevendo o liberalismo econômico, princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. De apenas propensão a métodos não burocráticos, evoluiu para uma fé na salvação do homem pelo mercado autorregulável (POLANYI, 2012, p. 151). Mais do que uma nova forma de pensar a economia, o liberalismo trouxe uma nova forma de se relacionar com o presente e o futuro.

A sociedade de mercados nasceu na Inglaterra, porém, foi no continente que a sua fraqueza engendrou as mais trágicas complicações. Para podermos compreender o fascismo alemão, temos que reverter à Inglaterra ricardiana. Nunca é demais enfatizar que o século XIX foi o século da

Inglaterra: a Revolução Industrial foi um acontecimento inglês. A economia de mercado, o livre-comércio e o padrão-ouro foram inventos ingleses [...] qualquer que seja o cenário e a temperatura dos episódios finais, os fatores que, em última análise, destruíram essa civilização devem ser estudados no berço da Revolução Industrial, a Inglaterra (POLANYI, 2012, p. 32).

Portanto, o mal que então afligia a Alemanha não era novo. Segundo Lavissee, afetara a França, a Inglaterra e a América, sendo efeito das condições econômicas em que viviam as sociedades contemporâneas. As vias de comunicação rápidas e a prática do livre comércio uniram os países mais do que antes eram ligadas províncias de um mesmo Estado. Mercado e produção cresceram, o que trouxe melhorias, como a diminuição da pobreza; mas industriais, comerciantes e trabalhadores começaram a perder o bom-senso e relativizar leis perpétuas. Lavissee questiona: “o que há de mais simples do que essa lei: a produção deve ser regida pelo consumo?” (LAVISSEE, 1888, p. 219). Segundo o historiador, esta lei da economia fora por todos mais ou menos esquecida. Isto pode ser explicado na medida em que “a chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado” (POLANYI, 2012, p. 4). Para Polanyi, o mercado autorregulável era uma utopia, pois não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade. Em contrapartida, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger (POLANYI, 2012, p. 4). Entretanto, Lavissee pondera que em sua época já era difícil, se não impossível, conhecer o limite onde a produção ultrapassa a necessidade. Em outros tempos o comércio era feito em um mercado conhecido e delimitado. O dinheiro era quase o único meio de troca e era muito mais raro do que no final do século XIX (LAVISSEE, 1888, p. 219).

Notemos que em sua descrição da conjuntura (média duração) Lavissee coloca a crise em perspectiva. Em primeiro lugar, uma perspectiva geográfica: a crise alemã não era diferente da francesa, inglesa ou americana; em segundo lugar, uma perspectiva temporal: a economia de sua época já não era tão simples como a de outras épocas. Os progressos técnicos, que aceleraram a vida, também aceleraram as trocas comerciais, encurtando tempos e espaços. A relação entre o nacional e o internacional já era mais intensa do que em outras épocas fora a relação entre o local e o regional, ou entre o regional e o nacional. Trata-se, na visão de Lavissee, de um novo período histórico com uma nova relação entre tempo e espaço, ou seja, uma nova velocidade.

Essa transformação implica uma mudança de motivação: a motivação do lucro substitui a motivação pela subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias, e todas as rendas se tornam derivadas de uma venda: a isso chamamos sistema de mercado. A partir daí o sistema de mercado deve funcionar sem interferência externa, de modo que os lucros não são mais garantidos e os preços devem ter a liberdade de se autorregularem: a isso

chamamos economia de mercado. Esse sistema desarticula as relações humanas na medida em que a substância natural e humana da sociedade se transforma em mercadoria (POLANYI, 2012, p. 44)

Antes produtores e consumidores se conheciam e se consultavam, por isso a lei do consumo era respeitada: nenhum produtor arriscaria oferecer mais do que seria consumido. O produtor contemporâneo de Lavissee, por outro lado, achava que tinha o infinito diante de si, por isso procurava mais facilmente o crédito (LAVISSE, 1888, p. 220). A impessoalidade do comércio de larga escala fazia com que o produtor não soubesse o tamanho de seu mercado consumidor: hipoteticamente, ele poderia englobar todo o mundo conhecido; então por que não trabalhar para atendê-lo? Daqui podemos depreender que, na visão de Lavissee, a economia começa a se desorganizar quando perde de vista as relações humanas por trás das relações comerciais.

Nesta situação, as relações concretas passam a ser relações teóricas; com isso, os riscos antes imediatamente visíveis se tornam hipotéticos e, na mesma medida, menos temíveis. Ao produtor “todos os meios de ultrapassar os limites da razão e da prudência lhe são oferecidos: ele os usa” (LAVISSE, 1888, p. 220). É nesse ponto que Lavissee entende que a mobilização das fortunas é o mais importante fenômeno da vida econômica de sua época: ela ajudou a conseguir coisas que os capitalistas isolados não conseguiriam. Com isso, eles deram toda importância às bolsas, que receberam a oferta e demanda de capital. Infelizmente, para o historiador, ela alimenta a paixão pela aposta, e estimula tentações contínuas (LAVISSE, 1888, p. 220).

A aposta tem seu lado bom por render à bolsa os capitais que depois serão empregados em empreitadas úteis, mas desperdiça grande quantidade de atividade intelectual, pois o trabalho de dois jogadores em que um enriquece e outro se arruína se compensa e se anula, fazendo perder a noção de valor. Um país tomado pela paixão às apostas corre grandes perigos, pois deixa de procurar o ganho durável e regular que só o trabalho fornece. Em tempos normais, o capitalista, grande ou pequeno, percebe a probabilidade do ganho estudando ao mesmo tempo os negócios em que está envolvido e as condições gerais dos mercados de trabalho e monetário: faz uma verdadeira obra econômica; os interesses público e particular caminham lado a lado. Em tempos de crise, o capital procura em um negócio apenas um movimento de alta produzido pela especulação (LAVISSE, 1888, p. 220).

Com bastante acuidade, Lavissee descreve o movimento que leva a economia europeia do capitalismo industrial, baseado nas leis “naturais” de mercado, para o capitalismo especulativo, baseado na aposta. É bastante significativo que Lavissee indique a passagem de

um pensamento econômico que planejava o futuro com base em diagnósticos tomados da conjuntura econômica, para um pensamento econômico “especulativo”, no sentido de que não se baseava em dados concretos, mas em possibilidades. E o mais espantoso para o historiador era que a possibilidade menos segura era a mais atrativa, pois poderia render os maiores lucros. Não por acaso, Lavissee diz que o produtor que estuda a conjuntura para planejar suas ações faz “verdadeira obra econômica”, ao passo que o investidor da bolsa é um jogador.

Apostar, em última instância, é deixar-se à mercê do acaso. As possibilidades de ganho e de ruína são igualmente reais e diretamente proporcionais: quanto maior o risco envolvido, maior o lucro em caso de ganho. Pode a economia de uma nação depender do acaso para sobreviver?

Podemos identificar na fala de Lavissee a percepção de uma degradação moral causada pela economia liberal que incentiva a especulação: a *prudência* dá lugar ao *vício* pelo jogo e pelos ganhos imediatos. Da mesma forma, a dignidade do sustento pelo trabalho *verdadeiramente produtivo* dá lugar à busca pelo enriquecimento através da aposta. Finalmente, a *paciência* necessária para se esperar o resultado a ser alcançado pelo trabalho dá lugar à pressa que estimula a busca por ganhos imediatos. Portanto, se traduzirmos as palavras de Lavissee para uma terminologia moral cristã, uma economia baseada em virtudes como prudência, diligência e paciência, daria lugar a uma economia baseada nos vícios da pressa, da preguiça e da soberba.

“Uma desordem social vem após a orgia financeira” (LAVISSEE, 1888, p. 222). Lavissee identifica na Alemanha de antes de 1871 a origem da situação que descrevemos acima. Em 1869 sua economia era boa, com produção e consumo prosperando em equilíbrio e os preços adequados. Mas foi justamente da prosperidade que nasceu o mal: “a confiança leva à audácia” (LAVISSEE, 1888, p. 222). Lavissee dá como um de seus exemplos o Dr. Strousberg³⁰, empresário cuja ação teria ajudado a destruir a economia alemã através das grandes perdas que causou ao atrair investimentos para obras que não se concretizaram (LAVISSEE, 1888, p. 223).

As bolsas de Berlim e Frankfurt trabalharam com ações de diversas empresas americanas. Uma lei votada antes da guerra abriu uma carreira para todos os “espíritos aventureiros”: em 11 de junho de 1870, o parlamento da Alemanha do Norte deixou de exigir das sociedades de ações a formalidade de uma autorização prévia. A princípio, na opinião de Lavissee, a lei não tinha nada de reprovável, pois as sociedades de ações têm algumas vantagens

³⁰ Industrial judeu-alemão e empresário de ferrovias. Em tempo: Lavissee não cita sua origem judaica, portanto acreditamos não haver antissemitismo em suas críticas.

em relação às sociedades comerciais, conseguindo reunir grandes quantidades de capital necessárias para os empreendimentos industriais da época. Mas também têm seus perigos (LAVISSE, 1888, p. 226).

Segundo Lavissee, a administração dessas sociedades de ações não é feita com o mesmo zelo por um diretor do que pelos próprios acionistas. O controle sobre os diretores é mal exercido por conselhos de fiscalização, e a experiência mostrou que as assembleias gerais não dão conta deste problema. O maior problema das sociedades de ações, ainda segundo o autor, é que elas figuram sobre as probabilidades da Bolsa, de modo que os resultados vêm da especulação em momentos de crise, do jogo, e não da boa gestão e boa qualidade de um negócio (LAVISSE, 1888, p. 227). Sendo assim, é o acaso, e não o trabalho e o planejamento, que tornam essas sociedades rentáveis ou não.

Votada em 1867, a lei não produziu efeitos ruins de imediato, pois a crença numa guerra com a França manteve os espíritos cautelosos. Mas nem quatro meses após a promulgação, que se deu após o resultado da guerra, a especulação apareceu como um instrumento. Segundo Lavissee, ela não começou com excessos e as primeiras sociedades estabelecidas prestaram muitos bons serviços. Só a partir de 1872 que começaram a se multiplicar as fundações “danosas e desonestas”, ao socorro das quais vieram inúmeros bancos. Antes da guerra, quarenta e oito bancos representavam um capital de 847 milhões de marcos (mais de um bilhão de francos) na bolsa de Berlim. Entre 1871 a 1873, 95 bancos novos surgiram, representando um capital de 150 milhões de marcos (LAVISSE, 1888, p. 227). Ao mesmo tempo, os papéis não cobertos por dinheiro em caixa atingiram 730 milhões de marcos. Como o dinheiro não podia ser empregado em negócios sólidos e pediam um emprego imediato e lucrativo, estes estabelecimentos de crédito entraram em operações na bolsa ou criaram sociedades. De 1790 a 1870, foram criadas na Alemanha 300 sociedades de ações, sob o regime de autorização; de 1871 a 1872, foram criadas na Prússia 780 sociedades, mais de uma a cada 24 horas (LAVISSE, 1888, p. 228).

Um dos exemplos envolve o setor de construções. Berlim, nas palavras de Lavissee, era a “capital da inteligência” antes da guerra; depois passou a ser a “capital do mundo”; como um homem que enriqueceu muito rapidamente e quer mostrar sua nova condição, a cidade passou a derrubar suas construções antigas e erguer novos edifícios, construir novas ruas e palácios. Outras cidades alemãs seguiram seu exemplo (LAVISSE, 1888, p. 229).

Os novos investimentos fizeram com que fosse mais vantajoso para as famílias ricas construir ao invés de alugar, o que deu um impulso ainda maior ao setor de construção. É neste contexto que surge, por exemplo, o bairro em volta do Thiergarten. As casas eram compradas

para serem revendidas: um imóvel passava por dez mãos no mesmo dia; escrituras de imóveis eram muito disputadas na bolsa (LAVISSE, 1888, p. 230). Após pedir 120 mil, 150 mil e 200 mil thalers por uma casa, um homem acabou a vendendo por 250 mil. Quinze dias depois, soube que um banco a comprou por 400 mil thalers. Por desespero, se enforcou (LAVISSE, 1888, p. 231). Essas loucuras não diminuíram o “desejo por habitação”: antes de 1870, o aluguel representava um sexto do orçamento doméstico; em 1872 e 1873, passou a representar um terço se a família escolhesse um apartamento mais modesto. Operários, pequenos comerciantes, pequenos rentistas e empregados tiveram que se afastar dos quarteirões do centro. Profissionais liberais também migraram. Como na Roma Antiga, os mais pobres precisaram abandonar uma cidade que não mais tinha espaço para eles. Estatísticos calcularam que se todas as sociedades de construção tivessem concluído seus projetos, teriam construído uma cidade para 9 milhões de habitantes³¹ (LAVISSE, 1888, p. 231).

Lavissee lamenta que a maior parte dessas construções nunca foi nem nunca será erguida. Foram feitos projetos, traçados, determinados locais para praças e o dinheiro começou a ser arrecadado entre os investidores. Mas os compradores não vieram, e sim a falência. Um dos exemplos é o projeto da cidade Friedenau, para professores, artistas e homens de letras, longe das “casas de proletários” e da fumaça das fábricas. Uma sociedade começou com capital de 10 mil thalers e chegou a 400 mil; foram distribuídos fabulosos dividendos no primeiro ano e as ações foram postas à venda por 200 thalers: quando Lavissee escreveu seu ensaio, elas valiam 15 thalers. Os dividendos não eram mais a preocupação; quanto à cidade projetada, ela contava com 60 casas difíceis de alugar (LAVISSE, 1888, p. 232).

Surgiram sociedades destinadas aos mais variados negócios, às quais Lavissee chama de “monstros”. “Em 1871 e em 1872, tudo se tornou objeto das sociedades para ações” (LAVISSE, 1888, p. 235). Os proprietários de estabelecimentos antigos e prósperos tiveram muita dificuldade em resistir aos investidores que queriam explorar-lhes. Poucos conseguiram se impor, como o proprietário do maior estabelecimento metalúrgico de Berlim, que recusou 12 milhões de thalers. Haveria formas de resistir? Lavissee cita o exemplo de um fabricante de máquinas que recebeu uma tal quantia que o permitiu distribuir 50 mil thalers entre seus empregados e operários antes de os deixar. Naturalmente, comerciantes e industriais comprometidos tentavam se colocar adiante das propostas ou assumir eles mesmos a liderança das sociedades (LAVISSE, 1888, p. 236).

³¹ Para efeito de comparação, Berlim hoje tem cerca de 3,5 milhões de habitantes.

Podemos acrescentar entre as causas da crise o abuso na emissão de papéis não cobertos por parte dos bancos, o contragolpe dos desastres financeiros que arruinaram a Áustria, enfim, muitas causas gerais que se fizeram sentir no mundo todo. A indústria metalúrgica, por exemplo, mais que centuplicou a produção em trinta anos, devido às grandes encomendas das companhias de estradas de ferro. Mas estas construções diminuíram por toda parte (LAVISSE, 1888, p. 241). Muito dinheiro foi perdido e a Alemanha, sem dúvida, empobreceu.

“A sincera Alemanha começou a mentir” (LAVISSE, 1888, p. 242). Desde 1871, os jornais de Berlim e de outras cidades começaram a promover anúncios da bolsa e prospectos que atraíam a atenção dos leitores. Prospectos de maus negócios eram anunciados com descrições encantadoras, atraindo o interesse de muitos investidores, mesmo dos pequenos, prometendo altíssimos retornos. Muitos camponeses e trabalhadores humildes foram atraídos para estes investimentos. E como nomes ilustres participavam desses negócios, muitos dos mais humildes se deixaram levar (LAVISSE, 1888, p. 243).

Segundo Lavissee, os socialistas se serviram do desenvolvimento da riqueza pública até mais do que da política de Bismarck. A Alemanha, por longo tempo na pobreza, não estava preparada para este “fenômeno temível” como a França e a Inglaterra (LAVISSE, 1888, p. 162). “O novo império, em nome da moral pública, suprimiu a roleta na Alemanha; mas a Alemanha inteira se tornou, por muitos anos, uma grande casa de jogos” (LAVISSE, 1888, p. 244). Entretanto, para Lavissee, o pior estava no fato de que não foram apenas os jogadores que perderam, mas também boa parte da população. O aumento dos aluguéis e gêneros alimentícios lançou muitos alemães à miséria (LAVISSE, 1888, p. 244). “A perspicácia de Robert Owen provou ser verdadeira: caso se deixasse a economia de mercado se desenvolver de acordo com as suas próprias leis, ela criaria grandes e permanentes males” (POLANYI, 2012, p. 145).

Outro fator que contribuiu para a crise foi, na opinião de Lavissee, a vontade alemã de se sobrepor à França impondo um “Sedan industrial” (LAVISSE, 1888, p. 283). Os jornais anunciam que os gregos, a quem Lavissee chama de “nossos bons amigos”, encomendaram de Berlim 80 mil uniformes para o exército: comemora-se mais um monopólio retirado de Paris. “Retirar de Paris todas as suas indústrias é a ambição da Alemanha” (LAVISSE, 1888, p. 283). Segundo o autor, a vontade de superar a França em cada setor era maior do que a prudência na avaliação dos negócios na medida em que os alemães acreditavam ser capazes de suplantam a indústria francesa.

Lavissee relembra que quando voltou a Berlim em 1874, percebeu que no hotel ele era tratado com maior importância do que antes. Quando perguntou por um quarto recebeu um “*Oh, oui!*”, cuja entonação se explicava ao reparar que o quadro que identificava os hóspedes estava

quase vazio. Na escada, o gerente do hotel perguntou se os negócios estavam bem em Paris, disse que estavam mal em Berlim, demonstrou admiração pela riqueza dos franceses e disse algumas palavras maldosas sobre os “bilhões” que a Alemanha recebeu após a guerra (LAVISSE, 1888, p. 252). Ainda assim, o autor considera que seria um grande erro supor que a ruína da Alemanha era definitiva. O mal fora e ainda era muito grande, mas diminuía a cada dia. As empresas de especulação se arruinaram, mas as demais sobreviveram e recuperaram pouco a pouco suas forças. Falências e demissões se tornaram muito raras e os salários moderados não eram tão baixos quanto antes. O mercado financeiro continuava confuso, sofrendo os efeitos da loucura, “mas a loucura mesma já passou” (LAVISSE, 1888, p. 253). A Alemanha estava bem armada para lutar contra a concorrência externa: tinha as minas de ferro e carvão mais ricas da Europa, atrás apenas da Inglaterra; não faltava matéria prima para a indústria têxtil, com 30 milhões de ovelhas nos pastos (LAVISSE, 1888, p. 254). Em suma, a Alemanha continuava a ser a potência em que se transformara; mas seus valores teriam sobrevivido à especulação financeira?

4.3.2. Valores

Por estarmos propondo uma leitura dos ensaios de Lavissee como contendo uma “história cultural da economia”, nos permitimos ainda mais uma subversão (de expectativas, pelo menos). Ao tratarmos de valores relacionados à economia, não vamos discutir a noção econômica de “valor”, mas os valores morais relacionados à economia. Como vimos anteriormente, Lavissee observa uma degradação moral relacionada às novas práticas econômicas ao tentar entender a crise na Alemanha. Mas quais foram os valores deturpados por essas novas práticas e qual sua relação com a crise?

No século XIX a Europa viu surgir uma nova ética que deu ao trabalho uma posição central. O homem que trabalha passou a ser visto como virtuoso, enquanto o ócio passou a ser visto como meio de degeneração. Logo, tudo que elevasse a qualidade do trabalho era visto como bom para a sociedade. Entretanto, ao organizar um “mercado de trabalho”, a nova economia tendia a tratar o trabalho como mercadoria, esvaziando sua dimensão social.

Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista (POLANYI, 2012, p. 183).

O trabalho passou a ser controlado pelo tempo; pontualidade e precisão na marcação do tempo ganharam um novo estatuto no período que Kern chama de “era da eletricidade” (KERN, 2003, p. 15). Se o tempo é dinheiro ele exige velocidade: ganhar tempo significa produzir mais

por unidade de tempo (ATTALI, 1983, p. 178). A produtividade passa a ser um valor fundamental na sociedade.

A produção com a ajuda de ferramentas e fábricas especializadas, complicadas, dispendiosas, só pode se ajustar a uma tal sociedade tornando isto incidental ao ato de comprar e vender. O mercador é a única pessoa disponível para assumir isto, e ele estará disposto a desempenhar essa atividade desde que ela não importe em prejuízo. Ele venderá as mercadorias da mesma forma como já vinha vendendo outras àqueles que delas precisavam. Entretanto, ele vai procurá-las de modo diferente, i.e., não mais adquiri-las já prontas, mas comprando o trabalho necessário e a matéria-prima. Esses dois elementos combinados, sob as instruções do mercador, mais o tempo de espera em que ele poderá incorrer, resultam em um novo produto (POLANYI, 2012, p. 43).

O grande empreendimento industrial exige a minimização da margem de erro. Para tanto, o investidor precisa aumentar o controle sobre o processo produtivo, que por sua vez gera novas relações de trabalho que tornam necessária uma nova ética. A grande novidade que estamos observando aqui talvez não seja o surgimento de uma nova ética do trabalho, mas o fato dessa ética partir das relações de trabalho para regular a sociedade como um todo. “Tempo é dinheiro”, expressão que segundo Jacques Attali representa a ambição da indústria de mudar o valor dos conceitos e das palavras, também demonstra que o relógio não controla mais as etapas de mudanças no interior do corpo social, mas cada indivíduo como uma máquina ferramenta (ATTALI, 1983, p. 177).

Ao dedicar um de seus ensaios ao fenômeno da emigração alemã, Lavissee tenta descobrir tanto as razões que levaram muitos alemães a abandonar seu país, quanto o de outros países desejarem receber trabalhadores alemães. Desde já, tenhamos claro que Lavissee ignora, talvez por desconhecimento, as questões raciais que levavam países como Estados Unidos e Brasil a preferir imigrantes alemães e de algumas outras regiões da Europa ao invés de africanos, americanos e asiáticos.

Neste contexto, Lavissee acredita que a Alemanha era o país em que a instrução popular e profissional era a mais difundida, e onde o ensino superior era o mais florescente, cujas descobertas nos laboratórios das universidades podiam ser prontamente aplicadas às usinas (LAVISSE, 1888, p. 255). Perceba-se que a importância que Lavissee atribui à pesquisa também inclui sua aplicação na produção. Ainda que tenhamos visto anteriormente que o historiador combate a ideia de que o foco do ensino deva ser reduzido à utilidade imediata dos conhecimentos, para ele a aplicação dos saberes no mundo do trabalho não devia ser desprezada.

Na opinião do historiador era a eficiente instrução alemã a responsável por formar trabalhadores de alta qualidade nos diferentes níveis hierárquicos. Tal condição seria a razão,

por exemplo, destes trabalhadores serem requisitados em outros países com economias em franca expansão, como os Estados Unidos. Por outro lado, a emigração tinha um alto custo à Alemanha, tanto pela perda de mão-de-obra quanto pela perda de dinheiro e objetos de valor levados pelas famílias a seus destinos (LAVISSE, 1888, p. 198). Segundo Lavissee, a emigração não era um remédio contra o excesso de população, como defendiam alguns teóricos, pois ela recrutava trabalhadores sobretudo nas partes da Alemanha menos povoadas e onde a falta de mão de obra se sentia de forma mais viva (LAVISSE, 1888, p. 201).

Lavissee mostra que os valores declarados por imigrantes que chegavam aos Estados Unidos muitas vezes eram muito menores do que o que realmente carregavam, citando o exemplo de um homem que declarou apenas 24 dólares e, ao ser confrontado com a informação de que não poderia entrar no país se não fosse capaz de provar que não ia mendigar, apresentou uma letra de câmbio de 2700 dólares, além de fazer cada um de seus três filhos mostrar que carregavam valor equivalente em seus bolsos. Como mostra o historiador, as famílias que emigravam voluntariamente seguramente não eram ricas, mas também não eram muito pobres (LAVISSE, 1888, p. 198). Depois de 1819 chegaram 2.500.00 alemães aos Estados Unidos (LAVISSE, 1888, p. 198), e estima-se que tenham levado consigo 375 milhões de thalers, equivalente a 1,4 bilhão de francos (LAVISSE, 1888, p. 199). Portanto, ao falar da emigração não estamos falando de uma população que pouco contribuía para a economia, mas pelo contrário, de um contingente de pessoas e de valores que fariam falta ao Império. Estatísticos alemães consideravam que os imigrantes injetavam 1625 milhões de thalers, mais de 6 bilhões de francos na economia dos Estados Unidos. “E isso não é tudo: uma vez estabelecidos, os emigrados contribuem para o progresso da população e da fortuna pública de sua nova pátria” (LAVISSE, 1888, p. 200). A população dos Estados Unidos era de 3.230.000 em 1790 e 10 milhões em 1870: sem a imigração, esse número não seria alcançado antes de 1910, considerando a taxa de nascimentos e mortes no país (LAVISSE, 1888, p. 200).

A partir de 1840, as receitas do Estado americano subiram de 25 milhões para 74 milhões: quase triplicaram em 30 anos. Os alemães atribuíam a si parte desse progresso: eram os mais numerosos depois dos irlandeses, e diziam com razão, na opinião de Lavissee, que trouxeram mais dinheiro e mais instrução do que eles. Ao trabalho de seus operários, somava-se o dos engenheiros, oficiais e professores. A América foi beneficiada pelos conhecimentos alemães (LAVISSE, 1888, p. 200).

Além do dinheiro, Lavissee considera que o trabalho também é um bem considerável levado pelos imigrantes. Apenas 2% deles eram improdutivos, ou seja, “incapazes ou aventureiros”. Além disso, as leis nos Estados Unidos impediam o desembarque de imigrantes

deficientes ou velhos. Homens em idade que os economistas chamam de produtiva, dos 15 aos 60 anos, somavam 3/4 do total. Homens de 15 a 30 eram 2/3. Se entre as crianças o número de meninos e meninas era praticamente igual, a partir dos 25 anos o sexo masculino era duas vezes maior que o feminino. Observa-se que são sobretudo homens fortes e empreendedores que emigram (LAVISSE, 1888, p. 199).

Pensando sobre o contexto da migração interna em países da Europa, Karl Polanyi considera que a possibilidade de salários maiores atraía populações do campo em direção à cidade, contudo havia também um movimento de retorno. Com isso, a população rural, em termos absolutos, não diminuiu, o que torna possível pensar tanto na possibilidade de retorno por não ter se adaptado, quanto na possibilidade de migrações sazonais (POLANYI, 2012, p. 99). Lavisse, tratando da emigração para o exterior, detecta aí o problema: o contingente de trabalhadores que poderia migrar de forma sazonal, ou que retornaria ao campo após não se adaptar ao mundo urbano, estaria definitivamente excluído da economia alemã ao se fixar em outro país. Logo, o “excesso” de oferta de mão-de-obra para o trabalho urbano deixaria de existir. Como a desigualdade era essencial para a industrialização antes de 1914 (ELEY, 2005, p. 74), a queda no contingente de trabalhadores buscando colocação nas cidades poderia atrapalhar o desenvolvimento da indústria.

Lavisse constata que a partida de tantos pais de família inquieta os economistas que veem crescer o número de operários celibatários nas cidades (LAVISSE, 1888, p. 202); homens sem esposa e filhos tenderiam a ser menos responsáveis e mais abertos a ideias “perigosas”, como o socialismo. Além disso, o aumento de impostos e a inflação faziam com que muitos pobres pais de família precisassem renunciar ao prazer de sair à noite e esvaziar algumas canecas no cabaré. Os que empobreceram amaldiçoavam os que enriqueceram: uma das tristes consequências da crise (LAVISSE, 1888, p. 245). Estes fatores, associados à degradação moral causada pela especulação financeira que vimos anteriormente, teriam efeitos muito prejudiciais sobre os valores da sociedade alemã.

Citando o Dr. Bamberger, Lavisse traça o estado moral do *Reich*: maior adesão às ideias socialistas, coalizão entre revolucionários e católicos em tempos de eleição, surgimento do “partido agrário”, cujos membros foram recrutados da casta feudal e pregam a ira contra a riqueza adquirida pela indústria sob o pretexto de retomar a honra da agricultura. Mesmo os discursos de Bismarck podiam dar força à raiva dos que deixaram de possuir contra os que possuem. O historiador cita também a escandalosa mania da calúnia e da delação muito difundida na Alemanha nos anos anteriores, e que escolheu por vítima a burguesia laboriosa e enriquecida (LAVISSE, 1888, p. 245). Ao não diferenciar aqueles que enriqueciam pelo

trabalho daqueles que enriqueciam pelo “jogo” da especulação, a sociedade alemã começava a enxergar toda riqueza como suspeita, o que para Lavissee era bastante perigoso.

Na intersecção entre o nacionalismo, a desconfiança contra a riqueza e a “mania de calúnia”, encontramos um terreno fértil para o antissemitismo. Lavissee cita Otto Glagau como exemplo de uma visão distorcida da realidade: este jornalista não falava mais dos excessos cometidos na economia; passou a se pronunciar contra o progresso moderno, excitando a raiva contra a riqueza. Também falava dos judeus “como um fanático de tempos passados” (LAVISSEE, 1888, p. 246). Comparando o número de judeus na Alemanha e na França, Lavissee constata que apenas na Prússia eles eram 500 mil, enquanto não passavam de 80 mil em toda a França. Além disso, no contexto alemão seus casamentos eram mais fecundos e sua mortalidade era menor do que entre os cristãos; já suas casas estavam nos melhores bairros (LAVISSEE, 1888, p. 246).

Glagau condena o fato de judeus ocuparem posições como mercadores, banqueiros, industriais, escritores, advogados e jornalistas, “tomando posse do país” (LAVISSEE, 1888, p. 247). É singular, para Lavissee, que se negue aos judeus os elogios que os alemães fazem a si mesmos quando migram para os países vizinhos: o alemão se ufana de ir para a América e ocupar posições de destaque, mas deprecia o judeu que, na Alemanha, consegue o mesmo. O historiador se pergunta se isso aconteceria porque o alemão acredita provar superioridade intelectual ao ocupar posições em outros países, enquanto a crítica ao judeu não seria mais do que “ira e condenação” (LAVISSEE, 1888, p. 247).

Como vimos, o socialismo foi outro pensamento que ganhou força em meio a este cenário de degradação moral provocado pela economia. Porém, Lavissee entende as próprias ideias socialistas como parte da corrupção moral. Esta constatação pode causar estranheza na medida em que, como vimos, o historiador atribui ao socialismo o papel de catalisador do processo histórico alemão em direção à democracia; mas esta qualidade política viria acompanhada de alguns defeitos morais. É neste sentido que o historiador afirma que a classe operária, em meio à crise econômica, foi “pervertida pelos doutores socialistas” e fez má figura. Segundo Lavissee, o trabalho antes era procurado, e mesmo estimado. O trabalho era mais legítimo quanto mais produtivo. Com a especulação (que enriqueceu alguns sem trabalho), as exigências dos operários ultrapassaram os limites do razoável, e suas exigências foram satisfeitas. O operário achou que estava rico para sempre. Com o futuro assegurado, por que não gozar do presente? No cabaré, a cerveja foi substituída pelo champanhe. Mas quando o operário voltou a ser pobre como antes, tornou-se raivoso como nunca (LAVISSEE, 1888, p. 248).

Como discutimos no tópico anterior, o liberalismo trouxe uma nova forma de lidar com o presente e o futuro, na medida em que a possibilidade de ganhos imediatos tira a preocupação com o planejamento de longo prazo. Algo semelhante teria acontecido com o operário, segundo Lavissee: com a alta dos salários, o futuro parecia assegurado, o que permitia gozar o presente com mais intensidade. Sendo assim, porque Lavissee atribui ao socialismo, e não ao liberalismo, o papel de corruptor da classe operária?

Ao passo em que as ideias socialistas incentivavam a luta por melhores salários, os trabalhadores começaram a exigir mais de seus empregadores, o que podia ser atendido no momento de prosperidade. Assim, segundo Lavissee, toda uma geração foi corrompida: quando receberam maiores salários, os trabalhadores trabalharam menos e pior. Em todo lugar em que os trabalhadores estavam reunidos em massa, a jornada não foi apenas reduzida, como o trabalho parou dois dias por semana, sábado e segunda-feira, sem prejuízo da santificação do domingo. O patrão era malvisto se tentasse controlar as tarefas, o que considerado algo de outros tempos e outros costumes. Os pedreiros de Berlim, por exemplo, exigiram a duplicação do salário e a redução da jornada de trabalho pela metade, mesmo com o aumento do preço dos materiais de construção (LAVISSEE, 1888, p. 249).

Para Lavissee as greves sempre se voltam contra os trabalhadores quando a consequência de uma nova reivindicação é a ruína do patrão. Muitos operários foram demitidos e novos foram contratados de fora, até mesmo da França. “Nossos compatriotas colocam um tipo de amor próprio nacional em trabalhar bem e rápido” (LAVISSEE, 1888, p. 249). Em 1874, o historiador ouviu uma conversa em francês vinda de um lapidário em Berlim; curioso, foi até o lugar e começou a conversar com os trabalhadores. Perguntou-lhes como foram parar em Berlim, e um deles contou que seus patrões foram até a França para contratá-los. O trabalhador também disse que os franceses trabalhavam melhor do que seus companheiros alemães.

Não podemos perder de vista que Lavissee é defensor da teoria de que o salário deve ser regulado no mercado como o preço de qualquer outra mercadoria: não pode ser nem muito alto, nem muito baixo. É por isso que considera como boa notícia os salários alemães estarem *caindo* a um nível razoável: os salários excessivamente altos ajudaram no agravamento da crise econômica, mas já eram resultado de uma crise moral que fazia o trabalhador querer mais do que era razoável. O resultado disso podia ser visto, por exemplo, na indústria de móveis, comprometida com as exigências de seus próprios operários e arruinada pela crise na construção. Lavissee afirma que Berlim antigamente fabricava móveis com menos gosto do que Paris, mas mais sólidos e com melhor mercado. Paris conservou a superioridade no gosto, e com a crise na Alemanha passou a vender móveis mais sólidos e menos caros, o que fez com

que Berlim comprasse muitos móveis de parisienses. Na mineração e na metalurgia ocorreram fenômenos semelhantes (LAVISSE, 1888, p. 250).

Na América, o alemão construía de si a imagem de um povo bastante trabalhador. Por outro lado, na Alemanha, Wilhelm Heinrich Riehl, em 1861, no hino *Die deutsche Arbeit* (O trabalho alemão), lamentava que no povo alemão o humor da indolência tivesse mais apelo poético do que a virtude da laboriosidade (RABINBACH, 1990, p. 30). Lavissee, de certa forma, resolve essa contradição: o alemão em boas condições econômicas e morais é um bom trabalhador; em más condições econômicas e morais, tende a ser indolente. Na América, o ambiente seria propício ao trabalho, e ali o alemão seria capaz de mostrar suas virtudes; na Alemanha, a degradação causada pela especulação e o avanço das ideias socialistas teriam atraído o trabalhador para o vício.

A literatura a respeito da higiene do trabalho aparece entre os anos 1860 e 1870. Gradativamente, o discurso preponderantemente científico ganha aspectos morais (RABINBACH, 1990, p. 36). Lavissee provavelmente foi influenciado, mesmo que indiretamente, por esses escritos. Neste contexto, virtudes como ordem, frugalidade e diligência eram confrontadas com os pecados da indolência, preguiça, vagabundagem e vida dissoluta de crime. A associação entre “classes laboriosas” e “classes perigosas” que permanece nessa época está enraizada na percepção de que trabalhadores com muito tempo livre se voltam inevitavelmente para a bebida e para o crime (RABINBACH, 1990, p. 31). O interessante, aqui, está no fato de Lavissee entender que não era o ócio por si só o causador da degradação do trabalhador, mas o duplo apelo do liberalismo e do socialismo. O trabalhador adequadamente remunerado, empregado em uma jornada justa e que constitui uma família não teria tempo “sobrando” para além de seu divertimento sadio, o que o tornaria imune aos apelos das novas teorias. Já os trabalhadores celibatários, com salários muito altos e jornadas muito baixas estariam mais sujeitos às “irresponsabilidades” propostas pelas teorias que estavam se difundindo. Nesta dimensão, podemos classificar o pensamento de Lavissee como bastante conservador.

É curioso ver em Lavissee, que separa os “verdadeiros socialistas” dos “socialistas de púlpito” tendo como critério a diferença entre o socialista que é operário daquele que não é, a concepção de que o socialismo, no fim das contas, leva à indolência. Isso é ainda mais intrigante se considerarmos que a indolência estava longe de ser uma virtude no pensamento socialista hegemônico. Paul Lafargue, em 1880, com seu *Le droit à la paresse* (O direito à preguiça), foi o primeiro, e talvez o único, pensador socialista do século XIX a depreciar o trabalho, sendo a

principal voz contra o louvor à diligência, atribuindo ao trabalho a causa da degeneração intelectual e deformação orgânica³² (RABINBACH, 1990, p. 34).

Para concluir, podemos dizer que Lavissee concordaria com Polanyi quando este afirma que “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2012, pp. 48-49). Lavissee, ao criticar a espécie de corporativismo dos operários de diversos setores da Alemanha, dá a entender que a preocupação com o bem coletivo deve se sobrepor aos interesses individuais e de grupos específicos.

Por outro lado, Lavissee não se opõe completamente à ideia de uma economia de mercado. Se um crítico dessa ideia, como Polanyi, entende que o padrão de mercado leva a sociedade a ser dirigida como um acessório do mercado, ao invés do mercado se incluir nas relações sociais, criando uma “sociedade de mercado” (POLANYI, 2012, p. 60), Lavissee entende que é o funcionamento do mercado que torna possível o estabelecimento de preços e salários adequados. O desafio estava exatamente em encontrar um mecanismo que mantivesse o mercado funcionando como um conjunto de relações concretas de oferta e demanda e não como uma grande casa de apostas.

³² Lafargue era casado com Laura, segunda filha de Karl Marx: certamente o sogro não aprovou o texto do genro.

CONCLUSÃO

O tempo, dimensão fundamental para todo historiador e constituinte de sua área de saber, pode ser experimentado e representado. Sendo experiência, representação, ou ambos, o tempo tem sua historicidade e, portanto, pode ser objeto de uma pesquisa histórica.

Objeto difícil, porém, necessário: refletir sobre a historicidade do tempo é de extrema importância para que se compreenda a própria natureza do saber histórico. Neste sentido, uma história do tempo é fundamental para a história da historiografia e para a teoria da história, já que o ofício do historiador não pode ser realizado senão mergulhado no tempo. É bastante sintomático que um dos momentos de maior transformação da relação entre o ser humano e o tempo seja também a época da constituição da história como ciência autônoma.

O século XIX da Segunda Revolução Industrial, das novas relações de trabalho e novas formas de controle do tempo, também é o século que dá origem à Escola Metódica. Este grupo de historiadores estabeleceu regras, métodos e objetos da ciência histórica; portanto, não poderia ter desprezado as reflexões sobre o tempo, principal dimensão de sua ciência. Essa constatação foi o que nos levou a buscar neste contexto possíveis relações entre tempo, história e historiografia.

Um dos mais ilustres representantes deste momento histórico, Ernest Lavisse não era propriamente um teórico da história. Defensor apaixonado de sua importância e de seu lugar estratégico na educação francesa, o autor dos *Essais sur l'Allemagne Impériale* não tem nenhum trabalho comparável ao de Seignobos, por exemplo, sobre pesquisa histórica. Também não foi reconhecido como um historiador ligado às fontes, preferindo trabalhar a partir de conhecimentos de segunda mão. Isso, porém, não atesta uma falta de reflexão sobre a história e as condições de produção do seu conhecimento; apenas torna essas reflexões implícitas.

Olhar para os escritos de Lavisse e buscar uma teoria da história ou uma concepção de tempo é um exercício bastante complexo. A primeira dificuldade se dá porque toda sua geração recebeu da primeira geração da *École des Annales* uma série de rótulos que soam pejorativos aos historiadores de hoje: “positivistas”, “historicistas”, “ingênuos”, entre outros. É absolutamente comum, em um determinado campo, que um novo grupo, com novas ideias, tente se afirmar estabelecendo diferenças entre si e seus antecessores. Eis o procedimento da primeira geração de “annalistas”: demonstrar que os “metódicos” tinham todos os defeitos e os *Annales* trariam todas as soluções. Estamos exagerando um pouco, é certo; mas precisamos reconhecer que a geração de Marc Bloch e Lucien Febvre também cometeu seus exageros ao descrever seus antecessores. As gerações seguintes de historiadores, ao menos na França,

reconheceram a imprecisão dos rótulos dados à Escola Metódica: Carbonell demonstrou que não eram positivistas, Rémond os reabilita ao buscar uma nova história política; há quem busque nessa geração, inclusive, uma “pré-história” da história cultural!

A segunda dificuldade é que no Brasil, ao que parece, muitos historiadores seguem baseando sua compreensão da Escola Metódica no discurso – em larga medida combativo – da primeira geração dos *Annales*. Isto pôde ser constatado quando apresentamos algumas ideias deste trabalho, ainda em construção, em eventos acadêmicos. Em todos eles pelo menos um participante demonstrou estranheza ao apresentarmos um Lavissee que pouco se parecia com o estereótipo positivista ao qual a maioria dos estudantes de história é apresentada na graduação quando estudam sobre a Escola Metódica. Por isso, acreditamos ser imperativo que os professores de “introdução aos estudos históricos”, “teoria da história” ou disciplinas similares avaliem se estão apresentando aos alunos as características da Escola Metódica ou apenas reproduzindo o discurso da primeira geração dos *Annales*.

Com suas virtudes e seus defeitos – como qualquer geração de historiadores – a geração de Lavissee, sobretudo na figura de Seignobos, legou aos historiadores que vieram depois um procedimento que, de certa forma, se manteve: todo historiador seleciona suas fontes, trabalha com elas de forma crítica, busca resposta a suas perguntas e escreve seus resultados. É claro que hoje aceitamos novas fontes – ou, mais precisamente, mudamos a definição de fonte – mudamos nossa forma de lidar com a subjetividade/objetividade, ampliamos os temas, olhamos para outros sujeitos... mas continuamos dependendo das fontes e do tratamento que damos a elas para produzir conhecimento histórico.

Outro legado importante da Escola Metódica para os historiadores de hoje está no campo da ética. Não nos esqueçamos que a “certidão de nascimento” da Escola Metódica é o primeiro número da *Revue Historique*, de 1876, na qual Gabriel Monod escreve um artigo carregado de instruções morais aos historiadores. Em tempos de revisionismos e combates pela memória de eventos recentes – ou nem tanto – podemos olhar para como os historiadores metódicos se preocupavam em encontrar os fatos de forma científica. Ainda que hoje a noção de verdade não tenha o mesmo significado que no século XIX, segue sendo uma das obrigações do historiador combater a desinformação.

Um dos questionamentos pertinentes feitos à Escola Metódica pela geração que os sucedeu diz respeito justamente à noção de um método para a ciência histórica. Um método implica um procedimento que pode ser aprendido e reproduzido; Marc Bloch, por exemplo, chama o trabalho do historiador de “ofício”, expressão muito mais próxima do trabalho do artesão do que do cientista. Um ofício é algo que se aprende na prática, não requerendo

necessariamente um método, o que nos leva a imaginar que, entre os historiadores, os métodos sejam potencialmente tão numerosos quanto as fontes, os objetos e as abordagens.

Retornando ao momento de consolidação da história como ciência autônoma – passo necessário para a ampliação de seus objetos, fontes e abordagens – vemos a formação de uma espécie de corporação de historiadores que visa estabelecer quais conhecimentos são válidos e quais pesquisadores podem ser reconhecidos como “verdadeiros” historiadores. Este procedimento, no contexto do último terço do século XIX, era fundamental para que a profissão/ofício de historiador tivesse reconhecimento diante das demais.

Para fazer parte da “corporação”, portanto, era necessário seguir determinadas regras. Entre elas, havia um código que determinava quais eram os objetos pertinentes ao historiador e qual era a forma adequada de se escrever os resultados de sua pesquisa. Essas regras acabavam por omitir reflexões e posicionamentos considerados impróprios para os critérios de objetividade adotados pelo grupo, além de impedir que historiadores usassem sua área de conhecimento para trabalhar em determinados objetos.

As interdições, porém, não significavam ausência de reflexão e posicionamento, como também não afastaram os historiadores de temas importantes em sua época. Ernest Lavisse, por exemplo, usou seus ensaios publicados em revistas para o público geral – portanto fora dos critérios impostos para uma revista científica – para escrever sobre o que hoje chamamos de história do imediato, história cultural, imaginação histórica, história comparada, entre outros. Como podemos perceber, a predileção dos historiadores metódicos por temas da antiguidade e do medievo vem da tentativa de delimitar de forma clara o objeto de sua ciência e de afirmar o ideal de que quanto maior o distanciamento, maior é a objetividade.

Observemos que o distanciamento por excelência neste contexto é o distanciamento temporal. O distanciamento no espaço ou afetivo não teriam o mesmo efeito para o historiador. Na nascente antropologia, com a qual a história lutou por espaço na virada do século XIX para o XX, o distanciamento temporal em relação ao objeto era garantido ao se reconhecer as culturas diferentes como ocupando outro estágio evolutivo; em outras palavras, mesmo estando no presente, elas pertenceriam ao passado. Em alguma medida Lavisse usa procedimento semelhante para falar do desenvolvimento político alemão: conseguia usar seu arcabouço teórico-metodológico para analisar o Império Alemão ao reconhecer nele uma política de outros tempos.

Ao mesmo tempo em que via na Alemanha uma espécie de passado francês, Lavisse também olhava para a outra margem do Reno como quem vislumbrava o futuro. As universidades alemãs eram um destino comum para vários historiadores franceses, e nelas

Lavissee enxergava a explicação para o desfecho da Guerra Franco-Prussiana e o modelo a ser seguido pela educação francesa. É por isso que vemos a Alemanha ocupar, simultaneamente, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa de Lavissee.

Adotar o eficiente modelo de educação alemão, mas baseado em valores da moderna república francesa: esse era o projeto de Lavissee. A Alemanha filosófica e científica tinha conhecimentos e técnicas para se tornar uma grande nação, mas não concretizava sua vocação ao ser governada pelo arcaico modelo prussiano. A França, por sua vez, teria como papel consolidar a República e reformular seu sistema educacional a fim de formar bons cidadãos e soldados capazes de defender a humanidade das políticas violentas e retrógradas. Portanto, a França de Lavissee deveria ser a guardiã do futuro universal.

Como podemos perceber, Ernest Lavissee reconhece no presente elementos do passado e do futuro em constante interação. Isso fica claro quando o historiador percebe que os efeitos da Revolução Francesa ainda ressoam em sua época não apenas como lembrança, mas como evento ainda não superado. Da mesma forma, a construção de um sistema educacional que propague valores republicanos é vista como uma ação presente necessária para garantir um determinado futuro. Tanto olhando para o passado quanto olhando para o futuro, Lavissee enxerga uma dimensão mais profunda do tempo, que se transforma lentamente. Esta dimensão, que Fernand Braudel chamou de “longa duração”, ainda que não tenha sido teorizada pelos historiadores do final do século XIX, não era por eles desprezada.

Nas “profundezas do tempo” Lavissee buscou as origens do temperamento alemão: na relação destes com a paisagem e com os costumes, o historiador encontrou o senso de hierarquia e modos ásperos prussianos, mas também o gosto pela arte e pela boa vida de outros alemães. Uma possível revolução na Alemanha seria o resultado de um logo processo de tensão entre as “duas Alemanhas”, o que nos leva a crer que, em Lavissee, não é a revolução que transforma as estruturas, mas a lenta transformação nas estruturas se torna visível através da Revolução.

Da mesma forma, transformações políticas e econômicas (média duração) e eventos como as guerras (curta duração) não deixam de se relacionar com outros níveis da temporalidade. Lavissee mostra que paixões políticas podem ser alimentadas por rivalidades ancestrais, querelas religiosas de outras séculos ou costumes arraigados por gerações. A conjuntura econômica pode ser afetada por costumes antigos ou vícios passageiros. A guerra pode ser o aflorar de causas estruturais, estar ligada à conjuntura política e econômica, mas também pode ajudar a fundar novas estruturas e novas conjunturas. Ao tentar compreender a Alemanha, Lavissee demonstra que a história é composta por múltiplas temporalidades em constante interação.

Devido a limitações de diversas ordens, que vão da falta de tempo (suprema ironia!) à falta de recursos para pesquisar em arquivos na França, duas dimensões muito importantes dessa nossa “história do tempo na historiografia” (ou história da historiografia em sua relação com o tempo) deixaram de ser abordadas e esperamos que apareçam em trabalhos futuros. A primeira é uma análise mais profunda sobre a relação entre o tempo e a escrita da história, para a qual sugerimos duas abordagens possíveis: a primeira, mais ligada ao trabalho de Michel Foucault, analisaria a escrita de Lavissee enquanto discurso; a segunda, mais próxima de Paul Ricoeur, analisaria o trabalho de Lavissee enquanto narrativa. Nas duas abordagens seria bastante pertinente comparar os ensaios com os textos propriamente historiográficos e os manuais escolares, estabelecendo as diferenças de forma, estilo e abordagem.

Outra dimensão, talvez mais difícil de analisar, mas certamente muito instigante, seria buscar possíveis relações entre o contexto de consolidação da história como ciência e o contexto de surgimento da psicanálise. O mesmo tempo que é constituinte da história também se relaciona com diversos males psicológicos, como depressão e ansiedade. Encontrar possíveis referências em comum entre a história e a psicanálise no final do século XIX seria bastante produtivo para muitas abordagens atuais que relacionam estas duas áreas.

Esperamos com este trabalho ter contribuído para difundir algumas reflexões sobre o papel do tempo na escrita da história e incentivar novos olhares sobre o contexto de formação da história como área de saber autônoma, contribuindo assim para o aperfeiçoamento das pesquisas sobre história da historiografia no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- LAVISSE, Ernest. *Essais sur l'Allemagne impériale*. Paris: Hachette, 1888.
- ABDULLA, Hanin. *L'importance de l'histoire pour la France: de l'identité nationale à l'antiaméricanisme*. 2017. Eindwerkstuk in de Bachelor opleiding Franse taal en cultuur, Universiteit Utrecht
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ATTALI, Jacques. *Histoire du temps*. Paris: Fayard, 1983.
- BARROS, José D'Assunção. *O tempo dos historiadores*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. *A historiografia francesa do século XIX nas páginas da Revue Historique (1876-1914)*. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.8, nº16, jan-jul, 2019. p.119-139
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *Lição inaugural da cadeira de história da civilização moderna do Colégio de França, pronunciada no dia 1º de dezembro de 1950*. Revista de História, v. XXXI, n. 63, p. 3-22, jul.-set. 1965.
- _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *L'histoire dite "positiviste" en France*. In: *Romantisme*, 1978, nº21-22. Les positivismes. pp. 173-185
- CARVALHO, Rodrigo França. *As contribuições do físico-químico Ilya Prigogine para uma nova compreensão da História*. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Assim também se escrevia a história no pós-Segunda Guerra Mundial: Reflexões sobre a historiografia de Pierre Vilar*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 69, p. 787-824, set/dez 2019

- _____. *Teoria e história: uma relação tensionada*. Revista Internacional de Humanidades Volumen 2, Número 1, 2013
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DUMOULIN, Olivier. *Le style national de l'historiographie*. In: *Espaces Temps*, 59-61, 1995. Le temps réfléchi. L'histoire au risque des historiens. pp. 176-183
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ESPAGNE Michel, WERNER Michaël. *La construction d'une référence culturelle allemande en France: genèse et histoire (1750-1914)*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 42^e année, N. 4, 1987. pp. 969-992
- FABIAN, Johannes. *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- GALISON, Peter. *Os relógios de Einstein e os mapas de Poincaré*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. IN *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Warley Alves. *O fingir historiográfico: a escrita da história entre a ciência e a ficção*. Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, dez/2011. Universidade Federal de Goiás
- GRATALOUP, Christian. *Temps partiels*. In: *Espaces Temps*, 59-61, 1995. Le temps réfléchi. L'histoire au risque des historiens. pp. 167-175
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- HAZAREESINGH, Sudhir. *L'historien dans le débat politique français*. *Histoire@Politique*, n° 31, janvier-avril 2017.
- HÉMONT, Isabelle Quirin. *La germanisation par l'école en Alsace-Moselle et en Poznanie: une politique coloniale?* 2014. 440 f. Tese (Doutorado em Estudos Germânicos) École Doctorale Sciences de l'Homme et de la Société, Université François-Rabelais de Tours, Tours.

- HEYWOOD, Gareth. *Education, Sociability and the Politics of Culture in Fin-de-Siècle France*. 2016. 45f. BA Hons History (Honours Dissertation). Department of Humanities, Northumbria University, 2016.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HOLLANDER, Jaap Den. *Contemporary History and the Art of Self-Distancing*. History and Theory, Theme Issue 50 (December 2011), 51-67.
- KERN, Stephen. *The Culture of Time and Space 1880-1918*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para uma semântica de los tempos históricos*. Barcelona: Paidós Iberica, 1993.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux Études Historiques*. Paris: Editions Kimés, 1992.
- LARDEAUX, Sabrina Ariès. *Discours politique et récit national*. Traduire [En ligne], 240 | 2019, mis en ligne le 20 juin 2019, consulté le 03 juillet 2019.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LEDUC, Jean. *Les historiens et le temps: conceptions, problématiques, écritures*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- _____. *Ernest Lavisse: l'histoire au Coeur*. Paris: Armand Colin, 2016
- MENG, Yali. *Entre sentiment et raison : l'éducation morale et civique à l'école laïque dans la République en France (1870-1914)*. Les Cahiers de Framespa [En ligne], n. 24 mars 2017, mis en ligne le 25 mars 2017, consulté le 01 avril 2017. URL: <http://framespa.revues.org/4305>
- MEYER, Jean. *La historia como identidade nacional*. Vuelta, n° 219, 1995.
- MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- MUCCHIELLI, Laurent. *Une lecture de Langlois et Seignobos*. In: Espaces Temps, 59-61, Le temps réfléchi. L'histoire au risque des historiens, pp. 130-136, 1995
- NARCIZO, Makchwell Coimbra. *A História e a escrita da História: Uma análise sobre o papel que a narrativa exerceu no debate sobre o conhecimento histórico*. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 1, agosto/ 2009.
- NOIRIEL, Gérard. *Naissance du métier d'historien*. In: Genèses, 1, 1990. Les voies de l'histoire. pp. 58-85

- _____. *La question nationale comme objet de l'histoire sociale*. In: Genèses, 4, 1991. Le national. pp. 72-94
- _____. *Socio-histoire d'un concept. Les usages du mot « nationalité » au XIXe siècle*. In: Genèses, 20, 1995. Histoire politique, histoire du politique. pp. 4-23
- OLIVEIRA, Lídia. *Hiperconexão: o pensamento na era da canibalização do tempo*. IN: PIRES, Helena; CURADO, Manuel; RIBEIRO, Fábio; ANDRADE, Pedro (coord.). *Cibercultura: circum-navegações em redes transculturais de conhecimento, arquivos e pensamento*. Portugal: Edições Húmus, 2017.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- PROVENCHER, Denis; ELDERTS, Luke. *The Nation According to Lavis: Teaching Masculinity and Male Citizenship in Third-Republic France*. French Cultural Studies, 18(1): 31–57, 2007.
- RABINBACH, Anson. *The human motor: energy, fatigue and the origins of modernity*. Los Angeles: University of California Press, 1990.
- RABOTNIKOF, Nora. *Tiempo, historia y política*. Desacatos 55, Ciudad de México, pp. 28-43, septiembre-diciembre 2017.
- RÉMOND, René (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REIS, José Carlos. *O lugar da teoria-metodologia na cultura Histórica*. Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, dez/2011.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- SERRES, Michel. *Diálogos sobre a ciência a cultura e o tempo: diálogos com Bruno Latour*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- _____. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- SILVA, Renán. *Escribir el tiempo. Cultura escrita y tiempo social (siglos XVI-XX): los soportes escritos de la representación del tiempo*. Historia y Sociedad, no. 37 (julio 2019): 6-22. <http://dx.doi.org/10.15446/hys.n37.80251>
- SOUSA, Luana Neres. *Objetividade e intersubjetividade: uma análise acerca da pretensão de cientificidade na história*. Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, dez/2011 Universidade Federal de Goiás.

TEIXEIRA, Fernando Sousa. *Política e Nacionalismo nos Anales d'Histoire Économique et Sociale (1929-1938)*. 2018. 126f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

THOMPSON, E.P. *Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial*. In *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WHITROW, G.J. *O que é o tempo?: uma visão clássica sobre a natureza do tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.